

ELIANA FERREIRA DE CASTELA

**“TUDO É MACACO, MAS CADA UM DELES FUNCIONA DIFERENTE”: AS
CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA DE EXTENSÃO INDÍGENA - O CASO DOS
JAMINAWA - AC**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS, BRASIL
2011**

ELIANA FERREIRA DE CASTELA

**“TUDO É MACACO, MAS CADA UM DELES FUNCIONA DIFERENTE”: AS
CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA DE EXTENSÃO INDÍGENA - O CASO DOS
JAMINAWA - AC.**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de
Viçosa, como parte das
exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do título
de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 30 de junho de 2011.

Prof. Douglas Mansur da Silva
(Coorientador)

Prof^a. Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Coorientadora)

Prof^a Maria de Jesus Morais

Prof^a. Sheila Maria Doula
(Orientador)

À Ana Carolina de Castela Figueiredo que vi morrer aos 10 anos de idade, tão adulta pelo sofrimento que parecia ter mais de 80 anos e me fez refletir sobre o que é a vida.

AGRADECIMENTOS

À uma força que move a matéria, uma energia, uma física, uma química ou uma geografia, uma história, uma antropologia e que move a vida, que muitos chamam de **Deus** e que eu confesso que não sei o que é, mas sei que existe;

À Universidade Federal de Viçosa, em especial, a todo o corpo docente do Mestrado em Extensão Rural, aos demais funcionários do Departamento de Extensão Rural, especialmente, Carminha, **Anízia, Tedinha, Helena e Brilhante**.

À minha mãe **Giselda Ferreira da Silva**, que me fez guerreira para derrotar todos os fantasmas que me assustam e ao meu pai **Fernando de Castela**, que mesmo tendo partido desta vida, ainda me incentiva a “cair no mundo” em busca da realização dos sonhos;

Aos meus filhos: **Rosanna e Leonízia**, que desde pequenas me fizeram ser grande e manter os pés no chão, apoiando-me em todas as minhas atitudes; ao **Nilton** pelas leituras das inúmeras versões dos projetos de pesquisa do mestrado, o apoio constante nas tecnologias de informática e tantas outras providências para me manter tranqüila durante o tempo de estudo; ao **Edson** um companheiro que me substituiu nos cuidados com a Leonízia, a Larissa e o Cauã durante a minha ausência; à **Larissa** que me fez sorrir sozinha ao lembrar o seu rosto que tem seu nome estampado e esquecer a saudade.

Aos andarilhos **Jaminawa** e o Líder **Tunumã (Zé Correia)**, que chamaram minha atenção pelo jeito autêntico de ser, acolheram-me, sorriram-me, sem constrangimento fecharam algumas portas e deixando seus afazeres atenderam aos meus chamados;

À minha orientadora **Sheila Maria Doula**, pela orientação competente e responsável, que me oportunizou um conhecimento mais aprofundado da ciência antropológica;

Ao ex-professor do Departamento de Economia da UFAC, **Reginaldo Fernando Ferreira de Castela** que me orientou ao longo de toda a vida acadêmica, falando de ciência como ninguém o fez, tirou dúvidas, apontou caminhos, promoveu estímulos e indicou um volume de referências bibliográficas que vou morrer e não darei conta de ler, as palavras não dizem o quanto sou grata;

Ao **Jorge Carlos**, pássaro de vôo alto e asas firmes, que atravessou o Atlântico, fez seu ninho em minha morada, preencheu meu ambiente de estudo

com poesia, melodia, risadas, alegria e carinho, efetuou inúmeras correções no texto do trabalho, obrigada mesmo;

Às amigas-irmãs: **Alcinélia Moreira**, pelas inúmeras trocas na vida acadêmica e da vida pessoal, um exemplo a ser seguido; **Rose Nascimento** (Rosilda), por se fazer sempre presente na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, nos que nascem e nos que partem de nossa família; Nazaré Cavalcante (**Pimentinha**) quem primeiro me falou o que é Revolução e até hoje vem ao meu socorro, tirando-me da ignorância e do fundo do poço; **Ormifran Pessoa** capaz de ficar noites sem dormir, perder a hora do almoço, chegar atrasada no trabalho, furtar-se a cesta, para vir ao meu auxílio enviando os livros e contatando pessoas que precisei nesses dois anos e efetuando correções no texto; **Elione Benjó** que não me esquece e enviou um montão de poesias e palavras de apoio, leu parte do meu trabalho e fez sugestões importantes; **Fabiola Jucá**, pelas transcrições das entrevistas da pesquisa de campo que eu levaria um tempo precioso que pude dedicar à Ana Carolina nos seus últimos dias de vida;

À professora **Ana Louise de Carvalho Fiúza** por haver me apoiado, pela capacidade de juntar os cacos de um cristal quebrado e recompô-lo quase à perfeição e ter aceitado o convite para a banca de avaliação;

Ao Professor **Douglas Mansur da Silva** por haver aceitado integrar a banca de avaliação;

Ao Professor **José Ambrósio**, orientador de carne, osso e sangue nas veias, por suas inúmeras contribuições na elaboração do projeto e no seminário;

À Professora **Maria de Jesus Moraes**, que me fez manter o vínculo como orientanda, desde o primeiro trabalho acadêmico que realizei;

Aos Professores **France Gontijo**, **Marcelo Miná**, **Fernanda Alcântara**, **Norberto Muniz** e **Nora Beatriz** pelas contribuições que foram importantes para esse trabalho;

À **Fernanda Ferreira de Castela** que se fez presente em todos os momentos importantes da minha vida, ajudando-me com trabalho, com dinheiro e por último como “pomba correio” entregando todas as correspondências que enviei aos parentes nesses dois anos de distância;

Aos meus outros irmãos **Ferreira de Castela: Airton** pelo envio das fotos da manifestação dos índios na FUNASA; a **Silvia**, a **Alba**, a **Izabel** e ao **Ivan**, que me deram força, apoio e alegria com nossas conversas saudosas das idas ao Mutum e outros momentos de deliciosa convivência de uma verdadeira família;

Aos amigos de curso especialmente, **Cleiton Milagres, Diêgo Neves, Fernanda Nagem, Pricila Estevão e Maria Alice** que ao final do curso já havíamos nos tornado uma família que agora se espalha por diferentes cantos;

À **Graziela Maciel** pela acolhida em sua casa no período de pesquisa de campo em Sena Madureira, alguém que eu nunca tinha visto antes e que me abriu às portas e me fez sentir tão à vontade que até pensei que já nos conhecíamos há muitos anos;

À **Jacira Maciel** pelas orações, pensamentos de apoio e mensagens hilárias que me detraíram esses dois anos;

Ao **Felipe Mazzei** pelas horas de seu descanso dedicadas à capa do trabalho que não integrou a dissertação, mas será usada quando o trabalho for publicado.

BIOGRAFIA

ELIANA FERREIRA DE CASTELA, filha de Giselda Ferreira da Silva e Fernando de Castela, nasceu em Rio Branco – AC, no ano de 1959. cursou o ensino fundamental e médio em escola pública Estadual, antes de ter formação de nível superior iniciou a vida profissional como servidora do Governo do Estado do Acre, onde exerceu os cargos de Coordenadora de Planejamento, Presidente do Conselho de Entorpecentes, Gerente de Programas de Assistência Social e Professora (mediadora) dos Cursos de formação profissional em Ecoturismo, Agro-florestal, Florestal e Agro-indústria na Escola da Floresta, atualmente é aposentada pelo Governo do Estado do Acre. Formada em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), Especialista em História da Amazônia, cursos realizados na Universidade Federal do Acre (UFAC). Em dezembro de 2008 foi aprovada no Mestrado em Extensão Rural da UFV.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE FIGURAS	xi
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xii
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xv
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. MODERNIDADE E TRADIÇÃO.....	11
1.1. O pensamento teocêntrico e seu colapso	11
1.2. Dissolvendo o Mito e Impondo a Razão	13
1.3. O Desenvolvimento da ciência Moderna a serviço do Capitalismo.....	14
1.4. Modernidade, colonização e o fracasso emancipatório	16
1.5. Tradição e Modernidade, dois conceitos que se complementam.....	22
CAPÍTULO 2. AS FACES DA MODERNIDADE NO BRASIL E OS IMPACTOS NAS CULTURAS INDÍGENAS	30
2.1. Do Sagrado ao econômico: as intervenções que desestruturaram a tradição no Novo Mundo	31
2.2. Os Ciclos econômicos e a destruição sócio-ambiental brasileira	40
2.3. Frentes de Colonização na Amazônia e impactos nas culturas indígenas	47
2.3.1. Amazônia e a economia da borracha	50
2.3.2. A Política dos governos Militares e os grandes projetos para a Amazônia	54
2.3.3. Mineração na Amazônia e os povos indígenas.....	58
2.4. O Acre no contexto da economia mundial.....	62
2.5. Não só o massacre, mas também a resistência.....	66
CAPITULO 3. Políticas Públicas, a quem elas atendem?	72

3.1. Da formulação à execução, como as políticas Públicas são pensadas	72
3.2. A Política Indigenista Nacional	77
3.2.1. A contribuição antropológica para as políticas indigenistas no Brasil.....	86
3.3. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER	93
3.4. A efervescência do movimento social rural no Acre, na década de 1980.....	101
3.5. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDS do Acre.....	108
3.6. O Programa Estruturante de Extensão Indígena do Estado do Acre	110
CAPÍTULO 4. ACRE - A NAÇÃO INDÍGENA JAMINAWA	123
4.1. Um Povo de Muitas Andanças	124
4.2. A criação da terra Indígena do Rio Caeté	136
4.3. Uma safra mais abundante	142
4.3.1. O Papel da Liderança, um misto de Tradição na Modernidade	143
4.3.2. O desafio da Formulação à Implementação de Políticas Públicas para os Povos Jaminawa	150
4.3.2.1. Entre Flashes e Flechas	153
4.3.2.2. Intervenções públicas desenvolvidas junto aos Jaminawa da TI do Rio Caeté	155
4.3.2.3. As dificuldades da implementação das políticas públicas para os Jaminawa da TI do Rio Caeté	165
4.3.2.4. A produção extrativista e agrícola da TI do Rio Caeté.....	170
4.3.3. Uma cidade repleta de aldeias.....	171
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	190
7. ANEXOS.....	196
Anexo A.....	196
Anexo B.....	203
Anexo C	204
Anexo D	205

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exportação de borracha amazônica e preços internacionais (E/t) - Período 1821 -1945.....	51
Tabela 2 - Estado de São Paulo e Amazônia: exportações de café e de borracha. 1871/1920.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População indígena pré-cabralina, adaptado de Denevan.	41
Quadro 2 - População indígena pré-cabralina, conforme Hemming.....	45
Quadro 3 - Brasil Meridional, Darcy Ribeiro, 1957.....	45
Quadro 4- População e localização/situação das Terras Indígenas dos Jaminawa no Estado do Acre	125

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Territórios indígenas ocupados pela plantação de café.....	44
Figura 2 - Área de fronteira Brasil, Peru e Bolívia de constantes perambulações dos Jaminawa.....	127
Figura 3 - Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamentos Agroextrativista no Estado do Acre	142
Figura 4 – Viagem à TI do Rio Caeté pelo Técnico da SEE Charles Falcão.....	149
Figura 5 - Lançamento da Revista Cadernos de Extensão Indígena em Rio Branco-AC, dezembro de 2010	152
Figura 6 - Manifestação dos povos indígenas na sede da FUNASA em Rio Branco-AC, novembro de 2010.	155
Figura 7 - Extração madeireira, BR 364 (Rio Branco – Sena Maudreira).	172
Figura 8 - Placa de identificação de licenciamento para extração madeireira, fazenda Camari BR 364 (Rio Branco – Sena Maudreira).	172
Figura 9 – Barracos nas margens do rio Iaco, à esquerda acampamento dos Culina (Madhja), do lado esquerdo acampamento dos Jaminawa	176
Figura 10 - Bairro da Pista, Beco do Adriano, aldeia urbana dos Jaminawa, Sena Maudreira.....	177
Figura 11 - Bairro da Pista, Beco do Adriano, aldeia urbana dos Jaminawa, Sena Maudreira, acesso à casa de Ricardo e Vitória.....	178
Figura 12 - Manoel Jaminawa (à esquerda, de boné amarelo) e Izael Jaminawa (à direita, de camisa branca), entrevistados, Sena Maudreira.	179
Figura 13 - Nazaré Jaminawa, barraco na margem do rio Iaco, Sena Maudreira.	180
Figura 14 - Ricardo e Vitória Jaminawa, entrevistado, estão morando em Sena Maudreira porque ele está doente, com hepatite “B”.	182

ABREVIATURAS E SIGLAS

- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio/ Acre;
- SEAPROF – Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar;
- SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente;
- CPI – Comissão Pró-Índio;
- UNI – União das Nações Indígenas;
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde/Acre;
- MPF – Ministério Público Federal;
- PIN – Programa de Integração Nacional;
- SPI – Serviço de Proteção aos Índios;
- PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal;
- PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária;
- PGC – Programa Grande Carajás;
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário;
- PDS – Programa de Desenvolvimento Sustentável;
- CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros;
- EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto no Meio Ambiente;
- AAFI – Agente Agro-florestal Indígena;
- IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre;
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento;
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural;
- ATES – Assistência Técnica e Extensão Sustentável;
- MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais;

MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento;

UDR – União Democrática Ruralista;

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura;

RESEX – Reserva Extrativista;

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento;

FEM – Fundação Elias Mansour;

DERACRE – Departamento de Estradas de Rodagem do Acre;

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário;

SAF – Sistema Agro-florestal;

TI – Terra Indígena;

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

SEE – Secretaria de Estado de Educação;

CASAI – Casa do Índio;

UFAC – Universidade Federal do Acre;

AISAN – Agente Indígena DE Saneamento e Meio Ambiente, e

AIS – Agente Indígena de Saneamento.

RESUMO

CASTELA, Eliana Ferreira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2011. **“Tudo é macaco, mas cada um deles funciona diferente”**: as **contradições da política de extensão indígena - o caso dos Jaminawa - AC**. Orientadora: Sheila Maria Doula. Coorientadores: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Douglas Mansur da Silva.

Este trabalho analisa o Programa de Extensão Indígena do Governo do Estado do Acre, executado pela Secretaria de Extensão e Agricultura Familiar – SEAPROF e sua interface com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e a viabilidade dessas políticas para o grupo indígena Jaminawa da terra indígena do Rio Caeté, localizada no município de Sena Madureira, no Estado do Acre, sob o enfoque da tradição, modernidade e políticas públicas, categorias analíticas que fundamentam o estudo. A pesquisa identifica as ações que estão sendo desenvolvidas naquela comunidade e as dificuldades que os órgãos pesquisados apontam para a sua realização. Dentre os resultados identificados, alguns órgãos, inclusive a SEAPROF que é responsável pela execução da Política de ATER indígena, consideram impeditivos para o sucesso das políticas, elementos próprios da cultura Jaminawa, que são os constantes deslocamentos entre aldeias e cidades, o que demonstra que o Estado desconhece se há de fato a necessidade de políticas de ATER para aquele grupo e qual a metodologia a ser aplicada para o sucesso das políticas públicas, inclusive de saúde e educação.

ABSTRACT

CASTELA, Eliana Ferreira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2011. **“It is a monkey but each works differently”**: the contradictions of the politics of Indian extension- the case of Jaminawa - AC. Adviser: Sheila Maria Doula. Co-Advisers: Ana Louise de Carvalho Fiúza and Douglas Mansur da Silva.

This paper analyzes the Indian Outreach Program of the Government of the State of Acre, run by the Department of Agriculture Extension and Family - SEAPROF and its interface with the National Technical Assistance and Rural Extension - PNATER, the Ministry of Agrarian Development - MDA and viability these policies to the indigenous group of indigenous land Jaminawa Caeté River, located in the municipality of Sena Madureira, in the state of Acre, with a focus on tradition, modernity and public policy, analytical categories that underlie the study. Among the results identified some organs, including the SEAPROF which is responsible for implementing the indian policy ATER consider impediments to the success of villages and cities, which shows that the unknown if there is indeed a need for policies ATER for that group and what methodology should be applied to the success of public policies, including health and education.

INTRODUÇÃO

O homem então se atocaiou na mata, perto do lago, e quando estava esperando cotia, apareceu lá uma anta, carregando quatro jenipapos, que jogou na água um por um: da água então saiu uma mulher muito bonita. (conto Jaminawa “Awapachutade” narrado para SAÉZ, 2006 p.460).

A proposição deste estudo sobre políticas de assistência técnica e extensão rural tendo como uma das unidades de análise os Jaminawa da TI do Rio Caeté nasceu, em parte, do acompanhamento, por esta pesquisadora, da trajetória das famílias daquela TI no período de 1996 a 1999, com a realização de pesquisas acadêmicas com povos indígenas, quando cursava geografia. A segunda motivação foi o fato daquela comunidade, estar incluída na relação de populações indígenas a serem beneficiadas com o Programa de Extensão do Estado do Acre.

Mas é também um propósito surgido na época que esta pesquisadora integrava o grupo de estudos e pesquisas sobre povos nativos - o GEAPON, formado por professores, alunos e funcionários da UFAC das áreas de geografia, história, antropologia, economia e letras.

Cabe aqui uma justificativa complementar à escolha de uma dada comunidade Jaminawa, que vai além da exigência metodológica. Embora, Saéz (2006) afirme ter razões suficientes para a escolha que ele fez de uma única comunidade Jaminawa para sua pesquisa, pois a “extensão do campo renderia não a visão global de uma estrutura, mas a repetição dos mesmos conjuntos até um limite impreciso” (p.37), avalia-se que a justificativa é plausível no caso do estudo etnográfico por ele realizado; porém para uma pesquisa sobre políticas públicas, pode-se considerar que o estudo ampliado dos Jaminawa às demais TIs traria a complementaridade necessária para melhor conhecer os resultados das políticas públicas implementadas ou mesmo para a implementação.

Essa percepção é ponto chave na ênfase dada à definição do beneficiário da política de ATER e o questionamento está centrado na tradição,

pois embora algumas etnias também beneficiárias do Programa de Extensão Indígena façam parte do mesmo tronco lingüístico, não têm a mesma tradição Jaminawa. A esse respeito, a contribuição de Saéz (2006) é providencial quando ele afirma que “a cartografia dificilmente acompanha o passo de um grupo como os Yaminawa” (SAÉZ, 2006: 16). Isso se refere à principal razão de distinção entre os Jaminawa e as demais etnias contempladas no programa do Acre, que é a perambulação. Característica essa, que foi apontada pelos diversos órgãos pesquisados como sendo a justificativa da descontinuidade das políticas junto àquela comunidade.

A indiscutível necessidade de definir e implementar políticas públicas para povos indígenas também despertou o interesse pela pesquisa em Políticas de ATER, que vêm fazendo parte dos programas governamentais, tanto na esfera federal, como no Estado do Acre, numa proposição que busca combinar o desenvolvimento sustentável, modernas práticas de ATER e tradição cultural.

O projeto inicial desta pesquisa tinha como objetivo geral analisar o Programa Estruturante de Extensão Indígena do Governo do Acre, sob a responsabilidade da Secretaria de Extensão Indígena e Produção Familiar – SEAPROF e suas ações junto aos índios Jaminawa da Terra Indígena - TI do Rio Caeté, tendo como objetivos específicos: analisar as ações de extensão indígena da SEAPROF, no contexto da atual política de ATER oriunda da PNATER; identificar e analisar a concepção que os Jaminawa da referida TI faziam sobre as ações do Programa de Extensão Indígena da SEAPROF; identificar junto à SEAPROF e demais instituições executoras do Programa as dificuldades na implementação dessa política entre os grupos indígenas do Acre e especificamente entre os Jaminawa; propor instrumentos para orientar as atividades de extensão rural junto às comunidades indígenas.

No momento de realização das entrevistas junto aos órgãos identificou-se que o Programa de Extensão Indígena do governo do Acre não havia sido implementado naquela TI, o que levou à redefinição do problema a ser investigado, para os seguintes termos: Os efeitos do Programa de Extensão indígena do Acre e a PNATER para os Jaminawa representam avanço em relação às políticas voltadas especificamente para índios? Ou será que

significa uma continuidade da forma como foram traçadas as políticas indígenas no Brasil? Constituindo-se a tradição em um fator de identidade, como as políticas de ATER afetam as tradições indígenas?

A partir desses questionamentos o objetivo geral da pesquisa definiu-se por analisar as proposições do documento do Programa de Extensão Indígena do Acre, que foi instituído em 2001 e reformulado em 2008, e verificar sua viabilidade para os Jaminawa da Terra Indígena do Rio Caeté, município de Sena Madureira - AC. Este objetivo deu origem aos seguintes objetivos específicos: identificar as ações de extensão indígena da SEAPROF e sua interface com a PNATER; identificar outras intervenções que estão sendo realizadas por demais organizações públicas na comunidade da TI do Rio Caeté; identificar junto aos órgãos, as dificuldades na implementação de políticas públicas para os Jaminawa; identificar demandas de políticas públicas junto aos Jaminawa da TI do Rio Caeté; propor instrumentos para orientar as atividades de extensão rural e demais políticas para os Jaminawa.

As distintas formas de atuação da FUNAI, desde sua criação até 2011, seguem de acordo com as diferentes estruturas adotadas pelo Estado ao longo desses anos, que experimentou governos ditatoriais e democráticos mas é definida, também, a partir da relação que os índios estabelecem com o órgão, que pode variar entre “clientela do Estado” ou mediante conflito, esta forma foi marcante na década de 1980 (LIMA e HOFMANN, 2002).

No período da “Nova República” efetuou-se a contratação de vários antropólogos de organizações não governamentais e de universidades pelo Estado, para atuarem como consultores junto aos postos administrativos da FUNAI (LIMA e HOFFMANN, 2002). No entanto, alguns autores consideram que mesmo diante desse propósito, ainda hoje, carece definir uma política indigenista específica por parte do Governo Federal, que não tem planejamento de diretrizes e nem um diálogo com os povos indígenas e suas organizações. É necessária a articulação entre governo, organizações indígenas e sociedade civil para realizar um planejamento e a execução de ações continuadas que promovam a mudança de vida nas comunidades indígenas (LIMA e HOFMANN, 2002).

A proposição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, elaborada em 2004 e transformada na Lei nº 12.188 em 11 de janeiro de 2010, apresenta inovações, que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável, tendo a agroecologia como orientação das ações. Com essa prática, considerada pelo Estado como sustentável pretende-se potencializar a inclusão social por meio de ações integradoras, estimular a produção de alimentos saudáveis, a partir do apoio e assessoramento aos agricultores familiares para a construção e adaptação de tecnologias de produção ambientalmente amigáveis, desenvolver ações que promovam a recuperação dos ecossistemas, incentivar o cooperativismo e associativismo que fortaleçam a competitividade e os laços solidários; apoiar instituições que desenvolvem serviços de ATER para ampliar e qualificar a oferta desses serviços (BRASIL, 2004).

O público beneficiário descrito na PNATER reúne: “assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros e outros públicos [...]” (BRASIL 2004:4). Estes distintos segmentos da sociedade passam a configurar como “agricultores familiares”, tornados homogêneos pela PNATER, o que se torna mais fácil para a implementação e o suposto alcance que a política poderá vir a ter. Uma política de ATER/ATES voltada apenas para povos indígenas, já requereria um maior grau de especificidade dadas as distinções entre as etnias, seus modos diversos de produção agrícola, uso da terra e valores simbólicos. Se a política do governo para o desenvolvimento rural pretende valorizar o conhecimento tradicional, como traz o documento da PNATER, necessariamente tais variáveis teriam que ser consideradas.

No Governo do Estado do Acre o Programa Estruturante de Extensão Indígena, a partir de sua reformulação em 2008, passou a incorporar muitas das proposições da PNATER, principalmente no que se refere à orientação de uma produção agroecológica, o desenvolvimento sustentável e a valorização do saber tradicional. O Programa de Extensão Indígena está vinculado à Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF, um dos órgãos estaduais responsáveis pela execução da Política de Assistência

Técnica e Extensão Rural, sob a responsabilidade da Gerência de Extensão Indígena. De acordo com o documento a política tem como objetivo dar suporte às ações mitigadoras para as sociedades indígenas que se encontram sob impacto da pavimentação das BRs 317 e 364 (SEAPROF, 2008).

O Programa de Extensão Indígena analisado nesta pesquisa, apresenta um quadro que relaciona as 34 Terras Indígenas do Estado, com uma população de 12.720 índios¹ (SEAPROF, 2008:12 e 13). Não estão descritos no Programa os critérios que elegeram os beneficiários – apenas as populações indígenas que se encontram sob a área de influência das BRs 317 e 364. Mesmo sabendo que são vários os impeditivos para que uma política tenha uma abrangência total de indivíduos que dela necessitam, como recursos financeiros disponíveis, entre outras razões, cabe questionar o porquê da escolha de algumas etnias, uma vez que todas elas sofreram conseqüências das relações de contato.

O documento estabelece que a Gerência de Extensão Indígena tem a tarefa de compatibilizar a introdução das técnicas que contribuirão para a melhoria da produção e da soberania alimentar, da produção de excedente para comercialização, da implementação e gestão de sistemas agro-florestais, do cultivo de sementes e criação de animais, de apoio jurídico às associações e cooperativas, não desconsiderando a valorização dos conhecimentos tradicionais. Percebe-se na concepção do Programa a tentativa de equilibrar a tradição com a modernidade, embora a metodologia para alcançar essa meta não tenha sido explicitada.

Para tratar da metodologia da pesquisa, cabe inicialmente a abordagem do universo empírico da investigação, a partir da descrição de uma das unidades de análise, que é o grupo étnico Jaminawa, denominação dada pela FUNAI, às diversas etnias do tronco lingüístico Pano, conforme estudo de Townsley (1994), melhor detalhado no quarto capítulo.

Os Jaminawa habitam hoje no Estado do Acre as Terras Indígenas (TI): Cabeceira do Rio Acre, Mamoadate, Guajará, Rio Caeté e Kayapucá, no município de Boca do Acre-AM. No Acre a população dos Jaminawa é de

¹ No anexo “C” os dados das terras e população indígenas estão atualizados.

aproximadamente 838 indivíduos (ACRE, 2010). Estão ainda espalhados em territórios peruano e boliviano que fazem fronteiras com o Brasil, além de um número razoável de famílias que vêm residindo nas periferias das cidades de Rio Branco, Brasiléia, Assis Brasil e Sena Madureira no Estado do Acre. Porém, a constante mobilidade das famílias nas fronteiras entre Brasil, Bolívia e Peru, assim como entre suas terras no Brasil, dificulta a contagem populacional de forma mais eficiente².

A criação da Terra Indígena do Rio Caeté em 1999 foi a “solução” encontrada por autoridades, para assentar os Jaminawa que se encontravam nas cidades mendigando nas ruas, num momento em que grande parte da população que habitava a TI Cabeceira do Rio Acre deslocava-se para os centros urbanos devido às divergências internas entre lideranças (CASTELA, 1999).

Foi nesse contexto de perambulações, mendicância e conflitos internos que surgiu a Terra Indígena do Rio Caeté, contrariando as normas legais estabelecidas para a criação de TIs, pois não está previsto na Constituição Federal a criação de TI a partir de compra de imóveis particulares; considera-se para esse fim, apenas as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos. Esse “descumprimento” das normas legais, ou inovação da forma de ocupação territorial por povos indígenas, aqui é destacado apenas para demonstrar a pressa que se tinha em tirar os índios da rua. Vale destacar, no entanto, que os índios Jaminawa sempre tiveram uma característica nômade. Atualmente a terra indígena - TI do Rio Caeté possui 158 habitantes (ACRE, 2010), número esse que pode mudar de acordo com as razões que levam os índios a saírem da TI, conforme será visto ao longo deste trabalho.

A coleta de dados do presente estudo foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica abordando as categorias analíticas de tradição, modernidade e Políticas Públicas, assim como aquela realizada em sites governamentais e de outras instituições executoras de projetos na área de estudo.

A pesquisa de campo foi realizada em quatro momentos distintos. O primeiro, julho de 2009, teve início junto à FUNAI, com a pesquisa documental,

² Ver mais detalhes sobre os territórios Jaminawa no Capítulo 4.

que foi de grande importância para a compreensão do processo de constituição e tentativa de regularização da TI do Rio Caeté, assim como a busca de informações para verificar a possibilidade de efetuar a pesquisa na TI. Foram também realizadas visitas preliminares para contatar pessoas das seguintes instituições: SEAPROF, FUNASA, SEMA e SEE.

O segundo momento ocorrido também em julho de 2009, deu-se do contato com a liderança Zé Correia Jaminawa e Aderaldo Jaminawa, no município de Sena Madureira, para obter informações a respeito da viabilidade da visita à TI do Rio Caeté, conforme orientação recebida da FUNAI, para proceder as entrevistas com os moradores daquele local.

O terceiro momento da pesquisa de campo teve como proposta metodológica o levantamento de informações através de entrevista semi-estruturada. Esta metodologia foi aplicada em uma das unidades de análise, que são os representantes das seguintes organizações públicas, governamentais e não governamentais localizadas no município de Rio Branco: Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Fundação de Cultura Elias Mansour - FEM; Fundação Nacional do Índio/ Administração Regional do Acre – FUNAI; Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF; Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA; Comissão Pró-Índio – CPI; Fundação Nacional de Saúde/Acre – FUNASA e Secretaria de Estado de Educação - SEE. No município de Sena Madureira foi visitado o Posto Indígena da FUNAI. Outro órgão consultado foi a Universidade Federal do Acre - UFAC.

O quarto e último momento da pesquisa de campo, realizado na cidade de Sena Madureira com a outra unidade de análise, os Jaminawa da TI do Rio Caeté, foi bastante diversificada, com um total de 10 indivíduos entrevistados sendo 5 mulheres e 5 homens, dentre os quais: uma liderança, um professor bilíngüe, um ex-agente agro-florestal e demais moradores que se dispuseram às entrevistas. Dentre eles estão indivíduos que moram na Terra Indígena do Rio Caeté, que se encontravam temporariamente na cidade de Sena Madureira e também alguns Jaminawa que se deslocaram recentemente (até três meses) da TI para residirem na periferia daquela cidade. Em todos os casos dessa unidade de análise foram aplicadas as técnicas de entrevistas semi-estruturadas. Muitas das entrevistas foram realizadas no bairro da Pista, que se

formou naquela cidade, o que pode ser considerado como uma “aldeia urbana” formada pelos índios Jaminawa.

A obtenção das informações junto aos órgãos foi registrada através de gravações ou realizada por email, este caso ocorreu apenas com três organizações, dentre elas lamentavelmente a SEAPROF. Com os Jaminawa, as informações foram gravadas e anotadas em caderno de campo, num único caso em que o entrevistado não permitiu que a conversa fosse gravada.

As principais dificuldades para a realização da pesquisa de campo foram as seguintes: A) a não obtenção de documentos que melhor permitissem uma avaliação mais aprofundada do Programa Estruturante de Extensão Indígena ou que apresentasse dados da execução, acompanhamento ou avaliação das atividades desenvolvidas, pois isso identificaria as TI em que o Programa já havia sido implementado. Os documentos que permitiram conhecer o Programa limitaram-se apenas a um artigo publicado pela Gerente de Extensão indígena da SEAPROF e o Caderno de Extensão Indígena “Sementes Tradicionais do Povo Huni Kui (Kaxinawa)”, publicado pelo mesmo órgão; B) Documentos que só foram acessados durante a realização das entrevistas. Isso resultou na principal dificuldade que foi a identificação, já na realização das entrevistas junto às instituições, que o Programa de Extensão Indígena não havia sido implementado na TI do Rio Caeté e que as políticas de ATER restringiam-se ao apoio na implantação de roçados e SAFs, devendo-se observar que nenhum dos Jaminawa entrevistados fez referência a essas ações.

O fato de o Programa não haver sido implementado exigiu a imediata revisão do roteiro de entrevistas com os Jaminawa, buscando identificar ações que o Estado e outras organizações desenvolvem junto aquela TI. Mesmo assim lacunas foram se apresentando na hora das entrevistas.

C) A terceira dificuldade foi a realização das entrevistas com os Jaminawa não ter sido realizada na TI e sim na cidade de Sena Madureira. O obstáculo decorreu do fato de eles se encontrarem dispersos na busca de soluções de alguns problemas que não se resolvem na aldeia, como o recebimento de benefício, tratamento de saúde, visita aos parentes ou mesmo a procura de diversões, pois a cidade constitui um atrativo para quem mora na

aldeia, que decorre do processo de interação cultural com a “incorporação de objetos, conhecimentos e signos do exterior (GORDON, 2006: 224). Essa situação em Sena Madureira não permitiu o estabelecimento ideal para uma relação de maior confiança que se conquistaria numa vivência mais prolongada com os entrevistados, foram encontros breves e palavras curtas.

Para entrevistar os Jaminawa foi necessária a dedicação de um tempo considerável para descobrir onde eles se encontravam durante o dia, pois os barracos montados por eles nas margens dos rios ficavam o dia inteiro praticamente vazios. Eles chegavam lá apenas no fim da tarde, quando o tempo para as entrevistas era curto, com pouca luz do dia e durante a noite havia a dificuldade de transitar pelas escorregadias margens do rio e sobre os estreitos trapiches que davam acesso entre os barracos. No entanto, as dificuldades aqui apresentadas junto a eles foram, em parte, superadas diante da receptividade e atenção que os Jaminawa dispensaram, considerando que não houve nenhum contato anterior com eles; alguns de imediato deixavam seus afazeres e procuravam identificar os parentes que pudessem atender à pesquisa.

Para cumprir os objetivos da pesquisa foram estruturados quatro capítulos, pensados na relação existente entre modernidade e políticas públicas como sendo projetos hegemônicos, que se completam e afetam a tradição (Boneti, 2000), assim como, tradição e modernidade, que são conceitos ao mesmo tempo, contraditórios e complementares (RODRIGUES, 1997). O primeiro capítulo aborda os conceitos de modernidade e tradição para entender como ocorreram as diversas intervenções capitalistas e as promessas não cumpridas da modernidade, face às contradições que ela apresentou ao longo da história e dos resultados observados na contemporaneidade. Isso permite refletir sobre erros e acertos, sobre a importância da razão e da ciência e perceber que são projetos ainda em curso e possíveis de realização.

O segundo capítulo discute as distintas intervenções, econômicas, sociais e religiosas, ocorridas junto aos povos indígenas e as diversas formas de resistência que os índios adotaram no estabelecimento da relação de contato, em defesa de suas vidas, culturas e territórios.

O terceiro capítulo aborda os elementos que fundamentam a formulação e implementação de políticas públicas e a análise da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER e o Programa Estruturante de Extensão Indígena do Estado do Acre.

No quarto capítulo são apresentadas algumas características do povo Jaminawa, com maior enfoque aos da TI do Rio Caeté, bem como apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada junto às instituições e Jaminawa, mencionadas na descrição metodológica.

Nas considerações finais são identificadas a falta de realização de programas na TI do Rio Caeté, algumas razões que dificultam a realização de ações junto aos Jaminawa, bem como a necessidade de estabelecer planejamentos ainda mais específicos para tornar viável a implementação de políticas públicas para aquele grupo indígena.

CAPÍTULO 1. MODERNIDADE E TRADIÇÃO

Este capítulo objetiva realizar um breve retrospecto histórico sobre o longo período de constituição da Modernidade, ressaltando os valores culturais, políticos e econômicos que resultaram em nova mentalidade frente à tradição, o abandono do pensamento exclusivamente centrado na religião, o desenvolvimento técnico e científico, o desenvolvimento do capitalismo e o processo de colonização das regiões dominadas pelo imperialismo. Esses novos valores dos tempos modernos promoveram mudanças a nível mundial, enquanto um projeto hegemônico, para modelar populações que se encontravam fora desse projeto. Pretende-se neste capítulo balizar como esses valores configuraram as concepções do Estado e da sociedade nas diferentes formas de intervenção junto aos povos indígenas brasileiros.

1.1. O pensamento teocêntrico e seu colapso

O Renascimento Cultural ou Renascença foi o período que se desenvolveu uma cultura humanista, leiga, antropocêntrica e de abandono dos ideais da vida medieval, momento em que o homem passou a ocupar um novo espaço no universo, que teve como fatores: o desenvolvimento do comércio na Europa Ocidental; as grandes navegações com apogeu no século XVI; a centralização do poder nas mãos dos reis que foi submetendo a igreja ao poder real; ascensão de uma classe de mercadores que tiveram papel fundamental enquanto elaboradores e financiadores de uma cultura especificamente urbana conferindo novas funções às cidades; e, finalmente, o declínio do poder da igreja, no campo do conhecimento fazendo surgir as universidades que foram também financiadas pelos mercadores (PINHO e CÁCERES, 1983).

Esses novos centros de saber levaram ao retorno dos estudos das culturas clássicas e do direito comercial romano. “Os renascentistas colocaram-se contra o conhecimento livresco e preocupado com o sobrenatural, dando lugar, durante o Renascimento, a um grande desenvolvimento técnico, aplicado

à expansão marítima” (PINHO e CÁCERES, 1983:139). Este foi o princípio predominante do Renascimento Científico.

No período feudal a cultura e a educação eram dominadas pela igreja católica, única instituição centralizada na Europa feudal e que tinha um poder superior ao dos reis, o que tornava o homem medieval extremamente religioso ou melhor a concepção religiosa de mundo se impunha aos homens. No entanto, havia uma contradição entre o que a igreja pregava, que era o amor cristão e o ambiente de luxo do clero, o que levou nos séculos XIV e XV, a uma completa degeneração de seus propósitos iniciais e o conseqüente questionamento por parte da sociedade (PINHO e CÁCERES, 1983).

A busca do conhecimento fora do domínio da igreja com o surgimento das universidades fez com que muitos eruditos lessem a Bíblia de maneira independente, o que promoveu a difusão da doutrina cristã na forma original. Aliado a isso “os camponeses e artesãos medievais, explorados pelos senhores leigos e eclesiásticos moviam contra a igreja violentas lutas armadas [...] a igreja viu-se obrigada a fazer sérias concessões aos rebeldes” (PINHO e CÁCERES, 1983:141).

Outros movimentos se alastraram como forma de contestação do poder da igreja católica, surgindo os primeiros sinais da Reforma Protestante, que deu início ao nacionalismo e pôs fim à autoridade do papa sobre os governantes. Os fatores que geraram a Reforma Protestante foram os seguintes: “A expansão marítima e comercial que fortaleceu a burguesia européia, interessada na reforma religiosa; a formação das monarquias nacionais; o Renascimento Cultural e o declínio da igreja” (PINHO e CÁCERES, 1983:142).

Esses acontecimentos levaram a igreja católica a promover uma reformulação moral, política e econômica, na tentativa de conter a expansão protestante, a Contra-Reforma, que objetivava além dessa reorganização, expandir o catolicismo em outros continentes, o que vinha ao encontro da expansão marítima comercial. “Aliada às monarquias nacionais da Espanha e de Portugal, para compensar sua fraqueza na Europa, a igreja católica procurou evangelizar, segundo sua fé, os primitivos habitantes das novas terras descobertas” (PINHO e CÁCERES, 1983:152). Assim, o Novo Mundo atendia a

dupla necessidade de fortalecimento do poder econômico e católico das metrópoles Portuguesa e Espanhola.

1.2. Dissolvendo o Mito e Impondo a Razão

O fracasso da visão teocrática trouxe consigo um mundo autônomo. Segundo Santos (1994) a primeira resposta dessa nova postura foi o individualismo que permitiu a manifestação de várias tensões, das quais o autor destaca duas: a primeira tensão é a subjetividade individual e a subjetividade coletiva. “O colapso da *communitas* medieval cria um vazio que vai ser conflituamente e nunca plenamente preenchido pelo Estado Moderno” (SANTOS, 1994:33). Com isso o autor quer dizer que essa mudança se deu em função do fortalecimento da individualidade, o mundo não era mais pensado apenas pela lógica da coletividade; no entanto, o Estado moderno fracassa ao tentar assumir essa função.

A segunda tensão é “entre uma concepção concreta e contextual da subjetividade e uma concepção abstrata, sem tempo nem espaços definidos” (SANTOS, 1994:33). Referente a esta tensão o autor diz que ela tem como representante paradigmático Descartes; no Discurso do Método, localizam-se os primeiros passos para o surgimento da ciência moderna, desenraizada da localidade e aspirando valores e métodos universais (SANTOS, 1994).

Segundo Santos (1994) a Modernidade tem paradigmas que atuaram também no processo de formação de identidade. O autor considera que “o primeiro nome moderno da identidade é a subjetividade” (p.32), manifestada pela individualidade que o humanismo renascentista fez surgir e que teve relação direta inclusive com o funcionalismo e a lógica do mercado.

O triunfo da subjetividade individual propulsionado pelo princípio do mercado e [de] propriedade individual, que se afirma em Locke e Adam Smith, acarreta consigo, pelas antinomias próprias do princípio do mercado, a exigência de um super-sujeito que regule e autorize a autoria social dos indivíduos – o Estado liberal (SANTOS, 1994:34).

Para o autor houve uma combinação entre o surgimento do Estado liberal, o início das viagens ultramarinas colonizadoras e o exercício do confronto entre subjetividades diversas que na quase totalidade das vezes resultaram em guerras contra o “outro”:

este ensaio europeu da guerra ao outro não é uma especificidade dos países ibéricos [...] a invasão da América do Norte começou com a invasão da Irlanda e pode-se afirmar com segurança que os ingleses transferiram para a Virgínia e a Nova Inglaterra os métodos e a ideologia de colonização destrutiva que tinha aplicado contra a Irlanda nos séculos XVI e XVII (ROLSTON, 1993:17, apud SANTOS, 1994: 35).

Santos (1994) esclarece, que tanto no caso da dominação ibérica, quanto inglesa, houve a negação da subjetividade do outro, por motivo de não haver correspondência entre as subjetividades dos colonizados e a “subjetividade hegemônica da modernidade em construção: o indivíduo e o Estado” (SANTOS, 1994: 35). Para exemplificar o autor se refere ao debate de Valladolid³, durante a controvérsia entre o jurista Juan de Sepúlveda e o Bispo Las Casas, no qual a inferioridade ou a igualdade dos índios frente aos europeus seria definida pela ausência ou presença da alma nos nativos da América.

1.3. O Desenvolvimento da ciência Moderna a serviço do Capitalismo

A renascença trouxe para o mundo a supremacia da ciência, seus métodos de investigação e seu rompimento com o campo do conhecimento ligado à divindade suprema; o novo conhecimento exigia um homem autônomo, que estabelecesse uma nova relação com a natureza (ADORNO, 1985).

O método de investigação científico inaugurado por Descartes, através do *laissez faire*, das condições intelectuais do homem indivíduo e da razão, permitiu a busca do conhecer como “força que liberta”. A organização corporativa para a busca da felicidade e da autonomia, pelo fazer científico de

³ Esse tema será tratado no segundo capítulo.

Bacon, dariam as orientações para a experimentação e a organização. (ADORNO, 1985).

Hoje, quando a utopia baconiana que ‘imperava na prática sobre a natureza’ se realizou numa escala telúrica, tornou-se manifesta a essência da coação que ele atribuía à natureza não dominada [...]. É a sua dissolução que pode agora proceder o saber em que Bacon vê a ‘superioridade dos homens’. (ADORNO, 1985, p.52).

A partir do século XVII o progressivo desenvolvimento do capitalismo foi seguido pelo avanço das técnicas de produção e das ciências naturais através do *método experimental*; “os filósofos e cientistas desse período acreditavam que a utilidade da ciência e da filosofia era dar ao homem o conhecimento e o domínio da natureza e da sociedade (PINHO e CÁCERES, 1983:194).

A Idade Moderna abrigou as bases do surgimento do capitalismo e do fortalecimento da burguesia. Mediante a “proteção e incentivo do Estado às manufaturas nacionais, o desenvolvimento do comércio mundial e da exploração das colônias é que a burguesia europeia se fortaleceu” (PINHO e CÁCERES, 1983:173). O mercantilismo permitiu o desenvolvimento da burguesia, mas no momento em que essa economia não mais atendia ao interesse da classe, os burgueses voltaram-se contra o Estado absolutista objetivando o pleno desenvolvimento capitalista.

Os paradigmas da Modernidade, como a razão centrada no sujeito, o caráter racional da ciência, a busca de valores como a igualdade, liberdade e justiça, o humanismo, o direito, a ordem e o progresso, são difíceis de contestar, pois eles “representam um amálgama de resquícios da consciência moral cristã de um individualismo nascente buscando segurança institucional e novas formas de pensar o mundo” (BRUSEKE, 2002: 138).

Segundo Bruseke (2002) o progresso técnico no século XVIII estava centrado nas virtudes do homem e a partir do século XIX esse entendimento foi materializado, pois “os primeiros capitalistas, mesmo sem ter a idéia do que faziam, o fizeram com eficiência, foram movidos pelo desejo de garantir a salvação da própria alma. “Como efeito não intencionado, mobilizou a ascense

intramundana e o trabalho profissional ininterrupto às forças produtivas do capitalismo” (BRUSEKE, 2002:138).

O homem sempre se utilizou da técnica em seus diversos objetivos no trabalho e durante muito tempo o instrumento técnico só era inteligível no seu processo de manipulação ou seja “um serrote serve para serrar madeira, sem madeira e sem alguém que a serre, este serrote perde a sua finalidade. O caráter finalístico da técnica [...] é tão óbvio que parece suspender qualquer questionamento (BRUSEKE, 2002:138).

No entanto, Segundo Bruseke (2002) ao longo da história europeia e somente na Europa o meio técnico foi transformado em algo novo a partir do pensamento científico, “com a fabricação e a manipulação de artefatos e instrumentos e a empresa capitalista”. A tríade ciência, técnica e empresa capitalista, marca dos tempos modernos, estabeleceu uma plena distinção dos tempos anteriores, a modernidade mudou os meios de realização do trabalho. “A máquina a vapor é um desses meios” (BRUSEKE, 2002:138). Os tempos modernos fizeram surgir novos fins para a técnica descoberta, ou seja, primeiro a técnica foi “criada” para depois encontrar sua finalidade. Isso representou a perda do caráter finalístico da técnica (BRUSEKE, 2002).

1.4. Modernidade, colonização e o fracasso emancipatório

O desenvolvimento da ciência moderna que permitiu o aprimoramento da tecnologia para o avanço das navegações no século XV, com as novas rotas comerciais e a “descoberta” do Novo Mundo, desencadeou o processo de conquista de territórios e povos e concedeu o lugar de centro científico, de riqueza e de poder hegemônico à Europa.

Segundo Vicentino e Dorigo (2005) até 1492, quando se deu a conquista de novas terras e povos pela Espanha e Portugal, a Europa era inexpressiva no que se refere à população, riqueza e existências de cidades, podendo-se considerar que era uma periferia do Império Árabe.

O papel que os europeus passaram a ocupar com a expansão do poder e influência no contexto mundial “é [uma] importante característica da modernidade: de periferia do mundo mulçumano, a Europa passa a ser

‘construtora de periferia’, e a América Latina é a sua primeira grande experiência de dominação” (VICENTINO e DORIGO, 2005: 140). Foi esse momento de contato entre europeus e habitantes do Novo Mundo que o conceito de primitivo tornou-se sintomático, pois refletia o pensamento europeu de sentir-se moderno frente às sociedades “atrasadas” que não correspondessem ao estilo e modo de vida do colonizador (MIGNOLO, 2010).

A situação colonial, ao colocar em confronto culturas, indivíduos, instituições e subjetividades, acabou trazendo à tona uma forte contradição presente no projeto da modernidade que tinha, por um lado, a promessa da emancipação do indivíduo das amarras da localidade, do obscurantismo da fé religiosa e das relações comunitárias de poder e trocas comerciais e, por outro lado, as relações de domínio, as guerras, a produção de desigualdades e eliminação da liberdade impostas aos povos colonizados.

Tal contradição ficou mais nítida no período do Iluminismo, quando os filósofos, principalmente, lançaram-se na árdua tarefa de definir o Homem, procurando a essência da espécie para além de suas particularidades culturais e considerando a liberdade e a busca pelo conhecimento como valores universais.

O Iluminismo marcou um período onde as condições de desenvolvimento da ciência começaram a ter por base o uso da razão e da crítica à fé como fonte de conhecimento, momento em que no plano político e econômico formularam-se críticas ao absolutismo e ao mercantilismo, principalmente pela limitação do direito à propriedade, conduzido pelo movimento de renovação intelectual. O Iluminismo teve início na Inglaterra, no final do século XVII e atingiu seu apogeu na França no século XVIII. Foi um movimento ideológico burguês, de uma classe social que vinha se firmando com a renovação intelectual e as transformações sociais, políticas e econômicas. O Iluminismo, ou “século das Luzes” tinha a base filosófica materialista:

O movimento representa o autodinamismo da matéria e tem sua origem na própria matéria. O conhecimento, que era entendido como um reflexo dos fenômenos existentes na razão

humana nascia das sensações, que por sua vez produzem o conhecimento (PINHO e CÁCERES, 1983:195).

Acreditava-se que a razão humana que permitia compreender a sociedade e a natureza daria a condição para a felicidade humana. Sobre esse aspecto Rouanet (1989) observa que a razão, maior bandeira da Ilustração pode ser contestada: “Sua fé na ciência é denunciada como uma ingenuidade perigosa, que estimulou a destrutividade humana e criou novas formas de dominação, em vez de promover a felicidade universal” (ROUANET, 1989: 26).

A emancipação, considerada o núcleo da ilustração, “foi, apesar de tudo, a proposta mais generosa [...] jamais oferecida ao gênero humano. Ela acenou ao homem com a possibilidade de construir racionalmente o seu destino, livre da tirania e da superstição” (ROUANET, 1989: 27).

A discussão do conceito de emancipação proposto pela modernidade é feita por Mignolo (2010) a partir do olhar na colonização e descolonização. Este autor explica os efeitos da modernidade nesse contexto, tecendo uma crítica ao uso do termo emancipação dos países da África, da Ásia e da América Latina, e procura mostrar as diferenças existentes entre emancipar, liberar e descolonizar, nos processos de “independência” política desses países.

Baseado na obra de Dussel (1977), Mignolo, (2010) considera que o conceito de emancipação pertence ao discurso da ilustração europeia e que segue sendo usado hoje na mesma tradição. É uma noção comum aos discursos tanto liberais como marxistas; no entanto, segundo o autor, os termos emancipação ou libertação/descolonização são dois projetos diferentes do terreno geopolítico. O autor observa que essa abordagem não serve para identificar quem está com a razão, e sim compreender quem são os beneficiados, quem necessita desses projetos, quem são os agentes e a quem se destina o projeto emancipatório, sendo importante distinguir quando a emancipação tem uma dimensão universal que parece abarcar os interesses de toda a gente oprimida do mundo (MIGNOLO, 2010).

Para melhor compreender a dimensão do termo emancipação, o autor lembra que no século XVIII ele esteve presente em três experiências históricas importantes da civilização ocidental que foram: a Revolução Gloriosa de 1688,

a independência dos colonos da Nova Inglaterra e Virgínia em relação ao Império britânico na América do Norte, em 1776 (Independência dos EUA) e a Revolução Francesa em 1789. Nas três experiências a emancipação foi o conceito utilizado para afirmar a liberdade de uma nova classe social, a burguesia (MIGNOLO, 2010) no entanto, todas essas experiências estiveram longe de promover a emancipação dos oprimidos “criados” na modernidade.

A libertação, diferentemente, oferece um aspecto mais amplo, pois inclui a classe racial que a burguesia europeia colonizou e subsume a noção de emancipação: não se trata só de descolonizar o colonizado, mas fundamentalmente de desvincular o colonizador enquanto detentor do controle da economia e da autoridade. Trata-se de libertar a matriz colonial do poder que sujeita a ambos (MIGNOLO, 2010).

Segundo Bosi (1992) uma outra contradição se estabeleceu no projeto emancipatório da modernidade, notadamente com as teorias evolucionistas do século XIX, que procuraram traduzir em tabelas lineares os estágios de desenvolvimento da Humanidade a partir de um espectro de classificações que iam da barbárie à civilização. Bosi (1992) afirma que a orientação moderna optou pelo conceito de cultura em oposição à natureza, incorporando teorias de evolução social que traziam uma visão da História como progresso técnico e de desenvolvimento das forças produtivas com ênfase dada à produtividade que “requer um domínio sistemático do homem sobre a matéria e sobre outros homens. Aculturar um povo se traduziria em sujeitá-lo ou adaptá-lo tecnologicamente a certo padrão tido como superior” (BOSI, 1992: 17), em retirar a sua liberdade de ser como é.

Referindo-se ao que Marx analisou sobre a ação colonizadora europeia que explorou os povos e os recursos naturais da América, África e Índia, Bosi (1992) esclarece “que o processo colonizador não se esgota no seu efeito modernizante de eventual propulsor do capitalismo mundial” (p.20); se for necessário ou quando estimulado, faz ressurgir os mesmos regimes de trabalho usados em tempos arcaicos, como o extermínio e a escravidão dos nativos de qualquer lugar do mundo, desde que seja de interesse econômico. “Contraditória e necessariamente, a expansão moderna do capital comercial, assanha com a oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz

retroceder às formas cruentas o cotidiano vivido pelos dominados” (BOSI, 1992:21).

Segundo Mignolo (2010) o discurso da *emancipação* proposto na ilustração europeia representa a mudança dentro do próprio sistema sem, no entanto, questionar a lógica da colonialidade.

O autor considera que estabelecer diferença entre emancipação por um lado e liberação/descolonização por outro - estes dois últimos enquanto projetos de desprendimento - leva à repensar o conceito de “revolução”, e exemplifica afirmando que nem todas as “revoluções” ocorridas entre o fim do século XVIII até metade do século XIX, referindo-se à insurreição de Tupac Amaru no Peru (1781), a revolução haitiana (1804) e a descolonização da África e Ásia no século XX, podem ser consideradas como pertencentes à proposta da modernidade de emancipação do homem. As duas primeiras apresentam semelhança de desprendimento, já as “independências” hispano-anglo-americanas ocorreram dentro do próprio sistema, portanto configurando-se como emancipação (MIGNOLO, 2010). Esta emancipação é semelhante a que ocorreu com a burguesia.

Ao discutir os processos acima referidos, Mignolo (2010) aponta semelhanças ao invés de estabelecer diferenças entre eles. Dessa forma o autor quer dizer que emancipação e liberação são os dois lados da mesma moeda, assim como modernidade/colonialidade. Emancipação captura o momento em que uma etno-classe emergente, a burguesia, por exemplo, emancipa-se das estruturas monárquicas de poder na Europa. Por outro lado, o conceito de liberação é construído frente à diversidade de grupos étnicos colonizados pela burguesia que se emancipou das monarquias. Por isso o conceito de liberação tem relação tanto com modernidade, quanto com colonialidade, por conseguinte “liberação” mantém o impulso da “emancipação”, mudam-se apenas os atores (MIGNOLO, 2010).

A análise de Mignolo (2010), aqui trazida de maneira sucinta, objetiva também compreender que “a modernidade não é um fenômeno exclusivamente europeu, mas está constituído numa relação dialética com a alteridade não-europeia e que os futuros globais ou serão uma continuidade dos ideais da modernidade, ou serão trans-modernos e descoloniais” (MIGNOLO, 2010: 28).

No primeiro caso a modernidade é entendida como essencialmente européia e a “emancipação” dos outros povos só pode acontecer a partir da Europa ou dos Estados Unidos, ou seja, por nações imperialistas, tudo orientado pelo local de concentração do poder “o que Habermas imagina como plena realização do projeto inacabado da modernidade” (MIGNOLO, 2010: 29).

A complexidade conceitual dos termos emancipação, liberação/descolonialidade e suas conexões, trazida por Mignolo (2010), procuram elucidar que o processo e autonomia de povos e nações, submetido à dominação imperialista “política, econômica e espiritual (epistêmica, filosófica e religiosa)” (p.30) não detém uma razão de verdade absoluta, ou seja, nenhuma pessoa, grupo, igreja ou governo de esquerda ou de direita, na opinião do autor, pode oferecer uma solução para a liberdade da população do planeta no seu conjunto. Isso porque tem que se considerar que há uma diversidade de povos e nações, por conseguinte deve haver uma diversidade de soluções que sejam próprias a cada povo e cada lugar. “Há dois tipos de atores na sociedade dos impérios: os que assumem o ‘mito irracional que justifica a violência genocida’ e os que se opõem a este mito e o denunciam no mesmo seio desta sociedade (MIGNOLO, 2010).

Atualmente a América Latina reúne um misto de culturas próprias do continente que se mesclaram às culturas européias permitindo a coexistência de uma diversidade de línguas, religiões e visões de mundo e “apesar das tentativas de dar à cultura de elite um perfil moderno, encarcerando o indígena e o colonial em setores populares, uma mestiçagem interclassista gerou formações híbridas em todos os estratos sociais”(CANCLINI, 2008: 73 e 74).

Como resultado disso, há nas capitais e outras cidades de alguns países latinos uma burguesia de elevado nível educacional que dispõe de objetos de tecnologia moderna e informações vinculadas à modernidade, onde “[...] ser culto, e inclusive ser culto e moderno implica tanto vincular-se a um repertório de objetos e mensagens modernos, quanto saber incorporar a arte e a literatura de vanguarda” (CANCLINI, 2008:74).

No entanto, segundo Canclini (2008) o componente de dominação da modernidade se faz presente ao longo do tempo com a mesma racionalidade da relação colonizador/colonizado. O autor apresenta o cenário histórico que

fornece a base para essas contradições, ao observar o conjunto do modernismo europeu que floresceu num espaço / tempo em que se combinavam:

um passado clássico ainda utilizável, um presente técnico ainda indeterminado e um futuro político ainda imprevisível [...] surgiu na intersecção de uma ordem dominante semi-aristocracia, uma economia capitalista semi-industrialização e um movimento operário semi-emergente ou semi-insurgente (ANDRESON, apud CANCLINI, 2008:73).

É um cenário de ampla transição histórica e de interseções temporais que permitiu às elites elaborarem um projeto global que apresenta contradições, cabendo questionar em que medida elas “entorpeceram a realização dos projetos emancipador, expansionista, renovador e democratizador da modernidade” (CANCLINI, 2008:73). Assim ao mesmo tempo em que propõem emancipar, elas incluem, praticam e perpetuam a irracionalidade da violência genocida.

1.5. Tradição e Modernidade, dois conceitos que se complementam

A sociedade do século XVII transformou a razão em instituição e em ciência criando modelos experimentais como se fossem o único caminho para “um mundo verdadeiramente humano”, alcançado pela ordem, equilíbrio e civilização e o progresso (GOMES, 2000: 35).

A racionalidade é um marco da modernidade que se manifesta com duplo caráter: um deles é como “território da razão, das instituições do saber metódico e normativo” (GOMES, 2000: 26), e o outro é a contestação por “contracorrentes, [do] poder da razão, [dos] métodos e da ciência institucionalizada e [do] espírito científico universalizante” (ibdem). Se assim considerar esse período, se fará da modernidade um campo de tensões e conflitos em torno de seus princípios fundantes, que são a atividade intelectual e sua organização, e passa-se a negar a hegemonia da razão. “Esta é sem

dúvida, uma leitura possível quando se percebe o desenho de outra corrente de pensamento, dita neomoderna ou hipermoderna (GOMES, 2000:27).

Segundo Gomes (2000) pode-se considerar que a modernidade teve início com o surgimento de novos valores que se manifestaram em diferentes dimensões da vida social. Foram mudanças de uma dinâmica espaço-temporal que ocorreram gradualmente e de complexidade tamanha, que embora seja um período preciso - opinião que não é consenso entre os estudiosos do tema - não tem uma única localidade. Gomes (2000) observa que o novo lugar conferido à ciência talvez tenha sido o principal traço dessa mudança de valores e a mais importante característica da modernidade.

Além disso, Gomes (2000) destaca importantes componentes da modernidade como o desenvolvimento do capitalismo, o processo de industrialização e a globalização, que marcaram profundamente a vida em sociedade, conforme exposto anteriormente, mas também a relação da modernidade com o meio ambiente⁴ e os conteúdos culturais.

A expressão *moderno*, culturalmente, traz consigo uma imposição “negativa àquilo que existia antes e que a partir de então se transforma no antigo ou no tradicional” (GOMES, 2000:49). O moderno está associado com a contemporaneidade, não só substitui, como pode também negar elementos do passado, algo que não faz sentido no presente. A partir daí surge “a concepção de uma estrutura em progressão, segundo a qual o avanço e a mudança são sempre elementos necessários” (ibdem).

Segundo Gomes (2000) o novo torna-se sinônimo de legítimo e em seu nome busca-se toda forma de justificativa. Isso passa a exigir uma “atualização” de todos sobre todas as coisas e situações, instalando-se uma exclusão de quem não adere a esse novo, moderno, atual.

Segundo Rodrigues (1997) a constituição da modernidade trouxe em si um ideal ambivalente, surgido numa base de contínua referência à tradição, um projeto em constante crise, marcado pela necessidade de incessante ultrapassagem, de tal forma que:

⁴ Abordagem que será retomada no segundo capítulo.

É por isso que a tradição e a modernidade são duas faces de uma mesma moeda, estabelecendo entre si uma relação espetacular: moderno é tudo o que se demarca em relação aquilo que permanece como tradicional, tal como tradicional é tudo o que se demarca em relação àquilo que se apresenta como moderno (RODRIGUES, 1997:2).

Na análise dos valores próprios da modernidade, considera-se que “há um duplo fundamento formado pelo par novo/tradicional, noções que já existem há muito tempo, mas tornam-se marcantes a partir da modernidade” (GOMES, 2000:29). Assim falar de moderno ou novo, necessariamente implica remeter-se ao tradicional, são “dois sistemas que se opõem, mas que estruturam uma mesma ordem” (ibdem).

Gomes (2000) aponta que há uma ligação entre esses dois pólos, sendo impossível atribuir a um dos dois, valor superior em relação ao outro. “A tradição não significa a permanência defasada e refratária a qualquer mudança [...] e o novo não deve nos conduzir a considerar que se trata de um movimento em permanente e completa mutação” (GOMES, 2000: 29). Importante é perceber que a base do novo é o tradicional e que mesmo sendo dois pólos, ambos interagem.

Considerando que a ciência moderna se legitima pelo método, são as diferenças metodológicas que constroem as individualidades epistemológicas desses dois pólos, “oriundo do projeto fundado no Século das Luzes. A idéia central nesta concepção é a universalidade da razão” (GOMES, 2000: 30).

O raciocínio enquanto movimento histórico ou científico alterna momentos de estabilidade e de crise. “A crise é o anúncio de uma modificação, é também o signo da confrontação entre dois níveis de compreensão, o antigo e o novo” (GOMES, 2000:30). Conforme o autor observa, o novo será valorizado como superior somente na trajetória que busca uma posição adequada, justa e poderosa do ponto de vista da razão, que tem como base os grandes sistemas filosóficos e epistemológicos próprio da modernidade.

O ideal de ruptura com a tradição, posto pela modernidade, revelou uma natureza ambivalente, pois ao tentar destruir a tradição, tirava o sentido e a referência da própria modernidade, uma vez que os ideais modernos só encontram sentido na existência dos ideais tradicionais e de seu rompimento

com eles (RODRIGUES, 1997). Outro problema que Rodrigues aponta, é que o moderno nunca poderá vir a ser tradicional, por isso “todos os projetos modernos sofrem inevitavelmente os efeitos do descontentamento e da consumação do gosto que os gerou” (RODRIGUES, 1997:1). O autor afirma que esse processo tende a dar às obras modernas uma efemeridade ou a defini-las como moda.

Como já vimos anteriormente a proposta de emancipação trazida pela modernidade foi se perdendo ao longo dos três últimos séculos, sendo substituída por modelos padronizados de relações deixando o homem moderno preso à imposição de escolhas alheias ao seu ideal e cada vez mais distante do projeto original (RODRIGUES, 1997).

Na sequência da revisão crítica do processo de modernização, ambas as modalidades da experiência, tanto a tradicional, como a moderna, deixaram de ser vistas como etapas epocais, para passarem a ser encaradas como modalidades distintas da experiência que coexistem num mesmo espaço e numa mesma época (RODRIGUES, 1997:3).

Assim, Rodrigues (1997) considera a importância de conhecer as características dessas duas experiências, tradição e modernidade, o que torna possível compreender a atual relação entre as duas. Na “modalidade tradicional da experiência, o sentido de ser total, una e indivisível, os domínios cognitivo, técnico, ético e estético não são autônomos, mas formam um todo indissociável” (RODRIGUES, 1997:4). Esses domínios permitem a coesão comunitária, por meio de uma sabedoria que torna o indivíduo capaz de falar e agir, definindo assim “o lugar das narrativas míticas na transmissão predominantemente oral da sabedoria tradicional” (RODRIGUES, 1997:4).

Por outro lado, no que se refere às modalidades modernas da experiência, termo usado por Rodrigues (1997), este autor considera que seu ideal é encontrado nas diferentes épocas e culturas, com explícitas manifestações nas diferentes sociedades desde a revolução neolítica “mas é o pensamento racional na antiga Grécia, a partir do século VIII a. C. que marca a viragem moderna ocidental, com o surgimento de um ideal de indagação da

verdade independente das visões míticas herdadas da tradição” (RODRIGUES, 1997:6).

Da manifestação dessa experiência da modernidade decorre uma automatização das diferentes dimensões da realidade, que desfaz “o todo, uno e indiviso, o mundo objetiva-se, no sentido etimológico do tempo” (RODRIGUES, 1997:6). Essa automatização origina-se da racionalidade de como a ciência passou a ser pensada e na relação com a “sabedoria ancestral de natureza mítica, o saber técnico instrumental e as normas estéticas de sua representação” (ibdem).

Para Giddens (1997) a modernidade impõe uma nova ordem nas instituições, quando a vida social é completamente alterada pelo entrelaçamento da individualidade com as influências da globalização, que resulta na mudança de valores culturais. Segundo o autor, para se compreender a vida na modernidade nesse contexto, tem-se que considerar duas questões: o que é a tradição e quais as características de uma “sociedade tradicional” (GIDDENS, 1997: 80).

A ordem social pré-moderna é mantida pela tradição. Esta tem relação intrínseca com o passado, com o presente e a organização do futuro que está envolvida com o controle do tempo e do espaço. E tendo a tradição o elemento da repetição que vai do passado ao futuro, aproximando um do outro em suas práticas, pode-se considerar um tempo contínuo e um espaço que é central para isso (GIDDENS, 1997).

O autor fala da importância de perceber que mesmo a tradição estando em constante mudança há uma persistência de suas peculiaridades, a mudança não é mecânica nem é ruptura. As tradições têm uma organicidade em seu “desenvolvimento e maturidade, ou enfraquecem e ‘morrem’. A integridade e autenticidade de uma tradição é importante para defini-la como tal” (GIDDENS, 1997:81). São elementos relevantes da tradição: a memória coletiva, o ritual e a verdade formular. Esses três fatores garantem uma combinação que favorecem a solidariedade social.

Nessa direção, Rodrigues (1997) aborda a língua materna enquanto elemento importante da tradição, pois é dela que partem os modelos estruturantes da identidade individual e coletiva, que assegura a coesão da

cultura a qual o indivíduo ou grupo pertence. Relacionado à língua materna é competência dos mais velhos a transmissão da sabedoria de maneira a assegurar a continuidade ininterrupta às novas gerações, o que permite a manutenção da identidade e a força de união individual e coletiva da comunidade. A língua materna permite a aprendizagem da tradição onde é possível a distinção e associação de objetos do próprio mundo e do mundo de outros.

Este processo de transmissão é feito em momentos privilegiados, mas alimenta-se no discurso da própria vida cotidiana [...] mais do que a transmissão explícita de conhecimentos ou de saberes formais, discursivamente formulados, a tradição é uma sabedoria que se transmite implicitamente, através da observação e da imitação de posturas, de atitudes, das regras (RODRIGUES, 1997:5).

Giddens (1997) destaca como fundamental da tradição enquanto agente agregador a *verdade formular* e o guardião ou guardiães: “sejam eles idosos, curandeiros ou funcionários religiosos, têm muita importância dentro da tradição, são agentes ou mediadores essenciais de seus poderes causais” (GIDDENS, 1997:83).

Por sua vez a verdade formular “a que algumas pessoas têm pleno acesso” (p.83) é a linguagem ritual. “O idioma ritual é um mecanismo de verdade em razão de sua natureza formular [...] é aquela da qual não faz sentido discordar nem contradizer e por isso contém um meio poderoso de redução de dissensão” (GIDDENS, 1997: 83). Assim, a verdade formular abordada por Giddens (1997) estabelece uma relação específica com “aquilo que [por ser] verdadeiro, é simultaneamente belo e bom” (RODRIGUES, 1997:4).

O papel dominante de uma sociedade é constituído pela tradição, esta “representa não apenas o que ‘é’ feito com uma sociedade, mas o que ‘deve ser’ feito [...] o caráter moral da tradição apresenta uma medida da segurança ontológica para os que aderem a ela.” (GIDDENS, 1997:84).

Já segundo Refestin (1993) a tradição está sempre enraizada nos contextos da origem ou dos locais centrais. O território tem implicações marcantes com a tradição, resultante de práticas sociais concretas e abstratas que se apropriam de um espaço, tanto físico como simbólico, numa construção social.

No que se refere à implicação da modernidade na tradição, Giddens (1997) aponta duas direções de transformação que são: “[...] a difusão extensiva das instituições modernas, universalizadas por meio dos processos de globalização e os processos de mudança intencional, que podem ser conectados à radicalização da modernidade” (p.74). Essas duas proposições, na visão do autor, causam “*Abandono*, desincorporação e problematização da tradição” (GIDDENS, 1997:74), porque são mudanças impostas à decisão individual. O consumo, por exemplo, a escolha do que se veste ou do que se come é definida planetariamente, alheia à vontade de indivíduos que se encontram distante do centro de decisão.

No entanto, Giddens (1997) considera que existe a possibilidade de enxergar uma “democracia dialógica estendendo-se desde uma ‘democracia das emoções’ na vida pessoal até os limites externos da ordem globalizada, [uma] oportunidade de se desenvolver formas autênticas de vida humana” (GIDDENS, 2007:131). Isso é possível a partir do questionamento sobre o poder hegemônico da modernidade ter conseguido, de fato, se impor de forma completa e absoluta em todas as partes do planeta. Sabemos que não foi isso o que aconteceu, pois apesar da força dos processos modernizantes as coesões de acomodação, adaptação parcial ou de resistência acabaram criando nichos de diferentes contrastes entre a tradição e a modernidade.

Compreender esses matizes, hoje, deve ser o primeiro passo para redirecionar as políticas públicas para povos em que tradição e território ainda são repletos de verdade formular.

O questionamento da proposta da modernidade abordado neste capítulo é necessário face às contradições que ela apresentou ao longo da história e dos resultados observados na contemporaneidade. Refletir sobre os seus impactos serve para avaliar os erros e os acertos, a importância da razão, da ciência, da expectativa de liberdade e justiça, da promessa emancipatória, e

perceber que são projetos ainda em curso, possíveis de redirecionamento, e que a academia tem um papel importante junto à sociedade nesse ambicioso projeto.

CAPÍTULO 2. AS FACES DA MODERNIDADE NO BRASIL E OS IMPACTOS NAS CULTURAS INDÍGENAS

La Maldición De La Malinche

Del mar los vieron llegar
mis hermanos emplumados
Eran los hombres barbados
de la profecía esperada
Se oyó la voz del monarca
de que el dios había llegado.
Y les abrimos la puerta
por temor a lo ignorado.

Se nos quedó el maleficio
de brindar al extranjero
Nuestra fe, nuestra cultura,
nuestro pan, nuestro dinero.
Y les seguimos cambiando
oro por cuentas de vidrio
Y damos nuestras riquezas
por sus espejos con brillo.

Hoy, en pleno siglo veinte
nos siguen llegando rubios
Y les abrimos la casa
y les llamamos amigos.
Pero si llega cansado
un indio de andar la sierra
Lo humillamos y lo vemos
como extraño por su tierra.

Tu, hipócrita que te muestras
humilde ante el extranjero
Pero te vuelves soberbio
con tus hermanos del pueblo.
Oh, maldición de Malinche,
enfermedad del presente
¿Cuándo dejarás mi tierra..?
¿Cuándo harás libre a mi gente?

(Gabino Palomares)

Para falar dos processos de intervenção pelos quais os primeiros habitantes da América passaram recorreremos, inicialmente ao trecho da letra da música de Gabino Palomares, epígrafe acima, que resume um pouco do sentimento indígena, frente à colonização, um processo que tem reflexos ainda na atualidade. A história (ou mito) da índia asteca Malinche é um exemplo da chegada da modernidade ao Novo Mundo e enseja a pesquisa de Tzvetan Todorov⁵ que investiga a alteridade, a partir do comportamento diante do outro.

Este capítulo objetiva discutir as distintas formas de intervenção ocorridas junto aos povos indígenas na relação entre colonizador/Estado e igreja, orientadas a partir de duas matrizes de pensamento, esboçadas no início do século XVI, mas presentes ainda hoje. Esses dois olhares, conforme será abordado no item seguinte, são concepções que estarão presentes em diferentes momentos históricos, num confronto ideológico que será sempre retomado nas distintas intervenções que:

⁵ Tzvetan Todorov . *Conquête La de l'Amérique la questão de l'autre*. Paris. 1982.

- no campo do sagrado provocaram transformações na vida religiosa, quando se impôs o cristianismo, forçando-se a negação dos deuses e das crenças locais e a reverência a uma autoridade religiosa;

- nas intervenções de aldeamento provocaram deslocamentos geográficos, falta de liberdade e eliminação das referências simbólicas com o território, eliminação das relações tradicionais de vizinhança e de disposição das habitações, eliminação do sistema político e do poder tradicional;

- nas intervenções sociais trouxeram a condenação das práticas e regras sócio-culturais como a nudez e o canibalismo, assim como a introdução de práticas, como o estupro de mulheres e jovens, raptos, rapina de bens, separação das famílias, morte dos opositores entre outras violações desse gênero;

- nas intervenções econômicas modificaram o significado da produção, que antes atendia a necessidade de subsistência e de elementos culturais; inserção do significado de mercadoria; e alteração das relações de trabalho invertendo os papéis sociais e a noção do tempo de trabalho. E as intervenções ambientais que, associadas às econômicas, próprias do modo de produção capitalista, têm conseqüências danosas no meio físico e social.

2.1. Do Sagrado ao econômico: as intervenções que desestruturaram a tradição no Novo Mundo

O processo de colonização da América que teve início no século XVI resultou do desenvolvimento da navegação marítima na qual as expedições portuguesas saíram à frente nessa investida, com o facilitador da localização geográfica, voltada para o Oceano Atlântico. Em que pesem as diferentes formas e locais de colonização que ocorreram no mundo, considera-se que há algo de comum a todas elas que é a dominação e a relação de poder inerente a esse processo, pois para:

Tomar conta de, sentido básico de *colo*, importa não só em *cuidar*, mas também em *mandar*. Nem sempre, é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscará passar aos dependentes a

imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus (BOSI, 1992:12).

Segundo Bosi (1992) a colonização que se constituiu num projeto de ocupação de novas terras e exploração de seus bens foi realizada por agentes que além dos interesses materiais e econômicos, poderiam também servir de defesa aos crimes cometidos contra nativos, “a Cruz vencedora do Crescente será plantada na terra do pau-brasil, e subjugará os Tupi, mas, em nome da mesma cruz, haverá quem peça liberdade para os índios e misericórdia para os negros” (BOSI, 1992:15). Assim, dominava-se de várias maneiras, ocupando a terra, explorando seus habitantes e ainda saía-se em defesa dos oprimidos obtendo o reconhecimento deles por esse último feito. Para o autor, a colonização no Brasil foi marcada pela destruição ambiental e humana, tanto na plantação da cana-de-açúcar, quanto na ação bandeirante que espalhava queimadas das terras, morte e aprisionamento dos índios.

Os relatos sobre a impressão causada pelos índios aos europeus que chegaram à América são unânimes; havia tanto a visão inicial de um paraíso habitado por seres livres e inocentes, quanto a outra oposta, que os via como bárbaros e indolentes, entre outros adjetivos, mas que melhor atendia aos interesses da metrópole, a partir de ações que os tornassem obedientes, ou mesmo com o fim de exterminá-los.

Essas duas visões extremas que os brancos criaram dos índios se mantiveram com poucas modificações até a atualidade. Segundo Chauí, (2000) em meio à dominação e extermínio destaca-se a visão de que os povos indígenas da América fazem parte de um passado cronológico, ideológico e simbólico, e serão levados à extinção, frente ao progresso e à civilização passando a existir apenas na memória, como uma sociedade idílica em harmonia com a natureza. Essa idéia foi um marco do advento da modernidade e do capitalismo, como diz a autora.

A dupla interpretação que os índios do Brasil causaram aos primeiros europeus que aqui chegaram é também abordada por Bettencourt (2000), que destaca como era comum a impressão que se tinha sobre o Brasil, um local atrativo e paradisíaco; no entanto, sobre seus habitantes, com o passar do

tempo reforçava-se uma opinião negativa que fez prevalecer a certeza de que era necessária uma ação catequizadora para combater o paganismo, a poligamia, o canibalismo e a idolatria a outros deuses, costumes inadmissíveis pelo clero e pela Coroa portuguesa.

Uma série de trabalhos com as impressões causadas aos primeiros europeus que chegaram à América foi escrita a partir das imagens dos habitantes locais na ótica europeia. Beluzzo (2000) analisa três desses trabalhos: o primeiro, “Viagens ao Brasil” de Hans Staden, 1557, que é uma narrativa com observações de interesses etnográficos; o segundo “A História de uma viagem feita à terra Brasil” de Jean de Léry, 1578, um relato do renascimento francês, que estabelece, a partir de modelos da antiguidade clássica, uma valorização dos habitantes da América; e o terceiro “Grandes viagens” de Theodory De Bry, 1590 e 1634, um trabalho que além de representar as imagens de canibalismo, retoma as contribuições etnográficas de Staden e Léry. Beluzzo (2000) esclarece que essas descrições foram feitas a partir de imagens pré-concebidas, assim como ocorre também uma manipulação das imagens, carregadas de etnocentrismo.

A autora observa duas representações sobre o índio pelo olhar do *outro*, possibilitadas através da iconografia: a primeira que difunde a condenação pela falta de pudor dos índios, com a exibição minuciosa de seus corpos nus e a segunda que aceita a necessidade de mostrar o europeu como uma vítima da barbárie indígena, motivos que muito serviram para justificar as atrocidades cometidas pelos colonizadores.

A busca pelo enriquecimento e a necessidade de dominar para este fim, foram formas de aspirações ao poder, facilitado pela visão que os espanhóis tinham de que os índios eram seres inferiores e que “estão a meio caminho entre os homens e os animais” (TODOROV, 1993:143).

Essa é uma visão que seria combatida por outra vertente, partidária da igualdade entre todos os homens, orientada pelos princípios cristãos. São estas as duas matrizes de pensamento que foram inauguradas no contexto dos primeiros contatos e da exploração dos índios na América.

A primeira manifestação dessa polaridade é o documento que objetivava “dar ciência” aos índios de que a partir daquele momento eles se encontravam

sob o domínio espiritual e temporal da Coroa espanhola; essa era a “tendência de toda e qualquer ideologia de Estado, além do mais os índios só podem escolher entre duas posições de inferioridade: ou se submetem de livre e espontânea vontade, ou serão submetidos à escravidão” (TODOROV, 1993:145). Isso se fez em língua estranha aos índios, através de um instrumento também estranho para eles, que era a escrita e por outro lado, sem nenhum intérprete dos índios que pudesse confirmar se eles haviam ou não compreendido o comunicado, o que era feito propositalmente para facilitar o trabalho com o não questionamento dos índios diante daquela situação (TODOROV, 1993).

A respeito do olhar do colonizador sobre os índios, Todorov (1993) analisa o debate ocorrido em 1550, em Valladolid, quando os defensores da igualdade e os defensores da desigualdade entre índios e espanhóis, representados pelo bispo de Chiapas Bartolomé de Las Casas e o filósofo Gines de Sepúlveda, “põem em jogo além da oposição igualdade-desigualdade, também aquela entre identidade e diferença” (TODOROV, 1993:143). Os argumentos de cada um deles apresentam inúmeras controvérsias que tornam difícil julgar as duas posições, conforme observa o autor.

Sepúlveda, baseado na filosofia aristotélica, era adepto da idéia de que a hierarquia é o estado natural da sociedade e não a igualdade; no entanto, Todorov (1993) adverte que não há diferença natural e sim degraus numa escala de valores - superioridade-inferioridade. “Sepúlveda, mantendo o espírito aristotélico, dava exemplos dessa superioridade natural: o corpo deve subordinar-se à alma, a matéria à forma, os filhos aos pais, a mulher ao homem, e os escravos (seres inferiores) aos senhores” (TODOROV, 1993: 149). Ele seguia mostrando a inferioridade dos índios em relação aos espanhóis, argumentando que entre eles há tanta diferença “quanto entre gente feroz e cruel e gente de uma extrema clemência, entre gente prodigiosamente intemperante e seres temperantes e comedidos [...]” (p.150), chegando a comparar os índios aos macacos para expressar a extrema diferença em relação brancos. Todorov (1993: 150) considera que as

oposições entre índios e espanhóis elaboradas por Sepúlveda poderiam apresentar uma infinidade de proposições, conforme representadas abaixo:

ÍNDIOS /ESPANHÓIS
 CRIANÇAS (FILHO) / ADULTO (PAI)
 MULHER (ESPOSA) /HOMEM (ESPOSO)
 ANIMAIS (MACACOS) /HUMANOS
 FEROCIDADE / CLEMÊNCIA
 INTEMPERANÇA / TEMPERANÇA
 MATÉRIA /FORMA
 CORPO/ALMA
 APETITE / RAZÃO
 MAL /BEM

Sobre essa cadeia de oposições, o autor avalia que ela estava estruturada na simples oposição entre o bom e o mau, mas também era instrutiva no sentido que agrupava os pares categorizando-os entre determinados tipos de comportamento, diferença biológica, corpo e alma e por fim “as que opõem parte da população do globo cuja diferença é evidente, mas a superioridade ou inferioridade problemática: índios/espanhóis, mulheres/homens, estes dois últimos assimilados aos animais, àqueles que apesar de animados não têm alma” (TODOROV, 1993:151).

Ao mencionar o que considerava como características que justificavam a inferioridade, portanto o direito de escravizar os índios, Sepúlveda acabava por revelar traços próprios da sociedade indígena, mediante as ausências da escrita, do dinheiro, das roupas e dos animais para o transporte de cargas, sendo que em cada uma dessas situações evidenciava elementos simbólicos do outro, que permitia compreender e justificar as razões desse “semelhante” ser ao mesmo tempo tão diferente (TODOROV, 1997).

Por outro lado Las Casas, o “defensor” dos índios contra a escravidão, com seu discurso baseado no cristianismo “dá uma expressão mais ampla, colocando a igualdade como fundamento de qualquer política humana [...]” (TODOROV, 1993:159), argumentando que os direitos dos homens são comuns a todos independentes de raça, nação e credo, ou seja, independente de serem ou não cristãos.

No entanto Todorov (1993) observa que o risco consistia numa igualdade que é própria do cristianismo e essa é a questão que ficava posta

para os índios, como se pode observar no discurso de Las Casas: “Os índios são doces e tão decentes que, mais do que qualquer outra nação de todo o mundo, estão inclinados e prontos a abandonarem a adoração dos ídolos e aceitar [...] a palavra de Deus e a pregação da verdade” (Apologia,1 apud TODOROV, 1993:160). Se o discurso de Sepúlveda construía justificativas para a escravidão indígena baseado em Aristóteles, os argumentos de “defesa” de Las Casas, ao mesmo tempo em que os defendia “condenava-os” à catequização. Decidir se os índios tinham ou não alma serviria, então, apenas para determinar o tipo de intervenção a ser adotada.

Essas duas matrizes de pensamento definiram não apenas a ação do colonizador sobre os índios no século XVI, mas seguiram lado a lado nas demais intervenções que se sucederam em todo o continente latino-americano, guardadas especificidades mínimas em cada país. Uma seguiu condenando e a outra defendendo. Se a visão de Sepúlveda justificava a expropriação da terra e a escravidão, a de Las Casas reforçava a visão de seres dóceis e ingênuos, que necessitavam ser catequizados, protegidos e tutelados pelo Estado, orientações estas que foram materializadas, posteriormente, na legislação de proteção dos índios no caso brasileiro.

Outras interpretações que se tinham sobre os índios também foram registradas. Com base no inventário de Gabriel Soares de Souza e Fernão Cardim, escrito na década de 1580, Cunha (2009), aborda a forma como os europeus foram traçando perfis dos diferentes grupos indígenas atribuindo-lhes valores e comparando-os uns aos outros a partir de suas práticas culturais, que ela diz ser “uma visão que adere estreitamente ao etnocentrismo tupi. Denunciava-se assim a inaudita selvageria dos Aimoré de Porto Seguro e de Ilhéus” (CUNHA, 2009:199). O relato demonstra as impressões que os observadores tiveram traçando uma defesa em relação aos índios Tupi e uma condenação dos Aimoré, embora ambos se alimentassem de carne humana; tratava-se de “oposições clássicas, entre uma antropofagia nobre, de vingança, e o apetite bestial por carne humana”(p.199). Essas análises que refletem o estreitamento ou não da relação que o colonizador estabelecia com alguns indígenas, poderia resultar na condenação ou aprovação do comportamento de

cada um desses povos. A partir dessas diferenças traçadas empiricamente, organizavam planos distintos de alianças, trocas, afastamentos e rejeições.

A imagem do índio no contexto da chegada dos colonizadores às novas terras para explorar suas riquezas, um projeto tipicamente mercantil, precisou ser moldada atendendo a esse propósito. Era necessário combinar a riqueza da terra e a “disponibilidade” dos habitantes, que serviriam de mão-de-obra, para favorecer o intento estrangeiro e compensar o investimento financeiro com as expedições marítimas e promover a acumulação das nações colonizadoras.

Para o uso da mão-de-obra indígena a definição de um perfil, a partir das informações constantes nas cartas e relatos sobre os índios, foi fundamental na elaboração da legislação afim. No entanto, havia consonância com a legislação da metrópole que muitas vezes apresentava-se de forma conflituosa com a realidade da colônia.

Existia uma imensa legislação colonial referente às questões locais e aos índios, assim como aquelas dirigidas ao estabelecimento de direitos gerais (liberdade, trabalho, etc.). Tal legislação mudava suas disposições conforme os indígenas fossem aliados ou inimigos dos portugueses. Eram poucas as leis nas quais não ocorriam tais distinções (OLIVEIRA, 2006:36).

A legislação significava a violação do modo de vida e da cultura dos índios, pois o termo aliados, referindo-se a algumas tribos na relação amistosa com a igreja, não implicava uma adesão à política da metrópole e sim ao resultado da aplicação da força para os interesses políticos e econômicos (OLIVEIRA, 2006). Tratava-se de dois mundos extremamente distintos onde as concepções de direito, trabalho e economia, entre outros valores, não tinham afinidades, de modo que a aplicação da legislação portuguesa nunca servia para atender ou respeitar direitos dos índios, por isso, “embora estivessem dirigidos por princípios éticos e religiosos os índios abandonavam com facilidade os conhecimentos que recebiam” (OLIVEIRA, 2006: 37).

A partir de 1530 a força de trabalho indígena foi ocupada nas construções que deram infra-estrutura às vilas que começavam a surgir e com a empresa açucareira em pleno desenvolvimento, a mão-de-obra indígena foi

ampliada para essa atividade. Segundo Oliveira (2006), uma das formas de conseguir essa mão-de-obra eram as “guerras justas”, escravizando os índios considerados inimigos, que eram aqueles que se manifestavam contrários a esse fim.

Deve-se considerar que havia uma reação jurídica contrária à legislação imposta ao uso da mão-de-obra indígena, assim como uma reivindicação pelos seus direitos à liberdade. As razões da existência dessa legislação eram divididas entre interesses de colonizadores, religiosos e os próprios índios que lutaram contra a exploração.

Nessa época, havia nos aldeamentos “procuradores” que defendiam a liberdade dos índios, assim como índios que faziam petições em defesa de suas terras e liberdade. Um exemplo dessa realidade foi o **Regimento de 1680**, estabelecido graças aos esforços do Jesuíta Antonio Vieira junto à Coroa portuguesa. Esta lei proibia a escravidão do indígena mesmo que conquistado por resgate ou por “guerra justa” (OLIVEIRA, 2006:41).

Travava-se de uma disputa entre jesuítas e colonos: estes se sentiam prejudicados pela dificuldade de acesso a mão-de-obra porque a igreja se colocava contra a escravidão indígena; no entanto, o real interesse por parte dos jesuítas em manter os índios como aliados era a garantia da proteção do território da igreja contra as invasões estrangeiras (da França e Holanda, entre outros), assim como proteger-se do ataque de índios considerados rebelde. Isso fazia supor um benefício da igreja aos índios aliados, na verdade eles eram usados para prestarem esse tipo de serviços para os jesuítas (OLIVEIRA, 2006).

Diferente do que sugere Prado Jr.(1979) no tocante à atuação de missionários jesuítas em relação aos índios, Andrade (2008) faz uma constatação, baseado nos documentos escritos pelo Sargento Mor de Artilharia, Jerônimo Mendes de Paz, da Capitania de Pernambuco, que denunciava as atrocidades cometidas pelos padres capuchinhos e jesuítas contra os índios do sertão do São Francisco, que já no século XVII continha um núcleo constituído “por ajuntamentos portugueses, vilas e aldeias de índios;

fazendas de gado, grupos de índios nômades e outros ainda sem comunicação com os colonizadores” (ANDRADE, 2008:110). Os missionários eram acusados de enriquecer às custas da exploração dos índios que se encontravam em situação de miséria e com seu trabalho contribuía para uma vida farta dos missionários:

A pobreza, miséria, necessidade, desnudez e desamparo dos índios destas missões dos Padres Capuxinhos é tão notória e inegável, que não nos é necessário mais prova do que offerecel-os a vista de quem quizer vir ver. A fartura, regalo e abundância em que vivem os missionários, que não são avarentos e mesquinhos é maior que a de quantos ricos, regalões e liberaes tem os sertões. O missionário do Pambú era dos mais modernos neste emprego e ainda entregou cento e doze mil reis em dinheiro aos inventariantes, e apenas havia dous anos, que era missionário [...] (Jerônimo Mendes da Paz, 1761. ABN, 444, apud ANDRADE, 2008).

O Autor considera que, de acordo com os relatos do Sargento mor, as denúncias contra os missionários da missão de Pambú eram ainda mais atrozes, pois apresentavam requintes de crueldades contra um índio que foi açoitado em um tronco, castrado, tendo seu corpo arrastado e queimado. Essas denúncias revelam o outro lado sobre a atuação dos missionários “italianos que se faziam passar por homens justos às autoridades coloniais e atuavam como facínoras nos recônditos do sertão” (ANDRADE, 2008:112).

Tais denúncias não significam, no entanto, que o Sargento as fazia com o objetivo de defender os índios da ação missionária; tratava-se na verdade das disputas por mão-de-obra e terras indígenas, além de revelar a incapacidade administrativa da Coroa que precisava contar com o apoio dos padres para garantir o desenvolvimento da colônia. “Os missionários possuíam também a estratégica tarefa de ‘converter’ os índios à lógica e ordem colonialistas através do ‘amansamento’, tornando-os tratáveis e menos belicosos” (ANDRADE, 2008:113).

Do processo de colonização e seu impacto sobre as populações indígenas é importante referir-se aos índios Guarani, como povos historicamente desestruturados pela relação do contato com os europeus desde o século XVI. Trata-se de uma vasta família Guarani-Tupi que ocupava a

região da costa do Atlântico que vai desde a embocadura do Amazonas até o estuário Platino, estendendo-se pelo interior até os contrafortes andinos, especialmente em volta dos rios (LADEIRA, 1994). Ladeira considera que a maneira amistosa como receberam os europeus, e principalmente o fator da violência sofrida com a expropriação de seus territórios contribuiu em muito para a dispersão das famílias por outras regiões do país, uma vez que os Guarani eram profundamente religiosos e místicos, o que favoreceu o contato com os jesuítas, e eram nômades, viviam vagando pelo território em busca da Terra sem Males, um paraíso mítico.

O resultado da ação européia por meio da Coroa portuguesa, dos jesuítas e demais nações como França, Holanda e Inglaterra, no contato com as nações indígenas do litoral brasileiro foi uma rápida mudança da vida e da cultura local, onde foram alteradas as relações de parentesco frente à miscigenação, hábitos alimentares, cultos, etc., e de maneira marcante a diminuição da população, o desaparecimento de muitas culturas e a transformação da paisagem, primeiro no litoral e posteriormente, em todo o interior do país.

2.2. Os Ciclos econômicos e a destruição sócio-ambiental brasileira

Mediante o resultado das frentes econômicas que se desenvolveram desde a chegada dos europeus na América e a conseqüente destruição das inúmeras etnias aqui existentes, alguns autores se dedicaram a estimar a população indígena antes do contato e sua redução ao longo da história, uma tarefa nada fácil mesmo para estimar a população atual: realizar o cálculo do início da colonização é próxima a uma adivinhação (MELATTI, 2004). Este autor refere-se a três pesquisadores que se dedicaram a busca desses dados e adotaram procedimentos comuns para isso:

Julian Steward, organizador e coordenador do Handbook of South American Indians [...] estima para o Brasil do ano de 1500 uma população de 1.100.000 indígenas [...] dez anos depois Steward publicou um livro com Louis Faron [...], se no livro anterior estimava em 9.120.000 o número de habitantes

indígenas da América do Sul, Central e Antilhas no início do século XVI, neste o total subia para 10.190.235. Se a alteração da estimativa de 9.120.000 para 10.190.235 resultasse de uma correção igualmente proporcional para todas as áreas, a população indígena do Brasil seria de 1.229.085 (MELATTI, 2004:32).

Em 1976, Willian Denevan efetuou alterações num de seus artigos, usando o método próximo ao de Steward, que resultou num total de indígenas brasileiros no ano de 1500, seria para cerca do triplo do que foi calculado por Steward e Faron (MELATTI, 2004). Com base nos dados de Denevan, Melatti (2004) elaborou o Quadro 01 que permite a melhor visualização dos números populacionais dos indígenas brasileiros pré-cabralina, de maneira regionalizada.

Quadro 1 – População indígena pré-cabralina, adaptado de Denevan.

	km2	Densidade	Habitantes
Várzea amazônica	80.012	14,6	1.168.175
Terra firme amazônica	3.920.611	0,2	784.122
Litoral (do norte até RJ)	105.000	9,5	997.500
Interior do Nordeste	477.500	0,5	238.750
Cerrado	2.178.000	0,5	1.089.000
Total parcial	6.761.123		4.277.547
	1.786.280		
Superfície total do Brasil	8.547.403		

Fonte: Melatti (2004).

Melatti (2004) chama a atenção para as dificuldades que se apresentam para estimar populações de cinco séculos atrás e sua relação com as regiões, visto que a ocorrência dos deslocamentos de alguns povos, ao longo da história, pode apresentar na atualidade distorções nos cálculos, se relacionado ao período colonial.

De maneira sucinta Melatti (1983) faz um mapeamento da ocupação de territórios indígenas pelos não-índios no Brasil desde a colonização até o

século XX, relacionado à atividade econômica desenvolvida na época, demonstrando os povos e regiões impactados. No século XVI em função da primeira atividade econômica que foram as lavouras de cana-de-açúcar, destaca-se a região leste e sudeste do litoral e o impacto sofrido pelos índios do tronco Tupi que habitavam a região, segundo o autor, na década de 1980 restavam “apenas os Potiguára, no litoral da Paraíba com seus últimos representantes” (p.180).

No século XVII, ainda em plena atividade econômica açucareira e uma pecuária para dar suporte à lavoura, aconteceram várias lutas que dizimaram grande número da população indígena que ocupava o Nordeste e a Região do São Francisco. Com o apoio de Portugal teve início a ocupação do Maranhão e Grão-Pará, onde as lutas sangrentas também derrotaram os índios dessas localidades. Na região Sul as expedições realizadas por paulistas objetivava o aprisionamento dos índios com o fim de levá-los para o Nordeste e escravizá-los (MELATTI, 1983).

A mineração foi condutora da economia brasileira do século XVIII. Nesse período foram os índios dos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso que sofreram as maiores perseguições. “Nessa época começam a desaparecer os Kaiapó do Sul, que habitam a região meridional de Goiás e do Triângulo Mineiro. No Maranhão os criadores de gado invadiram as terras dos índios Timbira” (MELATTI, 1983:180).

Quando se refere ao século XIX Melatti (1983) faz menção apenas à região central do Brasil e à perseguição de criadores de gado aos índios Xavante e Kaiapó. Embora o autor não faça referência, mas é importante acrescentar, que é neste século que tem início a exploração da borracha na região amazônica; assim são os índios daquela localidade que passam a ser impactados, como será visto no item 2.3.

No século XX, Melatti (1983) aborda a construção da Estrada de Ferro Noroeste no Estado de São Paulo, quando aconteceram as lutas contra os índios Kaingang. Na Amazônia, em função do extrativismo da castanha e do látex, “mantinha-se em muitos pontos luta aberta contra os índios” (p.180).

Melatti (1983) observa que não se pode precisar quantas nações indígenas desaparecem ao longo desse processo histórico no Brasil, mas “em

1900, haviam duzentos e trinta grupos indígenas, os quais em 1957, estavam reduzidos a cento e quarenta e três, havendo desaparecido oitenta e sete em cerca de meio século” (RIBEIRO, 1957, apud MELATTI, 1983:180).

A relação estabelecida entre portugueses e franceses com os índios no litoral brasileiro, aconteceu mesmo antes da instalação das primeiras colônias, com a exploração da mão-de-obra na extração do pau-brasil (*caesalpinia echinata*), espécie esta, que ocupava vasta extensão do litoral e que os índios conheciam e utilizavam, o que se tornou favorável para a ação dos colonizadores. É com essa atividade que teve início a exploração ambiental e econômica do território; conforme observa Sodré (1985) “a atividade do pau-brasil, que se desenvolvia em torno de sua busca, abate e comércio, dava início, pois, a um tipo de economia predatória, que caracterizaria a colonização portuguesa” (p.6).

A atividade açucareira promoveu de forma marcante a devastação do patrimônio ambiental brasileiro. A mata atlântica ocupava uma faixa contínua que ia do Rio Grande do Norte ao Estado de Santa Catarina, “foi justamente nessa costa florestal que se gerou a atividade açucareira, fundada na transplantação de cana e estabelecimento de grandes propriedades canavieiras (SODRÉ, 1985:6).

É importante destacar a dimensão que Sodré (1985) quer dar ao referir-se à economia brasileira, composta por uma série de atividades predatórias e de forma crescente, tendo aqui o termo destruição ambiental, aquele que engloba o ambiente físico e a sociedade:

Essa ascensão gigantesca motivaria as condições de economia predatória, a mais terrível devastação florestal a que o mundo já assistiu: toda a mata atlântica, sofreu violenta devastação, sendo completamente destruída. Não se destruiu apenas a floresta, também as tribos indígenas foram destruídas, quando não obrigadas a abandonar as suas terras para refugiar-se no interior do continente (SODRÉ, 1985:7).

Sodré (1985) reporta-se ao fato dessa prática haver se repetido, mesmo que de maneira menos intensa, quando do desenvolvimento das atividades

econômicas do algodão no Estado do Maranhão e na Amazônia com a extração do látex.

Em sua análise sobre as atividades econômicas que marcaram a história do Brasil e a relação delas com a destruição ambiental, Sodré (1985) refere-se como sendo uma economia predatória, associando a atividade cafeeira à desertificação da região de cultivo, situada no “vale do Paraíba e às terras altas da província do Rio de Janeiro, para chegar a São Paulo, seguir pelos divisores entre os contribuintes do rio Paraná, prolongando-se ao sul mineiro e, mais tarde, ao Paraná” (SODRÉ, 1985: 7). O autor observa que toda essa região teve sua cobertura florestal destruída a partir das queimadas, como atividade primeira para a plantação extensiva do café.

A figura abaixo, do Brasil meridional, é uma representação geográfica de Prado Jr. (1979), por ele considerada como o centro de excelência da produção cafeeira, região esta, descrita acima por Sodré (1985), mas é também tradicionalmente território de alguns povos de origem chaquenha: Cadiuéu, Terena; do tronco macro-jê: Caingang, Xocling; da família tupi-guarani: Guarani, Xetá e de outros tantos que foram extintos durante esses ciclos econômicos.

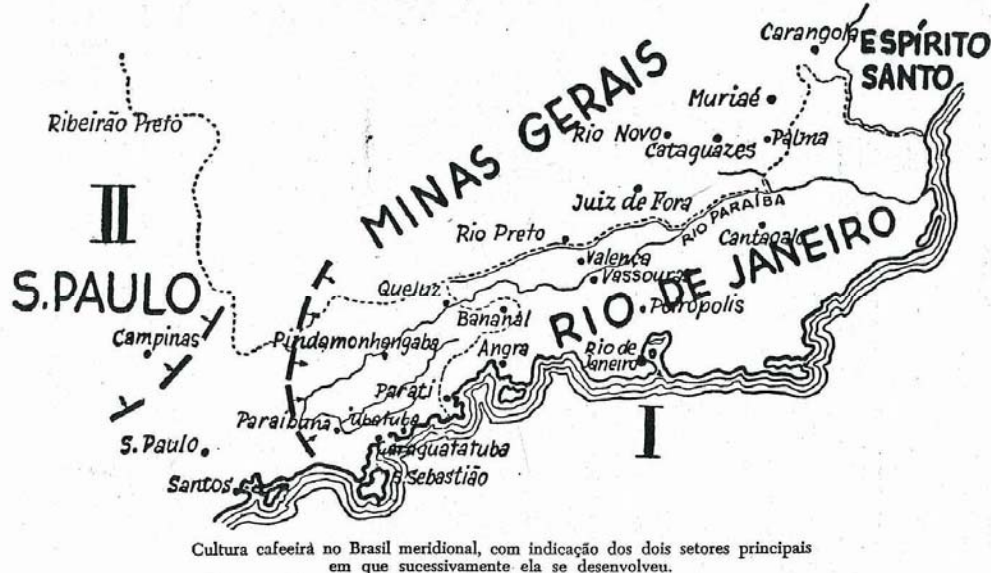


Figura 1 - Territórios indígenas ocupados pela plantação de café
Fonte: Prado Jr. (1979)

Fazendo uma correlação entre a figura acima e os quadros 2 e 3 a seguir é possível visualizar o decréscimo da população indígena da região, conseqüência da ação capitalista desenvolvida primeiramente pela metrópole portuguesa e posteriormente pelo governo brasileiro agravada com as intervenções econômicas que sucederam na região.

Quadro 2 - População indígena pré-cabralina, conforme Hemming

Região	População
Estado de São Paulo	146.000
Guanabara, Rio de Janeiro	97.000
Espírito Santo	97.000
Minas Gerais	91.000
Total	431.000

Fonte: Adaptado de Mellati (2004).

Quadro 3 - Brasil Meridional, Darcy Ribeiro, 1957.

Etnias	Classes de grandeza
De origem chaquenha	
Cadiué perm	100 a 250
Terena	3.000 a 4.000
Xamacoco	-----
Pantanal	
Guató	Extinta
Do tronco macro-jê	
Caingang	3.000 a 4.000
Xocleng	100 a 250
Ofaié	Extinta
Da família tupi-guarani	
Guarani	3.000 a 4.000
Xetá	100 a 250
Total	9.300 a 12.750

Fonte: Adaptado de Mellati (2004)

Ainda analisando os resultados econômicos da atividade cafeeira para o país, Sodré (1985) destaca que isso foi o início da “acumulação do capitalismo brasileiro, que possibilitou a implantação de um parque industrial, estabeleceu condições para surgir e crescer o mercado interno” (p.85). Dessa forma ele

avalia que o Brasil moderno se constituiu ao lado da “destruição sistemática do revestimento florestal nas faixas cafeeiras e algodozeiras do centro-sul” (SODRÉ, 1985: 85). Na região Sul o autor aborda a exploração madeireira da floresta dos pinheirais onde as serrarias promoveram sua destruição, provocando a expulsão e a perda das terras Kaingang, Xokleng, Carijó e Chanás.

A descoberta de jazidas auríferas no século XVIII deu uma nova dinâmica à colônia portuguesa; a extração do ouro, além de levar à decadência das demais atividades que foram desenvolvidas no Brasil, inclusive a açucareira, promoveu também uma alteração da ocupação que passou a se concentrar nas áreas mineradoras. Foram as expedições de bandeirantes paulistas que “andavam devassando o interior da colônia à cata de índios destinados ao cativo, por volta de 1696, que resultou na descoberta positiva de ouro na região que hoje constitui o Estado de Minas Gerais” (PRADO JR, 1979: 57). Mas conforme aponta este autor a mão-de-obra indígena não foi o forte nessa fase da colônia.

A formação das grandes propriedades privadas a partir de 1570 foi consequência de um tempo em que não somente o solo, mas também o subsolo, integrava essa propriedade em função da exploração do ouro e do diamante. Segundo Mazoyer e Roudart, (2010, p. 248) foi quando se desenvolveu a política das *reduções* que agrupava “o que restou da população indígena em vilarejos e restringia suas terras de cultivo”. E a política de *composição*, “que consistia em legalizar, por meio do pagamento de uma soma de dinheiro ao Tesouro real, as apropriações ilegítimas feitas pelos *encomenderos* das terras pertencentes às comunidades indígenas e ao poder real” (MAZOYER e ROUDART, 2010: 248).

As grandes propriedades particulares e o patrimônio da igreja foram formados a partir da expropriação de terras indígenas que foram desocupadas pela força, e apropriadas por “antigos *encomenderos*, funcionários, militares, espanhóis, antigos *curacas* indígenas” (Mazoyer e Roudart, 2010: 248).

Todas essas intervenções no campo econômico, aqui mencionadas, além de estarem associadas aos elementos mais característicos da modernidade - a globalização e o capitalismo – foi caracterizada pelo que

marcou as sociedades do mundo inteiro, a economia de mercado, um sistema regulado em si próprio, onde a economia era dirigida especificamente pelos preços, um marco do século XIX, conforme analisa Polany (2000). Fazer parte dessa economia mundo requereu do governo brasileiro a desorganização e destruição de sociedades tradicionais que tinham em seus territórios matérias primas para os produtos que o mundo demandava.

2.3. Frentes de Colonização na Amazônia e impactos nas culturas indígenas

Historicamente a Amazônia é confundida por diferentes razões e interesses diversos, tanto nos aspectos físicos, quanto no que se refere aos aspectos sócio-cultural e econômico, de forma que desde a chegada dos estrangeiros à América do Sul, a região foi alvo de inúmeros processos de exploração com conseqüências danosas ao ambiente e aos povos que nela habitam.

Uma série de incursões explorou a Amazônia brasileira desde a primeira metade do século XVII. No primeiro momento a região foi alvo pela busca das chamadas drogas do sertão,

nome que substituiu a palavra especiarias [...] acusam um comércio bastante ativo no decorrer dos séculos XVII e XVIII, sem esquecer a proveitosa mercancia dos holandeses que trocavam aqueles produtos com os índios, e ainda faziam a exportação de carne do peixe-boi (TOCANTINS, 1979: 92).

Embora os colonos, ainda no século XVII, tenham tentado implantar a agricultura na Amazônia, as condições naturais da região, como a densidade da floresta, clima e regime hidrográfico, influenciaram para que ocorresse uma situação adversa a esse propósito; nova política agrícola só foi desenvolvida no século seguinte, sendo a região explorada inicialmente por suas riquezas florestais como: cravo, salsaparrilha, castanha, canela e principalmente o cacau, assim como alguns animais. Estes produtos constituíram a base para a economia na região (PRADO JR., 1979).

Segundo Andrello (2006), a região do rio Negro, já no século XVII tornou-se a principal fornecedora de índios que foram escravizados na colônia de Grão-Pará e Maranhão para a extração das drogas do sertão, o que levou ao considerável decréscimo da população, resultante da escravização e da epidemia de varíola.

A alternativa para prover a capital da colônia de braços indígenas foram as chamadas tropas de resgate – expedições, destinadas à captura de escravos indígenas, que passariam a devassar as distantes regiões dos rios Negros e Amazonas financiadas pelo governo colonial e por proprietários de fazendas e engenhos. Oficialmente tais expedições subiam o rio com a finalidade de “resgatar” os cativos de guerras entre “gentios” – daí a designação “tropas de resgate” (ANDRELLO, 2006: 71).

Dentre as tantas formas de violência sofrida pelas populações indígenas da Amazônia a escravização exerceu papel preponderante para a redução da população. Vários índios foram mortos durante o trabalho e o apresamento, que acontecia também com o apoio de outros índios que se aliavam às tropas de resgate, uma tática em que se utilizava das rivalidades ente tribos e que surtiu efeito positivo para esse fim (ANDRELLO, 2006). O autor faz referência à guerra que os portugueses fizeram em 1725 contra os índios Manao que viviam próximo ao baixo rio Negro: “essa guerra teria resultado em uma drástica redução populacional no médio e baixo rio Negro, e aqueles que não foram mortos acabaram incorporados aos aldeamentos” (ANDRELLO, 2006:72).

As missões jesuítas foram instaladas no baixo rio Negro formando povoados com o objetivo de atrair os índios. No entanto, Prado Jr. (1979) questiona os reais objetivos dessas missões, se elas se estabeleceram por questões de zelo religioso com o fim de conversão dos índios ao cristianismo, ou se era por outros projetos maiores não explícitos. “Quanto aos jesuítas parece fora de dúvida que tinham na América um plano de grandes proporções: nada menos que assentar nela um imenso império temporal da igreja católica” (PRADO JR., 1979:70).

Isso explicava a formação de tantas missões que se estenderam ao longo do continente sul-americano, “do Uruguai e Paraguai, pelos Moxos e

Chiquitos da Bolívia, até o alto Amazonas e Orenoco” (PRADO JR., 1979:70). Ele defende que esse feito não tinha o objetivo tradicional das outras missões religiosas que abriam “caminho entre as populações indígenas para o avanço dos colonos europeus, pelo contrário, tudo fizeram para afastá-los e manter sua hegemonia própria” (PRADO JR., 1979). O argumento do autor revela a semelhança da atuação jesuíta com o discurso de Las Casas, referido no item 2.1 deste capítulo, que era livrar os índios da escravidão, mas não da catequese, dando sequência ao projeto religioso de torná-los cristãos.

Segundo Andrello (2006) a situação de escravização dos índios viria a mudar com a redefinição do território colonial e do tratado entre Portugal e Espanha em 1755, onde se estabeleciam novos limites, bem como a criação de nova unidade administrativa, que mesmo subordinada ao Grão-Pará ampliava a autoridade portuguesa ao interior da região, o que levava à nova forma de ocupação e um novo relacionamento com os índios.

Os grupos indígenas, desde então considerados vassallos da Coroa deveriam ser “descidos”, para as vilas ou aldeias comandadas pelos diretores nomeados pelo governo colonial, prestando serviços nas construções e no extrativismo, para o Estado ou para os colonos residentes (p. 75).

Esse foi o tipo de intervenção que provocou os deslocamentos geográficos dos índios dessa parte amazônica, que sofreram durante mais tempo o impacto em suas culturas, diferente daqueles que ficavam mais a oeste da região, pois o contato ocorreu somente a partir da exploração da borracha, iniciada no século XIX.

No final da primeira metade do século XVIII, por orientação do reino foi implantada uma política de incentivo à agricultura, paralela à exploração das drogas do sertão, uma intervenção que provoca novas configurações de relações de trabalho onde “o colono devia plantar as espécies nativas e aclimar as espécies alienígenas [...] cacau, algodão, café, arroz, canela e açúcar que obteve um crescimento sensível” (REIS, 1954, apud TOCANTINS, 1979: 93). Juntamente com esses produtos estava a madeira que era exportada também para a Inglaterra: “os barcos da Inglaterra exprimiam as formas e os processos

da Revolução Industrial, que se verificava na Europa. Era um sinal dos tempos novos abertos à Colônia” (TOCANTINS, 1979: 93).

Seguido a essas atividades que se desenvolveram na região viria o extrativismo da borracha, até desencadear numa série de projetos governamentais como a construção de rodovias, hidrelétricas e a intensificação do extrativismo madeireiro, que ainda na atualidade, atingem fortemente as populações indígenas locais ao longo de mais de quatro séculos.

2.3.1. Amazônia e a economia da borracha

A exploração da seringueira (*Hevea brasiliensis*) foi a primeira atividade econômica de grande impacto na região; no entanto merece destaque a informação do uso tradicional da borracha por índios da Amazônia, não apenas a brasileira, como dos outros países onde há a presença dessas árvores. Alguns estudos apontam o uso da borracha por índios da América Central pré-colombiana onde se identificaram locais que se assemelhavam a campos de esportes dos índios Maia, que praticavam jogos semelhantes ao basket-ball (TOCANTINS, 1979).

Arrumavam eles no ar uma bola de borracha, com o auxílio dos ombros, da cabeça, dos joelhos ou das ancas, jamais com os pés e as mãos, procurando acertar a jogada em um anel de pedra adrede pendurado na alta muralha do campo. Havia ainda um tempo litúrgico sob a inovação do deus da chuva, certo poço sagrado no qual os Maias lançavam oferendas na forma de bolas de borracha, para obter favores divinos. Entretenimento e liturgia confundiam-se nessas práticas, em que a bola silvestre entrava (p.99 e 100).

No entanto, com a identificação do valor da borracha pela indústria, o uso tradicional ligado ao entretenimento e ao religioso deslocou-se para um uso de valor estratégico na produção de pneus. Assim a região amazônica, incluindo a boliviana e peruana, passou por intenso processo de transformação social, econômica ambiental a partir da segunda metade do século XIX. “Dessa forma a ocupação econômica e o povoamento permanente na fronteira,

dependiam da estratégia de aproveitamento de matéria-prima dos países capitalistas centrais” (Rego, 2002, p. 264). Era necessário fazer uma reorganização sócio-ambiental da região para atender tais necessidades e o alvo atingido foram as nações indígenas ali existentes. Nesse contexto os índios foram expulsos de suas terras, aprisionados para atender a necessidade de mão-de-obra e mortos por não aceitarem a subordinação aos patrões seringalistas.

Segundo Becker (2009), muito embora tenham ocorrido grandes transformações na região com a economia da borracha, a Amazônia ainda permaneceria isolada do centro do país, em função da importância da economia do café na região sudeste do Brasil, continuando assim, associada aos eventos de desenvolvimento do capital internacional. A autora considera que a incorporação da Amazônia ao Brasil ocorreu de fato, por dois movimentos:

a geopolítica nacional [...] zelosa por manter a soberania sobre o território; e as relações regionais constituídas pela imigração nordestina que contribuiu para o povoamento, para a extração da borracha e para a unidade e configuração da Amazônia atual (BECKER 2009:210 e 211).

As Tabelas 1 e 2 a seguir, demonstram o comportamento da economia da borracha e sua importância a nível nacional e internacional, o que justifica a nova posição que a região ocupava no contexto mundial.

Tabela 1 - Exportação de borracha amazônica e preços internacionais (E/t) - Período 1821 -1945

ANO	Quant. (t)	E/T	ANO	Quant. (t)	E/T
1821 - 1830	329	67	1921	17.493	72
1831 - 1840	2.314	72	1922	19.855	72
1841 - 1850	4.693	45	1923	17.995	100
1851 - 1860	19.383	116	1924	21.568	90
1861 - 1870	37.166	116	1925	23.537	206
1871 - 1880	60.225	183	1926	23.263	145
1881 - 1900	110.048	152	1927	26.162	107
1901	30.241	283	1928	18.826	76
1902	28.632	256	1929	19.861	75
1903	31.717	308	1930	14.138	54
1904	31.866	350	1931	12.623	32
1905	35.393	420	1932	6.224	34
1906	34.960	401	1933	9.453	43
1907	36.490	374	1934	11.150	50
1908	38.206	308	1935	12.370	50
1909	39.027	484	1936	13.247	88
1910	36.547	655	1937	14.792	90

1911	36.547	412	1938	12.064	44
1912	42.286	380	1939	11.805	63
1913	38.232	285	1940	11.835	97
1914	33.531	206	1941	10.734	126
1915	35.165	200	1942	12.204	179
1916	31.495	240	1943	14.575	191
1917	33.998	224	1944	21.192	255
1918	22.662	174	1945	18.887	270

Fonte: Cano (1981, p.89).

Tabela 2 - Estado de São Paulo e Amazônia: exportações de café e de borracha. 1871/1920

ANOS	Exportação: 1.000 contos		
	Borracha	Café	AM/SP
1871 a 1880	107,90	221,80	48,60
1881 a 1890	185,50	490,70	37,80
1891 a 1900	1.116,30	2.860,00	40,70
1901 a 1910	2.268,80	2.899,20	78,30
1911 a 1920	1.406,80	4.942,00	28,50

Fonte: Cano (1981, p.89)

A tabela 1 demonstra a exportação de borracha da Amazônia, nos dois ciclos dessa atividade, no primeiro momento quando a região era a única exportadora do produto no contexto internacional durante o período de 1879 a 1912, quando entra em declínio como reflexo da produção dos seringais asiáticos que começaram a atender a indústria internacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, no período de 1942 a 1945 a exportação desse produto voltou a subir.

Na tabela 2 percebe-se a importância que a borracha teve no contexto da economia nacional mediante sua comparação com a exportação do café que ocorria na região sudeste do país, onde os acontecimentos históricos mundiais acima referidos permitiram entre os dois produtos, importância similar nas exportações do país, chegando a borracha a corresponder a 78,3% do valor do café no período de 1901 a 1910. No entanto, para manter esse patamar produtivo, tanto do café quanto da borracha, era necessário o aumento da mão-de-obra que atendesse a demanda da exportação.

Esse era um problema que o Brasil enfrentava com o fim da escravidão e “dois grandes movimentos de população atendem às novas demandas: uma grande corrente migratória de origem européia sustenta a economia cafeeira no Sudeste do Brasil, e uma corrente migratória nordestina sustenta a da borracha na Amazônia” (BECKER, 2009:213). O valor que a borracha adquiriu no mercado internacional exigia o aumento da produção, o que requeria maior

investimento financeiro e mão de obra suplementar. "Calcula-se em aproximadamente 260 mil imigrantes entre 1872 e 1900, sem contar os que teriam vindo antes para o Acre, o que teria repercutido no crescimento da população amazônica de 250 mil para 500 mil no período" (BECKER, 2009: 213).

A autora considera que a economia da borracha trouxe duas razões que fizeram da região amazônica uma unidade em si, a primeira foi o crescimento da população com as grandes levas de nordestinos que chegaram à Amazônia para trabalhar, a maioria deles como seringueiros; e a segunda razão foi o crescimento da economia, "em 1827, a quantidade de borracha produzida no Brasil não passava de 31 toneladas/ano. Já em 1860 a produção amazônica de borracha alcança 2.673 toneladas" (BECKER, 2009), o que comprova o comportamento progressivo da exportação da borracha produzida na Amazônia e coloca o Brasil como maior produtor mundial.

Embora apresentem algumas particularidades, os impactos sofridos pelos índios durante a exploração da borracha na região amazônica atingiram os povos que habitavam os territórios brasileiro peruano e boliviano. Importante dizer que essas fronteiras nacionais foram criadas após a chegada dos europeus e conforme as antigas colônias foram se libertando dos domínios português e espanhol, outras configurações territoriais se estabeleceram. As fronteiras internacionais entre os três países são estranhas aos territórios indígenas existentes na região.

Alvarado (2003) questiona a criação de nações a partir da colonização, que ignorando totalmente os povos autóctones da América, desorganizaram suas estruturas e formaram novas nações dentro dos territórios indígenas. O povo Jaminawa é exemplo desse processo, que teve como consequência sua distribuição nos três países: Brasil, Bolívia e Peru e os que habitavam o Departamento de Pando na Bolívia foram os que mais sofreram danos com a exploração da borracha, pois nessa época seus antepassados foram exterminados quase por completo.

Situação semelhante é a dos índios Guarani, conforme Bartolomé Melia, que estão no Paraguai, no Brasil, na Bolívia e na Argentina, mas não são nem paraguaios, nem brasileiros, nem bolivianos e nem argentinos e querer negar essa realidade é tapar o sol com a peneira (MELIA, apud LADEIRA, 1994). O

autor complementa: “nesse sentido, além de se constituir numa nação dentro de outra [...] eles são e sentem-se uma sociedade fechada sem espelhos, a não ser dentro da sua própria etnia Guarani” (p.13).

Essas duas realidades ilustram a situação semelhante vivida pelos índios da Amazônia e do centro-sul, assim como os referidos nos países fronteiriços, onde a política de delimitação de fronteiras dos Estados Nacionais, provocou separação e desagregação que têm como consequência a redução populacional, aculturação, perda da língua materna e a extinção de muitas nações.

Aliados a esses danos têm-se outros efeitos relevantes, que estão ocultos e muitas vezes nunca avaliados nessas intervenções; um deles é o que se passa internamente com essas populações, considerando suas diferentes configurações e visões de mundo, próprios de suas culturas, onde a separação dos parentes que ficam espalhados em diferentes países com legislações distintas, vai além da perda física. Pior ainda é a perda de referências por se encontrar fora da realidade simbólica e cultural indígena, porque chefe e pajé, por exemplo, têm outra racionalidade de escolha e de significado junto ao seu povo, pois “os guardiães têm muita importância dentro da tradição, são os agentes ou mediadores essenciais de seus poderes causais. Lidam com o mistério nas suas habilidades de arcano” (GIDDENS,1997:83), o que é diferente das razões de escolha de um chefe de Estado ou de uma autoridade religiosa católica, por exemplo.

2.3.2. A Política dos governos Militares e os grandes projetos para a Amazônia

Algumas características da região amazônica serviram para a definição de uma política de exploração, desorganização da vida local, destruição ambiental e desenvolvimento do capitalismo ao longo dos governos militares, como programa de ocupação econômica, supostamente moderna, que já estava em processo em outras partes da região. Era uma combinação de objetivos econômicos e geopolíticos, com o lema de integrar a região ao resto do país, para não entregar às grandes potências estrangeiras, ao mesmo

tempo em que se considerava a Amazônia um vazio demográfico, ignorando as diversas etnias que lá habitavam e as populações camponesas que estavam na região desde o século XVIII (MARTINS, 2009).

A partir do Golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia brasileira transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a restauração do regime político civil e democrático em 1985 (p.132).

Segundo Martins (2009) o modelo de ocupação promovida pelos governos era contraditório, uma vez que se implantavam projetos agropecuários que tinham como característica a dispensa de mão-de-obra e o esvaziamento de territórios. Por outro lado a agressão às populações indígenas em função dessas atividades econômicas promovia a redução demográfica de muitos povos, sendo que alguns perderam em poucos anos, até dois terços de sua população e milhares de camponeses foram expulsos de suas terras para dar lugar às grandes pastagens (MARTINS, 2009). Foi um período de muitos incentivos do governo federal ao capital privado, empresas nacionais e multinacionais foram beneficiadas “com descontos de 50% do imposto de renda devido pelos seus empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país” (MARTINS, 2009:75).

Governo e capital privado se entrelaçaram e o ganho real foi dos empresários que instalaram suas empresas na Amazônia, pois “a condição era de que esse dinheiro fosse depositado no Banco da Amazônia, e após aprovação de um projeto de investimentos pelas autoridades governamentais, fosse constituir 75% do capital de uma nova empresa, agropecuária ou industrial, na região” (MARTINS, 2009:75). Isso caracterizava uma doação financeira e não um empréstimo como se fazia supor, pois o investimento real das empresas seria de apenas 25% do montante ou a associação aos grandes proprietários de terra, o que consistia em estratégia governamental para atrair o empresariado do setor bancário, industrial e do comércio para a atividade agropecuária (MARTINS, 2009).

Mas esse investimento não se justificou em si mesmo, era também uma forma de garantir “a sobrevivência econômica e política das oligarquias fundiárias, controladoras do poder regional nos estados do Centro-Oeste e do Norte, opção por um modelo concentracionista de propriedade” (MARTINS, 2009:76).

Conforme o autor observa, tratava-se de um projeto voltado ao desenvolvimento supostamente moderno da região, que confrontava-se com a realidade local que o governo considerava atrasada. Para analisar as consequências disso, Martins (2009) discute o conceito de fronteira e o sentido desta na América Latina, em especial na Amazônia. Ele aborda o conflito como algo elementar à fronteira e traz o exemplo vivido entre índios e grandes proprietários de terra durante os governos militares na região, que ele considera a última grande fronteira da América Latina. “Entre 1968 e 1987, diferentes tribos indígenas da Amazônia sofreram pelo menos 92 ataques organizados, principalmente por grandes proprietários de terras, com a participação de seus pistoleiros, usando armas de fogo”. (MARTINS,2009:132).

Mas também é fato que em todos os momentos da história, os índios reagiram à violação de seu modo de vida, escravidão e assassinatos; entre 1968 e 1990 “diferentes tribos indígenas realizaram pelo menos 165 ataques a grandes fazendas e a alguns povoados” (MARTINS,2009:132). Em muitos desses ataques eram utilizadas armas tradicionais como borduna, arco e flecha, assim como foram adotadas estratégias de ataques por diferentes tribos, simultaneamente em diferentes lugares no mesmo dia.

Outra reação às políticas que ignoraram a integridade dos territórios indígenas foi quando “em 1984, os Kayapós-txukahamães sustentaram uma verdadeira guerra de 42 dias contra as fazendas e o governo militar, que culminou com o fechamento definitivo de extenso trecho da rodovia BR 080” (MARTINS,2009:132). Segundo este autor, a rodovia tinha sido aberta para “facilitar a futura invasão das terras por grandes fazendeiros” (p.133).

A reação organizada dos índios é uma consequência do histórico de exploração, num momento em que eles começaram a manifestar para o governo e a sociedade o desejo de ter reconhecimento jurídico e respeito enquanto primeiros donos do território que ocupavam e que se constituíam,

historicamente, alvo de exploração das riquezas que estavam também no subsolo - os recursos minerais - que atraiu na década de 1980, a instalação do grande capital empresarial de mineradoras.

A perseguição de grandes proprietários de terras não se restringiu aos índios, os camponeses da região também foram alvo de violência. “Entre 1964 a 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região amazônica, por ordem de proprietários que disputam com eles o direito à terra” (MARTINS, 2009:133). Essa foi uma realidade em toda a Amazônia brasileira em diferentes momentos da ditadura militar.

Vários projetos foram desenvolvidos na região nas décadas de 1970 e 1980, com forte intervenção estatal nas áreas de reflorestamento, agricultura, pecuária e mineração. Um dos projetos com significativo investimento do capital internacional que se instalou na Amazônia na década de 1980 foi o Jari, com um montante de 750 milhões de dólares dos quais, aproximadamente 580 milhões de dólares foram provenientes de empréstimos bancários “com reflorestamento, fábricas de celulose e caulim, cultivo de arroz, pecuária e sólida infra-estrutura montada às margens do rio Jari (entre o Pará e o Amapá, num dos maiores imóveis rurais do planeta) (PINTO, 1986:81).

O projeto Jari tinha à frente o empresário norte-americano Keith Ludwig, que empregou uma tecnologia inadequada à realidade amazônica ainda pouco conhecida na época. A plantação de arroz contou com “adubação química feita por avião e utilização de máquinas para a irrigação e drenagem, no entanto, o resultado foi um prejuízo de cinco milhões de dólares ao ano. A previsão era de que os arrozais estendessem-se por 14 mil hectares, mas não atingiram um quarto da previsão (PINTO, 1986).

Este autor afirma que erro semelhante ocorreu com o investimento feito na fábrica de celulose, que durante sua implantação chegou a impressionar pela grandiosidade, mas os resultados foram decepcionantes devido à escolha da espécie, gmelina arbórea, que Ludwig julgava poder revolucionar o mercado da produção de celulose, bem como as condições próprias da região que não permitiram a produção satisfatória dessa espécie. Outros problemas como o fato de que “Ludwig já não desfrutava da desenvoltura para circular nos gabinetes governamentais” (PINTO, 1986:83).

Com o prejuízo acumulado pelo total fracasso do projeto, o empresário recusou-se a pagar as parcelas do financiamento, sendo o Tesouro Nacional, avalista da transação, obrigado a assumir o prejuízo; “mas o governo teria que assumir o controle da empresa, estatizando-a” (PINTO, 1986:83) e os cofres públicos serviram para cobrir o fracasso decorrente do erro do empresário.

2.3.3. Mineração na Amazônia e os povos indígenas

O interesse pela exploração de recursos naturais em terras indígenas sempre se constituiu uma forte ameaça às diversas etnias da Amazônia. Durante os governos militares e mesmo após a chamada reabertura democrática a situação se agravou principalmente na retirada de minérios, onde o interesse de empresas multinacionais com o apoio de incentivos do Estado, que concedia alvarás sob o argumento do desenvolvimento econômico nacional, garantia assim, em diversos territórios indígenas, a exploração mineral.

Segundo Alencar (1986), em função disso, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e a Confederação Nacional dos Geólogos (Conage) elaboraram um relatório que trazia dados preocupantes para o futuro dos índios na Amazônia, pois 77 das 302 áreas indígenas da região estavam ameaçadas por 74 empresas mineradoras e denunciavam o avanço da atuação dessas empresas que, conforme levantamento, eram os seguintes:

Grupos nacionais - Brumadinho (34 alvarás), Paranapanema (33), Cerlumbrás S.A. Mineração e Metais (13), Mineração Macaúba Ltda. (13), Carbonífera Crisciuma (10) e Jarua Mineração Indústria e Comércio Ltda. (10). Entre as multinacionais, destacam-se a Anglo American/Bozzano Simonsen (117 alvarás – 104 em terras indígenas de Rondônia) e o grupo Brascan British Petroleum (76 alvarás, 57 dos quais no Pará). As estatais federais que também cobiçam os minérios são, Companhia Vale do Rio Doce (26 alvarás), Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) (21), Petrobrás (4) Estatais estaduais – Codesaima (1) e Propará (1). (ALENCAR, 1986, p. 75 e 76).

O Ministério de Minas e Energia em 1986, havia concedido 537 alvarás para realização de pesquisas nessas áreas, “além disso, há 1732 pedidos de pesquisa, correspondendo juntos a 52 milhões dos 67 milhões de hectares de terras indígenas oficialmente catalogadas pela FUNAI (ALENCAR, 1986: 72).

Baseado na opinião de Carlos Alberto Ricardo, um dos coordenadores do levantamento dos dados acima, Alencar (1986) observa que o favorecimento à situação de exploração mineral em terras indígenas era devido ao conceito de terra indígena trazido no artigo 198 da Constituição Federal de 1967 e o lento processo de regularização das mesmas, que deixava lacunas para os juristas que defendiam os interesses dessas empresas argüirem pela concessão dos alvarás.

Outro argumento era a própria visão nacionalista e equivocada de que a regulamentação dos territórios indígenas acarretaria a criação de uma nação dentro da outra, como se fosse o aspecto jurídico que cria a terra indígena, quando na verdade é exatamente o contrário; conforme abordado anteriormente, foi a colonização e a conseqüente formação das novas nações, ao desligarem-se da metrópole, que se instalaram dentro das nações indígenas. Tal equívoco estava presente na fala do Deputado João Batista Fagundes (PDS - RR):

uma comissão pretende criar o Parque Yanomami, como primeiro passo para a criação de uma nação dentro da nação brasileira. Essa medida, totalmente atentatória à integridade e a integração nacional, merece veemente repulsa dos verdadeiros patriotas (Revista veja, 03.10.1984, apud ROCHA, 1986).

Mesmo decorridos mais de vinte anos, em 2008 questionamentos semelhantes puderam ser ouvidos com a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, do povo Yanomami do Estado de Roraima: embora tenha sido aprovada pelo Supremo Tribunal Federal com o resultado de 10 votos a favor e apenas 1 contra, pode-se ver manifestações contrárias de políticos e outros segmentos da sociedade, defendendo a manutenção de empresas que operavam ilegalmente naquela terra.

Sobre a situação da exploração mineral em terras indígenas, segundo Rocha (1986), na década de 1980 o Brasil era o quarto produtor mundial de cassiterita – mineral que permite a retirada de estanho - dispondo de várias áreas produtoras na Amazônia fora de terras indígenas, “com reservas e recursos em exploração em volume suficiente para atender às necessidades do mercado interno e de geração de excedentes exportáveis nos próximos 20 anos” (p.79). O que para o autor não justificava a concessão de autorizações para explorações em territórios indígenas.

O que ficou conhecido como Programa Grande Carajás - PGC, considerado o maior projeto de exploração mineral da Amazônia, mas também agropecuário, com investimentos aproximados de 60 bilhões de dólares, na região entre os Estados do Pará e Maranhão, previa-se a seguinte produção:

160 mil t/ano de ferro-manganês, dois milhões t/ano de ferro-liga e 3,2 milhões de t/ano de alumina, além de quantidades menores de ferro-níquel e estanho, isto tudo apenas numa primeira etapa. Não estava incluído nesses números a produção de minério de ferro da CVRD, que será de 35 milhões t/ano, podendo ser expandida para 50 milhões t/ano. Numa segunda etapa, prevê-se a produção de mais 5 milhões t/ano de sinter, dois milhões t/ano de ferro-esponja, 3.5 milhões t/ano de ferro-liga, 10 milhões t/ano semi-acabados de aço, 3.2 milhões de t/ano de alumina e 780 mil t/ano de alumínio (ALVES, 1985:17).

A previsão da riqueza mineral existente em Carajás criou uma expectativa de renda para o país que permitiria o pagamento da dívida externa, o que levava à omissão, por parte dos técnicos, do impacto sócio-ambiental que o Programa causaria à região:

Além de uma enorme cratera, nada menos que 3.600 milhões t. de rejeitos em lugar daquilo que hoje se conhece como Serra dos Carajás. A grande ameaça em Carajás, não se tem números precisos, apenas um dos projetos mínero-metalúrgicos que estão previstos, destinado a produção de 3 milhões t /ano de alumina e 780 mil t/ano de alumínio em Paragominas (PA), deve gerar emissões gasosas contendo: 365 mil t/ano de fluoretos; 151 mil t/ano de dióxido de enxofre; e cerca de 7 mil t/ano de partículas finas altamente prejudiciais à saúde humana e à natureza. Além disso, representa as

seguintes emissões sólidas: 2,5 milhões de t. de lama vermelha, um tipo de rejeito da indústria de alumínio que contém 30% de óxido de alumínio e mais solução aquosa de álcalis, todos os elementos altamente poluentes; 15 mil t/ano de rejeitos diversos, dos quais o principal é resultante do revestimento das cubas eletrolíticas, no qual se encontram carbono, fluoretos sólidos e cianetos (ALVES, 1985: 18).

O autor destaca a situação dos índios, caboclos e nordestinos, estes que foram pra lá durante a produção da borracha, pois todos eles não teriam espaço no Programa Grande Carajás, “nem como mão-de-obra barata, pois o plantio nos moldes que se prevê, só será viável através de empreendimentos altamente mecanizados, com pouquíssimo trabalho manual” (ALVES, 1985:19). O que restou a eles foram apenas os conflitos que se acirraram, a destruição de seus territórios e o comprometimento da reprodução cultural.

Vidal (1986) apresenta dados do impacto sofrido por alguns povos indígenas diretamente ameaçados em função do PCG, como os das “reservas Caru, Pindaré, Guajá (índios Tupi nômades, sem território delimitado), Araribóia, no Maranhão e a reserva de Mãe Maria, no Pará. Esta, aliás, terra dos Gavião – Parkatejê, o impasse já se configurava, ainda que indiretamente” (VIDAL, 1986:32). Segundo esta autora havia também outras situações, como a de 130 famílias de posseiros que se encontravam provisoriamente em terras indígenas aguardando a decisão do Ministério da Reforma Agrária para serem assentadas e que “Uma das áreas destinadas ao reassentamento, a fazenda Ubá, foi recentemente adquirida para servir como reserva de carvão vegetal para Itaminas, uma siderúrgica, já instalada com incentivos do projeto Grande Carajás” (VIDAL, 1986:32).

Outras conseqüências do PGC atingiram os índios Timbira, que localizados na “margem esquerda do rio Tocantins, há cerca de 35 quilômetros de Marabá, teve seu território cortado três vezes em toda a sua extensão, por uma rodovia estadual, uma linha de transmissão de alta tensão e pela própria ferrovia de Carajás” (VIDAL, 1986:32).

Becker (2009) considera que a Amazônia teve uma história ímpar no contexto nacional e apresenta como hipótese que a região se “constitui uma *fronteira-múndi*”, termo que a autora propõe para dar a dimensão do valor que

a Amazônia adquiriu na economia mundial, a dificuldade de integrar a região aos demais Estados brasileiros e a interferência estrangeira.

Outro destaque que Becker (2009) faz é o fato de a expansão do capital ter ocorrido na região por diferentes modelos. “O processo de apropriação por múltiplos atores em quase dois séculos de disputa aproxima-se muito mais de um modelo caribenho do que sul-americano” (p.202), onde as disparidades e os conflitos interferem impedindo um desenvolvimento adequado à região.

2.4. O Acre no contexto da economia mundial

Somente no final do século XIX o espaço geográfico que viria a ser o atual Estado do Acre teria sua realidade modificada a partir da exploração da borracha. Por essa razão, um número considerável de homens deslocou-se do nordeste do Brasil para atender a demanda de uma economia globalizada. Segundo Tocantins (1979):

Esse processo de imigração, anárquico ou precipitado que fosse, demandaria uma base de retaguarda, um agente de serviços contínuos para fazer o giro de gêneros, mercadorias e o próprio tráfego humano. As casas aviadoras de Belém e Manaus, fornecendo o crédito e os artigos necessários à vida e a embarcação, evoluindo do tipo de ubá de canoa e remo, para o navio a vapor que a inventiva popular denominou o “gaiola”, criaram, incentivaram, mantiveram a sociedade dos seringais acreanos (TOCANTINS, 1979: 154).

A economia da borracha na Amazônia exigiu mudanças rápidas e abrigava formas de relações, semelhantes às estabelecidas no Brasil colônia, como aquelas mantidas entre o senhor de engenho e o escravo, essa é a analogia que Tocantins (1979) faz, com relação às posses do patrão seringalista e o seringueiro, sendo o barracão, a unidade que dava sustentação ao seringueiro com o fornecimento de mantimentos e outras condições para mantê-lo no local da produção, sendo a barraca a casa do seringueiro:

Barracas e barracões na Amazônia tiveram o mesmo sentido social da casa-grande e senzala no Nordeste. Ambos traduzem a fisionomia e o ritmo de duas civilizações, ou melhor, de dois ciclos econômicos primos entre si. Dessemelhantes em forma e grau, mas semelhantes na essência comum do patriarcalismo, a civilização da borracha aproveitou muitas das constantes culturais daquela, naturalmente adaptando-as às realidades do meio amazônico, num interessante experimento de assimilação (TOCANTINS, 1979: 156)

Os primeiros contatos entre índios que habitavam a região que é hoje o Estado do Acre, aconteceram com a chegada dos nordestinos que vieram em busca do chamado ouro negro, no final do século XIX. Segundo Aquino e Iglesias (2005a):

na região de florestas que hoje constitui o Estado do Acre, quando aconteceram os primeiros encontros dos diferentes povos indígenas com caucheiros⁶ peruanos e exploradores de seringais, vindos do Nordeste, foram marcados pelas 'correrias', expedições armadas que resultaram em massacres, introdução de doenças, acirramento induzido de antigos conflitos intertribais, ocupação dos territórios tradicionais dos povos indígenas, dispersão de suas populações remanescentes pelas cabeceiras dos rios Juruá, Purus e Acre e instalação da empresa seringalista nessa vasta região (AQUINO e IGLESIAS, 2005a: 2).

De acordo com esses autores foi por volta de 1910, próximo ao declínio da produção do primeiro ciclo da borracha, que ocorreu a inserção da mão-de-obra indígena na produção da borracha. Até metade da década de 1970 nenhuma esfera governamental sistematizou qualquer política para os índios dessa parte do país. Porém, em 1904, o prefeito do Departamento do Alto Juruá, Marechal Thaumaturgo, apresentou propostas de "catequese e civilização" dos índios daquela região, para por fim às correrias e colocar normas na relação de trabalho com o seringal (AQUINO e IGLESIAS, 2005a).

A presença do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), limitou-se a raras viagens de funcionários da I Inspetoria Regional de Manaus por certos afluentes dos vales do Alto Juruá e Alto

⁶ Extrativistas do caucho (*Castilloa ulei*) árvore produtora de látex, encontrada originalmente na Amazônia.

Purus, em começo dos anos de 1910, ocasiões em que proprietários, patrões seringalistas e políticos locais foram legitimados como representantes do órgão federal enquanto "inspetores de índios (AQUINO e IGLESIAS, 2005 :2).

A partir da inserção dos índios na produção da borracha eles tiveram que abandonar as práticas culturais, religiosas, modo de produção alimentar e relações com os parentes e outras tribos, para estabelecer novas relações de trabalho com os patrões seringalistas, não só produzindo borracha, mas também várias outras atividades que davam suporte aos seringais como: limpar os campos, plantar roçados, fazer farinha, trabalhar no engenho de cana, na produção de seus derivados, trabalhar na construção de casas, currais e outras estruturas; manter limpas as colocações e estradas de seringa desativadas; carregar borrachas para as cidades; suprir de alimentos oriundos da caça e pesca. O sistema de barracões foi marcado por "dívidas impagáveis, roubo nos preços e no peso da borracha, ameaças de expulsão das colocações e preconceito, configurando uma situação histórica hoje categorizada pelos índios acreanos como 'o tempo do cativoiro'" (AQUINO e IGLESIAS, 2005a: 2).

Na metade da década de 1970 a situação dos povos indígenas do Acre começava a mudar, momento em que o governo federal através da Fundação Nacional do Índio – FUNAI realizou os primeiros levantamentos em territórios indígenas no Estado do Acre.

Hoje, três décadas depois, 34 terras indígenas estão reconhecidas pelo governo federal no Acre, com área total estimada em 2.659.068 hectares. Esse conjunto de terras corresponde a 16,1% da extensão atual do estado (16.519.263 hectares). Distribuídas em metade dos 22 municípios acreanos, essas 34 terras estão destinadas a 14 povos indígenas, falantes de línguas Pano, Aruak e Arawá. Com uma população estimada em 12.576 índios, representam 1,99% da população atual do estado (630.328 habitantes), calculada pelo IBGE para 2004 (AQUINO e IGLESIAS, 2005: 2).

Esse quadro é resultante da organização entre índios e seringueiros que junto a organizações como o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Comissão Pró-Índio - CPI e a União das Nações Indígena – UNI, fortaleceu o

movimento social dos “Povos da Floresta” e deu início a processos de reivindicação de demarcações de territórios e programas para o aumento da população indígena do Estado.

Mesmo sendo possível reconhecer esses avanços, os conflitos decorrentes do desenvolvimento econômico da Amazônia ainda seguem afetando a integridade física e cultural dos índios. Em julho de 2010 lideranças Indígenas Yawanawa do Rio Gregório do município de Tarauacá-AC enviaram ao Governo do Estado uma carta que denunciavam e pediam esclarecimentos sobre a concessão de licença ambiental para exploração de 150 mil hectares de floresta em uma região próxima a TI e que esse projeto, que inclui o beneficiamento de madeira, poderia afetar a vida desse povo. No mesmo documento eles reivindicavam o pagamento de indenizações de benfeitorias dos antigos moradores não-índios da referida TI, pois decorridos dois anos do processo de demarcação, ainda não haviam recebido a indenização de direito. Em reunião ocorrida em junho de 2010, índios e ribeirinhos daquela localidade ameaçaram bloquear a BR 364 caso a reivindicação não fosse atendida.

O que se pode avaliar é que os interesses de grupos econômicos, aliados às políticas públicas, como é o caso o Programa de Desenvolvimento Sustentável – PDS do Governo do Estado do Acre, que será abordado no próximo capítulo, bem como outros programas em execução na Amazônia, continuam se sobrepondo ao projeto de vida dos povos indígenas. É evidente a falta de sintonia entre modernismo e modernização a serviço das classes dominantes como observado por Canclini (2008), quando ele se refere ao que ocorre na América Latina: “enquanto o modernismo é exuberante, a modernização é deficiente”, assim o autor se refere a “renovação de idéias com baixa eficácia nos processos sociais” (p.67).

As palavras de Canclini (2008) sintetizam o movimento de avanço da modernidade sobre as diferentes configurações humanas da América Latina, ressaltando que a sofisticação tecnológica; as decisões concentradas apenas em uma classe social; a convivência do Estado com as elites nacionais e estrangeiras e a incorporação das economias locais na economia-mundo é a face da moeda da modernidade que obteve sucesso. Entretanto, como visto anteriormente, a modernidade gera contradições e conflitos a partir de suas

promessas não cumpridas, como a liberdade e a igualdade, relegando grande parte da população à esfera da exclusão e da inferioridade.

2.5. Não só o massacre, mas também a resistência.

Segundo Bogoni (2008) a reação dos povos indígenas contra as intervenções de uma cultura dominante pode acontecer em função de três aspectos: a violência, como única maneira de eliminar o sentimento de inferioridade e levar à libertar-se da dominação, o surgimento de patologias devido à absorção de culturas e ideologias dominantes e a discriminação decorrente da relação com novas culturas e políticas que subjagam. Essas três situações promovem um novo homem, novas “humanidades” (FANON, 1961, apud BOGONI, 2008). Este autor considera que o revide é uma forma de preservar a própria vida e a sua cultura, um ato de legítima defesa. Assim, existem relatos em que “pajés construía altares isolados nas matas para adorar os esqueletos de três índios como as imagens que eram expostas nos altares das igrejas (BOGONI, 2008:69). A adoção de práticas semelhantes ao catolicismo (BOGONI, 2008), na verdade camuflava uma adesão religiosa que era mais fictícia do que real e na qual se exercia uma subversão dos conteúdos simbólicos, substituindo-se a figura de Cristo por índios de carne e osso, sacrificados.

Conforme Fanon (2006) o mundo colonial era maniqueísta, portanto para a ação do colonizador, havia uma reação do colonizado e mesmo considerando a desvantagem na tecnologia da guerra, o confronto existia. O mundo do colonizado estava repleto de hostilidade, a falta da liberdade causava revolta, inveja e disputa, mas causava também o desejo de lutar contra a opressão “o colonizado sonha sempre instalar-se em lugar do colono” (Fanon 2006, apud BOGONI 2008:69).

Outro exemplo refere-se ao período das incursões dos bandeirantes, nas terras que hoje forma o Estado do Paraná, vastamente habitadas pelos índios Guarani. Os conflitos aconteciam mutuamente entre bandeirantes, Guarani e jesuítas, pois os índios invadiam as “propriedades” dos espanhóis (que eles

havam tomado dos índios), apoderavam-se das plantações espanholas repetindo, sob sua ótica, a coleta de alimentos (BOGONI, 2008).

A idéia é que os Guarani não tinham limites territoriais e, portanto, a cidade também era um território de todos. Mas reagiam à presença do espanhol em seu entorno, porque este representava uma ameaça a sua integridade, delatada pelas experiências anteriores de sujeição pela força. (BOGONI, 2008: 151).

Outro elemento que também causou revolta, referido por Bogoni (2008), foi a alteração das relações de trabalho imposta pelos europeus, que desrespeitavam a divisão sexual do trabalho própria da cultura Guarani; onde se impôs a inversão de atribuições entre homens e mulheres, numa lógica voltada para o interesse capitalista e essas intervenções levavam “a explosão do sujeito objetificado e, assim, transformado novamente em sujeito colonizado, colocava o índio em condição de igualdade com o colono e com força para promover a si próprio como ser natural, mas alterado em sua essência” (BOGONI, 2008: 152). Este autor atribui o revide ao período de submissão e ao acúmulo de conhecimento, numa realidade que fazia surgir novas necessidades, inclusive a liberdade.

Vendo-se privados de bem tão grande e sobrecarregados de trabalhos, os naturais da terra tomaram as armas, sacudiram de si o jugo, meteram-se em correrias pelas terras e estâncias dos espanhóis, mataram a muitos e destruíram as suas fazendas, gados e plantações, despovoaram uma aldeia de espanhóis, e tinham intenção de destruí-las todas” (MONTROYA, 1997, p. 48, apud BOGONI, 2008:152).

Um movimento típico de reação à dominação e cerceamento da liberdade foi a Cabanagem, iniciado em Belém-PA, mas que teve uma vasta amplitude territorial que extrapolou a Amazônia. Sua grandiosidade também se deu pelo número e diversidade de pessoas envolvidas, reunindo indígenas, negros e mestiços, criando uma identidade frente aos problemas comuns decorrentes da insatisfação com a política do Império regencial do Brasil

(RICCI, 2006). De acordo com Ricci, “essa identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos de liberdade” (RICCI, 2006: 7).

Se por um lado a expropriação destruiu e mudou a vida tradicional dos índios, por outro lado a resistência também foi impondo mudanças no colonizador e nos governos que se sucederam ao longo da história. A criação de órgãos específicos para conduzir a política de atendimento aos indígenas é uma ação própria do Estado capitalista que exerce o papel de mediador entre as distintas classes sociais. É nessa lógica que em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios – SPI, substituído em 1967 pela Fundação Nacional do Índios – FUNAI. Este órgão favoreceu a articulação do cenário indígena e indigenista nas décadas de 1970 e 1980, período que marcou a luta e o reconhecimento pelos direitos indígenas.

Lima e Hofmann consideram que o apoio que os índios receberam na década de 1980 de associações civis e ONGs, foi fruto de uma organização dos próprios índios, que passaram a ter maior compreensão do mundo moderno e começaram uma luta mais intensificada no campo político. Em busca de apoio, passaram a contar com financiamento de instituições internacionais, de igrejas e fundações defensoras dos direitos humanos. Nesse contexto foi criado o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, que também contribuiu com o fortalecimento dos grupos indígenas na reivindicação de seus direitos. Foi também destaque desse período a atuação de lideranças indígenas durante a elaboração do texto da Constituição Federal de 1988 e a participação dessas lideranças no legislativo das diferentes esferas governamentais, principalmente na municipal (LIMA e HOFMANN, 2002).

A partir de 2003, no cenário nacional, alguns fatos fazem supor um maior avanço na luta pela conquista de direitos como a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol; a ocupação de 14 fazendas pelos índios Kaiowá do Mato Grosso do Sul e as retomadas de sítios arqueológicos pelos Guarani-Ñandeva no Oeste do Paraná (BORGES, sem data).

No Acre a organização das etnias apoiada por diferentes segmentos da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio – CPI, a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas – UNI, e o Conselho Indigenista

Missionário - CIMI favorece as primeiras experiências com educação indígena e se firma o propósito de demarcação das terras indígenas, o que só "veio a acontecer apenas cinco anos depois, em 1991, num contexto em que a UNI declarou sua autonomia em relação à coordenação da União das Nações Indígenas" (AQUINO e IGLESIAS, 2005a :1), que até então era ocupada por não-índios. É nesse período que o Estado brasileiro começa a reconhecer de fato a luta e os direitos dos índios e estes a ampliar seus conhecimentos e apresentar proposições de políticas para a vida na aldeia e na relação com a cidade.

Essa mobilização pela criação do "movimento indígena" foi engrossada por um considerável número de jovens indígenas, de vários povos, chegados das aldeias em busca de estudar em escolas da capital. Em 1986, representantes dos povos Kaxinawá, Yawanawá, Katukina, Jaminawa, Kulina, Kampa, Nukini, Poyanawa, Manchineri, Arara, Apurinã e Kaxarari presentes à III Assembléia Indígena decidiram pela criação da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI) (AQUINO e IGLESIAS, 2005a :1)

Falar da luta política por educação e reconquista de territórios indígenas por meio da legalização de suas terras, necessariamente remete à "Aliança dos Povos da Floresta" em 1989, que reuniu índios, seringueiros, ribeirinhos e outros trabalhadores rurais que se organizaram por meio de sindicatos e conselhos representativos, num processo que levou à formação de lideranças importantes. A Aliança se deu entre o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS⁷ e a UNI:

Em diferentes fóruns políticos, nos anos de 1988-89, a UNI assumiu posições conjuntas com o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), reivindicando que o governo federal procedesse com a regularização de áreas indígenas e reservas extrativistas e efetivasse políticas públicas que garantissem a permanência e a melhoria da qualidade de vida das populações da floresta. Lideranças dos seringueiros e do movimento indígena, atuando pela primeira vez em conjunto,

⁷ Uma das razões de criação do CNS é fazer reconhecer o seringueiro como uma classe que já deu a sua contribuição, que luta e que tem uma luta importante (Palavras de Chico Mendes apud Porto-Gonçalves, 1998: 447-448).

também tentaram influenciar os rumos da política oficial para a borracha, incentivar a realização de pesquisas adequadas às necessidades dos povos da floresta, assim como angariar apoio para os programas de cooperativismo, educação e saúde, que vinham desenvolvendo em parcerias com entidades da sociedade civil (AQUINO e INGLESIAS, 2005a: 2).

A Aliança é resultado do amadurecimento político de seringueiros e índios, acumulado ao longo da luta contra a perda de territórios e de lideranças importantes como Wilson Pinheiro, presidente do primeiro sindicato rural do município de Brasiléia – AC, assassinado em 1980. Embora de importante relevância o movimento ainda sofreu baixas com a morte de Chico Mendes, presidente do sindicato rural de Xapuri – AC, assassinado em 1988, entre outros seringueiros, embora menos conhecidos. A luta desses seringueiros teve importância não só no contexto regional amazônico onde ocorriam os conflitos, mas com amplitude nacional e internacional a partir da atuação de Chico Mendes.

Outras organizações representativas começaram a surgir com o reconhecimento dos direitos indígenas, que foram as associações de agentes agroflorestais, professores e mulheres, por exemplo, que superaram as lutas por uma estratégia de sobrevivência. Estas associações surgem da constatação do poder, agora adquirido e resultam do acesso à educação e a articulação política que permitiu aos índios ter voz no mundo externo indígena, como se pode perceber na fala de Fátima Domingos Kaxinawá:

Nós mulheres índias do Rio Humaitá, estamos pensando na nossa vida no futuro para que possamos melhorar a nossa situação [...] fizemos algumas reuniões, nas quais nós, que somos alfabetizadas, explicamos para as pessoas que não entendiam o que estamos tentando organizar [...] o nosso artesanato: como fazer rede, capanga, pulseira, chapéu [...] existem também homens tentando fazer flechas para vender (CPI/AC, KAXINAWÁ, 2002).

A terra indígena do Rio Humaitá, dos índios Kaxinawá, foi uma das primeiras a receber o apoio da sociedade civil e de recursos financeiros para a implantação da educação indígena, tema que será tratado mais

detalhadamente no último capítulo. Esse pequeno trecho da fala de Fátima Kaxinawá expressa uma variedade de resultados decorrentes da resistência indígena contra a violência sofrida pela atuação dos patrões seringalistas. O processo de alfabetização hoje dá suporte para a organização e produção artesanal de mulheres e homens e mostra a importância da formação das associações e a absorção de novos elementos culturais que criaram a necessidade da inserção no mercado.

Nota-se, com isso, que há um conteúdo daquilo que Rodrigues (1997) aponta no primeiro capítulo, que é a interação da tradição com a modernidade, pois, ao mesmo tempo em que há uma apropriação do discurso da sociedade nacional pelos índios, possibilitado pelo processo educacional, aponta-se, também, para a possibilidade de formulação de políticas públicas pensadas a partir dos próprios índios, no momento em que eles formam associações e definem qual o artesanato querem produzir, o que pressupõe também uma percepção do mercado para esses objetos.

CAPITULO 3. Políticas Públicas, a quem elas atendem?

Nos dois primeiros capítulos tratam o projeto da modernidade, como ocorreram as suas intervenções no ocidente e como as populações que se encontraram fora desse projeto foram atingidas. A discussão sobre políticas públicas neste capítulo permite compreender como elas constituem um suporte para esse processo modernizante e de desenvolvimento do capitalismo, que é característica marcante da modernidade. Busca-se assim, identificar como as políticas públicas são feitas para os povos indígenas, em que medida vão ao encontro de suas realidades, principalmente as políticas de ATER que são o ponto de lança, que vão planejar e intervir no campo a partir da modernização e da Revolução Tecnológica. Trata-se de uma proposta de desenvolvimento hegemônico na América Latina para modelar o pequeno produtor com mudanças de comportamento. Frente a essa realidade cabe observar que os Jaminawa estão relacionados como público beneficiário do Programa de Extensão Indígena do Acre, devendo-se questionar se eles de fato precisam de uma política de ATER.

3.1. Da formulação à execução, como as políticas Públicas são pensadas

Para se fazer uma avaliação de políticas públicas é necessário considerar as “questões de fundo” que são aquelas relacionadas às decisões, escolhas, maneira de implementação e de avaliação das intervenções adotadas através de programas, projetos ou ações. É fundamental também entender alguns conceitos, como o de Estado e o de Governo, que muitas vezes se confundem, assim como os próprios conceitos de políticas públicas e políticas sociais, uma vez que há um imbricamento entre eles (HÓFLING, 2001).

Considerando o objetivo geral desta dissertação, que consiste na análise do Programa de Extensão Indígena do Estado do Acre, neste capítulo serão levantadas as questões que Hófling (2001) considera como fundamentais para o estudo de políticas públicas, assim como será trazida também a abordagem de outras políticas que têm interface com o referido Programa, como a Política

Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e a Política Indigenista Nacional.

Segundo Hófling (2001) Estado é o conjunto de instituições permanentes de diferentes poderes, assim como algumas instituições, que não constituem um bloco único necessariamente, mas que tornam possível a ação do governo, lembrando que "Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas" (HALL, 1996, apud HÓFLING, 2001:2). Por Governo, entende-se como sendo o conjunto de programas, projetos e ações, indicados por agentes da sociedade como "políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros", que propõem a execução desses instrumentos para um período determinado, o que configura a política de um governo. (HÓFLING, 2001:2).

Na concepção de Hófling (2001) políticas públicas são aquelas consideradas sob a "*responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção por órgãos públicos e/ou de diferentes organismos e agentes da sociedade, mas que não podem ser reduzidas a políticas estatais. Neste sentido, políticas públicas é o Estado em ação" (GOBERT e MULLER, 1987 apud HÓFLING, 2001:2).

As políticas sociais definem o modelo de proteção social que dado Estado implementa e que estão voltados a priori, para a redistribuição de benefícios sociais, com o objetivo de reduzir as desigualdades decorrentes do desenvolvimento sócio econômico. As políticas sociais são particulares ao tipo de Estado, portanto, assumem 'feições' diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo. (HÓFLING, 2001: 32).

A discussão sobre políticas sociais e políticas públicas tem sido tratada de forma quase indistinta por alguns autores, e no que concerne à abordagem da proposição e implementação dessas políticas, não são apresentados elementos que as diferenciam entre si. Por outro lado há certo consenso entre os estudiosos que políticas públicas são aquelas implementadas tanto pelo Estado, quanto por organismos da sociedade civil, como é a opinião de Behring e Boschetti (2007).

A experiência de gestão compartilhada na implementação de políticas públicas é uma proposição presente tanto na PNATER, quanto no Programa de Extensão indígena do Acre, como será visto neste capítulo. Segundo Behring e Boschetti (2006) não há um período determinado do surgimento das políticas sociais, isso aconteceu na “confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e no desenvolvimento da intervenção estatal” (p.47); costuma-se relacionar sua origem “aos movimentos de massa social-democratas e no estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental, no final do século XIX (Pierson, 1991, apud BEHRING E BOSCHETTI, 2006:47). As autoras destacam que as sociedades pré-capitalistas tomavam para si algumas obrigações sociais com o fim de manter a ordem pública e penalizar a vagabundagem, não se tinha na época, o objetivo de atender às necessidades do indivíduo carente.

Os países capitalistas europeus promoveram mudanças significativas em suas políticas sociais a partir da crise de 1929/1932 e mesmo não tendo havido uma consistente expansão das políticas sociais nestes países, observa-se uma ampliação de instituições e práticas estatais intervencionistas (BEHRING e BOSCHETTI, 2008).

A relação entre as decisões do cotidiano e a influência da globalização acarretou mudanças na “vida individual [...] onde coletividades e agrupamentos intermediários de todos os tipos, incluindo o Estado, tendem a ser reorganizados” (GIDDENS 1997:75). Um dos modos de reorganização do Estado se definiu a partir do final do século XIX, com o surgimento do Welfare State que se expandiu e institucionalizou-se no período pós-guerra em alguns países europeus com “um conjunto de programas de proteção social, assegurando o direito à aposentadoria, habitação, educação, saúde etc.” (ARRETICHE, 1995:1).

Arretche (1995) reuniu estudos de alguns autores que atribuem razões, significados e perspectivas distintas da origem e desenvolvimento do Welfare State, tais como: processos de industrialização das sociedades; necessidade de acumulação e legitimação do sistema capitalista; razões de ordem política, no sentido de ampliação de direitos civis, políticos e sociais; e acordo entre capital e trabalho organizado dentro do capitalismo.

Para compreender o estado de bem-estar social, um elemento importante é a guerra fria, a existência da União Soviética como ameaça ao capitalismo, que levou a adoção de medidas de controle social por parte de países capitalistas, aliado a necessidade da recuperação econômica das nações afetadas pela Segunda Guerra:

O chamado “consenso do pós-guerra” (Mishra, 1995) permitiu o estabelecimento de uma aliança entre classes, o que só viabilizou-se devido ao abandono, por parte da classe trabalhadora, do projeto de socialização da economia. As alianças entre partidos de esquerda e direita também asseguram o estabelecimento de acordos e compromissos que permitiram a aprovação de diversas legislações sociais e a expansão do chamado Welfare (PIERSON, 1991, apud BEHRING e BOSCHETTI, 2008).

Toda política pública pressupõe uma idéia ou uma vontade que num dado contexto dos fatores determinantes origina as políticas, numa conjunção de interesses ideológicos, científicos e de correlações de forças sociais (BONETI, 2007). Para formular o conceito e definir os objetivos de uma política pública é necessário considerar todas as etapas que vão da elaboração à operacionalização. Para se ter uma compreensão real das políticas públicas, o olhar de maneira isolada não permite entender porque elas são criadas e qual a sua importância no contexto político e social de um país e nas suas relações com o contexto internacional. Políticas públicas são “as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública em uma realidade social” (BONETI, 2007:47).

A política pública faz parte da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem nas relações de poder de “grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal” (BONETI, 2007:74). O Estado enquanto agente responsável pelas políticas direciona o destino das ações e os investimentos que serão a elas destinados, fazendo chegar à sociedade as decisões traçadas entre os diferentes segmentos envolvidos.

Boneti (2007) considera que o uso do termo políticas públicas estabelece a distinção do que é público, no que se refere ao orçamento do

Estado, e o que é privado. Mesmo aquelas medidas administrativas por parte do Estado que não envolvem recursos orçamentários, também são políticas públicas. Acrescenta-se a isso, que uma política pública pode também ser executada por instituições não estatais, como as organizações não governamentais, mas com recursos do Estado, casos comuns na atualidade.

As políticas públicas são formuladas não apenas a partir de determinações jurídicas, elas resultam também de uma correlação de forças entre segmentos distintos da sociedade, permeados de conflitos. “Não se pode mais pensar que as políticas públicas são formuladas unicamente a partir dos interesses específicos de uma classe, como se o Estado fosse uma instituição a serviço da classe dominante” (BONETI, 2007: 12). São vários segmentos que disputam seus interesses junto ao Estado, mas “isso não significa dizer que a classe dominante não tenha predileção em termos da elaboração e operacionalização das políticas públicas” (p.13). O autor quer assim destacar a correlação de forças existente para a definição das políticas, como os movimentos sociais, que não podem mais ser desconsiderados, mesmo reconhecendo que a classe dominante é a que tira maior proveito nesse jogo.

Essa hierarquia de poder e dominação ocorre também a nível internacional, pelo fato de as ações políticas e sociais dos países terem uma conexão globalizada. As políticas públicas se definem condicionadas “aos interesses das elites globais por força da determinação das amarras econômicas próprias do modo de reprodução capitalista” (BONETI, 2007:14).

A interferência dos centros do poder internacional, no poder local afeta a definição das políticas públicas fazendo com que elas nem sempre sejam criadas para atender às necessidades da população. “Às vezes cria-se uma carência falsa para atender interesses particulares, de grupos econômicos, de categorias profissionais etc., no intuito de buscar a sua cumplicidade para a sustentação do sistema e/ou do grupo governante” (BONETI, 2007:53). Este autor aponta que há um entrelaçamento entre público e privado que viabiliza a abertura de mercado consumidor, elemento que muito tem pressionado a elaboração de políticas públicas que favorecem a venda de determinados produtos, que entre outros interesses, faz surgir novas fontes de trabalho e maior arrecadação de impostos.

A definição das políticas tem origem justamente da razão científica por “entender que a ciência é única e universal [...] é deste pensamento que nasce a concepção de dualidade envolvendo a idéia de centro e de periferia [...]” (BONETI, 2007:21), uma característica própria da modernidade. Isso se torna mais agravante, por considerar que devem ser absorvidas novas tecnologias, em substituição e negação das técnicas e valores próprios de um povo e lugar que o centro considera atrasados, assim como se tem a visão de que o conhecimento científico deve orientar para superar os supostos atrasos. A universalidade e a homogeneidade são requisitos do pensamento científico, “indispensáveis para que a ciência se constitua como tal e guarde para sempre o seu status da infalibilidade” (BONETI, 2007: 21), impondo uma confiança cega e sem crítica da aplicabilidade científica.

Com isso nasce a tendência de se atribuir modelos culturais e de desenvolvimento social atendendo “a necessidade dos grupos dominantes [que] é absorvida pelos setores pobres como seus [...], a superação da carência da população pobre é feita utilizando-se das estratégias dos grupos dominantes” (BONETI, 2007:21). A racionalidade etnocêntrica e utilitarista fundamenta as políticas públicas expressas “em três principais esferas do contexto social: a produção da cultura [a partir] do imaginário social; a produção econômica e a gestão política” (BONETI, 2007:27). Isso poderá ser observado nos itens seguintes deste capítulo.

3.2. A Política Indigenista Nacional

Os povos indígenas sempre reagiram à escravização, à expropriação de seus territórios e a todo o tipo de violência sofrida ao longo dos distintos momentos de expansão capitalista desde a colonização portuguesa, seguiu assim durante a formação territorial e econômica do Brasil e continua até a atualidade. Essa reação forçou o Estado brasileiro a adotar medidas com o intuito de mediar a relação entre a expansão capitalista e os povos indígenas, como a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, naquele momento ligado ao Ministério da Agricultura.

A criação do SPI esteve associada à construção de linhas telegráficas no Estado do Mato Grosso e a unificação do território nacional. Objetivando o amparo e acompanhamento dos povos indígenas o SPI promoveu significativa mudança na problemática inserção indígena brasileira, “procurando adequá-la à lógica de cidadania burguesa que vinha fortalecendo-se desde o fim da escravidão e a seqüente Proclamação da República” (BORGES 1990:2).

Borges (1990) esclarece que somente nessa ótica histórica do fortalecimento da lógica burguesa, expansão do capital e suas relações de produção, aliadas ao propósito de integração nacional é possível entender o papel que o SPI exerceu para a apropriação dos territórios indígenas e a integração de seus povos à economia nacional. O órgão tinha o objetivo de estabelecer diálogo com os povos indígenas para facilitar a ocupação de seus territórios “no Sul e Centro-Oeste do país, em especial no interior de São Paulo e estados do Paraná e Santa Catarina, nos quais grupos indígenas vinham tenazmente se opondo à invasão de seus habitats” (BORGES, 1990: 3) de modo a favorecer à expansão capitalista, que tinha nas áreas indígenas um empecilho para esse fim. Respeitar o direito dos índios,

significaria abrir mão de certas prerrogativas político-econômicas que até então vinham pautando a constituição do Estado brasileiro, como a reprodução do grande capital, somada ao caráter autoritário das classes dominantes, ainda compostas de grandes agricultores e oligarquias rurais (BORGES, 1990: 3).

O papel desempenhado pelo SPI foi de mediador dos interesses do capital e dos povos indígenas, mesmo que isso não fosse claro para os integrantes do órgão; mas com o passar dos tempos ficou evidente a quem de fato o órgão serviu naquele período, conforme dito pelo sertanista Orlando Vilas Boas ao admitir que parte desse trabalho foi, mesmo que involuntariamente, atrair os indígenas para a ‘boca da serpente civilizatória’” (BORGES, 1990:3).

O primeiro presidente do SPI foi o oficial do exército Cândido Rondon, que mesmo desenvolvendo uma política de orientação positivista, já significava um avanço para um tempo que a prática era de total desconsideração dos

direitos indígenas. “Por outro lado, reforça um caráter paternalista e colonizador que percebia no indígena um ser inferiorizado culturalmente que deveria evoluir em direção a estágios superiores” (BORGES, 1990:4).

O Decreto 9.214 de 15 de dezembro de 1911 regulamentou a lei de criação do Sistema de Proteção ao Índio; segundo Darcy Ribeiro (1979), pela primeira vez uma legislação trazia princípios de respeito aos povos indígenas concedendo a eles o direito de ser eles próprios, além de trazer a garantia fundamental de “proteção aos índios em seus territórios [...] plena garantia possessória de caráter coletivo e inalienável das terras que ocupam” (RIBEIRO, 1979: 140). No entanto, Borges (1990) observa que apesar da garantia legal dos direitos ao seu território, “poucas vezes esta legislação foi levada às últimas conseqüências, quando se confrontava com o interesse do grande capital” (p.5).

A extinção do Sistema de Proteção ao Índio e a criação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, em 1967 foi fundamental para acelerar a incorporação de quase toda a população indígena contatada à economia de mercado, “praticamente todas as populações indígenas do país [foram incorporadas a esse processo], não permitindo nenhum outro refúgio, o que ainda era possível até a metade da década de cinquenta” (BORGES, 1990:5).

Compondo o cenário de delineamento da política indigenista a igreja católica, pautada na “chamada ‘opção pelos pobres’, encerra uma posição de mea culpa em seu papel junto à colonização da América Latina que será aprofundado [no] Encontro Ecumênico de Assunção” (BORGES, 1979:5), momento em que a igreja reconhece a convivência com práticas opressoras. Essa postura levou à criação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, em 1972.

No final da década de 1970 ocorreu uma articulação do cenário indígena e indigenista que tomou dimensão a partir da criação da FUNAI, questionando o processo de desenvolvimento econômico que vinha acontecendo no país, especialmente na Amazônia, sob o regime ditatorial militar (LIMA e HOFFMANN, 2002: 9). Tratava-se de mudanças na concepção jurídica com forte influência antropológica, da relação do Estado com os povos indígenas, mas como forma de dar uma resposta à pressão internacional que cobrava a

efetiva proteção às populações indígenas contra os grupos econômicos e ações do Estado.

O surgimento na década de 1980 de associações civis de defesa dos índios, bem como de ONGs, muitas delas financiadas por recursos internacionais, de igrejas e fundações defensoras dos direitos humanos, foram de certa forma, responsáveis pelo questionamento do regime ditatorial militar, frente não só à questão indígena, mas de modo geral. Nesse cenário nacional teve importância a participação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI para o fortalecimento dos grupos indígenas e na reivindicação de seus direitos. Esse órgão teve forte atuação, contribuindo na realização de assembléias dos povos “[...] com a via privilegiada para a autodeterminação indígena.” (LIMA e HOFMANN, 2002:12).

Na trajetória que vai da ditadura militar, o retorno ao governo civil, o período da constituinte, até a atualidade, uma série de modificações ocorreram na atuação da FUNAI. Essas mudanças diante da estrutura do aparelho estatal e a forma como os índios se associaram a ela muitas vezes como “‘clientelas do Estado’, geraram um quadro singular de instabilidade e conflito, inicialmente confundido pelo surgimento de um ‘movimento indígena’ unificado, sobretudo nos anos de 1980”. (LIMA e HOFMANN, 2002:16).

A transição para a “Nova República” com a mudança de quadros do governo, levou o Estado à procura de diversos antropólogos das universidades ou de ONGs para serem contratados como consultores para atuarem junto aos postos administrativos da FUNAI (LIMA e HOFMANN, 2002). Essa era uma forma que o novo momento político nacional encontrava para abrir o diálogo com os movimentos sociais e com as categorias que se posicionaram pelo fim da ditadura militar. Destacaram-se também as alterações ocorridas no texto da Constituição Federal, pois “pela primeira vez deixou de ser atribuição do Estado legislar sobre a integração dos povos indígenas, ou seja, sua desintegração como povos etnicamente diferenciados, cabendo-lhe, ao contrário, o dever de garantir o direito à diferença” (BRAND, 2002:32).

Lima e Hofmann (2002) consideram que mesmo diante do avanço ocorrido com a Constituição de 1988, não significa o fim da relação de poder do Estado em relação aos povos indígenas; assim como eles consideram a

inexistência hoje, de uma política indigenista do Governo federal, falta planejamento de diretrizes tanto no que se refere à alocação e distribuição de recursos, quanto aos diferentes aspectos da realidade dos povos indígenas e da interlocução com os mesmos ou com suas organizações. Haveria a necessidade de um planejamento articulado entre os diferentes segmentos do governo, das associações indígenas e da sociedade civil para a execução de ações continuadas e que promovessem a mudança de vida nas comunidades indígenas, rompendo o clientelismo (LIMA e HOFMANN, 2002).

Os autores consideram que mesmo com as ações de regularização das terras, por meio do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL/PPG7, bem como os programas de desenvolvimento para populações indígenas que têm inovado na área da saúde, inclusive com ações sanitárias via Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e a execução de diversos projetos na área da educação, com a criação de “universidades” para indígenas, “o panorama, todavia é de estase e desmantelamento de serviços públicos federais, que, sempre deficitários, hoje se tornam nulos”. (LIMA e HOFMANN, 2002, 18).

O Governo Federal deve reconhecer que há um novo momento da realidade dos povos indígenas, exigindo a necessidade de avançar além da regularização fundiária que, diga-se de passagem, ainda é morosa, e investir no fomento ao etnodesenvolvimento ou desenvolvimento alternativo das populações, disponibilizando créditos, suporte técnico e político, uma vez que o Estado já dispõe de fundos e equipes para a realização das ações (LIMA e HOFMANN, 2002).

Não somente a falta de definição de uma política, mas há também que rever outras políticas que se confrontam com os interesses dos povos indígenas. No mês de agosto de 2010, o site www.rebelion.org noticiou o incremento global na construção de represas de usinas hidrelétricas. De acordo com a notícia só o Banco Mundial destinará 11 milhões de dólares à construção de 211 projetos hidrelétricos em todo o mundo. Na Amazônia haveria a previsão de construir 29 delas, dentre as quais a de Belo Monte no Estado do Pará, que seria a terceira maior do mundo, atingindo territórios de vários povos indígenas, como os Kayapó, Arara, Juruna, Arawetê, Xicrin,

Assurini e Parakanã. O Departamento de assuntos indígenas da FUNAI informou que poderia haver índios não contatados nessa área, para quem os prejuízos seriam ainda maiores.

Os índios Kayapó, dentre outros, chegaram a protestar contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no início dos anos oitenta. Nas manifestações atuais (2010) eles enviaram carta ao Presidente Lula, novamente posicionando-se contrários à construção da hidrelétrica frente à ameaça de destruição da biodiversidade e ecossistemas que eles têm preservado e que sua perda comprometeria seriamente a sobrevivência deles naquela região (WWW.REBELION.ORG).

A respeito dos projetos de instalação de hidrelétricas, Sevá (2004) faz uma análise crítica “das concepções adotadas por empresas e governos, e das disposições de agentes envolvidos” (p.2) em tais projetos. O autor critica a forma como a mídia e a própria academia têm assimilado o conhecimento produzido sobre o tema que “infelizmente quase sempre valorizam o pior conhecimento sobre as hidrelétricas: aquele que as torna fontes do orgulho da razão humana, e que considera suas conseqüências como benignas (SEVÁ, 2004:13).

Não caberia aqui discorrer com profundidade sobre os problemas ambientais e sociais a respeito do tema específico, no entanto, são pertinentes algumas considerações de Sevá (2004) sobre o projeto de Belo Monte, devido a sua interferência em terras indígenas, assim como, em relação a análise sobre políticas públicas abordadas no item anterior. Após analisar as mudanças pelas quais passará a região atingida pela hidrelétrica de Belo Monte o autor conclui que:

A análise mais pormenorizada dos problemas prováveis destes projetos daria razões de sobra para propor o cancelamento de Belo Monte e demais projetos no rio Xingu. Seu resultado é certo: mais uma vez, na história dos nossos rios, seria a adulteração de mais um notável monumento fluvial; na história do povo ribeirinho, seria a transformação radical de tudo o que havia [antes] em uma sociedade mercantil centrada num canteiro de obras tipo militarizado, tocado por consórcio de mega-empresas, e depois restará apenas uma mega-empresa de eletricidade (a hipotética operadora da usina, da qual a Eletronorte seria apenas uma sócia menor) com um

patrimônio fundiário e um poder político jamais vistos. Uma sociedade comandada com mais força...e, de mais longe ainda do que os velhos oligarcas de Belém... (SEVÁ, 2004:22).

As críticas tecidas por Sevá (2002) exemplificam o que Boneti (2000) afirma sobre a correlação de forças dos diferentes interesses na implementação de uma dada política, assim como, as políticas públicas, principalmente as que envolvem grandes investimentos financeiros, que normalmente estão em torno dos interesses da classe dominante com o aval do Estado.

Por outro lado, os estudos ambientais para implantação de grandes obras de engenharia “criam um linguajar próprio de aparência neutra e ponderada, cuja função justamente é a de negar o ato político; de ocultar a alteração da Natureza e a transformação radical da sociedade” (SEVA, 2004: 22). Segundo o autor tudo é tratado de maneira legalista, observando apenas os aspectos jurídicos como:

o rio é um bem público, usar as águas depende de outorga; se houver Terra Indígena afetada, depende de autorização expressa dos índios e do Congresso Nacional; fazer usina depende de licença ambiental; desapropriar terras e benfeitorias depende de competências legais e deve seguir padrões econômicos aceitáveis e rituais jurídicos (SEVÁ, 2004: 22).

Isso permite perceber que o discurso atual de defesa do meio ambiente, com relação à proteção de biodiversidade e ecossistemas é suplantado frente aos interesses capitalistas, ficando a conservação ambiental e o direito dos povos, muitas vezes apenas respaldando interesses de outros desenvolvimentos, como o “ecocapitalismo ou ecodesenvolvimento – que mascara a perversidade intrínseca do capitalismo e de seu paradigma de desenvolvimento. Sua lógica interna implica a não existência da ecologia e, se existe, a sua negação” (BOFF, 2004:122 apud SOUZA, 2008: 66).

No Estado do Acre, conforme exposto no final do capítulo anterior o fortalecimento dos povos indígenas ocorre via sociedade civil e igreja. Mas antes disso decorreu um longo processo que vai da necessidade de comprovar

a existência de índios no Acre, a inserção deles aos seringais, a perda de seus territórios e a redução considerável da população indígena.

Antes da instalação da FUNAI no Acre que data de 1976, o CIMI “já tinha iniciado um levantamento das populações indígenas do Estado, e comprovado “a presença dos povos indígenas, fato que vinha sendo ocultado na memória e imagem que certos segmentos faziam do Estado”. [Considerava-se] naquele momento, [que] “os povos indígenas haviam sido extintos ou incorporados à comunhão nacional” (BARNES, 2006: 39, apud MORAIS, 2008:135).

Ainda durante a atuação do SPI foram instituídas Inspetorias para atuarem no Amazonas e no Acre com sede em Manaus, para dar início à implementação da política indigenista na região. “Uma das primeiras medidas foi nomear alguns inspetores entre os seringalistas”. Isso resultou na verdade, na proteção da empresa seringalista e não na defesa dos direitos dos indígenas. (BARNES, 2006, apud MORAIS, 2008:134).

A atuação do governo do Estado do Acre a partir de 1999 “marcou uma clara disposição de modificar um quadro histórico de omissão oficial em relação aos povos indígenas, estabelecer o diálogo com os índios e suas organizações e incorporar suas demandas”. Neste mesmo ano aconteceram reuniões com lideranças do Acre e Sul do Amazonas que apresentaram propostas que fortaleceriam a produção nas aldeias, o que resultou no delineamento do “Programa Emergencial de Desenvolvimento de Comunidades Indígenas”, executado, por meio de convênio firmado com a UNI, no segundo trimestre de 2000”. Outro evento importante foi a revisão do EIA-RIMA da BR 364, no trecho compreendido entre os municípios de Tarauacá/Rodrigues Alves, demanda apresentada pelos índios Katukina da TI Campinas. Os fóruns e reuniões com as lideranças resultaram também no pedido de “revisão do EIA-RIMA da BR 317, cujo asfaltamento, no trecho Brasiléia-Assis Brasil, estava então em vias de conclusão” (AQUINO e IGLESIAS, 2005: 20 e 21).

Para além de ações nas terras indígenas consideradas impactadas pela pavimentação das BRs, uma demanda principal das organizações indígenas foi, via de regra, a

execução de políticas públicas mais amplas, que beneficiassem todos os povos e terras indígenas. Resgatando proposta formulada nas eleições de 1998, o movimento indígena demandou, ao longo do primeiro mandato de Jorge Viana, a criação de uma secretaria para tratar as questões indígenas. Apesar das recorrentes promessas, a demanda acabou atendida apenas em dezembro de 2002, com a promulgação de lei complementar que criou a SEPI⁸ (AQUINO e IGLESIAS, 2005: 21).

O mandato governamental subsequente transformou a Secretaria Especial dos Povos Indígenas em uma Assessoria de Povos Indígenas, com a justificativa de contenção de gastos públicos, uma decisão incompatível com as decisões tomadas durante os encontros com as lideranças indígenas. Independente disso, Aquino e Iglesias (2005) apontam as ações mitigadoras e compensatórias realizadas nas terras indígenas que se encontram próximas às referidas BR, como um avanço na política indigenista estadual, assim sintetizadas: implantação de sistemas agro-florestais e apoio à criação de animais, com execução pela Secretaria de Produção; formação continuada de Agentes Agroflorestais Indígenas – AFFIs, pela SEAPROF e Comissão Pró-Índio - CPI; a execução dos projetos de etnolevanteamento e etnozoneamento e revisão de EIA-RIMA, com assessoria antropológica, realizados pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC.

Além de contarem com recursos orçamentários desses órgãos, as ações estiveram agrupadas, no biênio 2002-2003, no projeto "Apoio às Populações Indígenas Impactadas pelas Rodovias BRs 364 e 317", parte de financiamento concedido pelo BNDES ao governo estadual para o "Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre". (AQUINO e IGLESIAS, 2005:22)

A previsão de recursos do BNDES para a execução do Projeto, que teve execução no período entre abril de 2002 a dezembro de 2003, foi “em pouco mais de R\$ 1,9 milhão, [tendo como] "beneficiários" as populações de 39 aldeias de dez terras indígenas: sete nas imediações da BR-364 e três da BR-

⁸ Secretaria Especial dos Povos Indígenas - SEPI

317 (Mamoadate, Cabeceira do Rio Acre e Jaminawa do Guajará)” (AQUINO e IGLESIAS, 2005:24).

Os programas, projetos e ações da política estadual indigenista abordados acima têm relação direta com o Programa de Extensão Indígena constante do item 3.6 deste capítulo, embora não esteja escrito no referido programa é provável que ele tenha sido elaborado a partir das demandas e propostas das oficinas, fóruns, reuniões etc., apontados por Aquino e Iglesias (2005) dada a semelhança das proposições. Essa experiência vivida no Acre demonstra a histórica importância dos antropólogos na definição das políticas públicas para os povos indígenas no Brasil.

3.2.1. A contribuição antropológica para as políticas indigenistas no Brasil

A realização do IV Congresso Indigenista Interamericano ocorrido na Guatemala em 1960 rendeu a conceituação mais apropriada para a interação social por “Darcy Ribeiro, bem como Carlos Mejia Pivaral, Gregoria Hernandez de Alva e Joaquim Noval definindo que “a interação social pode significar a unidade de todos os habitantes de um país, mas não sua identidade, nem mesmo uma semelhança fundamental” (RIBEIRO, 1960:10, apud ATHIAS, 2007: 73). Para Athias (2007) essa definição esclarece que nenhum povo teria que se converter a outro, como se pretendia com a visão integracionista.

Os estudos de Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira sobre a relação de contato entre índios e “brancos” tiveram importância fundamental para desviar a discussão oriunda da Antropologia norte-americana de aculturação, direcionando para duas novas orientações teórico-metodológicas: uma “na direção das teorias de mudança social proveniente da Antropologia social britânica, e a outra para a crítica dos modos de colonização mercantil e capitalista nas sociedades colonizadas” (ATHIAS, 2007:74).

Athias (2007) faz um breve histórico dos três tipos de orientação sobre aculturação que influenciaram os estudos antropológicos brasileiros. O primeiro tipo que ele se refere:

consistia em escolher um grupo indígena cuja organização interna revele os resultados da acomodação com a sociedade nacional, principalmente nas regiões onde os contatos entre brancos tornaram-se de certa maneira permanentes e as influências não foram seriamente atingidas pelas transformações regionais bruscas (ATHIAS, 2007:76).

O autor aponta que os estudos de Herbert Baldus, Charles Wagley e Eduardo Galvão seguiram essa direção, que se orienta “pela descrição etnográfica sistemática do povo indígena que fornece um critério positivo para a análise dos pontos de mudança e de reelaboração culturais” (ATHIAS, 2007:76).

Na segunda orientação Athias (2007) aponta que o pesquisador opta por um grupo indígena em que as “tendências aculturativas” permitam sua descrição por meio da “caracterização da sua configuração interna em situações extremas de um contínuo histórico-cultural”. O que para o autor leva a “uma manipulação total da interpretação dos dados históricos e culturais no intuito de caracterizar a cultura indígena nos diferentes períodos de contato com a sociedade nacional” (ATHIAS, 2007:76). Classificam-se nessa tipologia os estudos de James Watson e os primeiros estudos de Roberto Cardoso de Oliveira (1960) “sobre os Terena do Mato Grosso do Sul. (ATHIAS, 2007).

A terceira tipologia que orientou as pesquisas etnológicas de antropólogos brasileiros sobre o tema “foi aquela através da qual se seleciona um grupo indígena, cujas relações frente-a-frente da sociedade nacional pudessem ser descritas e interpretadas graças a observação de situações intermitentes de contato com os brancos”. O autor esclarece que essa orientação tem como foco “as influências e mecanismos internos da cultura que determinam o modo e o ritmo da mudança”. Foi seguidor dessa orientação o antropólogo Egon Schaden (ATHIAS, 2007:76 e 77), que privilegiou a análise de processos aculturativos no plano tecnológico e na cultura material.

Athias (2007) aborda os estudos de alguns pesquisadores que se debruçaram sobre o tema e deram uma contribuição não só acadêmica, mas também na definição das políticas indigenistas. O primeiro deles é Herbert Baldus que estudou sobre a mudança cultural dos povos “Tapirapé, Karaja,

Terena, Bororo e Kaingang” que tiveram distintas experiências de contato com a sociedade nacional ao longo da história. A partir de sua definição sobre cultura, traz elementos importantes a serem considerados na teoria da mudança cultural (ATHIAS, 2007:81 e 82).

Entendemos por mudança de cultura a alteração da expressão harmoniosa global de todo o sentir, pensar e querer, poder e agir de uma unidade social, expressão que nasce de uma combinação de fatores hereditários, físicos e psíquicos, e de fatores coletivos morais, e que, unida ao equipamento civilizatório, como por exemplo, os instrumentos, as armas etc., dá à unidade social a capacidade e a independência necessárias à luta material espiritual da vida (BADUS, 1937, p. 279, apud ATHIAS,2007:84)

Segundo Athias (2007) Baldus considera que por motivo do processo de mudanças decorrente do contato, os povos indígenas têm como alternativa “a *assimilação recíproca do novo à cultura existente e desta ao novo da outra cultura*, conservando a identidade do grupo”. Uma segunda alternativa que Baldus aponta é “assimilação unilateral”, ou seja, a completa mudança cultural para o novo sistema. A definição do tipo de mudança só pode ser identificada quando a mudança já tem se processado de fato no grupo (ATHIAS, 2007: 84 e 85).

A conclusão de Baldus, segundo Athias (2007) é que na relação permanente dos brancos com os índios, estes perderiam completamente sua cultura. Após este estudo novos trabalhos de outros pesquisadores manifestaram uma preocupação científica na preservação das culturas indígenas ou até mesmo de “reconstrução da cultura tradicional” a partir de pesquisas nos “elementos da cultura material”. O que também revelou certa preocupação, que Athias (2007) considera de ordem prática, como a de “traçar programas de orientação para os administradores encarregados da política indigenista” (ATHIAS, 2007:85).

Os estudos brasileiros sobre povos indígenas não apresentavam até 1949, “monografias sistemáticas e bem elaboradas sobre as populações indígenas que pudesse permitir um trabalho comparativo” (ATHIAS, 2007:85). A partir de então, surgem os trabalhos de Charles Wagley, Eduardo Galvão e

Altenfelder Silva. Este último estudou a relação de contato entre a sociedade nacional e o grupo Terena da aldeia Bananal, na época localizada no Estado do Mato Grosso.

Como resumo dessa pesquisa Altenfelder “mostra como a igreja evangélica (Inland South America Missionary Union) desempenhou um papel essencial nas transformações recentes sofridas pelos índios” (ATHIAS, 2007:85). Segundo este autor, esta é uma constatação específica, que não pode ser estendida aos demais Terena da região. Em uma das conclusões Altenfelder considera que “graças ao Serviço de Proteção aos Índios” os Terena quase que totalmente destribalizados pelos efeitos da expansão agropecuária, conseguiram recuperar e revitalizar a consciência étnica, reorganizando parte dos grupos locais (ATHIAS, 2007).

Os estudos sobre “cultura em transição” de Eduardo Galvão e Charles Wagley foi realizada sobre os povos Guajajara. Os pesquisadores consideraram que esse grupo indígena apresentava excepcional facilidade de adaptação às mudanças culturais mediante o contato com a população branca do Estado do Maranhão (ATHIAS, 2007). Este autor diz que o resultado dessa pesquisa, que considerou organização social, economia, vida pessoal, religião e mitos, foi que “estes índios conseguiram realizar de maneira coerente uma ‘integração cultural’ e que puderam sobreviver enquanto grupo étnico” (p.88). Isso se devia pelo fato de os Guajajara terem mais disposição para abandonar as tradições e aceitar as novas técnicas e idéias.

Essa pesquisa ainda apresenta uma previsão de que, decorrido o tempo de duas ou três gerações e caso fosse mantida a mesma situação da relação com os brancos, os Guajajara “seriam transformados em ‘caboclos”” (ATHIAS, 2007:88 e 89). Prova das contradições e equívocos cometidos por esses dois pesquisadores é que os Guajajara, em meio ao contato com a sociedade nacional, mantêm a resistência enquanto grupo étnico e lutam por seus territórios atualmente (ATHIAS, 2007).

Athias (2007) aponta que as perspectivas dos estudos de Wagley e Galvão “alargaram o campo das observações” sobre o processo de aculturação entre os grupos por eles estudados, apresentando formas distintas de relação com comunidades “‘caboclas’, que se estabelecem próximas às indígenas e

com as quais os índios mantêm relação de troca” (92). Segundo Athias (2007) Galvão considerou que as comunidades amazonenses (caboclas) “são depositárias da cultura indígena e ibérica” decorrente da miscigenação entre índios e portugueses; Galvão observou mudanças tão marcantes entre as duas culturas que tornava-se difícil “senão impossível identificar ou retrazar a origem de uma crença ou de uma prática determinada” (ATHIAS, 2007: 92).

Segundo Athias (2007) Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira apresentam distintas opiniões sobre a relação do contato, fazendo oposição a algumas críticas da teoria de aculturação. Darcy Ribeiro considerava a “‘sociedade nacional um todo uniforme’ onde ocorreu um ‘movimento exógeno de expansão étnica’ [que] entra em contato com as outras etnias” (ATHIAS, 2007:97).

A contribuição de Darcy Ribeiro foi importante no campo teórico e para as políticas indigenistas. Esse antropólogo foi contratado pelo SPI em 1947 e junto a esse órgão realizou as suas primeiras pesquisas etnológicas (ATHIAS, 2007). Na década de 1950 entre outras contribuições, “Ribeiro defende as diferentes políticas de integração e de assimilação do índio à sociedade nacional” (p.98); pesquisa sobre os efeitos do contato junto aos povos indígenas; propõe a incorporação dos índios em um programa de educação e opõe-se de certa forma ao isolamento desses povos em reservas.

Em outras obras analisa certos aspectos da Transfiguração Étnica quando examina as formas de transição de uma etapa evolutiva para uma outra, utilizando o conceito de ‘aceleração evolutiva’ [...] conceito utilizado ‘para descrever os procedimentos’, intencionais ou não, de indução do progresso preservando a autonomia da sociedade [...] analisa os conceitos de diferenciação dos povos americanos e do desenvolvimento desigual. Analisando o contato entre índios e brancos estabelece quatro categorias que denomina ‘graus de integração’: índios isolados, índios em contato intermitente, índios em contato permanente e índios integrados (ATHIAS, 2007: 99 a 104).

A classificação de Ribeiro referente à relação de contato é evolutiva e desconsidera as regiões de ‘frentes de expansão’, assim como não distingue a

situação de índios “assimilados” ou “extintos” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1978 apud ATHIAS, 2007).

Principalmente a partir de 1960, a teoria da aculturação não mais respondia à realidade da sociedade nacional, tornando-se alvo de críticas dos etnólogos brasileiros. Muitas previsões apontadas nos estudos de Baldus, Galvão, Schaden e Ribeiro não se confirmaram; embora tendo havido uma redução da população indígena, estes povos mantêm até hoje sua identidade étnica. Roberto Da Matta admite o equívoco cometido pela antropologia da integração que estava mais preocupada em “decretar a morte dos índios do que compreendê-los enquanto sociedade concreta e específica (ATHIAS, 2007:108).

A teoria da Fricção Interétnica, de Roberto Cardoso de Oliveira, tem como base a pesquisa realizada junto aos Tukuna, Estado do Amazonas. O estudo trata das “relações sociais entre os grupos tribais e os segmentos regionais da sociedade brasileira aos quais estão ligadas; passa-se assim de uma orientação ‘culturalista’ a uma orientação teórica de caráter sociológico” (ATHIAS, 2007:109). O autor diz que se trata também de uma crítica à teoria da aculturação.

Os componentes mais importantes do contato interétnico estão integrados em um **sistema único** constituído de duas sociedades. O sistema compreende grupos étnicos quando um contato é contínuo ou mesmo permanente, forçado a uma existência co-participativa ao nível das relações e da mudança da economia, de ordem política, e de organização social [...] as relações no seio desse sistema são necessariamente relações de oposição (ATHIAS, 2007:110).

Nessa teoria, o que resulta do contato interétnico é a forma como cada uma das sociedades em contato “reorganiza o complexo estrutural, de suas relações econômicas, políticas e sociais de maneira a manter no curso do contato e no seio do sistema determinado por este um nível ao menos razoável de relações com o sistema interétnico” (ATHIAS, 2007:111).

Isso é o que orientou o projeto de pesquisa “Regiões de fricção interétnica” de Cardoso de Oliveira juntamente com Roberto Da Matta, Roque

B. Laraia e Júlio César Melatti (ibdem). Os estudos sobre fricção interétnica de Cardoso de Oliveira ganham consistência metodológica ao incorporar “a noção de fronteira de expansão conjuntamente à de colonialismo interno [que] explica em parte o desenvolvimento desigual dos países subdesenvolvidos” (ATHIAS, 2007: 114 e 115). No caso brasileiro essa teoria ajuda a compreender as diferenças regionais e os impactos das grandes frentes de expansão agrícola, urbana e industrial.

O estudo de Cardoso de Oliveira (1966) em que ele insere o colonialismo interno “dão consistência metodológica à teoria de fricção interétnica”, pois com isso o autor é levado a examinar as manifestações da sociedade nacional, não limitando-se a investigar apenas o comportamento dos grupos indígenas. O núcleo de suas pesquisas passa a ser “a dialética das relações entre as classes (trabalhadoras e patrões) e os grupos tribais (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1966^a, apud ATHIAS, 2007:115).

Outro conceito desenvolvido por Cardoso de Oliveira dentro dessa temática foi o de Identidade Étnica como ideologia: considerando “a reorientação dos valores ideológicos a sociedade tribal se reorganiza a partir dos modos pelos quais se identifica como unidade diferenciada e consegue se opor ativamente à sociedade regional” (ATHIAS, 2007: 117). Sobre identidade étnica, Cardoso de Oliveira criou uma tipologia a partir das relações interétnicas que podem ocorrer em “‘sistemas de interação tribal’ e de relação conflituosa de contato entre sociedade tribal e sociedade nacional” (p.119).

A formulação desses conceitos forma um cenário das distintas situações que resultam da relação do contato entre grupos indígenas e a sociedade não-índia, bem como da relação entre os próprios grupos indígenas. Esses estudos consistem na importante contribuição que a antropologia brasileira tem oferecido aos órgãos oficiais, não só a FUNAI, mas também às unidades federadas para a definição das políticas públicas que vêm sendo implementadas ao longo dos anos. Eles permitem pensar políticas públicas com o olhar específico para cada grupo e local onde ele habita, sem o risco de repetir os erros cometidos historicamente, quando ainda não se dispunha do conhecimento aprofundado dessa realidade.

Embora as teorias acima referidas tenham sido reformuladas, é importante destacar que em seu conjunto elas refletem um momento histórico particular no qual o movimento de contatos interculturais estava acelerado, em virtude da ideologia desenvolvimentista da época.

Com a Constituição federal de 1988 os grupos indígenas e quilombolas tiveram os seus direitos garantidos, devendo ser reconhecidos como cidadãos etnicamente diferenciados. Se a condição cidadã está longe de ser uma realidade para muitos desses grupos, que ainda permanecem em situação vulnerável, temos, por outro lado, que destacar a existência de um conjunto grande de políticas públicas envolvendo vários ministérios e agentes sociais de mediação e intervenção voltado especificamente para esses grupos. Uma dessas políticas é a de Extensão Rural, que traz para os extensionistas o desafio de trabalhar com grupos étnicos distintos.

3.3. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER

A prática da extensão rural teve origem nos Estados Unidos, após a guerra civil (guerra de Secessão) ocorrida entre 1861 – 1865, que marcou a mudança da estrutura agrícola escravista para a mercantil e capitalista (FONSECA, 1985). A alteração do modo de produção dos Estados Unidos, onde consumo e produção estavam totalmente voltados para o mercado expandiu a agricultura e fez cair o preço dos produtos agrícolas. Alterou-se também a dimensão do mercado que deixou de ser local e passou a ser mundial com significativa atuação de grandes empresas capitalistas (FONSECA, 1985).

Para Fonseca (1985) a extensão rural adotada pelos Estados Unidos ficou conhecida como “modelo clássico de extensão rural” e foi o mesmo adotado nos países menos desenvolvidos tecnologicamente, inclusive na América Latina a partir da Segunda Guerra Mundial (FONSECA, 1985).

A forma encontrada para a transmissão desse conteúdo técnico-científico aplicável à agricultura foi o uso intensivo de recursos audiovisuais para a difusão das mensagens, não se eliminando a possibilidade de que os fabricantes de projetores, câmaras, impressoras ofsete e equipamentos similares pudessem ter sido aqueles que nos bastidores provocaram este entusiasmo (FONSECA, 1985:41).

A citação acima é um exemplo da abordagem de Boneti (2007) a respeito dos interesses de grupos econômicos que interferem na formulação das políticas públicas, de modo que sua definição atende mais aos interesses do desenvolvimento do capital de que ao público que se propõe beneficiar.

Segundo Fonseca (1985) a utilização dos recursos audiovisuais utilizados para levar os conhecimentos ao meio rural, não apresentou resultados satisfatório, principalmente entre os agricultores latino-americanos o que levou a adaptações metodológicas mais adequadas a realidades locais.

Naturalmente, esta adequação não veio sem respaldo teórico. Toda uma gama de documentos e relatórios, que posteriormente transformaram-se em manuais e receituários, foram produzidos com a finalidade de transmitir aos ‘agentes de câmbio’, como se chamaram os extensionistas, todo um referencial técnico-científico capaz de possibilitar-lhes um trabalho mais eficiente e significativo nas zonas onde deveriam atuar (FONSECA, 1985:42).

Everett M. Rogers “foi o mentor da adequação do ‘modelo clássico’ para os países considerados ‘subdesenvolvidos’, denominado, modelo difusionista-inovador” (FONSECA,1985:43). Este modelo estava baseado nos resultados dos estudos realizados por antropólogos e sociólogos ingleses, no final do século XIX, nas colônias da Inglaterra.

As peculiaridades do continente Latino-Americano caracterizado por uma população rural pobre e de atrasada tecnologia exigia uma forma distinta para a operacionalização desses modelos. Para isso buscou-se no “receituário das experiências americanas de organização de comunidades, o principal mecanismo de ensinar como fazer Extensão Rural na América Latina” (FONSECA, 1985:47).

Para se compreender como ocorreu a implantação da Extensão Rural no Brasil, Fonseca (1985) considera dois aspectos que são: a preocupação das elites com a educação rural e a exigência do desempenho econômico no setor agrícola em meio às relações políticas nacionais e internacionais após o movimento de 1930. No que se refere ao primeiro aspecto, segundo a autora, a educação rural tem sido preocupação das elites brasileiras desde o final da primeira década do século XX, frente ao êxodo rural, que era visto pelas elites como uma ameaça à ordem das grandes cidades, concomitante à probabilidade de uma queda na produtividade do campo.

A preocupação com o movimento campo cidade era tamanha que se conseguiu aliança entre grupos opostos como o agrário e o industrial para encontrar saída para o problema; uma vez “efetivadas as primeiras ações educacionais com adultos no meio rural, a partir da ajuda externa, sob a aquiescência do governo e das elites, estava aberto o caminho para a implantação do modelo americano de Extensão Rural no setor agrário brasileiro” (FONSECA, 1985:55).

Quanto ao segundo aspecto, que está associado às questões políticas, o ano de 1948 marcou o início dos serviços institucionais de Extensão Rural, em decorrência de vários acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos, que levou à “implantação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de São Paulo, e na fundação da [Associação de Crédito e Assistência Rural] ACAR - Minas Gerais, através do mensageiro especial da missão americana no Brasil, Nelson Rockefeller” (FONSECA, 1985:59-60). Mas estes eventos só são compreensíveis frente ao movimento político de 1930, quando ocorreram mudanças no cenário político e econômico nacional que marcou a passagem em que o capital hegemônico deixava de ser o agrário para dar lugar ao capital industrial favorecendo a plena modernização do sistema econômico, sem empecilho para a produção capitalista.

O novo papel que o setor agrícola deveria ocupar na economia era o de continuar gerando “divisas pelo fornecimento dos produtos alimentícios de exportação e suprir as necessidades das classes urbanas e trabalhadoras sem onerar o capital industrial com altos custos da alimentação dos operários e da matéria-prima para a indústria” (FONSECA, 1985:61). A autora observa que

associado ao liberalismo econômico, estava o liberalismo político nascente no Brasil, com o fim do Estado Novo, período ditatorial do governo Vargas que vigorou de 1937 a 1945. No entanto, o novo momento preservou características do período anterior, mediante a “aliança agrário-industrial que incorporaria ao novo regime o controle da classe trabalhadora e que garantiria a manutenção da estrutura agrária no país” (FONSECA, 1985:65).

Postas as razões que circunstanciaram a Extensão Rural no Brasil, a autora considera que trata-se de uma experiência peculiar e não apenas de uma adoção do modelo difusionista americano, “trata-se de uma experiência singular em termos da formação social aqui preconizada, e como algo consentido pelas elites na defesa de seus interesses imediatos e não como algo necessário e imprescindível aos interesses das camadas populares rurais” (FONSECA, 1985:66). Essa é a estrutura política conduzida pelo capital industrial, que permite compreender como o projeto de educação rural foi posto a serviço do pretendido desenvolvimento capitalista centrado na contradição entre o capital e o trabalho.

Na década de 1950 a política de Extensão Rural se expandiu pelo país chegando à criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, em 1956, que passava a ser o órgão responsável pela gestão da atividade extensionista a nível federal. Foi no período de vigência da ABCAR, 1961-1965, que aconteceu o Golpe Militar; este regime uniu os conceitos de desenvolvimento econômico e segurança nacional por meio da coerção e do cerceamento da liberdade. Mediante essas diretrizes a ABCAR redimensionou sua atuação passando a atender além do pequeno e médio, também o grande produtor, com ênfase nos proprietários de terras, como forma de privilegiar a modernização da agricultura voltada para exportação, atraindo assim investimentos do capital estrangeiro (PORTILHO, 1999).

Nesse mesmo contexto, em 1975 foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, que mantinha o “modelo de acumulação através da minimização das contradições sócio-políticas e econômicas” (PORTILHO, 1999:3) e com o controle da participação popular.

O setor industrial ditava as regras de modernização do campo, condicionando ao consumo dos produtos industrializados; gerando divisas com

a exportação; produzindo matérias-primas e de alimentos que atendia ao mercado interno e com a geração de empregos. A EMBRATER seguiu ao longo dos anos de 1970 e 1980 expandindo com a implantação de escritórios pelo país, ampliando o quadro de técnicos e com a aquisição de materiais que ajudaram no apoio metodológico de seu trabalho, seguindo a mesma orientação política de expandir a fronteira agrícola. Em 1991, durante o governo Collor a EMBRATER foi extinta (PORTILHO, 1999).

Segundo Portilho (1999) a prática educativa da extensão rural é pautada na concepção da construção/transmissão de conhecimento, que supõe a necessidade social implícita de uma relação de poder e de caráter assistencialista que contribui para o processo de dominação.

Em 2004, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER adquire uma nova proposição de intervenção do Estado sob a proposição do modelo de desenvolvimento sustentável, atribuindo nova responsabilidade à Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que deverá adotar estratégias que permitam um desenvolvimento rural onde o uso dos recursos naturais atenda às exigências da agenda de compromissos firmados na esfera internacional, bem como na valorização dos conhecimentos tradicionais do público beneficiado, contraponto ao modelo de extensão rural historicamente adotado no mundo com um caráter difusionista.

Em janeiro de 2010 foi criada a Lei de nº 12.188, anexo “A”, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater. A criação de legislação própria que normatiza a execução da Política faz supor um caráter de garantias de direitos e deveres entre beneficiários e o Estado no papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, órgão responsável pela execução da PNATER e do Pronater.

Na dimensão institucional os atores envolvidos na formulação da PNATER, a nível internacional, são organizações que estão ligadas à produção alimentar, como é o caso da FAO mais especificamente, assim como a agenda ambiental do planeta. A nível nacional, a política foi construída “ouvindo os

governos das unidades federativas [...], os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representações dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com essa questão” (BRASIL, 2004:3).

De acordo com o documento a nova política de ATER nacional se pretende crítica ao modelo difusionista que vigorou por mais de cinco décadas em nosso país, quando a ação extensionista estava orientada para a transferência de tecnologia e a modernização conservadora da agricultura. O papel do extensionista rural era o de levar o pacote tecnológico ao produtor rural. A atual proposta tem a pretensão de corrigir exatamente os efeitos da Revolução verde⁹ (BRASIL, 2004).

A política apresenta como principal objetivo *promover o desenvolvimento rural sustentável, tendo a agroecologia como orientadora das ações*. Com isso pretende-se potencializar a inclusão social por meio de ações integradoras; estimular a produção de alimentos saudáveis, “a partir do apoio e assessoramento aos agricultores familiares [...] para a construção e adaptação de tecnologias de produção ambientalmente amigáveis”; desenvolver ações que promovam a recuperação dos ecossistemas; incentivar o cooperativismo e associativismo que fortaleçam a competitividade e laços solidários; apoiar instituições que desenvolvem serviços de ATER para ampliar e qualificar a oferta desses serviços (BRASIL, 2004: 9).

Enquanto princípios estabelecidos, a PNATER *assegura* aos beneficiários da política “o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita de qualidade e em quantidade suficiente” (BRASIL, 2004:7); contribuir para o desenvolvimento rural sustentável potencializando o uso dos recursos naturais de maneira sustentável; adotar novos enfoques de metodologias participativas, baseados nos princípios da agroecologia; adotar modo de gestão democrática para o controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades em desenvolvimento; adoção de processos educativos permanentes e continuados que levem à “melhoria da

⁹ Esse ciclo de inovações se iniciou com os avanços tecnológicos do pós-guerra, embora o termo revolução verde só tenha surgido na década de 1970. Desde esta época, pesquisadores de países industrializados prometiam, através de um conjunto de técnicas, aumentarem estrondosamente as produtividades agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento (SANTOS, 2006, p. 02).

qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável” (BRASIL, 2004:7).

No que se refere às orientações metodológicas para as ações de ATER, destaca-se aqui “o caráter educativo com a ênfase na pedagogia da prática, [...] pedagogia construtivista e humanista” (BRASIL, 2004:11). Todo o processo metodológico é orientado para que o conhecimento seja produzido de maneira interativa, multi e interdisciplinar por meio de “atividades de pesquisa-ação, participativas, investigação participante e outras metodologias que contemplem o protagonismo dos beneficiários” (BRASIL, 2004:11).

Quanto ao público que a política se destina, envolve um conjunto de segmentos sociais, como: “assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros e outros públicos [...]” (BRASIL 2004:4).

Os vários segmentos acima listados, transformados pela política em “agricultores familiares” pela PNATER são categorias tão distintas, tornadas homogêneas para facilitar o suposto alcance que a política poderá vir a ter. Cabe levar em conta que uma política de ATER/ATES apenas para povos indígenas, já requereria um maior grau de especificidade, dadas as distinções entre os grupos étnicos, seus modos de produção agrícola, uso da terra e valores simbólicos. Se a política do governo para o desenvolvimento rural pretende valorizar o conhecimento tradicional, como traz o documento da PNATER, necessariamente tais variáveis terão que ser consideradas. Nesse sentido é importante observar o que Boneti (2007) chama a atenção no que se refere ao processo de homogeneização existente nas políticas públicas:

As implicações da concepção etnocêntrica sobre a elaboração e a operacionalização das políticas públicas [...] a ação intervencionista das instituições [...] parte do pressuposto de que há uma homogeneidade entre as pessoas, e/ou o objetivo desta ação é o da homogeneização, não tratando os grupos sociais considerados ‘diferentes’ como tais, mas na perspectiva de os igualar.” (BONETI, 2007:23).

Na formulação de uma política, o órgão público responsável absorve o interesse manifestado pela correlação de forças e direciona “a política pública

para a construção do tipo de sociedade que se deseja, bem como do tipo humano desejado” (BONETI, 2007:76). No caso da PNATER, o agricultor familiar é o tipo ideal, a categoria que os formuladores da política acreditam dar conta de contemplar; as diversas categorias sociais homogêneas com a proposição de uma agricultura agroecológica são exemplos da afirmação de Boneti (2007).

Com essa proposição de objetivos, princípios e metodologias, está posto o desafio de como desenvolver de forma sustentável o meio rural e manter os valores peculiares, a tradição de povos, ao mesmo tempo em que se busca a inserção dos beneficiários no mercado. Não se pretende aqui dizer da impossibilidade, uma vez que já ocorre uma inserção desses segmentos no mercado, assim como também há uma tradição da produção sustentável, mesmo antes de fazer parte da agenda internacional para o meio ambiente. O questionamento não é como abandonar a tradição frente a esse propósito, pois conforme vimos no primeiro item deste capítulo, a interação entre diferentes culturas promove mudanças; questiona-se é como serão reorganizadas as populações indígenas a partir dessas mudanças.

Não se tem a ilusão da manutenção de valores culturais isolados, os benefícios da ciência e da tecnologia têm despertado interesse dos índios, assim como, em muitos casos, a própria inserção ao mercado também. O que se questiona é até onde se mantém a tradição alterando a forma de produção de um povo que tem valores simbólicos inseridos no fazer produtivo, que dado o caráter homogêneo das políticas, tais valores não serão considerados.

Portanto, entre elaborar políticas públicas para populações indígenas e manter a tradição desses povos, pode-se identificar trajetórias que se afastam tanto dos objetivos da política, quanto do significado da tradição dessas populações. Essa é uma das questões que fundamentam o objetivo desse capítulo ao analisar os princípios e diretrizes que orientam a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER e o Programa de Extensão indígena do Governo do Estado do Acre, tratado no item 3.6 deste capítulo, que se apresentam como sendo compatíveis “com os ideais do desenvolvimento sustentável, onde os aparatos públicos de Assistência técnica

e extensão rural – ATER, terão que transformar sua prática convencional com a introdução de mudanças institucionais” (BRASIL, 2004:5).

3.4. A efervescência do movimento social rural no Acre, na década de 1980.

A região amazônica que durante muitos anos foi considerada como “inferno verde”, que precisava ser desbravada e integrada ao restante do país, a partir do início da década de 1980 passa a ser vista como “paraíso dos verdes”. Essa nova visão parte dos movimentos ambientalistas e tem repercussão na sociedade civil a nível mundial, que mediante o questionamento da destruição da floresta e de outros ambientes naturais, passa a entender que a região deveria ser conservada e preservada. “Nessas circunstâncias o INCRA e o [Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais] MSTR deparam-se com os labirintos de um mundo que desafia a racionalidade que orientou as estratégias adotadas anteriormente” (Paula, 2005:186), que foi a derrubada da floresta para criação de gado, principal atividade econômica dessa natureza desenvolvida no Acre.

A idéia de que a década de 1980 foi uma “década perdida”, segundo Paula (2005) reside no fato de ter sido interpretada como um período de fracasso na economia do continente, inclusive do Brasil, quando houve uma diminuição do crescimento econômico de acordo com a avaliação da atividade produtiva; no entanto, o autor avalia que tanto na região amazônica quanto no país “esse período é fortemente marcado pela procura de transformações substantivas do ‘modelo de desenvolvimento’ em curso e pela emergência de diversos movimentos sociais no cenário político” (PAULA, 2005:187).

Esse foi um momento em que o questionamento da devastação da floresta não se dava apenas por pessoas e organizações importantes do contexto nacional e internacional, mas também por aqueles que estavam sendo afetados diretamente pela destruição da floresta; “além das críticas, as representações políticas de seringueiros e índios apresentavam propostas concretas – como a criação das reservas extrativistas e demarcação das terras

indígenas” (PAULA, 2005: 189). Como expõe o autor, esses segmentos da sociedade buscavam impedir a continuação do modelo exploratório e redefinir o desenvolvimento da região conforme suas demandas.

O início da “Nova República” trouxe algumas reformas administrativas na esfera federal, com a redefinição dos papéis de alguns Ministérios e órgãos, como é o caso do INCRA que deixou de ser ligado ao Ministério da Agricultura e passou a vincular-se ao Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento – MIRAD. Mas logo que foram apresentados problemas que impediram o cumprimento do desempenho que o órgão precisava ter na nova conjuntura nacional foram efetuadas mudanças e o INCRA chegou inclusive a ser extinto:

até 1987 INCRA e MIRAD estiveram longe de atender as expectativas geradas inicialmente. Com o acirramento dos conflitos internos e a agudização dos conflitos de classe no campo, o governo respondeu com a extinção do INCRA e a fragilização de um dos mais importantes instrumentos do Estatuto da Terra: a desapropriação por interesse social [...] Aquela época já era possível prever que esses resultados seriam amplamente favoráveis aos interesses dos latifundiários e grandes grupos de capitais privados, no sentido de se preservar a histórica concentração da propriedade no país (PAULA, 2005: 199).

Em março de 1989 foi revogado o decreto que extinguiu o INCRA e em julho do mesmo ano o MIRAD foi extinto e o INCRA voltou a ser vinculado ao Ministério da Agricultura. Esse é o resultado de forças antagônicas entre classe dominante e trabalhadores sem terra, enquanto estratégia da ação institucional que imobilizava os órgãos que deveriam executar o Plano Nacional de Reforma Agrária, aliado ao uso da violência privada por meio da União Democrática Ruralista – UDR (PAULA, 2005).

Com relação à atuação do INCRA no Acre, alguns afirmam que o acirramento dos conflitos no campo ocorreu em função da negligência do órgão. Segundo Paula (2005) não seria falta de diligência ou em função de um “suposto ‘imobilismo’ do INCRA, mas na sua atuação dirigida para satisfazer perfeitamente os interesses dos latifundiários, [assim] que poderíamos compreender o agravamento dos conflitos sociais pela posse da terra no Acre” (PAULA, 2005:203). As afirmações do autor baseiam-se nos dados que

apontam que “em 1970 os imóveis situados na faixa superior a 10.000ha ocupavam 69,61% da área total, enquanto aqueles situados na faixa inferior a 100ha ocupavam apenas 1,8% da área total. Em 1980 esses índices foram, respectivamente, 77,42 e 2,74%” (PAULA, 2005:202), o que comprova uma maior concentração da propriedade de terra.

Outra forma de favorecer os latifundiários era a “morosidade no processo de discriminação de terras iniciado pelo INCRA, seja por deliberação de ordem superior ou por obstáculos advindos de ações judiciais” (PAULA, 2005:204). Isso permitia aos grandes proprietários de terra ganhar tempo para pressionar o governo e enfraquecer a resistência dos trabalhadores, neste caso com o uso da violência. O autor ainda afirma que um dos fatos de grande repercussão foi o assassinato do Presidente do Sindicato Rural de Brasília-AC, Wilson Pinheiro, em 21 de julho de 1980, registrado pelo *Jornal Varadouro*.¹⁰

A morte do sindicalista foi uma estratégia de fazendeiros e seringalistas para desmobilizar a organização sindical, tirando a vida das lideranças mais expressivas. Esse crime causou uma reação imediata dos trabalhadores, que resultou no ‘justiçamento’ de ‘Nilão’, considerado um dos responsáveis pela morte de Wilson Pinheiro (PAULA, 2005).

Dos desdobramentos desse episódio, dois [fatos] nos chamaram mais atenção: o modo como as classes dominantes o exploraram a seu favor e a rapidez com que o governo atuou na região de conflito. No primeiro caso, o empresariado paulista tratou de pressionar o Estado para enquadrar Lula, Jacó Bittar, João Maia e Chico Mendes, na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de terem incitado os trabalhadores a vingar a morte de Wilson Pinheiro, num ato público realizado em Brasília (PAULA, 2005:205).

¹⁰ Periódico que circulou no Acre no período de maio de 1977 a dezembro de 1981, constituiu-se em um dos mais importantes instrumentos de divulgação da luta de índios e seringueiros contra a expropriação da terra. O jornal chegou a imprimir até 7 mil exemplares; na época, os outros jornais tiravam em média 300 exemplares. A CONTAG era a maior distribuidora do jornal, cerca de 2.000 exemplares era destinada à confederação. O Varadouro tinha leitores, além do Acre, nas cidades de Porto Velho, São Paulo e Rio de Janeiro. (MORAIS 2008: 117 e 118).

O segundo fato que o autor chama a atenção refere-se à atuação governamental, pois o Acre passou a ter prioridade na questão fundiária, resultando em medidas imediatas, como a desapropriação pelo INCRA de “198.600 hectares de terras, destinadas a promover o assentamento rápido de 1.058 famílias no eixo Brasília – Xapuri - Rio Branco, onde os conflitos sociais apresentavam maior gravidade” (PAULA, 2005:206). Outro fato importante que o autor destaca é que a partir desse momento os seringueiros passaram a ser reconhecidos enquanto produtores autônomos, pois “até então todas as políticas e programas orientados para manter e/ou incentivar o extrativismo da borracha eram dirigidas aos seringalistas” (PAULA, 2005:206).

A vitória do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, nas eleições de 1982 para o Governo do Estado do Acre, assim como a organização do Partido dos Trabalhadores - PT, tiveram grande importância para o Estado, com mudanças marcantes, face à participação dos trabalhadores no cenário político.

Se a modernização comandada pelo capital esteve identificada ou personalizada na figura dos ‘paulistas’, curiosamente, o seu ‘antídoto’, isto é, a crítica fundada nas aspirações do mundo do trabalho, partia também de São Paulo. O PT inicia sua estruturação no bojo dos conflitos entre capital e trabalho no campo, ancorado no sindicalismo rural e nas comunidades eclesiais de base da Igreja. Como expressão política do proletariado industrial moderno e com a ‘bagagem’ das greves e lutas sindicais travadas no ABC paulista, procura afirmar-se como portador de um projeto de sociedade voltado para os interesses das classes subalternas genericamente definido como socialista (PAULA, 2005: 209).

Essa é a explicação para a proximidade de Lula (Luiz Inácio da Silva), enquanto liderança do sindicato do setor metalúrgico paulista, com o sindicato dos trabalhadores rurais no Acre. A aliança entre as lideranças sindicais rurais e o Partido dos Trabalhadores constituía uma ameaça maior aos “donos do poder” e precisava ser desmobilizada, pois os trabalhadores almejavam além da posse da terra, concorrer aos cargos eletivos, eles estavam realmente disputando o poder com setores conservadores da política nacional (PAULA, 2005).

Tratava-se de um momento político específico na história do Acre, com o governo do PMDB (1983 – 1986), que por haver sido eleito pelo voto direto, era pressionado para dar as respostas das promessas eleitorais; aliado a isso, enfrentava o agravamento dos conflitos no campo, além das disputas internas do partido e da pressão dos sindicatos da saúde e da educação que se fizeram bastante combativos naquele período (PAULA, 2005). Segundo o autor as oligarquias procederam de forma a definir o rumo dessa transição da seguinte forma:

I) repressão às lutas dos trabalhadores; II) cooptação de lideranças sindicais e intelectuais considerados progressistas; III) isolamento e/ou exclusão do governo dos quadros progressistas não cooptáveis; IV) destinação de uma parcela do orçamento de governo para o atendimento seletivo de determinadas demandas sociais, cuja aplicação, via de regra, opera-se de acordo com os esquemas clientelistas. Esses procedimentos interferem substancialmente nas atuações do INCRA e MSTR no Estado (PAULA, 2005: 210 – 211).

O resultado desse procedimento foi estratégico e promoveu uma mudança no Estado. A destinação de recursos do orçamento permitiu a “implantação de cinco projetos de colonização em uma área de aproximadamente 800 mil ha e o assentamento, até 1984, de cerca de 6 mil famílias” (PAULA, 2005: 211). Com isso o INCRA passa a ter maior importância no Acre e ocorre também uma mudança no foco de destinação das políticas voltada para a modernização produtiva local que “antes beneficiavam quase exclusivamente os grandes grupos de capitais privados [a partir daí] passam a incorporar certas demandas sociais dos segmentos subalternos” (ibidem).

No contexto desse processo de assentamento de trabalhadores vindo do Centro-Sul do país há um elemento importante a destacar que foi o choque cultural que ocorreu entre índios, seringueiros e os sulistas. Estes, genericamente chamados de “paulistas”, vindo de regiões de marcante diferença geográfica e produtiva, já em contato com uma agricultura mecanizada, consideravam que o Acre dava “a sensação de regresso no tempo, [que] fazia-se presente em todas as dimensões de um mundo considerado primitivo, a mata [era] considerada como obstáculo ao

desenvolvimento das práticas agrícolas” (PAULA, 2005: 211). Essa era a opinião comum também entre os capitalistas que foram investir no Acre naquela época.

A chegada dos colonos do Centro-Sul no Acre colocava um problema para o sindicato, que precisava “recriar na diversidade cultural um coletivo articulado em torno dos interesses comuns” (PAULA, 2005: 232). Esse processo foi mediado inicialmente pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, uma vez que muitos dos sulistas eram católicos. Posteriormente outros segmentos da sociedade intermediaram o processo, como:

1) profissionais ligados aos serviços de assistência técnica e extensão rural da Emater, técnicos do INCRA e das diversas secretarias estaduais do governo [...] 3) finalmente, marca também esse novo cenário uma atuação mais permanente dos políticos e das organizações partidárias. É nesse transformado contexto que se desenvolve a ação sindical dos anos 80 (PAULA, 2005: 235).

Paula (2005) ressalta que mesmo diante desse quadro, não se pode dizer que se abandonou o uso da coerção, pelo contrário, o uso da força policial foi constante: “foi também no âmbito da sociedade civil que a classe dominante organizou a UDR [...] que cumpriu função de milícia privada [registra-se] entre seus feitos os assassinatos de Ivair Higino e Chico Mendes (ambos em 1988)” (PAULA, 2005: 236).

Segundo Paula (2005) os anos 1990 apresentam uma ruptura com as proposições que orientaram a criação das Reservas Extrativistas – RESEX, originada dentro do Movimento Sindical Rural no Acre, na década de 1980 e a proposta de desenvolvimento sustentável. O fundamento dessa ruptura está na relação estabelecida entre:

público e privado, mais especificamente entre natureza e mercado: anteriormente partia-se do suposto de que a conservação da natureza poderia compatibilizar-se com formas de exploração mercantis não predatórias, o que requeria uma forte participação do Estado. Posteriormente, as ‘práticas do desenvolvimento sustentável’ passaram a ser orientadas pelas ‘determinações’ ou ‘contingências do mercado’, resultando

numa instrumentalização cada vez maior da apropriação dos bens naturais para fins de mercantilização (PAULA, 2005:264).

Foi com essa nova maneira de pensar o desenvolvimento do Estado que as políticas locais foram traçadas. Mesmo considerando que houve mudança no desenvolvimento da região “o conteúdo da sua insustentabilidade não foi superado, seja nos aspectos políticos, seja nos aspectos socioeconômicos e ambientais” (ibdem).

Essa breve abordagem sobre a década de 1980 permite compreender o papel que o Partido dos Trabalhadores no Acre desempenhou ao assumir o Governo do Estado em 1999. Embora tenha se proclamado como mediador entre as classes sociais, reafirmando o compromisso político com a classe trabalhadora, adotando o slogan de “Governo da Floresta”; tenha utilizado a retórica de apoio à luta dos “Povos da Floresta”, com exagerado uso do nome de Chico Mendes; e evocado o desenvolvimento sustentável, afirmou também seu compromisso com a classe dominante mediante a adoção de programas de desenvolvimento econômico, como o PDS do Acre. Em outras palavras:

Dois fatores, enquanto “uso” ideológico-político-discursivo-simbólico, contribuem para a mercantilização da natureza no Acre: o movimento social protagonizado por seringueiros e índios (nas décadas de 1970 e 1980) contra a expropriação territorial e em defesa da floresta como meio de sobrevivência e, a emergência de um discurso sobre a “sustentabilidade ambiental”, nacional e internacional, que reconhecia o papel das comunidades locais na gestão dos recursos naturais. Fatores esses que o executivo estadual eleito em 1998, pelo PT, alia no seu plano de governo. (MORAIS, 2008:159).

Morais (2008) na sua tese de doutorado, estudou como se deu a formação da identidade acreana, a partir da relação com o território, nos processos históricos e geográficos do Acre, onde “a acreanidade, propalada pelo “Governo da Floresta”, possui como “mito fundador” a Revolução Acreana que funda o Acre como unidade territorial e, o acreano, o protagonista da Revolução” (MORAIS, 2008:56). É essa construção que orienta os programas do Governo do Partido dos Trabalhadores do Acre onde:

As reivindicações territoriais de índios e seringueiros, em defesa de um modo de vida, seja pela precedência de ocupação (no caso dos índios), seja pelos direitos históricos (no caso dos seringueiros e demais posseiros), foram recontextualizadas e apropriadas pelo Governo da Floresta, como modelo de ordenamento territorial para o Acre e como “inspirador” para adoção de um Programa de Desenvolvimento Sustentável. (MORAIS, 2008:170)

Esse Acre de muita gente: seringueiros, nordestinos, paulistas, fazendeiros é antes de tudo um Acre indígena de várias etnias obscurecidas pela atuação da sociedade e pela forma como se deu a ocupação do território. A visibilidade dessas etnias ocorreu inicialmente pelas “correrias”, ou seja, a maneira como foram percebidas, e em meio a muita resistência algumas conquistas foram se manifestando com a formação de associações, cooperativas, reconquista de seus territórios, entre outras formas de luta, porém as conquistas ainda são mínimas frente às suas demandas para forçar a implementação de políticas públicas na direção que eles desejam.

3.5. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDS do Acre

Para melhor entender o Programa de Extensão Indígena do Estado do Acre é necessário conhecer os propósitos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que são investir em um “mega projeto que engloba transportes, energia e comunicações, [que] tem implementado uma estratégia que viabiliza a inserção da América do Sul na economia globalizada de modo absolutamente coerente com a lógica neoliberal” (FUSER, 2008:12, apud SOUZA, 2008:111). O Programa de Desenvolvimento Sustentável – PDS do Acre se encaixa nos propósitos do BID, uma vez que “O Acre, com a construção da chamada ligação da Amazônia Brasileira ao Oceano Pacífico, do lado Peruano, passa a ser corredor que facilitará as exportações dos produtos agrícolas e florestais” (SOUZA, 2008:111).

Em 23 de junho de 2002 o Governo do Estado do Acre celebrou o Contrato de Empréstimo de nº. 1399/OC-BR19, junto ao Banco Interamericano

de Desenvolvimento - BID com intuito de executar o PDS do Acre, com a seguinte previsão de recursos e objetivos gerais:

Custo total estimado em US\$ 108,000,000.00 (cento e oito milhões de dólares americanos), sendo US\$ 64,800,000.00 (sessenta e quatro milhões e oitocentos mil dólares americanos) financiados pelo Banco e US\$ 43,200,000,00 (quarenta e três milhões e duzentos mil dólares americanos) como contrapartida do Mutuário, com previsão para a sua execução total em 4 (quatro) anos, de junho de 2002 a junho de 2006. O Programa se apresenta com dois objetivos gerais: a) melhorar a qualidade de vida da população, e b) preservar o patrimônio natural do Estado do Acre a longo prazo. Os objetivos específicos são três: a) modernizar a capacidade de gestão ambiental do Estado e assegurar o uso eficiente dos recursos naturais; b) aumentar a taxa de crescimento do setor Silvo agropecuário e gerar emprego; e c) reduzir os custos de transporte e aumentar o acesso à eletrificação no Acre. (ACRE, 2007, apud SOUZA, 2008:119 e 120).

O PDS do Acre tem três componentes que orientam a sua operacionalização: **ambiental** (gestão sustentável e conservação dos recursos naturais); **produção** (apoio e promoção do desenvolvimento produtivo sustentável e emprego) e **Infra-estrutura** (infra-estrutura pública de desenvolvimento). Cada um desses componentes têm seus respectivos subcomponentes e os órgãos do governo responsáveis por suas operacionalizações (SOUZA, 2008). Não caberia aqui descrever todos eles, mas apenas aqueles que têm relação, direta ou indireta, com o Programa de Extensão Indígena.

De acordo com o PDS o segundo componente (Produção) se dará através de seus subcomponentes: a) geração e transferência de tecnologia, executado pela Empresa de Assistência e Extensão Agroflorestal do Acre - EMATER e b) apoio a populações tradicionais e pequenos produtores, executado pela Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar – SEAPROF (SOUZA, 2008).

Como se pode observar o subcomponente letra “a”, descrito no parágrafo anterior, apresenta-se em pleno desacordo com a nova proposição da PNATER, assim como do Programa de Extensão Indígena do Acre, que se pretendem críticos à transferência de tecnologia historicamente presente nas

políticas de assistência técnica e extensão rural, porque entre outros problemas, trata-se de uma prática que desconsidera os conhecimentos e realidades de populações tradicionais, sendo, portanto contrário ao desenvolvimento rural sustentável, pretendido nas políticas de ATER atualmente.

Considera-se importante destacar também três outros subcomponentes: um deles referente ao primeiro componente, (**ambiental**) que é *apoio a preservação de culturas tradicionais*, executado pela Fundação de Cultura Elias Mansour – FEM. E referente ao terceiro componente (**infra-estrutura**), destacar os dois subcomponentes: *transporte terrestre* e *melhoria da rede fluvial*, ambos operacionalizados pelo Departamento de Estradas e Rodagens, Hidrovias e Infra-estrutura Aeroportuária do Acre – DERACRE¹¹ (SOUZA, 2008).

Os técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram os formuladores do documento denominado *Propuesta de Préstamo* (BID, 2002, apud SOUZA, 2008). Neste documento consta o conteúdo e modo de execução do PDS e oferece a base do teor do Contrato de empréstimo firmado em 2002, entre o BID e o Governo do Estado do Acre. “Nesse passo, não resta dúvida de que o Programa [PDS] é, efetivamente, de autoria do BID” (SOUZA, 2008:127).

3.6. O Programa Estruturante de Extensão Indígena do Estado do Acre

O Programa Estruturante de Extensão Indígena do governo do Estado do Acre foi criado em 2001 e apresenta nova formulação em 2008, quando passa a incorporar muito das proposições da PNATER, principalmente no que se refere à orientação de uma produção agroecológica, ao desenvolvimento sustentável e à valorização do saber tradicional dos povos, contrapondo-se

¹¹ Na análise dos dados de campo deste trabalho, será abordada a relação da FEM e do DERACRE com o Programa de Extensão Indígena.

assim às práticas difusionistas que estiveram presentes historicamente nos modelos de políticas de ATER no Brasil e no mundo.

O Programa Estruturante de Extensão Indígena é executado pela Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF, órgãos estadual responsável pela execução da política de Assistência Técnica e Extensão Rural. Sob a responsabilidade da Gerência de Extensão Indígena, o Programa objetiva dar suporte às ações mitigadoras para as sociedades indígenas, que se encontram sob impacto da pavimentação das BRs 317 e 364 (ACRE, 2008).

De acordo com o documento, à Gerência de Extensão Indígena compete capacitar as comunidades indígenas para as práticas agroflorestais, orientando para as alternativas agroecológicas que possibilitem melhorias na condição de vida das comunidades, respeito às peculiaridades de cada povo, valorização dos conhecimentos tradicionais e redução das consequências danosas causadas pelo contato com a sociedade nacional “através de ações que vislumbram um futuro em que os indígenas conscientizem-se do seu papel na sociedade e exerçam plenamente sua cidadania” (ACRE, 2008:4).

Embora o documento do Programa não faça referência à PNATER, observa-se que há uma sintonia na proposição das duas políticas no que se refere à orientação para o desenvolvimento sustentável, à prática agroecológica e à valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos beneficiários. No caso do programa do Acre a proposta destaca o objetivo de minimizar as seqüelas deixadas pela relação *interétnica* ocorrida entre índios e a sociedade nacional ao longo da história.

De acordo com o Programa as populações indígenas que estão sendo beneficiadas encontram-se na área de influência das BRs 317 e 364, num total de 10 terras indígenas, com aproximadamente 5.411 índios das seguintes etnias: “Jaminawa, Manchineri, Kaxinawa, Shanenawa, Poyanawa e Katukina, localizados em seis municípios Sena Madureira, Assis Brasil, Feijó, Tarauacá, Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul” (ACRE, 2008:4). A indicação das TIs próximas às referidas BRs, já era uma indicação para serem incluídas nos projetos financiados pelo BNDES conforme apontado por Aquino e Iglesias (2005) anteriormente.

Foram estabelecidos dois eixos temáticos. O primeiro é a *produção sustentável*, através dos cuidados com a qualidade ambiental, os saberes indígenas, a realidade de cada aldeia e a agroecologia. O segundo, *segurança alimentar em busca da soberania*, busca alternativas agroflorestais e extrativistas, que de acordo com o documento, contribuirão para a melhoria de vida das comunidades indígenas, (ACRE, 2008).

Assim como os objetivos e as ações, nos eixos temáticos o Programa também enfatiza os termos que orientam a política, tais como a agroecologia, a sustentabilidade social e ambiental e a valorização dos conhecimentos tradicionais, seguindo a mesma proposição da PNATER.

Quanto às Estratégias previstas no programa, além de propor o apoio e fortalecimento da produção visando a segurança alimentar, está previsto também o resgate do uso de sementes tradicionais, o manejo florestal de uso múltiplo e a capacitação de agentes florestais indígenas. A *estratégia resgate de sementes* parece ser o coração do programa, de acordo com o livro “Sementes Tradicionais do Povo Huni Kui” (Kaxinawa) publicação da SEAPROF, da série Caderno da Extensão Agroflorestal (2010). Trata-se de uma experiência que realizou “oficinas em terras indígenas, feiras de trocas de sementes tradicionais e intercâmbio entre os povos indígenas, promovida pelos agentes agroflorestais e comunidades com o apoio da SEAPROF” (ACRE, 2010, 7).

Outro resultado da *Estratégia “Resgate do uso de sementes tradicionais”* foi o artigo de Borges e Rocha, (2010), que integrou a publicação pelo Ministério do Desenvolvimento Agrária – MDA, do livro “A Experiência de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: o desafio da interculturalidade”.

O uso de sementes, assim como a sua relação com a segurança alimentar de populações tradicionais, tem outra abordagem atualmente, frente à aplicação da biotecnologia e às exigências do mercado internacional, que diferente do que preconizam as publicações acima referidas, constituem-se em ameaça a tais garantias e autonomia de muitos povos. Em julho de 2010 a Revista eletrônica *Diversidad Sustento y Cultura*, publicou matéria que discute essa questão destacando que desde a origem da agricultura as sementes são

componentes fundamentais dos sistemas produtivos e de soberania e autonomia alimentícia dos povos. As sementes são resultado do trabalho coletivo acumulado por centenas de gerações de agricultores que as tem domesticado, conservado e trocado desde épocas ancestrais. Muitos grupos humanos têm em diferentes regiões, melhorado e adaptado variedades em distintos ambientes produtivos e sócio-culturais.

É fundamental a continuidade desse livre manejo entre os povos e inaceitável o controle por parte de monopólios e patentes. No entanto, nas últimas décadas, empresas de biotecnologias perceberam o valor que as sementes têm no controle da agricultura mundial, o que resulta em ameaça às práticas tradicionais de manejo das sementes e da conseqüente segurança alimentar dos povos indígenas. (Editorial da revista Biodiversidad Sustentando y Culturas, 2010).

Pelo que está posto acima, não parece ser tão simples, como pretende o Programa de Extensão Indígena, atingir a garantia da segurança alimentar e autonomia de povos indígenas por esse meio, que desconsidera a conexão entre a realidade local e a global de uma economia que atua nos mais longínquos lugares do planeta, conforme apontado por Giddens (1997):

Poucos não têm consciência que suas atividades locais são influenciadas ou até determinadas por acontecimentos ou organismos distantes. O capitalismo durante século XX teve fortes tendências à expansão, posterior a II Guerra Mundial e mais, nos últimos 40 anos, o padrão de expansionismo começou a se alterar, [tornando-se] mais descentralizado e mais abrangente. No plano econômico a produção mundial aumentou de forma dramática (p.75)

O Programa de Extensão Indígena estabelece oito programas, constantes nas páginas 7 a 11 do documento, que apresentam ações específicas, conforme síntese abaixo, que serão executadas não só pela Gerência de Extensão Indígena, como também por outros setores da SEAPROF:

Resgate e Reintrodução de Sementes Tradicionais em Roçados – estão previstos a assistência técnica e fomento para resgatar sementes de tradição ancestral, bem como o manejo historicamente adotado por cada povo, “para assegurar uma alimentação saudável, limpa e permanente, sem dependência de atores externos, atingindo assim a soberana alimentar” (ACRE, 2008:7).

Quintais e Sistemas Agroflorestais – implantação de sistemas agroflorestais–SAFs em áreas de capoeira “com a introdução de espécies frutíferas, além das essências florestais madeireiras e não-madeireiras” (ACRE, 2008:7). Isso será feito através da realização de cursos que capacitam os agentes agroflorestais indígenas e a comunidade para a preparação dos SAFs e os cuidados de manutenção, com a finalidade da melhoria da dieta alimentar.

Piscicultura – dar assistência técnica para a prática da piscicultura em lagos e açudes para o consumo e a comercialização, bem como a orientação para o acesso ao crédito do Pronaf.

Manejo Natural da Fauna Silvestre - neste programa o documento faz referência à criação de tracajás e abelhas melíponas e informa apenas que para sua realização será respeitada a diversidade e grau de contato entre os povos, haverá esclarecimento às comunidades dos pontos positivos e negativos do manejo, sem que sejam criadas falsas expectativas e que a atividade irá se basear nos estudos constantes no Zoneamento Econômico e Ecológico e etnozoneamento das terras indígenas.

Manejo de Recursos Naturais Florestais (Flora) – Orientar as comunidades para a prática do “manejo de produtos florestais não-madeireiros (mel de abelha, manejo de palha, de ouricuri, açáí, óleo de copaíba, andiroba, patoá, buriti, murmuru, jarina e etc.)” (ACRE, 2008:8), de forma a contribuir e potencializar a prática da medicina tradicional e recuperar área degradadas através do reflorestamento com as espécies acima relacionadas. Dessa forma dar-se-á o suporte para a produção de artesanato com os produtos desse cultivo, além de possibilitar uma fonte alternativa de renda para as famílias.

Ainda está inclusa nesse programa a disponibilização de equipamentos que facilitem a extração dos produtos florestais.

Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal - Orientar e assistir nas atividades dos roçados, quintais florestais, SAFs e todas as outras ações de produção sustentável com bases e práticas agroecológicas nas técnicas que não são de conhecimentos tradicionais dos indígenas como tratos culturais e fitossanitários que podem aparecer nas frutíferas ou medidas profiláticas e de instalações.

Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas – formação através de “cursos, oficinas, encontros, e outras atividades que possam fomentar a formação continuada” (ACRE, 2008:10) de agentes agroflorestais indígenas e não indígenas que desenvolvam atividades sustentáveis. Os agentes agroflorestais receberão ainda orientações técnicas dentro de suas aldeias.

Organização Comunitária (Associativismo/ Cooperativismo) – será dado o apoio para a organização jurídica das comunidades, facilitando o acesso aos órgãos competentes para esse fim, além do apoio na documentação interna das associações e cooperativas como a elaboração de atas e estatutos.

Decorridos aproximadamente dois anos de execução do que se pode considerar a segunda fase do Programa, a publicação do artigo de Borges e Rocha em 2010, constitui-se em uma breve avaliação de algumas ações do Programa. Os autores começam reconhecendo que a demarcação da terra indígena é um aspecto limitador para a obtenção de alimentos em quantidade suficiente, pois restringe a caça e os roçados e se torna um agravante diante do aumento da população indígena que vem sendo registrado (BORGES e ROCHA, 2010), e o processo de ocupação que acontece no entorno das TIs.

Para os autores, as ações de ATER e fomento em Terras indígenas são “resultado dos esforços de vários atores, governamentais, não-governamentais, sociedade civil organizada, movimentos sociais [...] desenvolvido ao longo dos anos” (BORGES e ROCHA, 2010:1). Apontam, mesmo sem fazer referência, à importância dos eventos realizados no início do “Governo da Floresta”, com

fóruns, reuniões etc., que permitiram a realização do etnolevanteamento e da elaboração dos Planos de Gestão¹² das TIs, o que na opinião dos autores, diferencia-se de momentos anteriores quando as ações eram implementadas de forma imediatista e sem nenhum estudo. Segundo eles todo o trabalho de ATER é feito observando os referidos estudos.

No referido artigo Borges e Rocha (2010) consideram que o “Projeto Estruturante”, foi um trabalho iniciado em 2001, para atender os habitantes das TIs impactadas pela pavimentação das duas BRs, conforme mencionado várias vezes nesta dissertação, “mas que devido à grande demanda e à necessidade em se trabalhar em bases sustentáveis, atualmente procura-se atender todos os povos indígenas do Estado (BORGES e ROCHA, 2010: 2).

Segundo os autores, outras dificuldades podem ser apontadas:

Várias foram as tentativas de auxiliar as comunidades indígenas. Entretanto, esbarrava-se na dificuldade de compreender as especificidades dos diferentes povos indígenas e de identificar suas reais necessidades. Diante de ações que agravavam a dependência e oneravam o estado com resultados insatisfatórios, as entidades governamentais envolvidas com a questão indígena, seguindo paradigmas dialógicos, buscaram construir planos de ação para cada povo, respeitando as diferenças de cada região, os costumes milenares e atuando de forma integrada. Sempre atentos aos devidos cuidados [...] com o intuito de não impor o conhecimento técnico em detrimento das tradições indígenas, se buscou, antes, uma cooperação mútua entre estado e comunidades (BORGES e ROCHA, 2010:4).

Segundo Borges e Rocha (2010) dentro das ações de ATER indígena desenvolvidas no Acre tem sido de fundamental importância um agente social que tem facilitado o diálogo entre os órgãos responsáveis pelas ações e a comunidade, que é o Agente Agroflorestal Indígena – AAFI:

¹² Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental consistem em realizar oficinas, *in loco*, contando com a participação de equipes interinstitucionais, governamentais e não governamentais, com o objetivo de fazer junto com as comunidades um levantamento das iniciativas presentes nas Terras Indígenas, indicando os anseios, a vocação produtiva de cada povo e as áreas destinadas a cada uma das atividades exercidas na Terra Indígena (BORGES e ROCHA, 2010: 5).

Só estes agentes têm condições de prestar uma efetiva e eficiente assistência técnica em suas comunidades, pois somente eles são capazes de dialogar com os anciãos indígenas que ainda conhecem sementes, formas ancestrais de cultivo e coleta de produtos florestais. Os AAFIs superam uma dificuldade regional de deslocamento e longas distâncias percorridas pelos técnicos da Seaprof, o que demanda um tempo maior entre os escritórios regionais e as aldeias, além da logística que se emprega nas viagens (BORGES e ROCHA, 2010:7).

Nesse sentido, o Governo precisou criar incentivo para a atuação dos AAFIs que recebem um “valor mensal a título de bolsa-auxílio [que] não fica somente com o titular, mas geralmente é repartido entre os seus ‘parentes’” (GORGES e ROCHA, 2010:8). Essas são estratégias que o poder público identificou para manter a política com ações continuadas, sem sofrer interrupções, sob o risco de comprometer os benefícios que podem estar ocorrendo, assim como a quebra do diálogo já estabelecido entre a comunidade e os órgãos responsáveis pelas ações.

O Programa de Segurança Alimentar foi introduzido em 2008 e consistiu no desenvolvimento de ações como: a criação de animais domésticos e silvestres, apoio à implantação de “hortas doméstica, roçados, SAFs e/ou quintais florestais, melhoria dos derivados da cana-de-açúcar e melhoria da qualidade da farinha de mandioca” (BORGES e ROCHA, 2010:2 e 3). Os autores destacam que a experiência de manejo de animais silvestres tem sido importante para as populações e para o meio ambiente,

como é o caso do manejo de tracajás realizado em Assis Brasil, que consiste no repovoamento do rio Yaco através da captura de ovos em locais distantes, inserção em tabuleiros com monitoramento dos berçários e eclosão de ovos, para posterior soltura dos tracajás no rio Yaco. (BORGES e ROCHA, 2010:2 e 3)

Borges e Rocha (2010) não apresentam dados, que seriam importantes para um estudo comparativo do volume da produção antes e depois da implantação do programa, de modo que se pudesse mensurar o êxito apontado

pelos autores. Os únicos dados apresentados são referentes à distribuição de sementes tradicionais:

Em dois anos foram doados 961 quilos, de 21 variedades de sementes tradicionais, contemplando os povos indígenas Katukina (Cruzeiro do Sul), Manchineri e Jaminawa (Assis Brasil e Sena Madureira), Kaxinawá (Jordão e Tarauacá) e Yawanawá (Tarauacá), beneficiando em torno de 3.725 indígenas, além das 27 variedades trocadas entre os povos indígenas participantes do V Encontro de Cultura Indígenas e I Jogos da Celebração, onde ocorreu o momento da troca de sementes entre as comunidades indígenas.(BORGES e ROCHA, 2010:12-13)

Borges e Rocha (2010) afirmam que as atividades desenvolvidas têm como premissa o empoderamento dos povos indígenas "que consiste em delegar competências às próprias comunidades, conscientizando-as de seu papel e importância na preservação do meio ambiente" (p.3). Cabe aqui questionar se a delegação de competência não constitui em última análise, numa "visão" tutelar do Estado, ainda muito presente nas políticas indigenistas, fazendo supor uma falta de capacidade dos índios na gestão e práticas ambientais.

Está posto para a Gerência de Extensão indígena o desafio de compatibilizar a introdução das técnicas que contribuirão para a melhoria da produção alimentar e excedente para comercialização, quando do interesse dos povos, e a valorização dos conhecimentos tradicionais, ou seja, manter a tradição produtiva na modernidade, observando que a tradição alimentar indígena não incluía a criação de animais silvestres. Tradicionalmente isso era feito através do modo extrativista e nele havia um componente simbólico de enorme valor cultural, presente na caça e na pesca, com a prática de rituais. Com as novas práticas, que lugar caberia a esses rituais?

Outro desafio é analisar como os programas governamentais promovem o reordenamento territorial do Estado, e quem são os agentes que pensam esse novo ordenamento. No caso do PDS do Acre, segundo Souza (2008) o teor do documento foi baseado na seguinte orientação do BID:

No que toca à viabilidade sócio-ambiental, a finalidade é limitar, num lapso de 20 anos, a expansão da fronteira agropecuária em 16% do território acreano, de modo a reduzir o desmatamento a uma taxa de 0,4% a 0,3% por ano. Aqui o Banco já procura estabelecer uma repartição do território acreano para as finalidades de uma determinada atividade econômica: 16% do território acreano equivalem à reserva de 2,64 milhões de hectares de terra destinada à atividade agropecuária. (SOUZA, 2008:129 e 130)

Cabe ressaltar que o conjunto dos programas destinados aos índios no Acre foi uma decisão de fora para dentro: por mais discutido que tenha sido com as populações, o fato de eles haverem se tornado beneficiários dos programas foi em razão de suas TIs estarem próximas às BRs, que precisam ser pavimentadas para o desenvolvimento econômico do Estado, conforme previsto no PDS. Assim, o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre e o Programa Estruturante de Extensão indígena remetem à formulação de Boneti (2007):

Torna-se impossível considerar que a formulação das políticas públicas é pensada unicamente a partir de uma determinação jurídica, fundamentada em lei, como se o Estado fosse uma instituição neutra, como querem os funcionalistas. Neste caso as políticas públicas seriam definidas tendo como parâmetro unicamente o bem comum [que] seria entendido como de interesse de todos os segmentos sociais. Este entendimento nega a possibilidade de uma dinâmica conflitiva, envolvendo uma correlação de forças entre interesses de diferentes segmentos ou classes sociais. (BONETI, 2007:12)

O Governo do Acre, ao adotar o slogan de “Governo da Floresta”, reúne a combinação de interesses como o cuidado que o Estado deve ter em incluir nas políticas públicas os Povos da Floresta (seringueiros, índios, ribeirinhos etc.) e isso vai influir na boa imagem que o Governo ganha junto à outras nações e instituições financeiras internacionais, como BID e BNDES, que financiam os programas do Estado.

O Programa de Extensão Indígena está em consonância com o PDS do Acre. Este “apresenta dois objetivos gerais: a) melhorar a qualidade de vida da população e b) preservar o patrimônio natural do Estado do Acre a longo prazo”

(SOUZA, 2008:120). As contradições postas entre o slogan do governo e o Programa de Desenvolvimento sustentável - PDS foram denunciadas na imprensa local e nacional por várias vezes, sendo a mais recente:

Mais uma vez Paolino Baldassari¹³ utiliza as missivas para por a boca no trombone e denunciar o que chama de 'manejo sustentável insustentável'. Em correspondência remetida à Presidência da República, Paolino faz mais uma vez denúncia contra a exploração de madeira no município de Sena Madureira. No primeiro trecho ele diz: "Voltei duma viagem ao laco, afluente do Purus e notei que a destruição da mata continua inexorável, seja de pequenos seja de grandes. Dos grandes é o chamado Manejo Florestal, que é o modo de destruir legalmente a floresta (Jornal A Tribuna, 12.03.2011).

Considerando que o projeto de exploração madeireira é importante componente do PDS e que os tramites legais de seu financiamento internacional contam com a necessária aprovação do Governo Federal, a denúncia cairá no vazio.

O Programa de Extensão Indígena apresenta um quadro que relaciona as 34 Terras indígenas do Estado, com uma população de 12.720 índios (ACRE, 2008:12 e 13). No Programa o critério que elegeu os beneficiários é apenas o fato das populações indígenas se encontram sob a área de influência das BRs 317 e 364. A análise do PDS e do documento do BID (Propuesta de Préstamo)¹⁴ realizada por Souza (2008), traz uma informação que esclarece a escolha dos beneficiários do Programa de Extensão Indígena, principalmente no que se refere à pavimentação da BR 364 no trecho Rio Branco / Cruzeiro do Sul:

Quanto à viabilidade econômica especificamente da obra de pavimentação da estrada (70,1 km), a consideração do BID, para análise de seus custos/benefícios, se dá pelo fato de que a mesma funcionará como infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico da região, posto que gerará um novo tráfego de produtos florestais ("madeira certificada em

¹³ Padre Paolino Baldassari chegou ao Acre em 1955 e desde então tem se dedicado à defesa das populações tradicionais do Vale do Purus (MORAIS, 2008).

¹⁴ Ver Souza (2008), Dissertação de mestrado UFSC.

troncos das florestas de Cruzeiro de Sul”) e não florestais. Vê-se da onde vem a obsessão pela madeira. (SOUZA, 2008:129).

Essa evidência nega o argumento constante no Programa de Extensão Indígena que atribui a escolha ao fato de se tratarem de populações impactadas pelo contato, uma vez que todas as etnias do Estado sofrem consequências das relações interétnicas.

Há uma combinação entre a exploração dos recursos madeireiros, a pavimentação de rodovias e as populações indígenas que ficam próximas às BRs que serão pavimentadas. Assim como há também uma contradição na conciliação de objetivos. Uma dessas contradições é a dificuldade de manter a ordem dos objetivos do PDS nos documentos que foram emitidos posteriormente ao Contrato de Empréstimo. Segundo Souza (2008), “enquanto o Contrato coloca, no plano textual, em primeiro lugar, como objetivos gerais, a *qualidade de vida e a preservação ambiental*,” (p.133), o objetivo geral do PDS aparece na Nota Técnica assim: “promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável e a diversificação produtiva no Acre a fim de melhorar a qualidade de vida da população e preservar o patrimônio natural do Estado em longo prazo.” (ACRE, 2002, apud SOUZA, 2008:133).

A pavimentação das BRs 317 já foi concluída há alguns anos, a pavimentação da 364 encontra-se bastante adiantada e ambas dão acesso ao Pacífico e têm importância para o desenvolvimento econômico local, como se pode constatar nos registros apontados por Aquino e Iglesias (2005):

As decisões e intenções firmadas na "Primeira Reunião Binacional de Autoridades e Empresários do Estado do Acre-Brasil e da Região do Ucayali-Peru"¹⁵, ocorrida em Pucallpa, em março de 2004, tomaram como antecedentes acordos e pautas negociados pelos Presidentes Lula e Alejandro Toledo na cidade de Lima em agosto de 2003, contidos no "Memorando de Entendimento sobre a Integração Física e Econômica entre Brasil e Peru", reiterados em encontro dos Ministros das Relações Exteriores de ambos países em fevereiro de 2004. Nesses atos anteriores, as autoridades

¹⁵ Consultar a "Acta de Intención para el Desarrollo del Eje Comercial y de Integración Pucallpa-Cruzeiro do Sul", assinada em Pucallpa a 12 de março de 2004 pelo Presidente do Governo Regional de Ucayali, Edwin Vásquez Lopez. e pelo Governador do Acre, Jorge Viana.

federais, brasileiras e peruanas, no marco da construção de uma "aliança estratégica", afirmaram respaldar as propostas da IIRSA e demonstraram a intenção de construir mecanismos para efetivar os três Eixos (Transoceânico Central, do Amazonas e Interoceânico del Sur) que visam aprofundar a integração terrestre, fluvial e aérea entre os dois países (AQUINO e IGLESIAS, 2005: 39 e 40).

Mas o Programa de Extensão Indígena ainda não conseguiu chegar à Terra Indígena do Rio Caeté dos Índios Jaminawa, como será visto no próximo capítulo com o resultado da pesquisa de campo. Assim pode-se concluir neste capítulo que a formulação de políticas públicas, além de ser influenciada pela disputa de poder e interesses da sociedade mais ampla, traz em sua fase de planejamento e execução uma série de contradições que dizem respeito às metas e objetivos, bem como à priorização dos grupos sociais beneficiados. E a defasagem entre o discurso e a prática, assim como o resultado das promessas não cumpridas, são condições das políticas públicas às quais os extensionistas devem estar atentos, já que eles se constituem na ponta de lança das intervenções sociais planejadas.

CAPÍTULO 4. ACRE - A NAÇÃO INDÍGENA JAMINAWA

A história é o que aconteceu, o que acontece e o que vai acontecer com uma pessoa, com uma família ou com uma nação. É o estudo das brigas que existiram entre os diferentes governos de várias nações, as mudanças de governo, a discriminação entre as nações e as classes de pessoas.

A história estuda também as populações através do tempo e dos diferentes lugares onde viveram. Explica as permanências e mudanças no modo de viver, na política e na economia de um povo.

A história de antigamente e a história de hoje são importantes para se construir o futuro, para construir um tempo que queremos ver chegar.

*Fernando Luiz Kateyuve Yawanawá
Geraldo Alwá Apurinã
(Professores Indígenas do Acre)*

A história, na opinião dos professores indígenas formados pela Comissão Pró-Índio, trazida na epígrafe que abre este capítulo, resume uma concepção histórica vivida num tempo e espaço mediados por conflitos e sonhos, numa reflexão sobre o passado que dá a base para o futuro desejado, onde a tradição e modernidade se manifestam na reelaboração da cultura. Para quem vive nas florestas da Amazônia, muito do que se deseja alcançar acontece através das políticas públicas. É em torno da garantia da terra, da educação, da saúde e das políticas de ATER, que alguns sonhos se realizam. Para os povos indígenas a situação de dependência das políticas públicas resultou das modernas relações de contato que ocorreram em situações de consensos e dissensos. Este capítulo objetiva a abordagem da caracterização dos povos indígenas Jaminawa e da apresentação dos dados de campo que permitem contribuir com as políticas de ATER para esses povos, assim como mostrar as dificuldades dessas formas hegemônicas de fazer intervenção, principalmente quando se trata de grupos indígenas como os Jaminawa, que são resistentes a qualquer tipo de formatação imposta pelas políticas públicas atuais.

4.1. Um Povo de Muitas Andanças

O Estado do Acre está localizado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, com uma extensão territorial de 164.122,280 Km², correspondendo a 4% da Amazônia Legal e 1,9% do território nacional (ACRE, 2006). Limita-se ao Norte com o Estado do Amazonas, ao Leste com o Estado de Rondônia. Na fronteira internacional, limita-se a sudoeste com o Peru e a Sudeste com a Bolívia. É formado por 22 municípios, com uma população de 733.559 habitantes, densidade demográfica de 4,46 hab./ Km², sendo que, 73% do total de habitantes, residem nos centros urbanos e 336.038 concentram-se na capital Rio Branco (IBGE, 2010). De acordo com os dados da Assessoria Especial de Povos Indígenas, o Acre tem 15 etnias com uma população de 16.573 pessoas, mais alguns povos isolados¹⁶ dos quais não se tem os números.

Jaminawa é a denominação dada pela FUNAI às diversas etnias do tronco linguístico Pano a seguir mencionadas que, segundo Townsley (1994), mesmo incompleta, a lista apresentada permite identificar a dificuldade que se teria para classificar os povos que aqui chamamos genericamente de Jaminawa: Xixinawa (povo do quati); Kununawa (povo da orelha de pau); Yawanawa (povo da queixada); Mastanawa (povo do socado); Bashonawa (povo da mucura) e Sharanawa (povo bom), ou ainda Povo do Machado de Pedra. Segundo Alvarado (2003), o povo do quati, povo da queixada que fazia parte da organização baseada no totemismo, desapareceu (CASTELA, 1999 e CASTELA e MUNIZ, 2009).

Saéz (2006) esclarece que o nome Jaminawa foi atribuído pela FUNAI devido à necessidade de classificar os grupos indígenas que usavam vários etnônimos, conforme mencionado acima e a respeito da grafia do nome do povo 'Yaminawa' a qual ele escolheu usar em seu trabalho, "combina a forma

¹⁶ Índios isolados: povos indígenas, que se mantêm afastados da sociedade nacional, poucas informações se têm sobre eles. Frentes de contato da FUNAI atuam nos Estados do Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Goiás (www.FUNAI.gov.br).

mais comum no Peru, 'Yaminahua', e a grafia oficial brasileira 'Jaminawa' “ (p.33).

Os remanescentes dessas etnias encontram-se atualmente em território brasileiro nas Terras Indígenas (TI): Cabeceira do Rio Acre, localizada no município de Assis Brasil; Mamoadate, nos municípios de Assis Brasil e Sena Madureira; Guajará e Rio Caeté, no município de Sena Madureira; e Kayapucá, no município de Boca do Acre-AM (CASTELA, 1999 e CASTELA e MUNIZ, 2009). No Acre, a população dos Jaminawa é de 838 indivíduos, aproximadamente (ACRE, 2010), como se pode observar no Quadro Nº 4, abaixo.

Os Jaminawa encontram-se também em territórios peruano e boliviano na fronteira com o Brasil. Muitas famílias vêm residindo nas periferias das cidades de Rio Branco, Brasiléia, Assis Brasil e Sena Madureira no Estado do Acre (CASTELA e MUNIZ, 2009).

Quadro 4- População e localização/situação das Terras Indígenas dos Jaminawa no Estado do Acre

Município	Terra Indígena	Pop.	Aldeias	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	284	04	78.513	Regularizada
Assis Brasil e Sena Madureira	Mamoadate *	304	05	313.647	Regularizada
Sena Madureira	Jaminawa do Guajará	92	01	**	Em identificação
Sena Madureira	Jaminawa do Rio Caeté	158	03	9.878,48***	Em identificação
		838	13		

Fonte: Adaptada da Assessoria Especial Dos Povos Indígenas – 2010

*TI compartilhada com 937 indivíduos da etnia Manchineri

** Extensão indefinida

*** Área aproximada

Os dados gerais sobre povos indígenas e localização/situação das TI do Estado do Acre podem ser vistos no Anexo “C”, devendo-se observar que constam dados de outros povos Jaminawa, além dos apresentados no quadro acima, que no entanto, não fazem parte dos mesmos subgrupos étnicos aqui estudados. A esse respeito vale para esta dissertação a mesma justificativa¹⁷ de Saéz (2006):

Os Yaminawa de que trata este trabalho são *outros* que os estudados por Townsley, embora decerto tenham vagos elos genealógicos com os yaminawa e com outros Pano Purus, aos quais ele também se refere. Se o objetivo principal de uma pesquisa fosse *evitar* equívocos, o certo seria tratar aqui de Xixinawa – em função do nome do clã majoritário na aldeia – mas trocaríamos o equívoco pelo engano (SAÉZ, 2006:29).

A opinião que os outros índios do Acre, bem como os indigenistas têm dos Jaminawa é de um povo desregrado e desagregado pelo fato do esfacelamento de algumas de suas instituições centrais e pela maneira como aderem às ofertas dos brancos. Essa opinião é expressa em diversas situações até mesmo por lideranças Jaminawa conforme relata SAÉZ (2006). Quando este autor expôs seu interesse de realizar a pesquisa, foi advertido de que seu propósito era insensato e que estaria perdendo a viagem, pois afinal um povo onde o contador de história é breve e o xamã diz não saber nada, mesmo sobre os aspectos mais elementares da vida, são razões que causam frustração para um etnólogo.

Conforme observação desse autor, entre os Jaminawa inexistem uma regularidade de um “cenário social”: não só os rituais praticamente inexistem, mas também a própria interação entre os Yaminawa é rala e difícil de observar no dia-a-dia, fora de um círculo familiar muito estreito”; o chefe é que tem o papel agregador do grupo e em torno dele concentram-se os parentes mais próximos (SAÉZ, 2006: 18).

A característica de desorganização está relacionada também, ao fato de os Jaminawa viajarem muito, seus constantes deslocamentos dificultam a

¹⁷ A pesquisa de Saéz foi realizada na TI Cabeceira do Rio Acre de onde saíram as famílias para formar a TI do Rio Caeté.

relação com órgãos governamentais e ONGs, o que resulta em constante alteração de calendário para a realização de atividades junto ao grupo que atende a outra lógica que não é a das organizações. Para o autor, eles “são autênticos sem substantivos, despojados, destrutivos, humoristas, mal-afamados e descontentes entre si mesmos” (SAÉZ, 2006:20). Tais características os tornam diferentes da maioria dos grupos indígenas que habitam o Acre.

A pesquisa de SAÉZ (2006) foi realizada na TI Cabeceira do Rio Acre, localizada no município de Assis Brasil – AC. Esta TI é composta por quatro aldeias: Ananaia, Apuí, São Lourenço e Rio Branco. O autor esclarece que originalmente pretendia realizá-la junto às diversas comunidades que se situam no Alto Purus, Alto Iaco, rio Acre, no município de Assis Brasil, bem como junto àqueles que residem nas cidades de Brasiléia e Rio Branco, no Estado do Acre, mas que isso promoveria a repetição e não uma visão geral de uma estrutura. (SAÉZ, 2006). A figura 2 a seguir demonstra as áreas de ocupação dos Jaminawa na fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia.

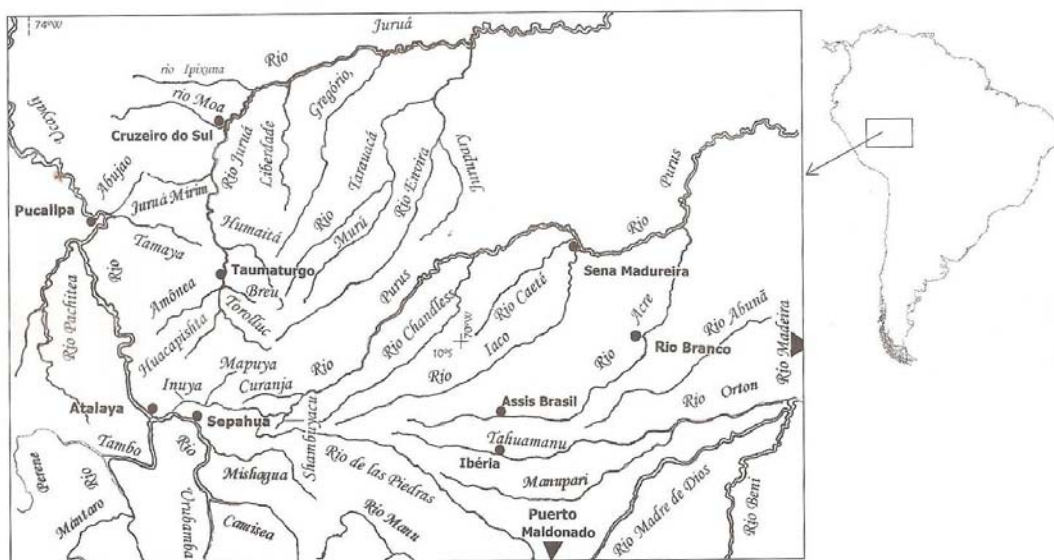


Figura 2 - Área de fronteira Brasil, Peru e Bolívia de constantes perambulações dos Jaminawa

Fonte: SAÉZ (2006:176)

Levando em conta a opinião do autor com relação às características comuns que são apresentadas pelas diversas comunidades Jaminawa, e analisando a impossibilidade de realização da pesquisa de campo na TI do Rio

Caeté, como se pretendia inicialmente para este trabalho, serão considerados aqui alguns dos resultados etnográficos trazidos por SAÉZ (2006), mesmo porque a TI do Rio Caeté, objeto desta dissertação, surgiu a partir dos deslocamentos de várias famílias que moravam na TI Cabeceira do Rio Acre, decorrentes das divergências entre lideranças, o que é de certa forma recorrente, conforme explica o autor:

Em Brasília, no bairro Samaúma, habita um grupo de Yaminawa da parcialidade Bashonawa, desgarrado desde 1987 do grupo do lago, por um conflito anterior ao que produziu o êxodo para Ananaia, carentes de terra vivem em uma situação precária, sem roça nem fonte fixa de renda, recorrendo à mendicância ou à cata de sobras de comida no lixo, e morando no meio de uma favela. Foram eles mesmos os que, dois anos atrás se instalaram em Rio Branco, na favela do Igarapé São Francisco, numa migração desastrosa que, no entanto, tem precedentes e imitadores [...] voltarão à aldeia provavelmente, depois de um tempo, e repetirão outras vezes a mesma aventura (SAÉZ, 2006: 57).

Essas idas e vindas entre as cidades e a aldeia é uma constante na vida de muitos Jaminawa. Durante a realização de pesquisa documental, identificou-se matérias de jornais da década de 1980, que noticiavam a presença de diversas famílias desse grupo instaladas por vários dias embaixo das pontes, no centro da cidade de Rio Branco. Decorrido certo tempo, retornam à aldeia como fazem até os dias atuais nas cidades de Rio Branco, Assis Brasil, Brasília e Sena Madureira. Porém o antropólogo Marcelo Iglesias (2002) vai buscar ainda mais longe as razões das migrações:

No início deste século, foram deslocados por caucheiros¹⁸ peruanos da região formada pelos altos rios Tahuamano e Chambuiaco, situados nas cabeceiras do alto Purus peruano, de onde são originários. Os caucheiros moveram uma perseguição implacável aos Jaminawa e outros grupos indígenas da região, organizando as "correrias", que dizimaram grupos inteiros e dispersaram as populações sobreviventes, liberando, assim, as terras de cauchais da presença indígena em suas vizinhanças. Mudando constantemente de um rio para o outro, muitos Jaminawa acabaram trabalhando na extração

¹⁸ Extrativistas do látex do caucho (*Castilloa ulei*), vegetação encontrada na região amazônica.

do caucho, de peles de animais silvestres e de madeira. A partir da década de 40, parte significativa da população Jaminawa juntou-se aos Machineri no alto rio Iaco, fixando-se na sede do seringal Petrópolis, onde passaram a viver no "cativeiro" dos patrões de seringais, desempenhando todos os tipos de trabalho braçal para adquirirem bens industrializados necessários à sua sobrevivência. No seringal Petrópolis, trabalharam muitos anos para o conhecido seringalista Canízio Brasil, no alto rio Iaco. Posteriormente, uma parte menor de sua população migrou para as cabeceiras do rio Acre, fixando-se nas proximidades da foz do Igarapé São Lourenço. Em 1976, quando a Ajudância da Funai no Acre criou o Posto Indígena Mamoadate, nas cabeceiras do rio Iaco, diversos grupos familiares fixaram-se na sede deste posto, junto aos Mancheri (IGLESIAS, 2002:6).

Além das divergências internas há também as que se estabelecem entre os Jaminawa e brancos, estando fortemente relacionadas às migrações com a interferência de não índios na exploração de recursos naturais e da mão-de-obra indígena, conforme exposto acima por Iglesias (2002). Ainda sobre as divergências externas Saéz (2006) descreve a função de guarda da fronteira que alguns Jaminawa desempenham para impedir a entrada de pescadores, caçadores e madeireiros que costumam extrapolar a fronteira entrando na TI.

Tanto Antonio Coruma quanto seu cunhado Chico Macaxeira já tiveram vários envolvimento em atos violentos com brancos. O primeiro começou, ainda adolescente, vingando a morte de seu pai, e tem sérios entrevos com *nawa*¹⁹ na sua memória; o segundo 'furou' um peruano durante uma briga em 1992, produzindo um pequeno incidente fronteiriço (SAÉZ, 2006:55).

Conforme aponta o autor, as divergências internas estão associadas às externas, uma vez que integrantes de determinado grupo costumam ficar mais tempo instalados no município de Assis Brasil, enquanto os integrantes do grupo rival ficam mais tempo em Rio Branco e pouco se demoram nas visitas a Assis Brasil.

Um dado importante para este estudo, trazido por SAÉZ (2006) é referente ao trabalho agrícola dos Jaminawa, que consiste um dever de todo

¹⁹ O termo *nawa*, refere-se aos indivíduos estranhos ao grupo, os brancos são tratados assim pelos Jaminawa.

homem adulto. Nisto são estabelecidas relações distintas entre as tarefas no roçado por homens solteiros, que não é a mesma relação com homens casados, assim como é diferente para aqueles que costumam trabalhar nos roçados dos brancos fora da TI. Além disso, é dado o destaque à produção de macaxeira (mandioca) e banana que consistem nos principais produtos cultivados pelos Jaminawa.

O trabalho agrícola é dever do homem adulto, e especialmente do pai de família. Homens separados ou viúvos que vivem agregados a outros familiares continuam a fazer roças próprias. É diferente do caso dos que nunca casaram ou tiveram filhos – muito raro, mas possível, sobretudo entre os que trabalham frequentemente para os brancos – que, quando se incorporam a seus parentes, ajudam nas roças destes. Cada família nuclear possui sua roça, ou suas roças. Em plural, em vários sentidos. É comum abrir roçados independentes para banana e macaxeira [...] mesmo que um e outro sejam vizinhos. Há razões de ordem técnica para a separação: a macaxeira precisa do sol que a bananeira lhe tiraria, mas a individualização das roças parece querer marcar a personalidade específica de uma e outra planta (SAÉZ, 2006:58).

Este autor ainda faz uma abordagem da gastronomia com esses dois produtos e a relação com o aprendizado tradicional entre os Jaminawa e outros índios com quem mantém proximidade, o papel de signos diacríticos, a relação dos alimentos oriundos da macaxeira e da banana, o trabalho, o ócio e as festas. Destaca também a proximidade da agricultura Jaminawa com a dos brancos, sendo que o autor questiona “até que ponto sua forma atual foi influenciada pelos longos anos de trabalho nas colocações”²⁰ (SAÉZ, 2006:60).

Outro elemento da agricultura pesquisado pelo autor é a maneira como são feitas as roças, ou seja, a distância que estabelecem entre as casas e o roçado, atendendo a uma proximidade possível de vigiar a entrada de animais que possam comer a plantação, assim como serve de atrativo para a caça. O autor descreve a forma triangular feita sem medida precisa, o manejo da terra,

²⁰ O termo *colocação* refere-se a uma localidade menor dentro da TI ou dos antigos seringais e ainda é usado para melhor identificar o local.

a derrubada da floresta para esse fim, a inserção de produtos não cultivados tradicionalmente, como o arroz, que eventualmente pode ser comercializado ou ainda plantas não alimentícias, como o tziká, leguminosa usada como veneno para a pesca. Ele considera que os Jaminawa “não meditam sobre a agricultura” (SAÉZ, 2006:60), pelo fato de não haver detectado metáforas agrícolas ou elaboração simbólica do cultivo, nem sofisticação das técnicas; ele considera que do ponto de vista ideológico, a agricultura é a abertura de clareira para transformar o espaço para esse fim. Um destaque importante na agricultura Jaminawa:

Especialmente em vista da decantada fama de nomadismo do grupo e da disponibilidade de terras no local: a reutilização relativamente rápida das áreas de cultivo. Boa parte da floresta da atual reserva está eivada de assentamentos de que ainda se tem memória, e os Yaminawa preferem claramente reutilizar espaços de uso agrícola recente (cinco ou seis anos atrás) ao abrir roçados na “mata bruta” de fertilidade seguramente maior. O motivo mais plausível pode ser uma evitação do trabalho cooperativo e uma opção em vista da proximidade do rio e as facilidades de comunicação que ele oferece. Não é raro ouvir na aldeia reclamações sobre a dificuldade de obter ajuda dos parentes nas tarefas da roça; a razão mais comum era a ausência por motivo de viagem (SAÉZ, 2006:61).

Dessa forma o autor identifica, entre outras particularidades, a relação entre o constante trânsito, a humanização do espaço e a utilização de recursos florestais no cotidiano Jaminawa, que está relacionado à seleção ou inventário de determinadas plantas identificadas ao longo de suas trajetórias pelas florestas e margens dos rios. Ele também se refere a uma larga lista de plantas utilizadas cotidianamente pelos Jaminawa. A esse respeito, em pesquisa documental realizada para esta dissertação em janeiro de 2009, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre - SEMA teve-se acesso a um etnolevante de plantas de utilização diversa, realizado na TI Cabeceira do Rio Acre, destinadas à pintura corporal, medicamentos, culinária, etc. Isso permite identificar um elemento importante que é a relação entre nomadismo e conhecimento tradicional que contrasta com a opinião equivocada de que os constantes deslocamentos estariam relacionados ao empobrecimento cultural,

além de serem impeditivos na relação com organizações governamentais e não-governamentais para a implementação de políticas públicas, por exemplo.

A relação dos Jaminawa com a agricultura aponta uma série de elementos importantes para serem considerados nas políticas de ATER que o governo vem se propondo, tanto a nível federal quanto estadual, no momento que insere populações indígenas como público beneficiário dessa política. No documento da PNATER, de 2004, considera-se agricultura familiar como:

Aquela em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle do *que* e do *como* produzir, havendo uma relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido (ou seja, são unidades de produção e consumo), mantendo também um alto grau de diversificação produtiva, tendo alguns produtos relacionados com o mercado. Para efeito deste documento, o conceito de Agricultor(a) Familiar subentende: agricultores familiares tradicionais, famílias assentadas por programas de Reforma Agrária, extrativistas florestais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais e outros beneficiários dos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA (BRASIL, 2004: 22).

Além do evidente equívoco de homogeneizar todos os beneficiários do MDA, enquanto categoria única como agricultor familiar, o que será tratado mais à frente deste trabalho, identifica-se a evidência da incompatibilidade com a característica da relação dos Jaminawa e a produção agrícola no que o documento da PNATER se refere sobre um alto grau de diversidade produtiva, pois grandes produtores não são atendidos pela PNATER! Esbarra-se na realidade de indígenas que têm uma produção agrícola baseada quase que exclusivamente no plantio de banana e macaxeira, como apresentado acima.

Sobre a fauna, Saéz (2006) informa como os Jaminawa se relacionam com os animais, não separando os de estimação dos que são alimentos, com exceção dos gatos e cachorros. Mesmo alguns animais silvestres que sejam mantidos na casa não perdem a característica de caça, como é o caso do papagaio que pode ser mantido em casa, comido ou vendido: “são criadores inábeis e pouco entusiastas [...] a única criação que desperta algum interesse é

o porco, mais próximos de seus pares selvagens, mas com a vantagem da banha abundante” (SAÉZ, 2006:63).

Com relação à coleta praticada pelos Jaminawa, o autor identificou um aspecto predatório nessa atividade e relata que viu um abacateiro ser derrubado para se obter cerca de três quilos de abacate.

Mesmo não tendo a finalidade de discutir a interação ou sobreposição entre tradição e modernidade, o autor identifica elementos importantes que servem a este trabalho, que tem também o objetivo de identificar como a tradição indígena se mantém frente à modernidade incorporada a partir do contato com a sociedade não-índia, como é o caso da atividade da caça. Para isso há vários remédios que são passados nos olhos ou nos braços para facilitar a visão ou pontaria, assim como o jejum de alimentos ou sexo para evitar a *panema*, que significa a falta de sorte do caçador:

a magia cinegética – como é também o caso dos saberes xamânicos em geral – não é um acervo fechado e depende exclusivo da tradição: muito pelo contrário é um campo mutável, extremamente aberto à inovação. Os Yaminawa têm aprendido com os brasileiros, por exemplo, a esfregar o cano da espingarda com o ferrão de arraia, para fazê-la mais mortífera. O veneno de sapo pode não só ser absorvido como remédio, mas também aplicado sobre as pontas de flechas de taboca: depois de pintada passa-se nela o leite do sapo, e se guarda no mínimo uma semana de jejum antes de matar (SAÉZ, 2006:67).

Esses elementos que fazem parte dos valores simbólicos de alguns povos indígenas e que são utilizados nas práticas de caça e pesca principalmente, serão discutidos neste capítulo buscando a correlação entre a implementação de políticas públicas de ATER e a manutenção de conhecimentos tradicionais nas práticas de cultivo de plantas e criação de animais silvestres, conforme proposição do Programa de Extensão indígena da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - Seaprof, do Estado do Acre.

Ainda com relação à caça, os Jaminawa consideram que os mais jovens não sabem caçar e “têm medo da mata”. Não se dispõem a passar a noite à espera da caça como os mais velhos faziam, ficam limitados ao apresamento dos animais que se aproximam da casa e do roçado. Poucos são os jovens que

dormem na floresta para caçar, ou seja, apenas aqueles que são casados, condição que os obriga a essa atividade (SAÉZ, 2006).

Uma característica dos Jaminawa que influencia nas diversas relações que estabelecem com os parentes, bem como com organizações que prestam algum serviço àquela população é que eles viajam constantemente, “mulheres ou homens, moços ou velhos, sós, com filhos pequenos ou deixando-os aos cuidados de outrem, em casal, em família” (SAÉZ, 2006:74). As viagens ocorrem pelos mais diversos motivos, passear, visitar parentes doentes ou não, e as condições dessas viagens são precárias como observa o autor.

O fator da alteração do grupo a partir da inabilidade dos jovens para a caça traz inovações na divisão sexual do trabalho, uma vez que se trata de uma atividade desempenhada exclusivamente pelos homens. Ocorre uma mudança relacionada à obtenção do alimento “o índio capaz de se comportar entre os brancos e obter suas mercadorias concorre [...] na mesma proporção, o orgulho de caçador é substituído pelo orgulho de trabalhador (SAÉZ, 2006:78).

Este autor considera que fantasias mais sugestivas que a caça estão relacionadas ao tamanho das roças e à quantidade de macaxeira a ser consumida, assim como é provável que a relação de contato com o branco deu visibilidade à agricultura no imaginário e na ética dos Jaminawa. A agricultura dos índios tem uma certa importância nos pequenos municípios do Acre, em Assis Brasil e a banana produzida pelos Jaminawa é a única fruta encontrada no mercado (SAÉZ, 2006).

Embora possa ocorrer uma disputa entre agricultores e caçadores Jaminawa, que em determinada situação possa-se considerar os caçadores como incapazes de plantar roçados e virem a retirar algum produto de roçados alheios, o caçador sempre está em vantagem considerando a importância que tem a carne na dieta alimentar Jaminawa: “se o caçador não enfrenta a selva [...] há fome de carne, que não se satisfaz com peixinhos ou passarinhos, não há motivo para muita conversa, não há boas caras” (SAÉZ, 2006:79).

A fama de desagregação dos Jaminawa dificulta observar o rearranjo sócio-cultural dado na atualidade, não existindo cerimônias ou rituais, o que pode ser lamentável “para as suas lideranças, que gostariam de ter mais

signos de identidade e de celebrações mais claras da unidade do grupo” (SAÉZ, 2006:122). No entanto, pode-se considerar que existe uma re-significação das festas, quando da comemoração dos aniversários dos parentes ou do retorno de um chefe que se encontrava viajando e traz mensagens e presentes para o seu povo; exemplo disso é a descrição de duas festas presenciadas pelo autor durante sua pesquisa. Uma delas foi oferecida pela liderança Zé Correia dando boas-vindas a outro líder Jaminawa, Júlio Isodawa, que retornava de uma viagem à Noruega e também era aniversário de uma filha de Zé Correia, em 1992. A outra festa foi oferecida por Júlio Isodawa em razão do aniversário de seu filho e da posse de Júlio que substituíra Zé Correia na chefia do povo, em 1993 (SAÉZ, 2006).

Não se fará aqui uma resenha das festas, apenas será dado destaque aos elementos que as caracterizam, como as brigas, o alcoolismo, as músicas, as comidas e o papel do chefe. A festa oferecida por Zé Correia aconteceu na cidade de Assis Brasil, local que se pode considerar uma extensão da TI Cabeceira do Rio Acre. Nessa cidade existem casas construídas nos moldes das que existem nas aldeias e servem para abrigar os parentes que vão constantemente receber o dinheiro da aposentadoria, visitar parentes, tratamento médico, aguardar o dia seguinte para seguir viagem para outros locais.

Encontrava-se na cidade de Assis Brasil um grande número de Jaminawa, que além de estarem naquele momento acompanhando Zé Correia que se mudaria para Rio Branco, também fariam parte da festa que seria oferecida a Júlio; portanto, mesmo antes da festa muitos já vinham se embriagando nos botecos da cidade e “a chegada de Júlio foi um incentivo para o festival alcoólico que já estava em marcha [...] quando a festa começou havia vários indivíduos inconscientes por uma bebedeira de até três dias atrás” (SAÉZ, 2006:124). Durante a festa, Zé Correia serviu comida e bebida por várias horas, “peixes, latas de carne em conserva misturadas com farinha [...] e cachaça, algo mais de vinte garrafas [...] a bebida constitui o verdadeiro elo da festa” (p.124).

O autor observa que servir cachaça é dar sofisticação à festa, pois o mais comum é eles beberem álcool 97 graus de uso doméstico. Na festa que

Júlio ofereceu ele fez um controle da distribuição da bebida deixando para servi-la num horário já avançado da noite, apesar dos insistentes pedidos para que a bebida fosse servida. A falta desta era motivo para manter os convidados quietos, sentados, sem dançar, embora Júlio tocasse um eclético repertório musical. O controle de Júlio na distribuição da bebida contribuiu para uma noite animada com muito forró e alguns conflitos, o que é comum. Durante as festas discursos e canções foram feitos em português e o uso do álcool está associado ao uso da língua portuguesa (SAÉZ, 2006).

Quanto às brigas, as razões destas nunca ficam claras para quem observa e talvez até mesmo para os protagonistas. Ocorrem palavras agressivas, agitação dos parentes, mas normalmente nunca se agravam de forma violenta, o que pode vir a ocorrer posteriormente em emboscadas. Na hora das brigas durante as festas, o chefe cumpre papel importante na conciliação (SAÉZ, 2006).

A distribuição da comida, em se tratando de carne, tem destinatários específicos das partes do animal: fígado e coração são destinados aos parentes próximos, ao aniversariante, por exemplo, os intestinos são consideradas partes menos nobres e são destinadas às velhas e crianças, as demais partes são distribuídas entre os outros integrantes da família. As festas constituem manifestações em torno do exótico, ou seja, a bebida. O álcool 97 graus e a cachaça substituem a caiçuma, bebida fermentada da mandioca; as músicas também são dos brancos, a língua materna é deixada de lado para usar a língua dos brancos e até mesmo a comida, a carne de caça foi substituída pelo porco que passou a ser criado a partir do contato com os brancos (SAÉZ 2006).

4.2. A criação da terra Indígena do Rio Caeté

Os deslocamentos dos índios Jaminawa entre as cidades e seus territórios, tanto podem estar relacionados ao hábito de perambular, o que remonta à característica nômade, quanto à situação provocada com a ação agressiva durante a exploração da borracha.

A constante mobilidade das famílias nas fronteiras entre Brasil, Bolívia e Peru dificulta a contagem populacional de forma mais eficiente. Tal fato observa-se bem especificamente quando examinados os documentos oficiais da FUNAI, referente ao período em que estava em processo o assentamento dos Jaminawa na Terra Indígena do Rio Caeté. Encontram-se três documentos e cada um se refere a um número diferente de indivíduos que se encontravam naquela terra.

Conforme apresentado no Quadro nº 4 a terra indígena do Rio Caeté, encontra-se em fase de identificação. Criada a partir da busca de solução – assim considerada por autoridades – para assentar os Jaminawa que se encontravam nas ruas, num momento em que grande parte da população que habitava a TI Cabeceira do Rio Acre deslocou-se para os centros urbanos das cidades de Brasiléia, Assis Brasil e principalmente Rio Branco, no Estado do Acre, ou por motivo de divergências internas entre lideranças, fato que é recorrente no grupo (CASTELA, 1999), e ficaram mendigando nas ruas e nas portas das agências bancárias (CASTELA, 1999 e CASTELA e MUNIZ, 2009).

Nas pesquisas realizadas por Castela (1999) no período de 1996 a 1999, houve grande deslocamento dos Jaminawa da TI Cabeceira do Rio Acre para os centros urbanos de Brasiléia, Assis Brasil e Rio Branco; aproximadamente doze famílias foram acolhidas na propriedade da liderança Zé Correia, localizada em um pólo agro-florestal no bairro Calafate, na periferia de Rio Branco, essas famílias que passaram a viver da mendicância decidiram não mais retornar aquela TI (CASTELA, 1999 e CASTELA e MUNIZ, 2009).

Após dois anos medicando em Rio Branco, a FUNAI tentou assentá-los inicialmente entre os Jamamadi da TI Igarapé Capana, em Boca do Acre/AM, contudo, logo após o primeiro contato, surgiu uma forte oposição desse povo em receber aquelas famílias. Em seguida, três famílias foram levadas para a TI Apurinã do Km 124/Br-317, onde, após três meses, retornaram devido às dificuldades de sobrevivência e a um grande surto de malária que assolou a região (IGLESIAS,2002:6).

Várias reuniões aconteceram com autoridades locais, coordenadas pelo Ministério Público Federal, com representantes da FUNAI, e de outras

organizações que realizam intervenções junto aos povos indígenas no Estado como: as Secretarias de Assistência Social, Saúde, Educação e a Fundação Cultural, União das Nações Indígenas - UNI, Conselho Indigenista Missionário - CIMI demonstrando preocupação e urgência para retirar os índios da rua, o que não se pode considerar a solução do problema dos Jaminawa. A Terra Indígena do Rio Caeté foi criada no contexto de perambulações, mendicância e conflitos internos (CASTELA e MUNIZ, 2009) e está fora das normas que estabelecem a criação de TIs, pois a proposição de compra de imóveis para o fim de ocupação por indígenas, não está prevista na Constituição Federal.

Esse descumprimento das normas legais é destacado aqui, apenas para demonstrar a pressa que se tinha em tirar os índios da rua e não para resolver o problema daquele povo. O poder de decidir em qual território os Jaminawa deveriam habitar, considerando que era urgente fazê-los retornar as suas aldeias, com a justificativa de que o Estado não poderia ficar inerte à situação de pedintes em que cerca de doze famílias se encontravam nas ruas é na verdade uma forma de esconder nas florestas um problema que não se resolve nos limites dos territórios indígenas definidos pelo Estado (CASTELA, 1999).

Foi no primeiro momento da pesquisa de campo que se deu a análise documental junto à FUNAI, quando foram verificados relatórios, ofícios memorando e o documento pertinentes a TI do Rio Caeté, que tratava-se de uma propriedade privada, conforme consta em documentos do cartório como sendo “Seringal Boa União”, de propriedade do senhor Ciro Machado Filho. Por essa razão observa-se uma série de dificuldades que se estabeleceram para que o processo de legalização fosse concretizado. Muito embora conforme parecer no referido processo, o antropólogo Terri Aquino, funcionário da FUNAI, em outras palavras afirmasse que a legalização de terra indígena para o povo Jaminawa não era garantia de sua fixação no local. Referia-se assim, ao hábito tradicional que esse povo tem de andar como se seu território ainda fosse o mesmo de tempos passados, onde a fronteira era estabelecida por suas próprias necessidades, fossem materiais ou culturais, ou ainda pelo fato de no momento de conflito não hesitarem em deixar a TI, como ocorrido em diversos períodos, conforme abordado anteriormente (CASTELA e MUNIZ, 2009).

Embora seja perfeitamente coerente a opinião do antropólogo, deve o Estado, no caso a FUNAI, como órgão responsável pela legalização de terras indígenas, procurar os melhores meios para a solução do problema, ou seja, aqueles que de fato apresentem solução para o problema e não que se crie novos embaraços na conclusão do processo. De acordo com a documentação analisada, a TI do Rio Caeté além de apresentar uma série de entraves para sua legalização, como dito anteriormente, teve ainda a redução de sua área total, quando da negociação entre o proprietário da terra e a FUNAI.

Conforme consta nos documentos o proprietário do Seringal Boa União, tinha grande interesse em negociar com o Estado, visto que os índios haviam sido assentados em suas terras em setembro de 1997 e o proprietário tinha uma dívida com o Estado, proveniente de multas a pagar junto ao IBAMA, provavelmente de irregularidade com a gestão ambiental. Segundo carta do proprietário, este não teria condição de pagar a não ser que o IBAMA ficasse com a terra como pagamento da dívida.

No mesmo período encontrava-se em andamento a criação da Reserva Extrativista Cazumbá – Iracema, (ver mapa de reservas extrativistas e projetos de assentamentos, figura nº 3), que de acordo com documentos enviados pela FUNAI ao IBAMA, dos 22.300 hectares aproximadamente, referentes ao seringal Boa União, apenas cerca de 9.800 hectares, restaram para a TI, ficando a maior parte para a reserva extrativista, que foi criada através do Decreto de 19 de setembro de 2002. Deve-se observar que esse impasse ocorrido entre a FUNAI e o IBAMA, resultou na redução da terra destinada aos índios. Evidencia-se uma sobreposição de políticas dentro da mesma esfera de governo a falta de diálogo entre os dois órgãos constituiu-se numa disputa territorial para cumprir funções que deveriam caminhar na mesma direção.

O processo de assentamento dos Jaminawa na Terra Indígena do Rio Caeté exigiu dos órgãos federais e estaduais uma série de ações conforme apresentado no relatório de levantamento da situação elaborado pelo antropólogo Jorge Bruno Sales Souza, técnico pericial da Procuradoria da República/Ministério Público Federal, que possibilitou a elaboração de um plano de assistência e apoio ao povo Jaminawa para dar suporte às famílias até que obtivessem resultados com seus roçados, no entanto parece não ter sido considerado, que não são apenas

os roçados atualmente que atendem as necessidades materiais dos Jaminawa, assim como os outros fatores que são recorrentes para os deslocamentos deles entre os centros urbanos e as diferentes terras indígenas que o povo habita (CASTELA e MUNIZ, 2009).

A regularização da TI, no caso Jaminawa, pode ser uma *via de mão dupla*, pois ao mesmo tempo em que se reconhece o direito, reduz-se territórios que já lhes pertenciam anteriormente e limita-se o uso da terra. A decisão não é tomada pelos Jaminawa, por isso eles resistem quando retornam à cidade, mesmo em meio a todo um esforço contrário do Estado e da sociedade para retirá-los das ruas.

Deve-se ter em conta que os Jamináwa tradicionalmente se aventuravam [andando] por vasta região, onde poderiam se fixar sem inconvenientes caso tivessem de abandonar a aldeia original, nesse sentido, toda a região cortada pelos rios Juruá, Purus e Acre constituíam terra Jamináwa. O processo de demarcação das terras, conquanto seja uma garantia para os indígenas, traz em seu bojo uma limitação territorial estranha ao modo de vida desses povos. Na atualidade, os Jamináwa se ressentem do abandono a que foram relegados pelos órgãos governamentais responsáveis pela sua proteção. Entendo que, em grande medida, é a ausência de uma política indígena que impele os Jamináwa a abandonar sazonalmente suas aldeias e a mendigar nas cidades de Rio Branco e Brasília entre outras (IGLESIAS, 2002:7).

A liderança Zé Correia admitiu em entrevista ao Jornal “Página 20”, em 2006, que a escolha da TI do Rio Caeté é uma decisão acertada para a ocupação das famílias que se encontravam mendigando nas cidades, porém é freqüente a presença dos Jaminawa nas ruas do município de Sena Madureira, confirmando assim, a opinião do antropólogo Terri Aquino, referida anteriormente. A aceitação imediata pela TI do Rio Caeté foi importante naquele momento, em que o grupo encontrava-se enfrentando problemas internos e acreditavam que era conveniente a saída para as cidades com o fim de acabar com as divergências na TI Cabeceira do Rio Acre (CASTELA e MUNIZ, 2009).

Atualmente a TI tem a seguinte estrutura: “quatro aldeias (Boca do Canamari, Extrema, Buenos Aires e Igarapé Preto), com 33 famílias, 140 pessoas, sendo 63 adultos e 77 crianças (até 12 anos), com 66 homens e 74 mulheres (adultos e crianças)” (ACRE, 2010: 20). De acordo com os dados da

SEE, as aldeias Extrema e Buenos Aires dispõem de água encanada (não diz tratada) em todas as casas e cada uma dessas duas aldeias têm dois banheiros comunitários, sendo que estes não costumam ser usados pelos Jaminawa.

O processo de legalização de terras indígenas dos Jaminawa de modo geral, requer a abordagem da questão fundiária do Brasil que remonta ao período colonial, naquele momento conduzido pelo capital mercantilista, razão que dá o formato da (des)territorialização das nações indígenas, conforme abordado no segundo capítulo deste trabalho. Isso segue nas fases posteriores do capitalismo, combinado com as políticas públicas que são definidas pelo jogo de interesses dos diferentes segmentos sociais conforme abordado no terceiro capítulo.

Analisar a política indigenista, sem considerar o histórico do Brasil, onde ocorreu uma articulação em sequência: colonização, dinâmica do mercado mundial e os movimentos internos da economia e da sociedade brasileira (PRADO JR., 1991), inviabiliza compreender a razão de não se ter definido ainda hoje, uma política indigenista, e permanecer na prática de ações imediatistas, sem que haja a definição de um planejamento. Basta observar que são decorridos 14 anos da ocupação da TI do Rio Caeté pelos Jaminawa e o processo encontra-se em sua primeira etapa de regularização.

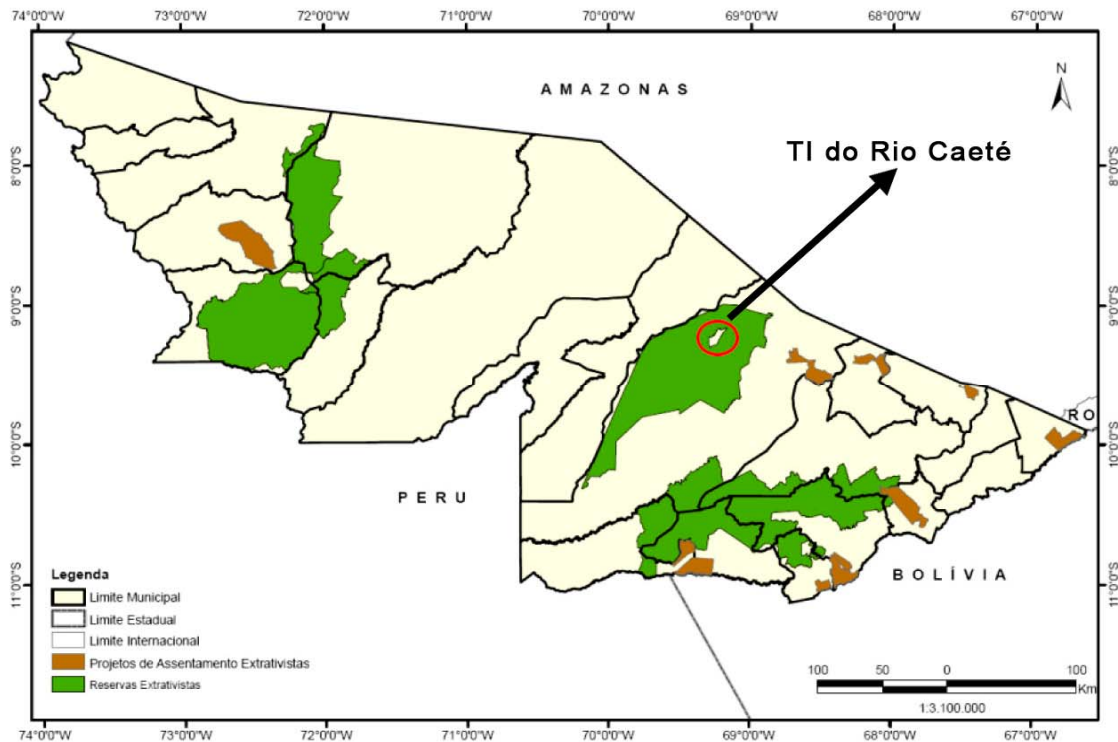


Figura 3 - Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas no Estado do Acre

Fonte: Dados do ZEE (fase 2). Organizado por Cláudio Cavalcante. IMAC *apud* MORAIS, 2008.

4.3. Uma safra mais abundante

Esse foi o momento do estudo em que foram evidenciados elementos importantes para a compreensão mais aprofundada do objeto pesquisado, que forneceu a condição da análise crítica dos conceitos, que “não é senão a maneira de proceder ao pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado” (MARX, 1978: 117). Tratou-se do momento possível de se chegar a novos elementos que enriqueceram o trabalho a partir dos dados que foram coletados junto aos órgãos e pessoas pesquisados.

A pesquisa de campo foi realizada em quatro momentos, tendo início em julho de 2009 e foi concluída em dezembro de 2010. O primeiro, efetuado junto à FUNAI, com a pesquisa documental, foi fundamental para a compreensão da constituição e tentativa de legalização da TI do Rio Caeté, conforme exposto no

item anterior. A visita à FUNAI objetivou também a busca de informações para efetuar a pesquisa na TI. Ainda neste primeiro momento foram realizadas visitas preliminares para contatar pessoas das seguintes instituições: SEAPROF, FUNASA, SEMA e SEE. O segundo momento, em julho de 2009, foi o contato com a liderança Zé Correia Jaminawa e Aderaldo Jaminawa, no município de Sena Madureira, para estudar a viabilidade da realização da pesquisa na TI do Rio Caeté. O terceiro momento consistiu na realização das entrevistas com os representantes das organizações, todas com sede em Rio Branco. E o quarto momento foi a realização das entrevistas com os Jaminawa no município de Sena Madureira. Estes dois últimos momentos ocorreram no período de 29 de novembro a 20 de dezembro de 2010.

4.3.1. O Papel da Liderança, um misto de Tradição na Modernidade

A segunda ida ao campo ocorreu na companhia de Alcinélia Moreira, mestranda em serviço social pela UNB que à priori, também teria os Jaminawa como objeto de sua pesquisa. Na sede da FUNASA, em Sena Madureira, foi contatada a liderança José Correia da Silva (Zé Correia), que é também chefe do Posto Indígena da FUNAI daquela região. Ele justificou que devido a estrutura da FUNAI naquele município encontrar-se bastante sucateada, sem telefone, papel, combustível etc., buscava a estrutura da FUNASA por se tratar também de um órgão do Governo Federal e dispor de melhor estrutura para atender as demandas dos *parentes*²¹.

Um primeiro contato já havia ocorrido com Zé Correia, de modo ocasional, no início do mês de julho 2009, quando da realização da pesquisa documental na sede da FUNAI em Rio Branco, momento em que ele se encontrava naquele órgão e ofereceu informações complementares aos documentos ora analisados sobre a criação da TI Jaminawa do Rio Caeté.

Em Sena Madureira, antes de indagar sobre a pesquisa, outras conversas preliminares ocorreram, pelo fato de Alcinélia ser Assistente Social e haver acompanhado algumas ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado

²¹ Maneira como os índios se referem aos demais membros do mesmo grupo.

de Assistência Social destinadas aos Jaminawa no ano de 2007. Ela indagou sobre a continuidade das ações que haviam sido planejadas na época, que segundo a liderança, não tiveram prosseguimento. Posteriormente a conversa ficou centrada no atendimento à saúde; Zé Correia e uma de suas mulheres que se encontrava ali no momento, lembraram os problemas de saúde de seus dois filhos. Um deles Arialdo²², veio a falecer em 1998, vítima de hepatite ‘B’ associado ao negligente atendimento do serviço público, conforme eles afirmaram.

Segundo Zé Correia, seu outro filho que se encontra em tratamento de saúde em São Paulo, obteve o encaminhamento para fora do Estado, após inúmeras idas aos médicos em Rio Branco. Por sofrer de forte dor na cabeça, e ter que ouvir dos médicos que nada tinha, seu pai Zé Correia fez uma ameaça às autoridades exigindo um encaminhamento para outro centro médico, e caso não fosse atendido reuniria os índios e matariam os responsáveis pela saúde no Estado. Segundo ele, após o ocorrido, rapidamente foi preparada a documentação para o deslocamento terrestre, sendo necessárias novas ameaças para que a passagem fosse fornecida por via aérea.

Em São Paulo os médicos detectaram, após uma ressonância, magnética que seu filho tinha três tumores na cabeça e que a retirada colocaria a vida dele em risco ou a perda da visão. Em sua fala Zé Correia explicitou por diversas vezes a falta de credibilidade que os Jaminawa têm pelos governos atuais, sendo enfático com relação ao atual (julho de 2009) Governo do Estado. Ele disse que ninguém mais acredita nos programas e projetos destinados aos índios, que nada tem continuidade e o que é feito é de pior qualidade. Incluiu às autoridades desacreditadas pelos Jaminawa, o Assessor do governo que representa os povos indígenas (Francisco Pianko)²³, deixando clara a divergência política com aquele representante.

No tocante a pesquisa para este trabalho, após indagar sobre as condições de deslocamento até a TI, ele esclareceu as condições de

²² Arialdo Jaminawa foi o mediador da conversa entre a pesquisadora e as famílias acolhidas por Zé Correia no bairro do Calafate em pesquisa realizada em 1996.

²³ Francisco Pianko é um líder da etnia Ashaninka da TI Kampa do Rio Amônia do município de Marechal Thaumaturgo.

navegabilidade, que em novembro (mês previsto para a pesquisa), o rio estaria com pouca água e a viagem seria difícil e demorada. Sobre a necessidade de efetuar contato prévio com as lideranças comunitárias, ele informou que isso não estava em sua área de atuação, devendo ser tratado com a organização agro-extrativista do povo Jaminawa, que tem Aderaldo (também filho de Zé Correia), como coordenador responsável pela mediação junto às outras quatro lideranças da TI.

Na mesma hora foi feito contato telefônico com Aderaldo, que em poucos minutos chegou à sede da FUNASA. Após exposto o assunto, ele foi objetivo em dizer que o povo do Caeté não estava permitindo a entrada de nenhum branco na área, a não ser os serviços de saúde, por se tratar do único serviço que ainda trazia algum benefício. Nem educação, nem oficinas, nem pesquisadores, “o povo estava cheio de tantas entrevistas para nada”, de promessas que não se cumprem e de serem enganados a tanto tempo e que: *“você tem muita sorte, me desculpe pelas palavras, mas se fosse um outro que estivesse aqui comigo, poderia até te botar pra correr, e dava logo uma esculhambação”* (Aderaldo Jaminawa).

Com o fim de dirimir qualquer dúvida, pois em alguns momentos Aderaldo demonstrava supor que se tratava-se de pesquisa governamental, mais uma vez foi esclarecido que tratava-se de uma pesquisa de mestrado, então ele reforçou a negativa dizendo que os Jaminawa sofreram uma decepção recente com o pesquisador Oscar Calávia Saéz, autor de *O Nome e o Tempo dos Jaminawa*, com sua pesquisa realizada na TI Cabeceira do Rio Acre, município de Assis Brasil, sem no entanto esclarecer as razões da decepção. Por fim ele sugeriu que a pesquisa fosse feita na TI Cabeceira do Rio Acre ou na TI Mamoadate, pois nestas TIs não havia a mesma resistência dos Jaminawa da TI Caeté.

Numa última tentativa, indagou-se da possibilidade de ser encaminhada a documentação para que fosse levada até à comunidade; ele explicou que diante da comunidade já haver deixado claro que não queria mais receber ninguém, se ele continuasse insistindo, ficaria numa situação difícil junto à comunidade. Por fim, esclareceu que o fato de haver uma aprovação da FUNAI para entrada de pesquisadores na TI sem a aceitação da comunidade seria um

risco grande para o pesquisador. Após seu pronunciamento despediu-se e saiu. Seu pai, Zé Correia, que presenciou tudo sem interferir em nenhum momento, numa demonstração de respeito à posição que o filho ocupa atualmente e depois que Aderaldo saiu Zé Correia disse que o filho ainda poderia rever aquele posicionamento, e que ele iria conversar com ele sobre o assunto.

Segundo Zé Correia, Aderaldo está cheio de atribuições: representante das quatro aldeias da TI Caeté, comerciante na cidade de Sena Madureira, coordenador da associação agro-extrativista dos Jaminawa e técnico indígena que assessora a SEE junto à comunidade. Dessa forma, ao mesmo tempo em que tentava atenuar a posição assumida por Aderaldo, demonstrava um orgulho pela forma como o filho vinha se destacando na representação de seu grupo.

Ainda falando sobre o filho, Zé Correia contou um fato recente, quando Aderaldo feriu com uma arma de fogo duas pessoas, sendo que uma delas veio a óbito. O processo seria julgado no município de Brasília, já que o crime ocorreu naquela jurisdição, mas Zé Correia usou do papel de liderança indígena, segundo ele, para requerer a transferência do julgamento para o município de Sena Madureira onde eles residem.

O posicionamento de Aderaldo reflete uma estratégia de defesa e de demonstração do poder adquiridos com a posição que ora ocupa, representando a comunidade na interlocução com as organizações governamentais e decidindo sobre o que deve acontecer na TI, o discurso de confronto afirma sua autoridade. Outra manifestação de poder foi a conversa com seu pai na língua materna, diante dos não-índios, cômico de estar excluindo do diálogo os que não compreendem a língua Jaminawa. Essas são atitudes que se estabeleceram na relação de contato entre alguns grupos indígenas e a sociedade nacional, que ao mesmo tempo que adere elementos da modernidade, manifesta características ancoradas na tradição. A esse respeito Saéz (2006) afirma que a chefia Pano²⁴ foi analisada mais especificamente nos povos Kaxinawá, onde:

²⁴ Tronco lingüístico dos índios Jaminawa e Kaxinawa.

o chefe é uma espécie de hipercaçador, provedor eminente, loquaz, polígono. O chefe utiliza esses excessos na pacificação de conflitos internos e na mediação com o mundo exterior. O chefe tem o dever da palavra – é a sua palavra pública a que oficializa as coisas que já sabem em privado (SAÉZ, 2006: 136).

O autor considera que essa análise é introdutória para compreender as virtudes do chefe Jaminawa hoje, que são: “loquacidade, apoiada comumente num bom conhecimento da tradição, e agilidade para se movimentar no mundo dos brancos. Isso inclui um domínio extenso do português: o chefe está entre as poucas pessoas bilíngües do grupo” (SAÉZ, 2006:138).

Dessa forma, o autor torna compreensível a determinação de Aderaldo ao falar em nome do seu povo e acumular as várias atribuições; essa postura conta com o respaldo e a confiança conquistada junto à comunidade, o que provavelmente tem origem na importância que seu pai, Zé Correia, tem junto aos Jaminawa, como se pode perceber ao longo deste trabalho. No entanto, vale acrescentar aqui o papel da liderança e a tradição de rituais entre os Jaminawa onde: “diferentes desempenhos políticos podem reduzir um povo à triste condição dos sem-rituais, ou unir esforços na construção de um grande ritual antigo, ou inclusive assimilar a cultura cerimonial dos brancos ou dos missionários” (SAÉZ, 2006, 135).

A negativa de Aderaldo e a dificuldade de acesso à TI foram fatores suficientes para a realização das entrevistas na cidade, até porque, são constantes as idas dos Jaminawa à Sena Madureira. Antes de tratar do terceiro momento da pesquisa de campo, considera-se importante fazer uma breve abordagem sobre o deslocamento até a TI, que é feito em um tempo imprevisível, “um tempo Jaminawa”, diante das condições de acesso. Essa experiência, que demonstra a realidade a ser enfrentada por pesquisadores ou responsáveis pela execução de políticas públicas naquela comunidade foi relatada por Charles Falcão (técnico da Coordenação de Educação Indígena da SEE):

No dia 22 de junho, terça-feira iniciei a viagem com destino a Sena Madureira com o objetivo de realizar supervisão pedagógica aos professores Jaminawa da T. I. Caeté. No

ônibus encontrei Aderaldo Jaminawa, assessor indígena que participará da viagem àquela terra indígena. Às 9:30 horas, chegando em Sena Madureira tivemos um imprevisto, pois o barqueiro que Aderaldo tinha “contratado”, no dia anterior viajou para o rio Caeté. Desta forma, Aderaldo teve que conseguir outro barqueiro, assim como a canoa e o motor. Então, fui até o Núcleo Estadual de Educação conversar com Arnaldo para confirmar a liberação do combustível para a viagem. Às 12:30 horas, Aderaldo que já tinha contactado várias pessoas, mas sem sucesso, conseguiu falar com Josué, seu parente. Josué que tem motor e canoa aceitou a proposta de fazer a viagem conosco, porém era necessário fazer alguns reparos no motor e na “rabeta”²⁵ do motor. Resolvemos sair de Sena Madureira somente na manhã do dia 23, quarta-feira, o que de fato aconteceu.

Iniciamos a viagem, indo de Toyota (cedida pela FUNASA) até o km 10 da BR 364, onde fica a ponte sobre o rio Caeté. Fizemos este percurso em aproximadamente 30 minutos, o que de canoa seria realizado em 5 horas. Após o barqueiro Josué colocar o motor na canoa e fazer alguns reparos na mesma, pois apresentava inúmeras “goteiras” no casco já velho, bastante utilizado pelos jaminawa nas constantes viagens da aldeia para a cidade, começamos a viagem, onde a princípio já foi possível observar os obstáculos que enfrentaríamos ao longo do percurso devido o baixo nível das águas do rio Caeté, como balseiros²⁶, arraias, puraquês entre outras dificuldades. Só no primeiro dia de viagem, quebramos três palhetas, trazendo preocupação para a equipe. É importante ressaltar a solidariedade e o companheirismo dos ribeirinhos daquela região, moradores da Reserva Extrativista Cazumba/Iracema que nos ajudaram emprestando três palhetas para darmos continuidade à viagem.

No primeiro dia de viagem pernoitamos em um “batelão”²⁷ próximo à comunidade Cazumbá. Na manhã do dia seguinte, dia 24, quinta-feira, tivemos um café da manhã típico jaminawa, com café e bolacha, mas também jacaré, peixe e mingau de banana[...]. Às 15:30 horas, chegamos na terra indígena Caeté. Neste período do ano, fica difícil calcularmos a viagem a partir de horas, pois uma viagem que no período de cheia dos rios poderíamos fazer em 5 horas, na seca esta viagem pode demorar 8, 10 ou 15 horas (ACRE, 2010: 4-8).

²⁵ Termo regional usado para referir-se ao eixo da hélice do motor de impulsão de pequenas embarcações na região

²⁶ Termo regional referido ao conjunto de galhos, folhas, sementes que se amontoam no rio e impede a passagem das embarcações.

²⁷ Tipo de pequena embarcação com cobertura.



Figura 4 – Viagem à TI do Rio Caeté pelo Técnico da SEE, Charles Falcão
Fonte: (ACRE, 2010).

Essa experiência permite refletir sobre alguns fatores que não podem ser considerados como periféricos, para o *desenvolvimento rural sustentável*, um desses fatores é o Estado desprovido da infra-estrutura mínima necessária para a realização de intervenções continuadas em localidades de difícil acesso, uma realidade de grande parte da região amazônica. De acordo com o relato é o próprio técnico da SEE e Aderaldo, os responsáveis pela infra-estrutura da

viagem, que acontece numa condição quase improvisada e apoiada pela “*solidariedade e companheirismos dos ribeirinhos*”.

Considerando que um trecho da viagem pode ser feito por via terrestre, como consta no relato, e quando isso ocorre tem-se uma considerável economia de tempo, no entanto, no período chuvoso - final de novembro a abril, aproximadamente – pode haver uma inversão da situação, pois o rio melhora a condição da navegabilidade e a estrada, dependendo de alguns lugares, fica intrafegável. Essa “contradição combinada” tem um grau relevante na execução de políticas públicas no meio rural do Estado do Acre, que ainda não dispõe das condições tecnológicas que superem tais dificuldades.

4.3.2. O desafio da Formulação à Implementação de Políticas Públicas para os Povos Jaminawa

A decisão de iniciar as entrevistas pelas instituições foi devido ao período de realização, que ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2010, final de mandato governamental, quando as equipes de governo se encontram preparando relatórios e outros procedimentos para a transmissão de cargo, o que inviabilizaria a disponibilidade de servidores para atender a pesquisa. Aliado a isso, alguns órgãos costumam entrar em recesso no final do ano. O terceiro momento da pesquisa de campo foi realizado junto às organizações. Avalia-se que esse momento aconteceu de maneira satisfatória do ponto de vista de receptividade pelos órgãos.

Considerando a indisponibilidade de representantes de alguns órgãos para conceder entrevistas, a pesquisa foi realizada por email, nas seguintes instituições: SEE, UFAC e lamentavelmente com a SEAPROF e a Assessoria Especial de Povos Indígenas. Com exceção da UFAC, os três outros órgãos forneceram documentos importantes para o enriquecimento da pesquisa.

A realização da pesquisa por email resultou aquém do esperado com algumas respostas bastante sintéticas e outras que não atenderam a questão. No caso específico da Assessoria de Povos Indígenas não houve retorno das questões enviadas por email, apenas o fornecimento de um denso material incluindo o etnozoneamento da TI do Rio Caeté. No entanto, o referido material

só chegou para a pesquisadora no início do mês de junho, após uma série de telefonemas e emails.

Diferente desse resultado, as informações obtidas com as entrevistas trouxe um considerável volume de informações, tornando-se impossível utilizá-los na sua totalidade neste trabalho. Um dos motivos é que a entrevista favorece o esclarecimento de respostas, quando estas se apresentaram insuficientes, podendo ser complementadas a partir de novos questionamentos, muitas vezes suprindo lacunas deixadas no roteiro da entrevista.

A obtenção de documentos junto aos órgãos foi bastante restrita, principalmente no tocante ao Programa de Extensão Indígena, que restringiu-se ao artigo com resultados do trabalho de extensão indígena, conforme foi apresentado no terceiro capítulo deste trabalho; a SEE concedeu um relatório de assessoria do órgão sobre o desempenho da educação na TI do Rio Caeté; material fornecido tardiamente pela Assessoria de Povos Indígenas, já referido no parágrafo anterior.

Ainda no tocante ao acesso documental, coincidiu no período de realização da pesquisa o lançamento da revista "*Caderno da Extensão Agroflorestal – Sementes Tradicionais do Povo Huni Kul*" (Povo Kaxinawá), que é uma publicação da SEAPROF. O lançamento da revista foi uma constatação da correta escolha dos órgãos entrevistados, bem como os representantes dos órgãos que concederam as entrevistas, na quase totalidade, terem sido os que tinham maior envolvimento na atuação do órgão junto aos Povos indígenas, não necessariamente os Jaminawa. No evento de lançamento da revista quase todos os entrevistados estavam compondo a mesa como palestrantes.



Figura 5 - Lançamento da Revista Cadernos de Extensão Indígena em Rio Branco-AC, dezembro de 2010

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

As instituições escolhidas para a realização das entrevistas, que de fato à concederam foram as seguintes: Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF, Secretaria de Estado de Educação - SEE, Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, Comissão Pró-Índio – CPI e a Universidade Federal do Acre – *Campus da Floresta* no município de Cruzeiro do Sul. Além destas, havia a previsão da realização de entrevistas também com o Ministério Público Federal que teve importante atuação no processo de criação da TI, mas que não voltou a desenvolver novas ações junto aquele povo, e os documentos pertinentes à ação já haviam sido analisados na FUNAI em julho de 2009; e a Assessoria Estadual dos Povos indígenas, o que não foi feito em função de não dispor de pessoas para realização da entrevista, sendo enviadas as questões por email, sem no entanto obter as respostas após visita ao órgão por cinco vezes.

4.3.2.1. Entre Flashes e Flechas

Dia 29 de novembro foi dado início ao terceiro momento da pesquisa de campo, destinado a entrevista com as organizações. O primeiro órgão a ser visitado foi a FUNASA por motivo de haver informações da existência de mapas temáticos da TI Caeté naquele órgão. No entanto, ao chegar lá a situação era de guerra, os índios estavam paramentados e armados com flechas que apontavam para a imprensa e autoridades policiais presentes no momento. A rua estava praticamente interditada com os manifestantes, a imprensa, policiais, servidores do órgão que foram impedidos de entrar e curiosos que por ali passavam.

Os índios pediam a demissão do chefe do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena – DSEI, Maurílio Bonfim. Ele era a pessoa indicada para conceder a entrevista desta pesquisa, mas o referido servidor encontrava-se enclausurado no prédio e aguardava a chegada de seguranças para removê-lo do local. Naquele dia não foi possível ter acesso a ninguém, nem servidores do órgão, nem indígenas, o momento era de tensão.

No mesmo dia (29/11) foi realizada a entrevista com o representante do CIMI, Lindomar Padilha. Na entrevista, ao abordar a questão da saúde, que era uma das questões da pesquisa, ele fez referência à falta de estrutura de atendimento na CASAI²⁸, e informou que a liderança Zé Correia encontrava-se na CASAI em tratamento de saúde. Foi quando se soube que ele também é portador do vírus da hepatite “B”. Dois dias depois, no momento em que esta pesquisadora encontrava-se na CASAI para verificar os fatos relatados pelo representante do CIMI e as notícias divulgadas pela imprensa, estavam sendo entregues vários equipamentos, mobiliários e materiais de consumo naquela unidade.

No dia 07 de dezembro foi possível conversar com o coordenador da manifestação, Roque Yawanawa, pessoa com quem já se tinha um contato na época em que a pesquisadora integrava o GEPON²⁹. Roque fez questão de

²⁸ Casa de apoio ao índios em tratamento de saúde na cidade de Rio Branco.

²⁹ Grupo de Estudo dos Povos Nativos – GEPON, formado por professores, alunos e funcionários da UFAC.

conceder a entrevista e dizer das razões que tinham levado à ocupação do prédio. Segundo ele, era devida à precariedade das instalações da CASAI, falta de remédio, consultas desmarcadas quando os índios já se encontravam na cidade para serem consultados e, o que mais ele enfatizava, era a disponibilidade de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil) que estava disponível na Prefeitura municipal de Rio Branco e que “havia sumido”. Esse recurso foi repassado pelo Ministério da Saúde, destinado às ações indígenas da região e nenhuma providência havia sido tomada para solucionar a situação. Roque informou que a manifestação contava com a presença de 60 índios, mas que se fosse preciso eles trariam mais, para fazer pressão. Segundo ele:

Fomos à justiça com o juiz e acabou que nós ganhamos a causa, o juiz entendeu a situação [...] nós levamos as provas, desde a alimentação na casa do índio, receitas, todas as coisas nós levamos, aqui ninguém tá mentindo e existe esse valor, mostramos todo recurso que cai mensalmente, que cai na conta da prefeitura, de recurso que vai pros hospitais, nós já tava com toda uma prova do que tá acontecendo. Então o juiz viu, deu direito à causa [...]. Nós marcamos audiência com o governador Binho³⁰, nós fomos na casa do Binho, no sábado, [...] mostramos a situação: parte elétrica, parte física da Casa, aonde foi feita reforma, não tem reforma nenhuma, nós mostramos tudo que tá acontecendo, pessoa dormindo no chão, os colchões tudo sujo, velho, enferrujado [...] depois de toda essa situação, o governador nessa conversa com a gente, assumiu o compromisso de resolver alguns casos emergenciais na Casa do Índio. O governo “doou” 70 colchões, 40 redes, 40 cobertores, 40 lençóis, 40 cortinados, então essa parte aí o governo cumpriu né, disse num dia de sábado, no domingo já foi entregar, tá entendendo? Quem tem interesse de fazer as coisas faz, quem não tem fica enrolando (Entrevista de pesquisa de campo realizada em dezembro 2010).

Roque esclareceu que a ida ao Governo do Estado foi em função do não atendimento das reivindicações após decorrido o prazo acordado entre eles e o Ministério Público Federal. No dia 09 de dezembro o jornal “A Gazeta” publicou a demissão de Maurílio Bonfim, uma das reivindicações dos índios.

³⁰ Governador do Estado, Arnóbio Marques.



Figura 6 - Manifestação dos povos indígenas na sede da FUNASA em Rio Branco-AC, novembro de 2010.

Fonte: Jornal "A gazeta", Rio Branco/AC.

4.3.2.2. Intervenções públicas desenvolvidas junto aos Jaminawa da TI do Rio Caeté

A FUNAI foi instalada no Acre em 1976. Atualmente tem competências, bastante reduzidas junto aos povos indígenas, uma vez que houve a descentralização das ações de saúde e educação, ficando o órgão, responsável mais diretamente pelo processo de legalização e monitoramento das terras indígenas, bem como no atendimento de pequenas demandas como informou o Administrador Regional - Acre, Manuel Kaxinawa, que respondia interinamente pelo órgão. Em dezembro de 2010, observou-se que a sede

estava passando por uma reforma na estrutura física e havia a presença de novos servidores que foram recém admitidos pelo Governo Federal, como parte da proposta de reestruturação do órgão a nível nacional.

A deficiência do órgão federal responsável pela política indigenista, de certa forma foi responsável pela cobrança dos índios, para que o governo estadual criasse em 2003, a Secretaria Executiva de Povos Indígenas, com o objetivo de buscar as demandas junto à comunidade e articular as políticas públicas entre os demais órgãos que atuam na área. Em janeiro de 2007 o órgão perdeu o status de Secretaria de Estado e foi transformado em Assessoria Especial dos Povos Indígenas, o que significa uma redução no escalonamento ocupado pelo órgão na esfera administrativa.

Na entrevista concedida por Manoel Kaxinawa ele informou que a FUNAI não tem uma ação efetiva junto aos Jaminawa da TI do Rio Caeté, a não ser o processo de regularização da TI, que foi enviado à Brasília e estão aguardando um retorno para outras providências que encaminhem à conclusão do processo e que o órgão limita-se à atender as reivindicações imediatas por aquela comunidades como: *“benefícios de atividade produtiva, fornecendo alguns materiais de produção agrícola, ferramentas, terçado, machado, material pra casa de farinha, é só uma coisa que, vamos dizer, pra atender mais a necessidade de urgência”* (Entrevista de pesquisa de campo, realizada em dezembro de 2010).

Observa-se na fala do entrevistado que a FUNAI ainda mantém a tradicional relação clientelista, o que evidencia a falta de definição de uma política conforme apontado por Lima e Hofmann (2002) no terceiro capítulo. Mudanças na atuação do Estado ocorreram “em que novas morfologias organizacionais têm sido concebidas e novas figuras jurídicas propostas para ordenar as ações administrativas, sem que se rompam os circuitos de clientelismo” (LIMA e HOFMANN, 2002:18).

O CIMI, conforme exposto no terceiro capítulo, teve uma importante atuação junto aos povos indígenas na década de 1980, no entanto, na entrevista com o representante do órgão no Acre, hoje limita-se a desenvolver ações eventuais a partir de demandas apresentadas pelos povos, mais relacionadas às denúncias de falhas cometidas por organizações que atuam

mais diretamente, ou então no tocante ao acompanhamento dos processos de legalização das TIs. De acordo com o resultado da entrevista o órgão, mesmo sem uma função definida, parece estar acompanhando de perto o que vem sendo feito pelas demais organizações governamentais e não-governamentais. Apresentou uma série de críticas ao modelo de educação oferecido pelo Estado do Acre e denunciou o governo por haver enviado documento ao Ministério da Justiça solicitando a suspensão do processo da regularização de TIs do Estado para que se pudesse concluir o programa de Zoneamento Econômico e Ecológico com o objetivo de atender ao interesse da exploração madeireira prevista no PDS do Acre.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente é outro órgão que vem desenvolvendo atividade junto aos povos indígenas, numa ação pontual, através do Departamento de gestão territorial, Divisão de etnozoneamento. De acordo com a encarregada da Divisão, a SEMA não atua diretamente na execução e implementação de ações; a intervenção do órgão junto às comunidades é a construção de diagnósticos que servem de ferramentas de gestão para a implementação das políticas pelos órgãos-afins.

Dentro desse critério a SEMA elaborou o etnozoneamento, que é uma verticalização do Zoneamento Ecológico Econômico, que trabalhou inicialmente com 8 terras indígenas, dentre as quais a do Rio Caeté e a Cabeceira do Rio Acre. De acordo com as informações da representante da SEMA, o etnozoneamento é representado em escala de 1/50 mil, onde o território e os recursos que nele existem são demonstrados com maior detalhes, com um diagnóstico muito mais aprofundado, diferente do zoneamento que é uma representação macro.

A Universidade Federal do Acre - UFAC não desenvolve nenhuma intervenção junto a TI do Rio Caeté, porém uma liderança Jaminawa da TI Cabeceira do Rio Acre vem sendo beneficiada por aquela instituição. Em 2008 a UFAC deu início ao Curso de Formação Docente para Indígenas – CFDI, com previsão de término para 2012. O CFDI acontece no *Campus Floresta* da UFAC, no município de Cruzeiro do Sul, beneficia quatro professores do Vale do Acre e Purus. A faixa etária dos beneficiados é de 23 a 37 anos, sendo três homens e uma mulher.

O curso tem a seguinte metodologia: a comunidade realiza a escolha dos candidatos e os apresenta à instituição para que sejam formados em serviço, por meio da alternância entre tempo aldeia e tempo universidade. O investimento financeiro na formação dos professores gira em torno de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), aproximadamente R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por aluno.

De acordo com o Professor Manoel Estébio, o curso, formação em serviço, tem caráter especial, para que se cumpra a carga horária num tempo razoável. Está dividido em duas etapas: uma composta de dois módulos anuais que ocorrem no Campus de Cruzeiro do Sul, a Fase Presencial, e outra, também composta de dois módulos, que acontecem entre um módulo e outro destes que ocorrem em Cruzeiro do Sul que é a fase aldeia. Nesta fase o corpo docente do curso vai até as aldeias para acompanhar os alunos em atividades, que são iniciadas no momento da Fase Presencial.

A Secretaria de Estado de Educação - SEE passou a ter competência pela educação indígena a partir do Decreto Presidencial, nº 26 de 4 de fevereiro de 1991. O Art. 1º atribuiu ao Ministério da Educação a competência de coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, retirando essa atribuição da FUNAI. O Art. 2º do referido decreto estabeleceu que a execução das ações de educação fosse exercida pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com a Secretaria Nacional, do Ministério da Educação.

De acordo com a SEE encontram-se em execução naquela TI, o *Programa de Formação Diferenciada, Intercultural e Bilíngue de Professores Indígenas* (PFDIB), e um subprograma - *Elaboração de matérias bilíngües*. Os programas são financiados através do Plano de Ações Articuladas do Fundo Nacional de Educação – FNDE, que destina recursos também para a alimentação escolar e livro didático. Com esses programas são atendidas as quatro aldeias da TI, com 41 alunos matriculados (Censo 2010), 22 homens e 19 mulheres na faixa etária de 6 a 14 anos.

A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, órgão responsável pela saúde indígena, por motivo da manifestação acima exposta, foi um dos últimos órgãos a ser pesquisado, foi também o único órgão a pedir o documento do

Conselho de ética para realização de pesquisas com pessoas. A mudança de chefia na FUNASA causou algumas limitações nos resultados obtidos, pois o chefe que havia assumido, além de não conhecer o que vinha sendo desenvolvido, encontrava-se bastante ocupado, para inteirar-se de como aquele setor se encontrava, sendo a entrevista concedida por um servidor, enfermeiro que tinha apenas um ano e quinze dias que trabalhava naquele órgão.

De acordo com a entrevista, a FUNASA vem realizando a melhoria da infra-estrutura básica na parte de saneamento ambiental, com a construção de banheiros comunitários, lavatórios e fossas; redistribuição e canalização da rede de água, com perfuração de poços e fornecimento de “cestas básicas” com alimentos para repor a desnutrição de grávidas, crianças e idosos. A “educação em saúde, trabalha na parte já própria dos enfermeiros em áreas, colocando-os numa situação mais próxima, a transformar algumas atitudes que venham a visar a melhoria da saúde”. Ele informou que a o órgão realizou em 2010 treinamentos com os AISAM³¹ e AIS³² (Enfermeiro da FUNASA, Entrevista de pesquisa de campo realizada em dezembro de 2010).

Sobre as ações de saneamento básico em algumas aldeias, conforme colocado mais acima neste capítulo observa-se um elemento importante da modernidade, aquilo que tem sido uma das primeiras reivindicações de serviços que dão cidadania, como o saneamento, mas que pode estar ocorrendo, ou a inviabilidade do uso, pela sua localização, por se tratar de apenas dois banheiros para toda a aldeia ou a tradição torna esse investimento nulo, pois não basta disponibilizar o serviço se ele não é algo que o beneficiário se aproprie.

A Secretaria de Extensão Agroflorestal e Agricultura Familiar – SEAPROF, responsável pela execução do Programa de Extensão Indígena informou que estavam em execução naquela TI ações voltadas para a produção sustentável como apoio a roçados e implantação de Sistemas Agroflorestais – SAFs, que eram ações do Plano de Mitigação para as populações

³¹ AISAM – Agente Indígena de Saneamento e meio ambiente, membro da comunidade responsável por dar a manutenção, com pequenos reparos na estrutura de saneamento na TI.

³² AIS – Agente Indígena de Saneamento, membro da comunidade com atuação voltada para a educação e orientação comunitária.

indígenas próximas à BR 317, com recursos do BNDES. Como a pesquisa foi realizada por email, não foi possível retornar para dirimir uma dúvida com a informação, pois a TI que fica na BR 364 é a Cabeceira do Rio Acre e não a do Rio Caeté. Provavelmente deve ter havido um engano na informação, até porque nenhum dos Jaminawa entrevistados fez referência a essa ação. Na pesquisa com a SEAPROF foi informado também que:

O Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento do Estado do Acre - PROACRE, as ações ainda não estão definidas, o recurso existe, mas ele é atrelado ao Plano de Gestão da Terra e esse plano ainda não foi iniciado. O governo do Estado precisa da anuência da comunidade (lideranças) para iniciar as discussões na TI (Pesquisa de campo realizado por email em dezembro de 2010).

A informação traz um elemento que outros órgãos se referiram, sem fazer registro, que é a dificuldade de implementação das ações, face ao diálogo com as lideranças, cabendo observar, que é papel do Estado buscar esse diálogo e constatar o real interesse da comunidade pela ação que se pretende realizar. No dia 02 de junho do corrente ano o site do Governo noticiou a conclusão do Plano de Mitigação na TI Cabeceira do Rio Acre:

A Terra Indígena Cabeceira do rio Acre, situada no município de Assis Brasil, composta pelos povos Manchineri e Jaminawa, foi uma das primeiras beneficiadas com a distribuição de pintos. Ao todo foram entregues mais de 300 pintos, com ração necessária para os 30 dias iniciais. As aldeias São Lourenço, Maria Monteza e Três Cachoeiras, foram escolhidas devido à iniciativa previamente identificada e onde já haviam galinheiros instalados pelo Governo do Estado, com apoio financeiro do BNDES, através do Plano de Mitigação. O Programa de Segurança Alimentar, coordenado pela Seaprof, se encarrega desde a aquisição das matrizes, até a logística necessária para que os pequenos animais possam chegar às aldeias, com o mínimo de perdas possíveis (RALPH, 2011, Agência de notícias do Acre).

A notícia acima vem corroborar com a dedução de que a informação da SEAPROF concedida na entrevista, refere-se as ações desenvolvidas na TI Cabeceira do Rio Acre. Com isso conclui-se que nenhuma ação de ATER

estava sendo desenvolvida naquela TI do Rio Caeté. Outro fato que chama a atenção na citação acima é que não parece estar havendo conciliação entre as ações desenvolvidas e os valores culturais dos Jaminawa, pois Saéz (2006) afirma que, com exceção a criação de porcos, os Jaminawa não costumam se dedicar a criação de outros animais.

Ao longo da pesquisa observou-se que há ou uma sobreposição de ações ou problemas na referência a elas, tornando-se difícil de distinguir o que é o Programa Estruturante de Extensão Indígena, o que é o Plano de Mitigação e o que é o PROACRE, pois embora cada um tenha um nome, as ações são as mesmas, assim como referido no capítulo anterior que no artigo de Borges e Rocha (2010) os autores nomeiam o Programa como “Projeto” Estruturante de Extensão Indígena.

A Comissão Pró-Índio – CPI, uma organização não governamental, conforme referido no terceiro capítulo, teve importante papel na organização dos povos indígenas do Acre, no que se refere à formação das associações, cooperativas e muito mais efetivamente no campo da educação, na formação de professores indígenas. A entrevista foi realizada com Vera Olinda Sena (Verinha) responsável pelo setor de políticas públicas daquela organização. Ao fazer um contato preliminar com a entrevistada, ela informou que a CPI não estava desenvolvendo nenhuma ação junto aos Jaminawa, de nenhuma TI; no entanto, a experiência de mais de vinte anos da organização sem dúvida oferece uma contribuição para qualquer pesquisa sobre povos indígenas no Acre, bem como para as políticas públicas a eles destinadas, como expôs a entrevistada:

O governo se inspira muito no nosso modelo de atuação, nos nossos conceitos, nas nossas metodologias, o que está acontecendo na SEAPROF, por exemplo, com os agentes agroflorestais indígenas é um modelo absolutamente inspirado no trabalho da CPI, é uma parceria em que a gente, junto com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do acre - AMAIAC, participam, dizem, formulam, executam, avaliam como deve ser a gestão territorial na área de produção, numa Secretaria de Estado, então acho que isso é uma influencia incrível nessa relação governo/sociedade civil (Responsável pelo setor de políticas públicas da CPI, entrevista de pesquisa de campo, concedida em dezembro de 2010).

Na entrevista Verinha abordou a atuação da organização e as dificuldades frente à estrutura “pesada e burocrática” do Estado, “no nosso país, muitas vezes essas políticas são engessadas, tendem a homogeneizar”. Enfatiza a questão do uso de recursos públicos e do espaço ocupado por organizações da sociedade civil na prestação de serviços que o Estado não oferece, como é o caso da ONG, mas que acabam ficando a mercê das exigências administrativas, que muitas vezes inviabilizam as ações planejadas, que se “desmancham” no percurso entre o planejamento e a liberação do recurso.

[...] eu acho que é muito o peso da inacessibilidade para povos indígenas, para populações da floresta, para populações tradicionais ele é perverso, cruel, ao passo que se tem um espaço de formulação, de elaboração que é muito privilegiado, muito bem feito, que tem o tempo que precisa, que [se] considera, que [é] baseado no princípio da interculturalidade, do bilingüismo, da flexibilidade, que são essenciais, enquanto esteio da política pública específica para povos indígenas (Representante da CPI, entrevista de pesquisa de campo, dezembro de 2010).

Dessa forma, ela expressa a linha de atuação política que a CPI se baseia para traçar as ações desenvolvidas e que se chocam com a morosidade administrativa do Estado. Mesmo assim ela reconhece que a CPI conquistou um espaço de credibilidade e isso tem permitido uma maior acessibilidade às esferas de governo, estadual e federal, o que ela atribui à seriedade de como a organização atua. Esse reconhecimento garante o financiamento de seus projetos não somente do governo, como de outras instituições. Ela afirmou que nunca a organização deixou de desenvolver as ações planejadas por falta de recursos financeiros e faz o seguinte resumo sobre a atuação da organização:

o trabalho da CPI, é essa formulação de política pública, ela reflete em todos os povos, em todas essas terras indígenas, fazer uma formulação que se aplica concretamente em algumas terras, mas depois ela tem incidência pra todos os povos indígenas do Acre. A gente diz que é um laboratório de políticas públicas, entrega-se a política pública prontinha para

os governos, que precisam dar conta da abrangência total de terras indígenas e povos.

[...] no Acre a gente criou o programa de formação de professores indígenas, que são escolas indígenas, é o sentido da escola para a comunidade indígena; isso veio junto com uma produção cultural indígena, que é a autoria indígena, que é muito rica, é o jeito indígena de ser, o jeito indígena de escrever, o jeito indígena de ilustrar, o jeito indígena de fazer um livro didático; e no programa de formação de agente agroflorestal é a mesma coisa, a gestão territorial, o conceito de gestão territorial é desde uma perspectiva de uma necessidade real de uma comunidade (Representante da CPI, entrevista de pesquisa de campo realizada em dezembro de 2010).

Verinha disse que o programa de formação de agentes agro-florestais da CPI já tem 14 anos. Como a CPI tinha um setor de saúde, começaram também a formar agentes de saúde, objetivando trabalhar a segurança alimentar e a saúde preventiva e junto com esses dois cursos surgiu o etno-mapeamento das TIs, que trabalha com a cartografia social e tem sido um suporte para os índios na gestão e vigilância dos recursos naturais. Ao questionar à representante da CPI sobre a abordagem que o curso de agente agro-florestal faz em relação a produção alimentar ela disse:

Quando se pensa produção de alimentos com os povos indígenas, você tem que obrigatoriamente pensar [em] alimentos mais apreciados, menos apreciados, alimentos que são importantes pras dietas tradicionais, ou da mulher que teve filho, ou do pajé que vai fazer pajelança e você tem que tá ali o tempo todo manejando, considerando e conhecendo e aprofundando conhecimentos próprios, o segredinho [...], a chave essencial pra você pensar produção e todos os outros trabalhos com povos indígenas é você considerar os conhecimentos indígenas (Representante da CPI, entrevista de pesquisa de campo, realizada em dezembro de 2010).

Frente à opinião dela sobre a produção alimentar que tem sido o programa mais referenciado pelo SEAPROF, tema da revista lançada em dezembro, questionou-se sobre a vulnerabilidade dos povos não apenas indígenas frente ao mercado. Então Verinha admitiu essa fragilidade: “os povos indígenas são pequenininhos em relação a todo o entorno e toda a sociedade

não indígena e eu acho que tem uma tendência muito grande, a botar no mercado essas sementes [tradicionais] que são modificadas” (Ibdem).

Verinha destaca que as ações que o governo vem dando início agora na área de segurança alimentar, a CPI já realizava desde 1988, quando “identificando que sementes importantíssimas pra algumas culturas estavam se perdendo, [que] a gente saiu pra procurar dinheiro pra intercambiar, Kaxinawa do rio Jordão vai visitar Kaxinawa do rio Purus e Kaxinawa do Humaitá” (Responsável pelo setor de políticas públicas da CPI, entrevista de pesquisa de campo, concedida em dezembro de 2010).

Do ponto de vista dos conceitos aqui trabalhados de tradição e modernidade, a experiência da organização com a educação identificou uma forma onde tradição e modernidade se complementam. Quando Verinha faz referência à fala de um dos professores indígenas formados pela CPI, reconhece que se não fosse esse trabalho de formação e valorização da cultura “os índios seriam todos caboclos na cidade de Rio Branco” (Representante da CPI, entrevista de pesquisa de campo concedida em dezembro de 2010).

Ainda sobre os aspectos da modernidade que têm contribuído na valorização das tradições indígenas, Verinha explicou que tem indígenas que trabalham com a CPI há 25 ou 30 anos e no início eles diminuam e inferiorizavam a vida, a cultura e o ambiente; com o trabalho da CPI encontrou-se um caminho que resgatou os valores tradicionais a partir da metodologia dos cursos quando “a gente desfaz a idéia de que a floresta é pobre, se tem floresta não tem pobreza, só tem riqueza, as pessoas não botavam mais as suas roupas tecidas de algodão no corpo, não usavam mais cocar, não teciam mais suas redes pra dormir nelas” (Representante da CPI, entrevista de pesquisa de campo concedida em dezembro de 2010).

A escola bilíngüe, que é algo moderno na cultura indígena, proporciona a manutenção dos valores tradicionais, uma forma de reconhecer-se como diferente, mas percebendo o valor da diferença. Isso é o que Rodrigues (1997) chama de relação espetacular entre tradição e modernidade: “a ruptura que a modernidade pretende proceder, tanto pode ser feita em nome de uma

plenitude ancestral perdida, a cuja pureza originária se pretende voltar, como pode ser feita em nome de uma plenitude por vir” (RODRIGUES, 1997: 2).

4.3.2.3. As dificuldades da implementação das políticas públicas para os Jaminawa da TI do Rio Caeté

Ao investigar as dificuldades encontradas pelos órgãos para desenvolver intervenções junto aos Jaminawa, identificou-se ações etnocêntricas por parte dos agentes do Estado, que ainda se encontram bastante despreparados para vencer elementos do colonialismo, ainda hoje presentes na imagem que se tem dos índios e nos equívocos cometidos historicamente com as intervenções estatais. Na verdade a proposição de inserir os Jaminawa nas políticas de extensão, que é uma proposta de modernização do campo, já revela a intenção de promover mudanças no comportamento, torná-lo mais adequado para receber bem as políticas públicas.

Uma das questões da pesquisa aplicada às instituições foi a avaliação das políticas de saúde, educação e ATER. Provavelmente pelo fato da pesquisa ter ocorrido no período em que os índios estavam ocupando o prédio da FUNASA, todos os órgãos não pouparam críticas à situação da saúde indígena. A avaliação sobre as dificuldades permite uma análise concomitante com as dificuldades que os órgãos atribuíram ao impedimento para melhor desempenho das ações.

Chama a atenção o fato de como as ações são desempenhadas pela FUNASA e recebidas, ou não pela comunidade, como as constatadas pelo técnico da SEE, que verificou a boa utilização da água encanada e a não utilização dos banheiros pela comunidade; a “não observação” na continuidade dos atendimentos médicos e a concessão de cestas básicas com feijão, alimento que não faz parte da dieta alimentar na cultura dos Jaminawa.

A descontinuidade no atendimento médico por motivo das constantes saídas dos Jaminawa da TI é vista pela FUNASA como um problema, principalmente na época em que se formam as praias, onde eles acampam por vários dias na cidade, “quando a equipe multidisciplinar entra em área pra realização dos trabalhos, algumas vezes podem estar sujeitos a não estar lá, e

isso dificulta as coberturas vacinais, dificulta os pré-natais, dificulta os exames a serem solicitados” (Enfermeiro da FUNASA, entrevista de pesquisa de campo concedida em dezembro de 2011). Dois outros problemas na opinião do entrevistado também ocorrem em função disso, um é que eles ficam sem atendimento na cidade, pois para eles serem atendidos pelo SUS é necessário um encaminhamento da equipe multidisciplinar que atende na TI; o outro é a “barreira” da língua, a dificuldade de comunicação com os profissionais de saúde na cidade que desconhecem a língua Jaminawa.

A outra situação agravante, tanto do ponto de vista dos Jaminawa que não têm o reconhecimento do valor de suas tradições, quanto do ponto de vista do Estado, com a execução de políticas equivocadas é que:

O feijão não é aceitável na cultura deles, embora a nutricionista oriente que é um alimento fundamental. A FUNASA beneficia com cesta básica, para gestantes, crianças em baixo peso, acontece que muitas vezes as equipes observam que o feijão é jogado fora ou estragado, eles não fazem utilização. Observa-se que na cultura alimentar promove-se a desnutrição pela questão de que, quem come primeiro são os mais fortes, os caçadores, os que estão na ativa, depois as mulheres que preparam a comida, aí por último as crianças e os idosos e às vezes não sobra para estes, se interferir pode gerar impacto com a cultura (Enfermeiro da FUNASA, entrevista de pesquisa de campo, concedida em dezembro de 2010).

O entrevistado destaca importantes elementos culturais que sobrevivem em meio às imposições da modernidade, como a orientação da nutricionista, onde se evidencia o que Santos (1994) considera como o fracasso do Estado moderno que não deu conta de sua função após a quebra da lógica da coletividade, como abordado no primeiro capítulo. O outro elemento que pode ser observado também à luz da abordagem de Santos (1994) é a formação de identidades modernas que se confrontam no caso dos Jaminawa com a identidade tradicional do grupo. A tradição na forma como eles se alimentam remonta a um período de abundância e talvez de maior variedade de alimentos que devem ter se perdido na relação do contato, o que leva à falta para os que comem por último, porém a maneira tradicional de alimentar-se é mantida na atualidade.

Em relação à FUNASA algumas dessas situações explicitam o despreparo do órgão no tocante ao conhecimento das culturas indígenas, havendo uma imposição de ações e desrespeito dos valores tradicionais quando o órgão não redireciona as ações para conciliar a correta aplicação dos recursos públicos do órgão com a satisfação da comunidade.

A SEE foi a organização que obteve melhor resultado na avaliação entre os entrevistados, porém os dados constantes no relatório, identificados in loco pelo técnico da SEE apresentam várias dificuldades de ambas as partes – Estado e Jaminawa – que afetam no funcionamento das escolas, como: grande número de famílias ausentes da TI no período escolar em função “dos programas sociais (bolsa família, bolsa escola, auxílio maternidade, pensão e aposentadoria) e cargos como AIS, AISAN, Agente Agroflorestal e professor” (ACRE, 2010: 20 e 21); a falta de professor, pois o que atendia a aldeia Extrema foi morar na cidade e informou que não retornaria mais pra aldeia e lamentavelmente não havia quem o substituísse; a falta de infra-estrutura, como a de duas aldeias, numa delas a escola funciona na própria casa do professor e na outra aldeia foi o professor quem construiu a escola (não foi informado se o Estado efetuou o pagamento pelos serviços), mas frente às outras dificuldades talvez essa seja a de menor relevância, pois não há razão para grande investimento em estrutura física se os alunos não vão à escola. Na avaliação do técnico da SEE “a ‘escola’ para os Jaminawa é algo externo, dos ‘dawa’³³, havendo uma ‘falta de compromisso’ das famílias com esta proposta de educação escolar indígena, ficando restrito ao professor (ACRE, 2010:17).

É provável que a escola que o Estado esteja levando à TI não seja a escola deles, como constatou o técnico, é algo externo, não faz sentido, por isso é substituída pelo que tem importância na vida deles, muito desses valores estão fora da TI, mas dentro deles. A pesquisa com a representante da SEE evidencia esses valores que substituem a escola:

embora a característica principal do povo seja o nomadismo, as constantes saídas, motivadas pelo recebimento de dinheiro de Programas Sociais e salário [...] causam a descontinuidade das

³³ Termo usado pelos povos Poyanawa para referirem-se aos não-índios, os Jaminawa utilizam o termo “Nawa”

ações. Quando um membro de uma família se desloca para a cidade leva consigo quase toda a família. [...] A rearticulação entre os grupos também causa a evasão escolar. O acompanhamento se perde, visto que o professor abandona por muitos dias a escola e os alunos também (Representante da SEE, pesquisa realizada por email, dezembro de 2010).

A avaliação sobre as políticas de ATER, foco desta pesquisa, não obteve resultados expressivos, devido à inexistência de intervenções naquela TI, que segundo a representante da SEAPROF, admitiu que ATER Indígena é algo novo e a lei é recente “tudo está ainda sendo desenhado. No Acre a gente já tem um programa, que deve ser melhorado e formatado até se tornar em políticas públicas, a FUNAI deve atuar também nesse sentido (Representante da SEAPROF, pesquisa realizada por email, dezembro de 2010). Quanto às dificuldades para que isso ocorra estão relacionadas às constantes saídas das pessoas das aldeias, que:

aAtrapalha toda a dinâmica de produção agrícola desde a dinâmica dos roçados, criação de pequenos animais, piscicultura e parte de organização. Essas idas e vindas acabam prejudicando as questões de saúde, educação e principalmente as questões voltadas à cultura e tradição. Também a gente sabe que outros fatores implicam nesse vai e vem das famílias que vai além do visível (Representante da SEAPROF, pesquisa realizada por email, dezembro de 2011).

É exatamente o último elemento referido acima, um dos mais importantes a ser observado numa política de ATER para povos indígenas, que é o “*invisível*” o subjacente aos conteúdos das práticas produtivas, o que não está visível, como as crenças, mas que é o definidor do sentido das coisas, que são os elementos próprios da cultura que interagem com o fazer produtivo. Contrariamente ao que é apontado pela SEAPROF sobre a perambulação dos Jaminawa afetando as intervenções, o representante da UFAC afirma que isso não é o problema “é o sistema que deve adaptar-se à etnia e não o inverso. As saídas que os Jaminawa fazem de suas TIs é parte de um processo cultural da etnia”. E ele ainda refere-se a uma ação exitosa realizada pela SEAPROF:

Intervenções com projetos na área do incentivo à produção foram aplicadas pelo Governo do Estado e por uma ONG com muito êxito [pelo] fato de terem como alvo as gerações mais velhas que mantêm muito viva a prática da agricultura de subsistência (Representante da UFAC, pesquisa realizada por email em dezembro de 2010).

A Fundação de Cultura Elias Mansour - FEM foi relacionada entre as instituições a serem pesquisadas por se considerar três razões: o órgão integrou a equipe responsável pelo acompanhamento dos Jaminawa na época em que foram assentados na TI do Rio Caeté; pelo fato da realização dos festivais de culturas indígenas pelo Governo do Acre a FEM constar como responsável por ações de valorização da cultura tradicional dos povos, no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre - PDS, como referido no terceiro capítulo. Porém, não houve por parte daquele órgão uma contribuição naquilo que a pesquisa se propõe, mas obteve-se uma riqueza de informações sobre os “primórdios” da educação indígena no Acre, assim como a referência às dificuldades com a relação que as instituições têm com as lideranças daquela TI, que a entrevistada disse não considerar como liderança.

Os resultados apresentados na pesquisa junto à SEAPROF e à FEM podem estar relacionados às descontinuidades que as políticas sofrem com a mudança de governo ou de pessoas que se encontram à frente dos setores responsáveis pela execução da política. A pesquisa junto aos órgãos, com algumas exceções, evidencia a falta de observação de um elemento fundamental para a análise de políticas públicas que

diz respeito aos fatores culturais, àqueles que historicamente vão construindo processos diferenciados de representações, de aceitação, de rejeição, de incorporação das conquistas sociais por parte de determinada sociedade. Com frequência, localiza-se aí procedente explicação quanto ao sucesso ou fracasso de uma política ou programas elaborados; e também quanto às diferentes soluções e padrão adotados para ações públicas de intervenção (HOFLING, 2001: 10).

São apontadas como as razões para a descontinuidade das ações do Estado junto à comunidade da TI do Rio Caeté: as tradicionais perambulações entre as cidades e as aldeias; a estreita relação entre os membros da família,

que promove os deslocamentos de todos juntos; a manutenção dos laços entre os membros das famílias que moram em outras TIs e que constitui a grande família Jaminawa; os salários e benefícios que são valores da modernidade incorporados a partir da economia da borracha. Esses aspectos são elencados como empecilho, mas são na verdade elementos valorativos para os Jaminawa. Outra razão apontada por algumas organizações, de maneira sutil, que tem dificultado as ações é a falta de diálogo com algumas lideranças daquela TI.

4.3.2.4. A produção extrativista e agrícola da TI do Rio Caeté

Todas as instituições referiram-se à produção agrícola, e outras práticas de obtenção de alimentos dos Jaminawa como algo bastante tradicional, onde a caça e a pesca, a castanha, uma variedade de cocos entre vários outros produtos florestais e todos eles têm grande importância na dieta alimentar e conta com as condições ambientais favoráveis a isso. Dois produtos são fundamentais na plantação de roçados, a banana e a macaxeira (mandioca) esta última muito utilizada na produção da farinha que é também muito presente; além desses dois produtos eles plantam milho, batata e amendoim. Os representantes da FUNAI e da FUNASA destacaram a não utilização do feijão pelo grupo indígena. A SEAPROF informou que não dispõe de dados efetivos que:

precisa-se discutir o plano de gestão, para obter informações do que se vende e quantas famílias produzem e residem nas aldeias. Sabe-se que eles têm muitas sementes tradicionais como: Batatas e milho. Comercializar eles não fazem com frequência (Representante da SEAPROF, pesquisa realizada por email, dezembro de 2010).

Outro dado da pesquisa foi a produção comercializada, que acontece quando se tem um excedente e que se restringe, a banana, a mandioca e a farinha; isso ocorre sem uma regularidade e está associada às vindas também

imprevisíveis dos Jaminawa à cidade. Sobre o aspecto da produção o representante do CIMI apontou que com algumas exceções, os Jaminawa poderiam aderir a uma política de produção voltada para a comercialização, mas isso requeria mudanças culturais do grupo que não tem produção para atender a demanda de mercado, com padrões de consumo definido e regularidade no abastecimento.

A pesquisa junto às organizações foi importante para conhecer a menor parte do universo a ser pesquisado, que é a forma de atuação das organizações e a reação dos Jaminawa às políticas públicas a eles destinadas sem a consideração de seus valores tradicionais mais evidentes. A outra parte necessária a formulação das políticas e que tem maior abrangência para ser investigada, são os próprios Jaminawa que até aqui foram ouvidas apenas duas lideranças do grupo.

4.3.3. Uma cidade repleta de aldeias

O último momento da pesquisa de campo foi realizado na cidade de Sena Madureira que teve início dia 10 de dezembro de 2010. No trajeto entre Rio Branco e Sena Madureira, observou-se alguns caminhões transportando toras de madeira; esse trecho da BR 364 é a rota de transporte da madeira certificada que vem sendo extraída da Floresta Estadual do Antinari, que faz parte dos programas contemplados pelo PDS do Acre referidos no terceiro capítulo desta dissertação, assim como outros projetos particulares financiados pelo BASA³⁴ como se pode ver na fotografia abaixo feita durante a viagem.

³⁴ Banco da Amazônia é uma instituição financeira de fomento do Governo Federal, criada na década de 1960.



Figura 7 - Extração madeireira, BR 364 (Rio Branco – Sena Madureira).
Fonte: Dados da pesquisa, dez. 2010.



Figura 8 - Placa de identificação de licenciamento para extração madeireira, fazenda Camari BR 364 (Rio Branco – Sena Madureira).
Fonte: Dados da pesquisa, dez.2010.

Devido à pesquisa haver sido feita primeiro junto às organizações, identificou-se logo a inexistência efetiva de ações de ATER que estivessem sendo realizadas naquele momento na TI do Rio Caeté, embora constasse em planejamento pela SEAPROF, conforme apresentado anteriormente. Entre os Jaminawa entrevistados, nenhum deles se referiu à ocorrência desse tipo de serviço junto à comunidade, o que de certa forma respaldava a manifestação de Aderaldo Jaminawa em julho de 2009.

Desnecessário repetir a importância de Zé Correia para dar início às entrevistas e localizar os Jaminawa naquela cidade. No mesmo dia buscou-se

a sede da FUNASA, apenas com o fim de localizar o endereço do Posto Indígena da FUNAI ou verificar a possibilidade de Zé Correia encontrar-se naquele local onde ele costuma dispor da infra-estrutura que a FUNAI não dispõe naquele município, mas a sede da FUNASA estava fechada para compensar o feriado de 08 de dezembro (Nossa Senhora da Conceição), mas segundo o vigia, o órgão havia funcionado normalmente dia 08. Observou-se que os demais órgãos públicos estavam em pleno funcionamento, inclusive o Posto Indígena da FUNAI onde se encontrava Zé Correia.

Uma casa de madeira que mais parece uma moradia popular daquelas encontradas nas camadas mais simples da população da região, pouco iluminada, com vários cômodos e muitos Jaminawa, homens, mulheres, e várias crianças. Sentado à mesa Zé Correia estava na companhia de três mulheres e uma delas com uma criança de cerca de 3 ou 4 anos de idade. Eles estavam operando um aparelho celular moderno, cumprimentaram a pesquisadora e continuaram atentos ao que faziam sem se importar com a presença de outros no local. Após cerca de cinco minutos, quando as mulheres saíram, ele com a cordialidade de sempre, perguntou se a pesquisadora estava indo para a aldeia, quando então se informou a ele a decisão de efetuar a pesquisa na cidade e que gostaria de começar por ele. Com toda presteza ele concedeu vinte dois minutos de entrevista.

Após apresentar o substituto dele no Posto, um membro da etnia Kaxinawa, deu início à sua fala sem, no entanto, perguntar o que eu gostaria de saber e, ao mesmo tempo eliminando a expectativa que havia, se ele falaria como representante da comunidade ou como um servidor público do Posto Indígena. Sua manifestação foi como um Jaminawa, ao longo de toda a entrevista. Fez um histórico a partir da criação do SPI, bateu forte na ação tutelar e ironizou chamando o “papai FUNAI” e continuou seu discurso de forma eloqüente e ininterrupta.

Abordou com clareza aquilo que esta pesquisa identificou como um dos principais problemas das políticas públicas, afirmado por Boneti (2000) e que está presente nas políticas de ATER nacional e do Acre aqui estudadas, que é a homogeneização do público beneficiário:

com todo respeito [...] nosso governante de esquerda, hoje, o que eles batem é isso, se eles pudessem era tudo seringueiro ou tudo colono, sabe? E esse negócio de diferença [é] só mesmo propaganda pra poder buscar dinheiro; os governantes de hoje, de esquerda que nós acreditamos bastante, eles pensam isso. Tudo é igual, eles comem feijão igual nós, têm conta bancária, são funcionários, mas o que tem dentro da concepção nossa é diferente, que nós somos uma raça diferente,[...] apesar de nós vivermos no mesmo país, que tem um padrão, tem uma lei para todos, mas isso é uma raça diferente. É mesmo que pegar um bando de macaco capelão, guariba, soin, zog-zog, e dizer, tudo é macaco, mas cada um deles funciona diferente; capelão ronca, macaco preto grita, zog-zog canta, quer dizer, são macacos, mas são animais que têm seu próprio modo de viver (Liderança Zé Correia da Silva Jaminawa (Tunumã), entrevista de pesquisa de campo, realizada em dezembro de 2010).

Exemplifica de modo bastante tradicional, com o recurso adotado na formulação mitológica, onde homem e animais têm um elevado grau de semelhança, para assim, contestar a moderna estratégia dos governos de simplificarem os diferentes, para facilitar a implementação das políticas.

Após a entrevista Zé Correia disse que os demais que ali se encontravam também poderiam colaborar com a pesquisa caso quisessem e que a pesquisadora ficasse à vontade.

Conforme já havia identificado com o resultado da pesquisa junto às organizações, não havia mais sentido avaliar junto aos Jaminawa os serviços de ATER na TI, no entanto mantinha-se o objetivo de identificar suas demandas, mas a pesquisa na cidade não indicava que teria o alcance do objetivo. A pesquisa no posto indígena não rendeu resultado satisfatório com as demais pessoas que ali se encontravam, pois elas tinham outras razões para estarem no posto e não deram atenção à pesquisa com exceção das mulheres, Arquilene de 18, moradora da TI do Rio Caeté e Meyre Sandra Martins da Silva Jaminawa de 22 anos, moradora do TI Kaiapucá.

Essa foi a segunda dificuldade na conversa com os Jaminawa, o fato de eles estarem sempre em grupos e serem de diferentes TI e algumas vezes haver uma grande disposição para dar entrevista pessoas que não moravam na TI do Rio Caeté e havia um inconveniente para recusar a realização da entrevista que podia ser entendido como um ato discriminatório.

A princípio, as duas entrevistadas, Arqueline e Meyre Sandra, respondiam ao mesmo tempo as questões e a gravação ficou prejudicada por algumas vezes não ser possível identificar qual das duas estava falando; o outro motivo, muitas das questões relacionadas às políticas públicas elas disseram não saber responder, ou eram respostas monossilábicas. Mesmo assim elas continuavam a querer ser entrevistadas. As questões foram então redirecionadas para as razões que às trouxeram à cidade. A resposta de Meyre Sandra, mesmo sendo dada de maneira tranqüila, procurava justificar as razões de se encontrar na cidade, o que evidenciava defender-se das críticas sofridas pela sociedade urbana por estar fora da aldeia:

Nós viemos à cidade pra resolver coisas [...] benefícios das crianças, tirar documentos, consultar na saúde, pegar remédio, e volta pra aldeia de novo, porque na cidade nós não temos o que fazer, nós não trabalhamos, é o jeito voltar pra aldeia, porque é lá que moramos, lá que fazemos as coisas pra comer, vai-se pro roçado plantar macaxeira (Entrevista de pesquisa de campo, concedida em dezembro de 2010).

Como se percebeu na pesquisa junto às instituições existe uma constante cobrança por parte da sociedade e do Estado pelo fato de eles se encontrarem na cidade, por isso Meyre relaciona os afazeres na cidade ao mesmo tempo em que procura valorizar a vida na aldeia. Essa situação reflete os resquícios do colonialismo ainda presente na sociedade de hoje, da forma etnocêntrica de como os índios são vistos na cidade.

A pesquisadora foi informada da existência de vários “tapiris”, como eles chamam os barracos instalados na margem do rio e foi indicado que o acesso ocorria pelo porto da catraia³⁵. No entanto já havia percebido, até porque os barracos ficam na parte central da cidade. Na primeira tentativa de contatar alguém, ninguém foi encontrado no local, os barracos estavam vazios, apenas os pertences ali deixados de maneira despreocupada, roupas, redes, panelas e outros objetos. Eram dois conjuntos de barracos, com um espaço que os separava. No dia seguinte, como já havia identificado a descida mais acessível, ao chegar ao primeiro barraco, obteve-se a informação de que aqueles que ali

³⁵ Tipo de embarcação que faz a travessia do rio no centro da cidade.

estavam eram da etnia Madhja (Kulina) e que o conjunto mais à direita é que era dos Jaminawa.



Figura 9 – Barracos nas margens do rio Iaco, em cima acampamento dos Kulina (Madhja), em baixo acampamento dos Jaminawa
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Outra informação colhida no Posto Indígena no primeiro dia da pesquisa em Sena Madureira foi a existência de vários Jaminawa que moravam e outros que se hospedavam na casa dos parentes no bairro da Pista, no Beco do Adriano. Dia 11 de dezembro foi feita a primeira visita ao bairro, logo na entrada do Beco do Adriano. Izael foi contatado quando saía com sua mulher e um

filho, ao falar da pesquisa ele pediu que aguardasse que levaria a mulher a algum lugar e retornaria, como de fato ocorreu.

O nome do bairro é por motivo de ficar localizado bem ao lado da pista de pouso³⁶ de pequenas aeronaves e helicópteros. Bem em frente à entrada do Beco tem uma espécie de coreto, onde aconteceu a entrevista com Izael, Manoel, Severino e conversa informal com outros moradores da TI do Rio Caeté que ali se encontravam. Lá se reuniram vários Jaminawa que também moram ou estavam hospedados no Beco.



Figura 10 - Bairro da Pista, Beco do Adriano, aldeia urbana dos Jaminawa, Sena Madureira.

Fonte: Dados da pesquisa, dez. 2010.

³⁶ O aeroporto da cidade



Figura 11 - Bairro da Pista, Beco do Adriano, aldeia urbana dos Jaminawa, Sena Madureira, acesso à casa de Ricardo e Vitória.

Fonte: Dados da pesquisa, dez.2010.

Novamente a entrevista aconteceu de maneira coletiva, uma confusão, havendo necessidade de bastante atenção para não misturar as falas, desligando o gravador em certos momentos, ou fazendo anotações no caderno de campo. Severino, 40 anos de idade, saiu da TI Cabeceira do Rio Acre, na grande leva de famílias que foram para Rio Branco. Ele se encontrava em Sena Madureira a tratamento de saúde por haver sido mordido de cobra.

Izrael informou que morava na TI do Rio Caeté há um ano, estava na cidade com seu pai naquele momento, para receber os proventos da aposentadoria dele (seu pai). Disse que se mudou para a Caeté porque a despesa com combustível para deslocar-se da aldeia até Sena Madureira era bem menor do que os gastos com o deslocamento da TI Kaiapucá. Ele informou que era agente agro-florestal, mas que não estava mais recebendo nenhum recurso pela função e desconhecia o motivo, além de desconhecer também as razões dos Jaminawa não estarem mais participando do curso de formação de agentes agro-florestais.

Esta informação de Izrael sobre o corte de incentivos de “bolsas” e participação no curso de formação de agentes agro-florestais da comunidade da TI do Caeté é uma ação contraditória à afirmação de Borges e Rocha (2010) trazida no terceiro capítulo, quando os autores enfatizam a importância desse agente social para o sucesso das políticas de ATER, pois no mínimo a comunidade deveria ser informada das razões de se encontrarem fora dessa política.

Manoel disse ser aposentado e encontrar-se na cidade para receber seu dinheiro, não quis que a conversa fosse gravada, também não havia o que gravar, ele estava alheio a tudo que a pesquisa buscava, os demais entrevistados ainda referiam-se aos serviços que o Estado oferecia na TI, mas ele nem isso, demonstrou-se bastante interessado em ser fotografado, o que foi feito, no dia seguinte as fotos foram entregues. No entanto, Manoel teve uma especial atenção em acompanhar a pesquisadora no dia seguinte até aos barracos onde foi feito contato com Lúcia e Nazaré.



Figura 12 - Manoel Jaminawa (em cima, à esquerda, de boné amarelo) e Izael Jaminawa (em baixo, de camisa branca), entrevistados, Sena Madureira.
Fonte: Dados da pesquisa, dez.2010.

Lúcia tem 36 anos, é moradora da TI há sete anos, desde quando seu pai morreu que ela mudou-se da Cabeceira do Rio Acre para o Caeté, mas que deixou um filho lá e sempre vai visitá-lo, não quis que a conversa fosse gravada e nem que fosse fotografada. Mostrou-se bastante inteirada sobre os serviços prestados pelo Estado na TI, os quais ela apresentou críticas, dizendo

que algumas mulheres não estavam recebendo o *bolsa família* e tinham direito, segundo ela “o Governo engana” assim como as quatro parteiras existentes na TI que não recebiam nenhum salário pelos serviços. Disse ter dado um voto de confiança nas eleições de 2010 acreditando que haveria aumento do bolsa família e criticou o fato de ter acabado o incentivo (salários) para os agentes agro-florestais. Confirmou que cada aldeia tem um agente de saúde, um professor e um AISAM.

Nazaré, uma senhora de aproximadamente 70 anos, não sabe dizer sua idade, não fala português, mas falando em sua língua, que foi traduzida por Lúcia, disse que gostaria de cantar uma música e que fosse gravada, para ser entregue ao seu filho Lauro, que estava em Rio Branco, “fazendo um curso”, e pediu para ser fotografada. No último dia de campo, Severino informou que havia chegado de Rio Branco, onde se encontrava participando da manifestação da FUNASA, outro Jaminawa que morava na Ti do Rio Caeté e que se dispunha a levar a pesquisadora até ele. Sem identificar que ele era o filho de Nazaré foi realizada a entrevista, sua contribuição foi um resumo sobre o desfecho da manifestação e convite para que a pesquisa fosse feita na TI que ele colaboraria com isso. Somente em Rio Branco ouvindo as gravações, foi possível identificar que Lauro era o filho de Nazaré e que havia sido perdida a oportunidade de lhe entregar a música que sua mãe havia cantado.



Figura 13 - Nazaré Jaminawa, barraco na margem do rio Iaco, Sena Madureira.
Fonte: Dados da pesquisa, dez.2010.

No dia da entrevista com Lúcia, ao sair de seu barraco, Nazaré gentilmente conduziu a pesquisadora ao barraco mais próximo, uma passagem íngreme, sobre uma madeira escorregadia, difícil de manter o equilíbrio, assim como a descida pelas margens, sendo necessário agarrar-se à vegetação que ladeava o caminho, para não cair. A casa que Nazaré havia indicado era de Jandira, esta encontrava-se com o filho no braço, pronta para sair de casa, combinou a conversa para a parte da tarde. Às 14 horas, novamente retornou-se ao “tapiri” de Jandira e não se encontrava ninguém. Novamente retornou-se ao bairro da Pista para novos contatos e no final da tarde retornando ao barraco de Jandira já não havia mais seus pertences no local, restava ali apenas a estrutura de frágeis lonas, papelão e lixo, uma Jaminawa de aproximadamente 70 anos que falava pouco o português disse que Jandira tinha retornado à TI.

Em todas as entrevistas foram feitas questões sobre a manutenção dos valores tradicionais como festas, músicas, pinturas e uso de plantas medicinais e sobre a existência de pajés. Todos confirmaram a existência de pajés e de ser bem comum o uso de plantas medicinais como o primeiro recurso para o tratamento das doenças, que só se procurava o serviço de saúde quando não havia melhora ou cura com os remédios da floresta.

No entanto, sobre as outras tradições, foram respostas monossilábicas ou apenas confirmando a existência, sem entrar em detalhes nem se estender sobre o assunto. Foi numa dessas questões feita a Severino que ele informou que no Beco do Adriano havia um pajé, Ricardo, que viera morar na cidade porque estava com hepatite e não podia continuar na aldeia já que não conseguia trabalhar. Segundo Severino, Ricardo tinha muitos conhecimentos e insistiu bastante para que ele fosse entrevistado.

No dia seguinte, àquele das buscas para encontrar Jandira, sem obter sucesso, retornou-se ao Beco do Adriano agora para conversar com o Pajé Ricardo e sua esposa, ambos extremamente receptivos, ela insistia dizendo que podia ser perguntado o que quisesse sobre pajelança que ele sabia responder e que ele também sabia música de cura. Ele cantou três músicas, contou o que estava enfrentando com a doença, a falta que sentia da fartura alimentar da aldeia e uma certa desesperança pela cura, aquele era um dia

que se o tempo da pesquisa fosse o mesmo dos Jaminawa poderia ser obtida uma riqueza de informações.



Figura 14 - Ricardo e Vitória Jaminawa, entrevistado, estão morando em Sena Madureira porque ele está doente, com hepatite “B”.

Fonte: Dados da pesquisa, dez. 2010.

Outros contatos rápidos sem muito proveito foram feitos como aqueles com o professor Samuel de 21 anos e o AISAM André de 26, ambos da TI Kayapuká, que se encontravam na casa de parentes, em frente a casa de Ricardo e Vitória. Da mesma forma a conversa em um dos tapiris com Dico e Toca. E por fim com Iracema que se encontrava na companhia de outra Jaminawa que aparentava mais idade que ela, estavam no centro da cidade, comendo salgadinhos industrializados, Iracema que se aproximou pedindo dinheiro. Disse que na aldeia elas não precisam de dinheiro que tem muita caça, peixe, macaxeira. Porém todos os contatos foram registrados porque, por menos contributivos que tenham sido para a pesquisa apresentam aspectos comuns como, estarem alheios às políticas públicas, a maioria não tinham demandas para apresentar apenas diziam que na aldeia faltava muita coisa sem no entanto dizer o que e a ênfase que todos deram a fartura de alimentos.

Avalia-se que não se cumpriu o objetivo de levantamento de demanda junto à comunidade, para isso se cumprir, seria necessário um tempo bem mais longo em Sena Madureira para se ter a oportunidade de conversas mais longas e individuais, pois as conversas em grupo em curto tempo foram tumultuadas. As demandas identificadas foram a partir da análise das

intervenções feitas pelas organizações investigadas. Permanecendo a necessidade de realizar pesquisa na TI, o que exigirá mais tempo, mais recursos financeiros e apoio da comunidade, mas provavelmente as condições de obtenção de resultados positivos serão bem mais favoráveis do que na cidade.

Este trabalho, que parte dos questionamentos dos efeitos das políticas de ATER nacional e do Estado do Acre para povos indígenas, assim como, essas políticas afetam a tradição indígena, cumpriu seu objetivo quando da proposição de analisar o documento do Programa de Extensão Indígena do Governo do Acre e sua interface com a PNATER, evidenciando o pouco avanço que as políticas oferecem principalmente pela homogeneização do público beneficiário, o que inviabilizará uma das principais propostas de inovação das referidas políticas, que é a manutenção dos conhecimentos tradicionais do público beneficiário. Com essa percepção cumpre-se o objetivo geral da pesquisa.

O objetivo de identificar as intervenções desenvolvidas, junto a TI do Rio Caeté, também foi cumprido, quando se constatou a inexistência, na atualidade de ações de ATER, sendo as intervenções de saúde básica e de educação as únicas ações ali desenvolvidas e, por fim, constatou-se que as dificuldades apresentadas pelas organizações, como fatores impeditivos para a implementação de políticas ou o sucesso das mesmas, são decorrentes da não observação dos valores culturais dos Jaminawa. Assim, se faz uma análise positiva da pesquisa de campo junto às instituições.

Quanto à pesquisa junto aos Jaminawa, com o fim de identificar demandas da comunidade que auxiliem na formulação e implementação de políticas de ATER, conforme exposto acima, avalia-se que a pesquisa não cumpriu esse objetivo. Considera-se que mesmo chegando-se a resultados satisfatórios com a pesquisa junto às organizações, existe a necessidade de identificar a demanda do grupo em pesquisa realizada na própria Terra Indígena. Outro elemento a ser investigado é a forma de estreitar a relação das lideranças com as organizações, para auxiliar na formulação das políticas de ATER para aquela comunidade. Pode-se considerar que esse momento da pesquisa constitui-se apenas a preliminar de um estudo a ser realizado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As origens dos constantes deslocamentos dos Jaminawa entre as cidades e seus territórios, tanto podem estar relacionadas ao hábito de perambular, o que remonta à característica nômade, à situação provocada com a ação agressiva durante a exploração da borracha e mais recentemente às divergências entre grupos familiares. Observar esses três aspectos da tradição e da inovação cultural dos Jaminawa é o ponto de partida para pensar as políticas de ATER, de saúde, de educação entre outras.

Essa constatação remete às questões que delimitaram o problema desta pesquisa. A primeira se refere aos efeitos da PNATER e do Programa de Extensão Indígena do Acre, seus avanços ou retrocessos para os povos indígenas. E a segunda, que parte do princípio de que tradição é fator de identidade e como essas políticas de ATER afetam as tradições indígenas.

Deve-se observar que as referidas políticas ainda não foram de fato implementadas na TI do Rio Caeté, tendo ocorrido apenas duas ações incipientes como o apoio na implantação de SAFs e roçados sustentáveis; e na TI Cabeceira do Rio Acre ações pontuais foram divulgadas na imprensa local (Rio Branco) no mês de junho de 2011. Os resultados aqui apresentados partem da confrontação dos documentos das duas políticas com a etnologia do grupo, dos documentos analisados ao longo da pesquisa e das entrevistas realizadas.

Há um entrelaçamento das constatações que responde o problema de pesquisa, que tem início com a falta de observação nos documentos das políticas sobre a especificidade do público a que ela se destina, ou seja, é equivoco um único programa de extensão indígena que se propõe atender: “Jaminawa, Manchineri, Kaxinawa, Poyanawa e Katukina” (ACRE, 2008: 4); é igual equívoco traçar uma mesma política de extensão para “agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros e outros públicos [...]” (BRASIL 2004:6). Essa constatação é perceptível já na definição do grupo indígena que esta pesquisa escolheu.

A tradição dos Jaminawa tem falado mais alto na relação com os agentes responsáveis pelas intervenções: isso tem se revelado nas constantes pressões às tentativas de fixá-los nas TIs, na retórica do enfrentamento e na recusa à interação com os órgãos públicos, conforme identificado na pesquisa de campo.

Observa-se que as políticas de ATER indígena, formuladas na PNATER e no Programa do Estado do Acre, não apresentam particularidades para os diferentes públicos a que elas se destinam. A diferença poderá ser dada pelo próprio público beneficiário, que na medida do possível, responderá na direção que o Estado almeja na operacionalização da política como: o aumento do volume de produção, oferta de algum produto que tenha aceitação no mercado etc. No entanto, a pesquisa permitiu vislumbrar que os Jaminawa não corresponderão de forma significativa a essa expectativa, isso considerando a manutenção de valores tradicionais, conforme preconizam as referidas políticas. A sazonalidade da vida dos Jaminawa não é coerente com a racionalidade de um mercado que exige constância na oferta do produto, num tempo regulado por demanda do consumidor e de determinados padrões de consumo, que não são os mesmos dos Jaminawa.

No entanto, não se descarta a possibilidade de algumas famílias virem a aderir à proposta das referidas políticas, mesmo sem se enquadrar totalmente no perfil do agricultor familiar. Isso porque há entre eles diferentes níveis de interação com a sociedade nacional, havendo maior adesão da cultura do branco entre aqueles que resolveram permanecer nos centros urbanos, mas que não deixaram de se identificar com seu grupo étnico. Um exemplo é Aderaldo Jaminawa, que é comerciante em Sena Madureira e representante dos moradores da TI. O fato de ele ser comerciante na cidade não rompeu os laços com o seu grupo que mora na aldeia. Outros indivíduos também desenvolvem atividades comerciais. Conforme referido no item 4.1 do quarto capítulo, Saéz (2006) identificou um elemento importante da agricultura e da atividade comercial dos Jaminawa no município de Assis Brasil, onde a única fruta encontrada no mercado daquela cidade é a banana produzida por eles. Ao longo desta pesquisa não se identificou no Programa algo que contemple esse relevante elemento ressaltado pelo autor.

As recomendações para a formulação e implementação das políticas públicas para os Jaminawa têm um ponto de partida obrigatório que é a atenção com a saúde e isto antecede a discussão de qualquer outra política, seja ela Ater, definição das TI ou qualquer outra. Pois está constatada a infecção pelo vírus da hepatite (“B”, “C” etc.) por um número considerável de Jaminawa, inclusive o próprio Zé Correia – liderança e referência junto ao grupo e organizações públicas. Nada justifica não ter havido até agora, uma intervenção planejada, tanto para o tratamento, quanto para a prevenção, com um suporte de atendimento em sintonia e concomitante em todas as aldeias e centros urbanos por onde eles transitam, para evitar que ocorra o que a FUNASA apontou como a descontinuidade do tratamento em função das saídas das aldeias.

Na entrevista concedida pelo representante da FUNASA, quando ele se refere à questão da desnutrição dos Jaminawa, como se viu no capítulo quarto, o governo tenta remediar o problema com a doação de cestas básicas, mas contendo alimentos que não fazem parte da dieta alimentar daquele grupo, como o feijão. Essa é a constatação da falta de observação dos valores tradicionais aliada à má utilização do recurso público, pois uma vez identificado o problema, já deveria ter sido investigado qual o alimento que pode substituir o feijão na tradição alimentar. Na entrevista com a Comissão Pró-Índio o amendoim foi apontado como um dos alimentos produzidos pelos Jaminawa; sabe-se que esses dois alimentos - feijão e amendoim - têm elementos nutricionais comuns.

Esse é um aspecto que denota a falta de diálogo entre as políticas, pois se existe um programa de ATER que observa *os conhecimentos tradicionais da agricultura e outras práticas produtivas*, a FUNASA já deveria ter feito gestão junto à SEAPROF para a solução desse problema. Seria também oportuno para o órgão responsável pela execução do Programa de Extensão Indígena melhor conhecer a produção daquele grupo, pois na pesquisa a resposta do órgão sobre esse item foi de limitado conhecimento sobre as *“muitas sementes tradicionais”* que os índios possuem.

O reconhecimento da realização de intervenção exitosa junto à comunidade da TI do Rio Caeté foi apontada pelo professor Manoel Estébio da

UFAC, do curso de formação de professores indígenas, pelo respeito às gerações mais velhas e seu conhecimento sobre a agricultura de subsistência.

Essa informação aponta a possibilidade de resposta que se precisa para compor a cesta básica dos Jaminawa. Lamentavelmente, esta interessante observação não foi referida por nenhum outro entrevistado, nem os Jaminawa e nem a própria SEAPROF, que provavelmente tenha sido o órgão responsável pela intervenção.

Repetido por diversas vezes neste trabalho, as andanças e permanências temporárias dos Jaminawa nas cidades em condições improvisadas nas margens dos rios, aponta para a necessidade de construção de um Kupixawa³⁷ urbano. Essa recomendação certamente será alvo de um sem-número de questionamentos por parte dos órgãos públicos, focados no limite de recurso financeiro como fator que inviabiliza a ação proposta.

Outro questionamento provável é que isso poderá se traduzir num atrativo para que eles permaneçam na cidade, cabendo ressaltar que eles já estão sempre na cidade. O Kupixawa seria uma maneira compensatória de uma política social não assistencialista, mas necessária ao suporte que eles precisam durante o tempo que se encontrem na cidade, resolvendo seus problemas. Não devendo esquecer que eles gostam da aldeia e retornarão a ela sempre que lá houver um parente, um alimento ou um momento que agrega o grupo naquele local, ou seja, a aldeia ainda tem um sentido simbólico de pertencimento étnico e cultural. Na cidade a estrutura dos barracos por eles montados é extremamente simples, para um tempo provisório: seria esse o modelo do kupixawa que serviria também de apoio aos que trazem sua pequena produção para comercializar ou para receber assistência médica com mais regularidade.

O outro elemento a ser observado são as históricas rivalidades entre lideranças. Uma intervenção governamental, dependendo da forma como é introduzida pode acirrar essas divergências em função de dar prioridade a implementação da política numa determinada TI, deixando outras de fora. Deve-se encontrar as condições da implementação sincronizadas em todas as TIs dos Jaminawa.

³⁷ Casa grande na língua Huni Kuin (AQUINO e IGLESIAS, 1994).

Durante a pesquisa, alguns entrevistados de determinados órgãos referiram-se à recusa de certas lideranças na participação dos eventos para discussão das políticas a eles destinadas. Isso reflete de um lado, o descrédito que eles têm pela falta de atuação do Estado, que não responde nem às demandas mais básicas como a saúde; de outro a participação de algumas lideranças na administração pública, enquanto há isolamento de outros grupos.

É preciso que os órgãos e os extensionistas abandonem a idéia de fixação do grupo na TI para o sucesso da política. Para a política ter sucesso ela deve considerar a característica nômade dos Jaminawa. Acreditamos que os resultados obtidos com os estudos como etnozoneamento, a produção acadêmica, ainda parca, mas já comprobatória de elementos fundamentais da cultura; e os relatórios que constam dos arquivos da FUNAI e provavelmente da Secretaria de Estado da Assistência Social que registram os históricos fracassos das intervenções assistencialistas que tentaram impedir a perambulação dos Jaminawa nos centros urbanos ou a sua fixação nas aldeias. Assim como os relatórios de acompanhamento da SEE.

As razões de se assumir uma posição crítica em relação à política destinada aos Jaminawa são em função de se perceber o pouco empenho dado à causa por parte dos órgãos competentes, ou seja, a política deve ser pensada a partir das próprias demandas dos beneficiários. O que se observou ao longo da pesquisa foi que os Jaminawa passaram a ser alvo da política governamental que os incluiu no Programa de Extensão, que permitiu a realização do etnozoneamento, entre outras ações, apenas pelo fato de eles estarem próximos as BR 317 e 364, ou seja, havia um planejamento de pavimentação das rodovias que antecede, do ponto de vista da política, a demanda Jaminawa.

O constante trânsito entre as diferentes TIs pelos Jaminawa e a relação não encerrada com a saída de algumas famílias no período que criou a TI do Rio Caeté evidenciam a manutenção de laços que continuam fortes entre os parentes, fatores a serem considerados na implementação das políticas de maneira concomitante em todas as TI Jaminawa, inclusive a TI Kaiapuká, que se encontra em território amazonense. O governo Federal, através da FUNAI

deve junto com as unidades federadas traçar estratégias de abrangência desses elementos que ficam perdidos nos planejamentos esfacelados.

O Estado brasileiro deve ir além de suas fronteiras, pois como se observou, o território Jaminawa é uma vasta extensão em uma área de fronteira tri-nacional, o que necessariamente requer, a abertura de um diálogo conjunto dos representantes das três nações (Brasil, Peru e Bolívia) para conhecer as prováveis políticas dos países vizinhos para o referido povo.

Para finalizar, cabe destacar que aos olhos das instituições que elaboram e implementam as políticas públicas juntos aos Jaminawa, o nomadismo tradicional desse grupo aparece como empecilho ou justificativa para a ausência de cidadania. A lógica subjacente parece ser a de que as ações de reconhecimento, de extensão e empoderamento só são possíveis entre grupos sedentários e fixos. Assim, há aqui um risco duplo: por uma lado cria-se um discurso de respeito à tradição, mas a tradição nômade impede o reconhecimento sobre o grupo e a efetivação das ações; por outro, a ausência dessas ações aprofunda as vulnerabilidades do grupo frente à sociedade nacional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE, Governo do Estado. Programa Estruturante de Extensão Indígena do Estado do Acre. 2008.

ACRE, Governo do Estado. Relatoria de Viagem {a Terra I Indígena do Rio Caeté. 2010

ADORNO, T.W; Horkheimer, Max. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 1985.

ALENCAR, Getúlio. Mineradoras Ameaçam Indígenas. **Revista Pau Brasil**. São Paulo. n. 12, ano II, maio-jun. 1986.

ALVARADO, Jorge Echazú. **El desafio de las naciones**: naciones y nacionalidades oprimidas em Bolívia. La Paz: Liberación Editores, 2003, 294 p.

ALVES, Francisco. Carajás, erros e acertos de 4 bilhões de dólares. **Revista Pau Brasil**. São Paulo. n. 7, ano II, jul-ago. 1985.

ANDRADE, Ugo M. **Memória e Diferença**: os Tumbalalá e as redes de trocas no submédio São Francisco. São Paulo: Humanitas, 2008.

ANDRELLO, Geraldo. **A Cidade do Índio**: transformações e cotidiano em Lauaretê. São Paulo: UNESP, Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

AQUINO, Txai Terri Valle de; IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre**. Rio Branco: (Caderno Temático de Subsídio ao ZEE do Acre). 2005.

ATHIAS, Renato. **A Noção de identidade étnica na antropologia brasileira**: de Roquete Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2007.

JORNAL “A Tribuna”, Rio Branco, 12 mar. 2011.

BAINES, Stephen Grant. **Antropologia do Desenvolvimento e Povos Indígenas**. Brasília: UNB, 2004. Série

BECKER, Bertha. **Por que a Participação Tardia da Amazônia na Formação Econômica do Brasil?** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2009/50anosformacaoeconomicabrasil/15_cap08_Bertha.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2010.

BEHING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez. 2006.

BELUZZO, Ana Maria de M. A lógica das imagens e os habitantes do Novo Mundo. In: GRUPIONI, Luiz D. B. (Org.). **Índios no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.

BENCHIMOL, Samuel (1977). **Amazônia: Um pouco antes e além - depois**. Manaus: Editora, 1977.

BETTENCOURT, Lúcia. Cartas Brasileiras: visão e revisão dos índios. In: GRUPIONI, Luiz D. B. (Org.). **Índios no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000. p.

BOGONI, Saul. **O Discurso de Resistência e Revide em Conquista Espiritual (1636), de Antonio Ruiz de Montoya: Ação e reação jesuítica e indígena na colonização Ibérica da Região do Guairá**. 186 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2008. Disponível em: <<http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/sbogoni.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. 22.ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

BORGES, Dinah Rodrigues; ROCHA, F. R. Martins da. **Reinventando Tradições em Busca de Soberania Alimentar**, in Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade. 2010. Site www.mda.gov.br.

BORGES, Paulo Humberto Porto. **O movimento indígena no Brasil: histórico e desafios**. s/d. Disponível em: <<http://www.nepi.fag.edu.br/arquivos/movimentoindigena.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2010; 18 fev. 2011.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: Brasília: MDA. 2004.

BRÜSEKE, Franz Josef. A Modernidade e a Técnica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (RBCS). v. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a09v1749.pdf>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**.4.ed. São Paulo: Edusp. 2008.

CANO, Wilson (1981) **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz editor, 1981.

CASTELA, Eliana Ferreira de. **Índios Jaminawa: a dispersão pelas cidades e fronteiras internacionais do Acre**. Monografia. (Pós Graduação em História da Amazônia). UFAC/ Departamento de História, Rio Branco, 1999.

CASTELA, Eliana Ferreira. MUNIZ, José Norberto (2009). Tradição Indígena como Componente da Modernidade. **IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, Niterói/RJ.

CHAUÍ, Marilena de S. 500 Anos – Caminhos da memória, trilhas do futuro. In: GRUPIONI, Luiz D. B. (Org.). **Índios no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000. p.

CUNHA, M Carneiro. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac Naify. 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

GOMES, Paulo C.C. **Geografia e Modernidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GORDON, Cesar. **Economia Selvagem: Ritual e Mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre**. São Paulo: UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

HÓFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedex**, ano XXI, n.55, novembro/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em 12 mar.2011:

IGLESIAS, Marcelo P. **Resumo da Situação da Terra Jaminawa do rio Caeté**. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=6123>>. Acesso em 08 nov. 2010.

KAXINAWA, Joaquim Paulo Maná *et al.* **Índios no Acre: história e organização**. Rio Branco: CPI- Comissão Pró-Índio. 2002.

LADEIRA, Maria Inês. **Os Índios Guarani /MBYA e o complexo Lagunar Estuarino de Iguape – Paranaguá**. Centro de Trabalho Indigenista. 1994. Disponível em: <<http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/iguape.pdf>>. Acesso em 21 out. 2010.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto. 2009.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultura, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Unesp, Brasília: NEAD. 2010.

MELATTI, J. Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 4 ed. 1983. 2004

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistêmica**: Retórica de La Modernid, Lógica de La colonialid y gramática da descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones de Signo. Julián Álvarez, 2010.

MORAIS, Maria de Jesus “**Acreanidade**”: Invenção e Reinvenção Da Identidade Acreana. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2008.

NOVAES, Washington. O índio e a Modernidade. In: GRUPIONI, Luiz D. B. (Org.) **Índios no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos; 13). Disponível em: <<http://www.pathwaystohighereducation.org/resources/pdf/0003.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2010

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PINHO, Antonio; CÁCERES, Florival. **História Geral**. São Paulo: Editora Moderna, 1983. (Série Sinopse)

PINTO, L. Flávio. Projeto Jari: crime com grandioso “happy end”. **Revista Pau Brasil**. São Paulo, n. 12, ano II, maio-jun. 1986.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Edição. São Paulo: Campus.2000.

PORTILHO, Maria Sibebe Brasiliense. Extensão Rural: História e Prática Educativa Informal. **Educação e Filosofia**. n. 26, v. 13, jul-dez. 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/769/695>>. Acesso em:

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense. 1991

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RALPH, Francisco. Governo Conclui Plano de Mitigação da BR 317. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/index>>. Acesso em: 02 jun.2011.

RÊGO, José Fernandes do. **Estado e Políticas Públicas: a reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar.** São Luiz: EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002, 420 p.

Revista Eletrônica Biodiversidades Semente e Culturas. n. 65, jul 2010. Disponível em: <<http://www.grain.org/biodiversidad/>>. Acesso em nov. 2010.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização.** Petrópolis: Vozes, 3.ed.1979.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo** [online]. 2007, vol.11, n.22, p. 5-30. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf>>. Acesso em 25 fev. 2011.

ROCHA, Gerônimo Albuquerque. **A Cobiça das Mineradoras sobre as Terras Indígenas. Revista Pau Brasil.** São Paulo, n. 12, ano II, maio-jun. 1986.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Tradição e Modernidade.** Universidade Nova de Lisboa. 1997. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-tradicao-modernidade.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2010.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As Raízes do Iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

SAÉZ, Oscar Calavia. **O Nome e o Tempo dos Yaminawa: Etnologia e História dos Yaminawa do rio Acre.** São Paulo: UNESP, ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social. Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0512/Modernidade.pdf>>. Acesso em 03 maio 2011.

SANTOS, Durvalina Maria Mathias. **Revolução Verde.** Disponível em: <<http://www.fcav.unesp.br/download/deptos/biologia/durvalina/TEXT0-86.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2011.

SEVÁ, A. Oswaldo Filho. Conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo. São Paulo: ANPPAS 2004. Comunicação apresentada ao GT Energia e Meio Ambiente, do 2º Encontro Nacional da ANPPAS - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba/MG, maio de 2004. Disponível em: <<http://www.cabs.fee.unicamp.br/arquivos/palestras2008/anppas04.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2011.

SODRÉ, Nelson W. A Gênese da Economia Predatória do Brasil. **Revista Pau Brasil.** São Paulo, n. 7, Ano II, jul-ago. 1985.

LIMA, A. C. de & HOFFMANN, Maria. “Questões para uma política indigenista: etnodesenvolvimento e políticas públicas. Uma apresentação” In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; HOFMANN, Maria Barroso (eds.). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: LACED/Contra capa, 2002. p.

SOUZA, João José Veras de. **O “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre”**: uma análise à luz do discurso do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. 188 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TODOROV, Tzvelan. **A conquista das América** – a invasão do outro. São Paulo: Martins fontes, 1993. Capítulo “Igualdade ou desigualdade, p.143-164.

VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione. 2005

VIDAL, Lux. Carajás ameaça reserva indígena na Amazônia. **Revista Pau Brasil**. São Paulo, n. 15, ano III, nov-dez. 1986.

7. ANEXOS

Anexo A

LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010.

Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA - PNATER

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Parágrafo único. Na destinação dos recursos financeiros da Pnater, será priorizado o apoio às entidades e aos órgãos públicos e oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais;

II - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP: documento que identifica os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; e

III - Relação de Beneficiários - RB: relação de beneficiários do Programa de Reforma Agrária, conforme definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Parágrafo único. Nas referências aos Estados, entende-se considerado o Distrito Federal.

Art. 3º São princípios da Pnater:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e

VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Art. 4º São objetivos da Pnater:

I - promover o desenvolvimento rural sustentável;

II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;

III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;

IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;

V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;

VI - desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;

VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;

VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;

IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;

X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;

XI - promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e

XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

Art. 5º São beneficiários da Pnater:

I - os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; e

II - nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela Lei.

Parágrafo único. Para comprovação da qualidade de beneficiário da Pnater, exigir-se-á ser detentor da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP ou constar na Relação de Beneficiário - RB, homologada no Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária - SIPRA.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA REFORMA AGRÁRIA - PRONATER

Art. 6º Fica instituído, como principal instrumento de implementação da Pnater, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.

Art. 7º O Pronater terá como objetivos a organização e a execução dos serviços de Ater ao público beneficiário previsto no art. 5º desta Lei, respeitadas suas disponibilidades orçamentária e financeira.

Art. 8º A proposta contendo as diretrizes do Pronater, a ser encaminhada pelo MDA para compor o Plano Plurianual, será elaborada tendo por base as deliberações da Conferência Nacional, a ser realizada sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei definirá as normas de realização e de participação na Conferência, assegurada a participação paritária de representantes da sociedade civil.

Art. 9º O Condraf opinará sobre a definição das prioridades do Pronater, bem como sobre a elaboração de sua proposta orçamentária anual, recomendando a adoção de critérios e parâmetros para a regionalização de suas ações.

Art. 10. O Pronater será implementado em parceria com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável e da Agricultura Familiar ou órgãos similares.

Art. 11. As Entidades Executoras do Pronater compreendem as instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas na forma desta Lei, e que preencham os requisitos previstos no art. 15 desta Lei.

Art. 12. Os Estados cujos Conselhos referidos no art. 10 desta Lei firmarem Termo de Adesão ao Pronater poderão dele participar, mediante:

I - o credenciamento das Entidades Executoras, na forma do disposto no art. 13 desta Lei;

II - a formulação de sugestões relativas à programação das ações do Pronater;

III - a cooperação nas atividades de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados obtidos com a execução do Pronater;

IV - a execução de serviços de Ater por suas empresas públicas ou órgãos, devidamente credenciados e selecionados em chamada pública.

CAPÍTULO III

DO CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES EXECUTORAS

Art. 13. O credenciamento de Entidades Executoras do Pronater será realizado pelos Conselhos a que se refere o art. 10 desta Lei.

Art. 14. Caberá ao MDA realizar diretamente o credenciamento de Entidades Executoras, nas seguintes hipóteses:

I - não adesão do Conselho ao Pronater no Estado onde pretenda a Entidade Executora ser credenciada;

II - provimento de recurso de que trata o inciso I do art. 16 desta Lei.

Art. 15. São requisitos para obter o credenciamento como Entidade Executora do Pronater:

I - contemplar em seu objeto social a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural;

II - estar legalmente constituída há mais de 5 (cinco) anos;

III - possuir base geográfica de atuação no Estado em que solicitar o credenciamento;

IV - contar com corpo técnico multidisciplinar, abrangendo as áreas de especialidade exigidas para a atividade;

V - dispor de profissionais registrados em suas respectivas entidades profissionais competentes, quando for o caso;

VI - atender a outras exigências estipuladas em regulamento.

Parágrafo único. O prazo previsto no inciso II não se aplica às entidades públicas.

Art. 16. Do indeferimento de pedido de credenciamento, bem como do ato de descredenciamento de Entidade Executora do Pronater, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que o interessado tomar ciência do ato contestado:

I - ao gestor do Pronater no MDA, na hipótese de indeferimento ou descredenciamento por Conselho Estadual;

II - ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, nas demais hipóteses de indeferimento ou descredenciamento.

Art. 17. A critério do órgão responsável pelo credenciamento ou pela contratação, será descredenciada a Entidade Executora que:

I - deixe de atender a qualquer dos requisitos de credenciamento estabelecidos no art. 15 desta Lei;

II - descumpra qualquer das cláusulas ou condições estabelecidas em contrato.

Parágrafo único. A Entidade Executora descredenciada nos termos do inciso II deste artigo somente poderá ser novamente credenciada decorridos 5 (cinco) anos, contados da data de publicação do ato que aplicar a sanção.

CAPÍTULO IV

DA CONTRATAÇÃO DAS ENTIDADES EXECUTORAS

Art. 18. A contratação das Entidades Executoras será efetivada pelo MDA ou pelo Incra, observadas as disposições desta Lei, bem como as da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 19. A contratação de serviços de Ater será realizada por meio de chamada pública, que conterà, pelo menos:

I - o objeto a ser contratado, descrito de forma clara, precisa e sucinta;

II - a qualificação e a quantificação do público beneficiário;

III - a área geográfica da prestação dos serviços;

IV - o prazo de execução dos serviços;

V - os valores para contratação dos serviços;

VI - a qualificação técnica exigida dos profissionais, dentro das áreas de especialidade em que serão prestados os serviços;

VII - a exigência de especificação pela entidade que atender à chamada pública do número de profissionais que executarão os serviços, com suas respectivas qualificações técnico-profissionais;

VIII - os critérios objetivos para a seleção da Entidade Executora.

Parágrafo único. Será dada publicidade à chamada pública, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, por meio de divulgação na página inicial do órgão contratante na internet e no Diário Oficial da União, bem como, quando julgado necessário, por outros meios.

CAPÍTULO V

DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO DO PRONATER

Art. 20. A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 21. Os contratos e todas as demais ações do Pronater serão objeto de controle e acompanhamento por sistema eletrônico, sem prejuízo do lançamento dos dados e informações relativos ao Programa nos demais sistemas eletrônicos do Governo Federal.

Parágrafo único. Os dados e informações contidos no sistema eletrônico deverão ser plenamente acessíveis a qualquer cidadão por meio da internet.

Art. 22. Para fins de acompanhamento da execução dos contratos firmados no âmbito do Pronater, as Entidades Executoras lançarão, periodicamente, em sistema eletrônico, as informações sobre as atividades executadas, conforme dispuser regulamento.

Art. 23. Para fins de liquidação de despesa, as Entidades Executoras lançarão Relatório de Execução dos Serviços Contratados em sistema eletrônico, contendo:

I - identificação de cada beneficiário assistido, contendo nome, qualificação e endereço;

II - descrição das atividades realizadas;

III - horas trabalhadas para realização das atividades;

IV - período dedicado à execução do serviço contratado;

V - dificuldades e obstáculos encontrados, se for o caso;

VI - resultados obtidos com a execução do serviço;

VII - o ateste do beneficiário assistido, preenchido por este, de próprio punho;

VIII - outros dados e informações exigidos em regulamento.

§ 1º A Entidade Executora manterá em arquivo, em sua sede, toda a documentação original referente ao contrato firmado, incluindo o Relatório a que se refere o **caput** deste artigo, para fins de fiscalização, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da aprovação das contas anuais do órgão contratante pelo Tribunal de Contas da União.

§ 2º O órgão contratante bem como os órgãos responsáveis pelo controle externo e interno poderão, a qualquer tempo, requisitar vista, na sede da Entidade Executora, da documentação original a que se refere o § 1º deste artigo, ou cópia de seu inteiro teor, a qual deverá ser providenciada e postada pela Entidade Executora no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento da requisição.

Art. 24. A metodologia e os mecanismos de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados obtidos com a execução de cada serviço contratado serão objeto de regulamento.

Art. 25. Os relatórios de execução do Pronater, incluindo nome, CNPJ e endereço das Entidades Executoras, bem como o valor dos respectivos contratos e a descrição sucinta das atividades desenvolvidas, serão disponibilizados nas páginas do MDA e do Incra na internet.

Art. 26. O MDA encaminhará ao Condraf, para apreciação, relatório anual consolidado de execução do Pronater, abrangendo tanto as ações de sua responsabilidade como as do Incra.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. O art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXX:

“Art. 24.

.....

XXX - na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.

.....” (NR)

Art. 28. A instituição do Pronater não exclui a responsabilidade dos Estados na prestação de serviços de Ater.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação oficial, observado o disposto no inciso I do art. 167 da Constituição Federal.

Brasília, 11 de janeiro de 2010; 189^o da Independência e 122^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Nelson Machado

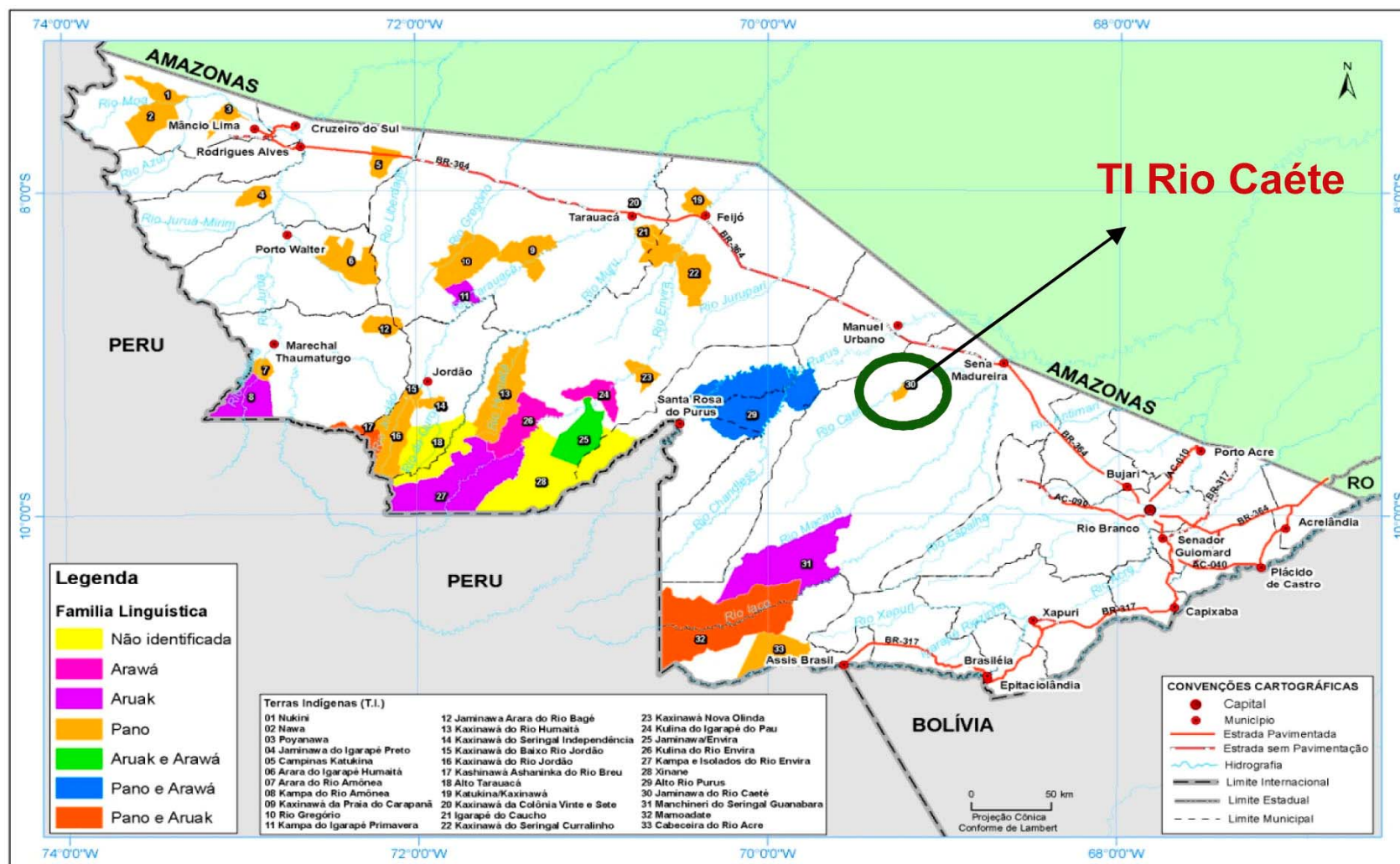
João Bernardo de Azevedo Bringel

Guilherme Cassel

Este texto não substitui o publicado no DOU de 12.1.2010

Anexo B

MAPA: Espacialidade das Terras Indígenas no Estado do Acre



Fonte: Aquino e Iglesias, 2005 a Apud MORAIS, 2008

Anexo C

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

ASSESSORIA ESPECIAL DOS POVOS INDÍGENAS

Situação dos Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre

Fevereiro de 2010

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Aldeias	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	284	04	78.513	Regularizada
		Manchineri	59	01		
Assis Brasil e Sena Madureira	Mamoodate	Manchineri	937	10	313.647	Regularizada
		Jaminawa	304	05		
Sena Madureira	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	92	01		Em identificação
	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166	01		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	158	03		Em identificação
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Rio Purus	Kaxinawá	1.411	12	263.130	Regularizada
		Kulina	868	14		
Santa Rosa e Feijó	Riozinho do Alto Envira	Isolados			260.970	Declarada/ Demarcada
		Ashaninka	15	01		
Feijó	Jaminauá/Envira	Ashaninka	134	03	80.618	Regularizada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka	358	08	232.795	Regularizada
		Isolados				
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	541	05	127.383	Regularizada
	Kulina do Rio Envira	Kulina	281	06	84.364	Regularizada
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina	158	04	45.590	Regularizada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	310	03	27.533	Regularizada
		Kulina	60	01		
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	125	02		Em identificação
Katukina/Kaxinawá	Kaxinawá	467	03	23.474	Regularizada	
	Shanenawa	641	04			
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	638	04	12.318	Regularizada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	141	01	105	Regularizada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	538	07	60.698	Regularizada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	30	02	21.987	Regularizada
	Rio Gregório	Yawanawá	565	07	187.400	Declarada/ Demarcada
Katukina		77	01			
Feijó e Jordão	Alto Tarauacá	Isolados			142.619	Regularizada
Jordão	Igarapé Taboca do Alto Tarauacá	Isolados			287	Restrição de uso
	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	1.249	20	87.293	Regularizada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	521	08	8.726	Regularizada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	221	04	14.750	Domínial
Jordão e Marechal Thaumaturgo	Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá	695	05	31.277	Regularizada
		Ashaninka	70	01		
Marechal Thaumaturgo	Jaminawa Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	310	05	28.926	Regularizada
	Kuntanawa	Kuntanawa	400	02		A identificar
	Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	450	01	87.205	Regularizada
	Arara do Rio Amônia	Apolima-Arara	286	01	20.764	Declarada
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Shawãdawa	622	08	87.571	Regularizada
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	674	06	32.624	Regularizada
		Jaminawa	171	03	25.652	Regularizada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa-Arara	40	01		
Mâncio Lima	Poyanawa	Poyanawa	566	02	24.499	Regularizada
	Nukini	Nukini	672	03	27.264	Regularizada
	Nawa	Nawa	268	03		Em identificação
Totais = 11	36	15 + isolados	16.573	186	2.439.982	

Anexo D

PROGRAMA ESTRUTURANTE

EXTENSÃO INDÍGENA SEAPROF

**Rio Branco-AC
2008**

Arnóbio Marques de Almeida Junior
Governador

Nilton Luiz Cosson Mota
Secretário de Estado

Ronei Santana de Menezes
Diretor Técnico

Dinah Rodrigues Borges
Chefe da Divisão de Extensão Indígena

Elaboração:

Dinah Rodrigues Borges

Francisco Ralph Martins da Rocha

Colaboração:

Divisão de Sistema de Produção

Cadeia Produtiva da Piscicultura

Seção Comunitário de Fauna

Seção de Produtos Florestais Não-Madeireiros

Divisão de Cooperativismo e Organização Social

Sumário

<u>APRESENTAÇÃO</u>	208
<u>EIXOS TEMÁTICOS</u>	209
<u>ESTRATÉGIAS</u>	209
<u>PROGRAMAS ESTRUTURANTES</u>	210
<u>PROGRAMAS ESTRUTURANTES</u>	211
<u>PROGRAMA – RESGATE E REINTRODUÇÃO DE SEMENTES TRADICIONAIS EM ROÇADOS</u>	211
<u>PROGRAMA – QUINTAIS E SISTEMAS AGROFLORESTAIS</u>	211
<u>PROGRAMA – PISCICULTURA</u>	211
<u>PROGRAMA – MANEJO NATURAL DA FAUNA SILVESTRE</u>	212
<u>PROGRAMA – MANEJO DE RECURSOS NATURAIS FLORESTAIS (FLORA)</u>	213
<u>PROGRAMA – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO AGROFLORESTAL</u>	213
<u>PROGRAMA – FORMAÇÃO DE AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS</u>	213
<u>PROGRAMA – ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (ASSOCIATIVISMO/ COOPERATIVISMO)</u>	214
<u>TERRAS INDÍGENAS DO ESTADO DO ACRE</u>	215

APRESENTAÇÃO

O Programa de Extensão Indígena, vinculado à Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof), foi instituído no ano de 2001, visando dar suporte as ações previstas no programa de sustentação das sociedades indígenas, em especial, às comunidades sob impacto da pavimentação das BRs 364 e 317, este processo faz parte das estratégias voltadas para ações mitigatórias.

O compromisso da Gerência de Extensão Indígena está na capacitação das próprias comunidades indígenas em práticas agroflorestais, visando propor alternativas agroecológicas que possibilitem melhorias na condição de vida das comunidades indígenas, respeitando as peculiaridades de cada povo, fomentando a adoção de práticas ecologicamente sustentáveis, valorizando suas tradições cultuadas pelos seus antepassados, e, ainda, objetiva minimizar seqüelas presentes pós-contato com as culturas não-indígenas, através de ações que vislumbram um futuro em que os indígenas conscientizem-se do seu papel na sociedade e exerçam plenamente sua cidadania.

A área de influência das Brs no Estado do Acre perfaz o total de 10 terras indígenas, com aproximadamente 5.411 indígenas dos povos Jaminawa, Manchineri, Kaxinawa, Shanenawa, Poyanawa e Katukina, localizados em seis municípios (Sena Madureira, Assis Brasil, Feijó, Tarauacá, Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul).

Entretanto, concomitantemente com as ações mitigatórias, as atividades da Extensão Indígena foram ampliadas para atender as freqüentes demandas das comunidades indígenas em busca de conhecimentos técnicos. Desse modo, foram agregadas iniciativas de gestão territorial que perpassam pela conscientização da importância do uso de práticas agroecológicas, sustentabilidade/soberania das populações das Terras Indígenas do Estado do Acre.

EIXOS TEMÁTICOS

PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Compromisso: promover o crescimento sustentado dos povos indígenas, (baseado na dinâmica e realidade de cada aldeia, focalizando o fortalecimento dos arranjos produtivos locais) com qualidade ambiental, respeito e aplicação de saberes tradicionais com base em princípios agroecológicos.

SEGURANÇA ALIMENTAR EM BUSCA DA SOBERANIA

Compromisso: contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas, buscando alternativas na produção agroflorestal e extrativista, visando uma melhor utilização dos recursos naturais, propiciando segurança alimentar em busca de soberania.

ESTRATÉGIAS

As principais estratégias do Programa de Extensão Indígena são: potencializar os sistemas de produção existentes, apoiar e fortalecer as organizações comunitárias, promover a segurança alimentar e nutricional visando a soberania alimentar, resgatar o uso de sementes tradicionais, desenvolver atividades de manejo florestal de uso múltiplo e capacitar agentes agroflorestais indígenas, através de ações, cujos objetivos repousam na:

- Garantia da segurança alimentar das Terras Indígenas, onde existem escassez de recursos naturais, através de atividades em roçados, piscicultura e criação de pequenos animais.

- Fomentar as atividades de produção e a comercialização do excedente dos produtos agroextrativistas (sistemas agroflorestais, produtos florestais não madeireiros manejados e artesanatos).
- Apoiar o repovoamento de fauna e flora.
- Implementar Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal - ATER para as comunidades indígenas.
- Valorização de conhecimentos tradicionais associados à agrobiodiversidade entre as comunidades indígenas.
- Recuperar áreas degradadas.
- Implementar arranjos produtivos e institucionais de apoio à produção indígena em parcerias com as organizações indígenas e outras instituições governamentais e não-governamentais.

PROGRAMAS ESTRUTURANTES

As políticas institucionais desdobram-se em oito programas estruturantes, que definem linhas prioritárias de ação a serem desenvolvidas de forma articulada pelos diversos setores da Seaprof:

- Programa de resgate e reintrodução de sementes tradicionais em roçados.
- Programa potencialização de quintais e sistemas agroflorestais.
- Programa de piscicultura.
- Programa de manejo natural da fauna silvestre.
- Programa manejo de recursos naturais florestais (flora).
- Programa de assistência técnica e extensão agroflorestal.
- Programa de formação de agentes agroflorestais indígenas.
- Programa associativismo e cooperativismo

O plano de ação a ser desenvolvido pela gestão no período 2007 – 2010 foram detalhados em metas anuais pelos setores responsáveis e vem sendo acompanhado, de forma sistemática, pela administração central, subsidiando informações para a tomada de decisão e, quando necessário, para o redirecionamento de rumos, visando o melhoramento do Plano.

PROGRAMAS ESTRUTURANTES

PROGRAMA – RESGATE E REINTRODUÇÃO DE SEMENTES TRADICIONAIS EM ROÇADOS

Esse programa prevê a assistência técnica e fomento a fim de resgatar e reintroduzir nos roçados de terra firme e praias as sementes da tradição ancestral de cada povo; respeitando suas especificidades, forma de armazenamento, plantio consoante as práticas e significância que as sementes representam para cada etnia, com o intuito de assegurar uma alimentação saudável, limpa e permanente, sem dependência de atores externos, atingindo assim a soberania alimentar.

A SEAPROF proporciona a troca de sementes através de intercâmbios bem como disponibiliza variedades de acordo com a demanda e as peculiaridades das comunidades indígenas.

PROGRAMA – QUINTAIS E SISTEMAS AGROFLORESTAIS

O Programa prevê o reaproveitamento de capoeiras, respeitando a regeneração natural, com a introdução de espécies frutíferas, além das essências florestais madeireiras e não-madeireiras. A SEAPROF proporciona cursos de produção de mudas e construção de viveiros nas comunidades subsidiando com saquinhos e mudas, presta assistência técnica junto aos Agentes Agroflorestais Indígenas e as comunidades orientando a condução de SAF's desde a escolha e preparo de áreas, poda das árvores, desbaste das plantas, plantio e replantio de mudas, introdução de novas plantas. A finalidade primordial é proporcionar a melhoria da dieta alimentar aproveitando os alimentos regionais.

PROGRAMA – PISCICULTURA

Prevê potencializar as iniciativas existentes em manejo de lago, construção e peixamento de açudes, *a priori*, prestando orientações sobre aquisição de crédito (Pronaf), concomitantemente com diagnóstico sobre a viabilidade da área destinada ao criatório, após o aval técnico da área, são disponibilizadas orientações técnicas, tais como: construção de barragens, os custos que serão necessários para construção e manutenção; povoamento, alimentação, qualidade da água e comercialização, abordando as vantagens, desvantagens, cuidados e fragilidades no trato da piscicultura.

Desse modo, o programa de piscicultura atua no planejamento, na execução e no destino final do produto, independentemente se para comercialização ou para o consumo interno, pautando-se fundamentalmente na premissa da solicitação do produtor/comunidade, trabalhando em parceria com a comunidade através de ações transversais que vai desde a demanda da comunidade, perpassando pela viabilidade do criatório ante a região e as condições da comunidade até a despesca destinada a subsistência ou ao comércio (excedente).

PROGRAMA – MANEJO NATURAL DA FAUNA SILVESTRE

O Programa respeita a diversidade e considera o grau de contato entre os povos na realização das ações ouvindo as comunidades e não considerando apenas a opinião das lideranças, a fim de não criar falsas expectativas para as comunidades. Informa as comunidades a respeito dos lados positivo e negativo dos projetos, as ações estão amplamente pautadas em dados ambientais já existentes de cada Terra Indígena e aldeia, como estudos específicos a exemplo do Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE e Etnozoneamento das terras indígenas.

As ações são monitoradas pelos técnicos dos escritórios locais com a ajuda dos Agentes Agroflorestais Indígenas e comunidade.

Orientação e acompanhamento técnico nas comunidades: manejo natural de tracajá e criação em açudes nas terras onde não existem rios, criação de abelhas melíponas; sensibilização das famílias nas aldeias e

entorno das Terras Indígenas para minimizar as invasões da caça de animais silvestres; monitorando a fauna nas Terras Indígenas com a ajuda dos Agentes Agroflorestais e comunidades.

PROGRAMA – MANEJO DE RECURSOS NATURAIS FLORESTAIS (FLORA)

Orientar e incentivar as iniciativas existentes nas comunidades em manejo de produtos florestais não-madeireiros (mel de abelha, manejo de palha, de ouricuri, açaí, óleo de copaíba, andiroba, patoá, buriti, murmuru, jarina e etc.) a fim de potencializar a medicina tradicional e reflorestar as áreas degradadas, principalmente nas terras que sofreram impactos negativos com as atividades da agropecuária antes da demarcação. Realizar o aproveitamento das sementes, cascas e outras partes dessas espécies na confecção de colares, pulseiras, cestos, paineiros, abanos, esteiras entre outros buscando uma fonte alternativa de renda para essas famílias. Discussões e orientações sobre os problemas do lixo e contaminação das águas e matas ciliares.

As atividades da Seção de Produtos Florestais Não-Madeireiros visam a capacitação técnica das comunidades para o manejo de Produtos Florestais Não-Madeireiros e o fomento das atividades através de entrega de equipamentos que facilitam a correta extração dos produtos da floresta.

PROGRAMA – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO AGROFLORESTAL

Orientar e assistir nas atividades dos roçados, quintais florestais, Safs e todas as outras ações de produção sustentável com bases e práticas agroecológicas nas técnicas que não são de conhecimentos tradicionais dos indígenas como: tratos culturais e fitossanitários que podem aparecer nas frutíferas ou medidas profiláticas e de instalações.

PROGRAMA – FORMAÇÃO DE AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS

Prevê a formação continuada dos Agentes Agroflorestais Indígenas com intercâmbios em atividades exitosas tanto em comunidades indígenas como em comunidades não-indígenas que tenham ações que estejam em conformidade com a realidade de suas comunidades na área da produção sustentável para a soberania alimentar.

Participação de cursos, oficinas, encontros e outras atividades que possam fomentar a formação continuada. Apoio as atividades dos AAFIs e prestar orientações técnicas em todas as atividades dentro de suas aldeias nas ações de produção junto as famílias.

PROGRAMA – ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (ASSOCIATIVISMO/ COOPERATIVISMO)

A divisão de cooperativismo e Associativismo auxiliar as comunidades na confecção de atas e estatutos das associações, participando das reuniões nas comunidades, prestando orientações sobre a organização comunitária, legalizando-a juridicamente e atualizando os dados perante os entes públicos, tais como:

- Cadastro na Receita Federal.
- Declaração de Imposto de Renda pessoa jurídica.
- Declaração RAIS negativa.
- Digitação de documentos diversos: requerimento, ofícios, declaração de residência para INSS, porte de arma (Polícia Federal), atas de eleição e etc.
- Atas de eleição.
- Legalizar documentação das associações e cooperativas registrando no cartório em caso de associação e na Junta Comercial do Acre – JUCEA em caso de cooperativa.

As atividades do setor de Associativismo possibilitam as comunidades organizarem-se juridicamente sem a preocupação e os entraves

burocráticos que freqüentemente oneram em muito a organização comunitária, disponibilizando assistência e dirimindo dúvidas quanto a situação jurídica da organização, desta forma, viabiliza as comunidades pleitear suas demandas através de sua representatividade jurídica perante aos órgãos públicos e privados, facilitando o dialogo e as ações de fomento.

TERRAS INDÍGENAS DO ESTADO DO ACRE

Nº	Município	Terra Indígena	Etnia	Área (ha)	Pop.	Situação Jurídica
1.	Santa Rosa do Purus	Alto Purus	Kaxinawa	263.129,81	1.860	Registrada
	Manoel Urbano		Kulina			
			Jaminawa			
2.	Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	78.512,58	238	Registrada
3.	Cruzeiro do Sul	Campinas	Katukina	32.623,64	404	Registrada
		Katukina				
4.	Feijó	Jaminawa	Kulina	80.618,00	111	Registrada
		Envira	Ashaninka			
5.	Marechal Thaumaturgo	Jaminaea	Jaminawa	28.926,00	196	Registrada
		Arara do Rio Bagé	Arara			
6.	Cruzeiro do Sul	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa	25.651,62	210	Registrada
7.	Feijó	Kampa Ashaninka	Ashaninka	232.795,00	483	Registrada
		Isolado do Rio Envira	Isolados			
8.	Marechal Thaumaturgo	Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	87.205,40	450	Registrada
9.	Jordão	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21.987,00	21	Registrada
10.	Feijó	Katukina	Shanenawa	23.474,04	708	Registrada
		Kaxinawa	Kaxinawa			
11.	Marechal Thaumaturgo	Kaxinawa	Ashaninka Kaxinawa	31.277,00	400	Registrada
		Ashaninka do Rio Breu				
12.	Tarauacá	Kaxinawa da Colônia 27	Kaxinawa	105,17	70	Registrada
13.	Tarauacá	Kaxinawa	Kaxinawa	12.317,89	531	Registrada
		Igarapé do Caucho				

14.	Jordão	Kaxinawa do Baixo Rio Jordão	Kaxinawa	8.726,00	203	Registrada
15.	Tarauacá	Kaxinawa da Praia do Carapanã	Kaxinawa	60.698,00	485	Registrada
16.	Feijó	Kaxinawa do Rio Humaitá	Kaxinawa Kulina	127.383,56	287	Registrada
17.	Jordão	Kaxinawa do Rio Jordão	Kaxinawa	87.293,80	920	Registrada
18.	Feijó	Kaxinawa Nova Olinda	Kaxinawa	27.533,40	247	Registrada
19.	Feijó	Kulina do Rio Envira	Kulina	84.364,61	257	Registrada
20.	Feijó	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina	45.590,00	127	Registrada
21.	Assis Brasil Sena Madureira	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	313.647,00	1105	Registrada
22.	Mâncio Lima	Nukini	Nukini	27.263,52	553	Registrada
23.	Mâncio Lima	Poyanawa	Poyanawa	24.499,00	403	Registrada
24.	Tarauacá	Rio Gregório	Yawanawa Katukina	92.859,75	574	Registrada
25.	Jordão Feijó	Alto Tarauacá	Isolado 1	142.619,00	600	Homologada
26.	Jordão	Kaxinawa do Seringal Independência	Kaxinawa	11.463,00	138	Área Dominial
27.	Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara	86.700,00	275	Registrada
28.	Mâncio Lima	Nawa	Arara Nukini Jaminawa Nawa	60.000,00	258	Em Identificação
29.	Feijó	Riozinho do Alto Envira (Xiname Velha)	Isolados Ashaninka	260.970,00	15	Área Identificada
30.	Sena Madureira	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	9.878,48	66	A identificar
31.	Marechal Thaumaturgo	Arara do Rio Amônia	Arara (Arara Santa Rosa) Amawaka Konibo, Kampa, Txama Kaxinawa		278	Em Identificação
32.	Feijó	Kaxinawa do	Kaxinawa		89	Em

		Seringal Currealinho				Identificação
33.	Assis Brasil	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri		92	Em Identificação
34.	Sena Madureira	Jaminawa do Guajará	Jaminawa		66	Em Identificação
	-	TOTAL GERAL	-	2.390.112,26	12.720,00	

Fonte: Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) -2006.